

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES
ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



Satipel Industrial S.A.
Companhia Capital Autorizado
CNPJ/MF n.º 97.837.181/0001-47
Rua Bartolomeu Paes, 136
05092-000 – Vila Anastácio
São Paulo, SP
30.606.832 Ações Ordinárias
Valor da Distribuição: R\$[•]
Código ISIN das Ações: BRSATIACNOR0

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$ 13,00 e R\$ 17,50, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa indicativa.

Satipel Industrial S.A. (“Companhia”) e seus acionistas Salo Davi Seibel, Helio Seibel, FIP – Fundo de Investimento em Participações Industrial e Companhia Ligna de Investimentos (“Acionistas Vendedores”) estão ofertando 30.606.832 ações ordinárias (“Ações” ou “Ações Ordinárias”) de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, por meio de distribuição pública primária de 16.393.443 ações ordinárias, a serem emitidas pela Companhia (“Oferta Primária”) e de distribuição pública secundária de 14.213.389 ações ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária”) e quando em conjunto com a Oferta Primária, “Oferta”, em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (“Credit Suisse”) e em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores Globais” e do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (“Coodenador”, e quando em conjunto com o os Coordenadores Globais, “Coordenadores”), sujeita a registro na CVM e conforme os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e com esforços de colocação das Ações nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, em conformidade com o disposto na Regra 144 A do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado (“Securities Act”) promulgado pela US Securities and Exchange Commission (“SEC”), e nos demais países (exceto nos Estados Unidos da América e no Brasil), com base no Regulamento S do Securities Act, em todos os casos por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), Banco Central do Brasil (“Bacen”) e CVM, e sob as isenções de registro previstas no Securities Act. Não foi e nem será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

A quantidade total de Ações poderá ser acrescida de lote suplementar de até 4.591.024 ações ordinárias, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Suplementares”), conforme Opção de Ações Suplementares a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores Globais, a ser exercida pelo Coordenador Líder em decisão conjunta com o Credit Suisse, para a subscrição das Ações Suplementares, a qual será destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado pelos Coordenadores Globais no decorrer da Oferta e serão adquiridas nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Coordenador Líder a partir da assinatura do Contrato de Distribuição e até 30 dias a contar da data de início de negociação das Ações da Companhia na BOVESPA. Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores Globais, ser aumentada em até 20% do total das Ações inicialmente ofertadas, compreendendo novas Ações a serem emitidas pela Companhia ou já existentes e de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. O Preço por Ação será fixado após a efetivação dos pedidos de reserva e a finalização do Procedimento de Bookbuilding, a ser conduzido pelos Coordenadores Globais.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões e Despesas ⁽²⁾	Recursos Líquidos ⁽³⁾
Por Ação			
Oferta Primária	15,25	0,70	238.572.198,27
Oferta Secundária	15,25	0,70	206.846.082,21
Total	466.754.188,00	21.335.907,52	445.418.280,48

⁽¹⁾ Considerando o ponto médio da faixa indicativa de Preço por Ação.

⁽²⁾ Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽³⁾ Deduzindo despesas da Oferta.

A realização da Oferta Primária foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de agosto de 2007, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 04 de setembro de 2007 e no jornal Valor Econômico, em 03 de setembro de 2007. A autorização para a alienação das Ações de titularidade da Companhia Ligna de Investimentos e do FIP e a realização da Oferta secundária foram aprovadas em reuniões dos órgãos societários competentes da Companhia Ligna de Investimentos e do FIP, realizada em 31 de agosto de 2007 e 15 de agosto de 2007, respectivamente. O Preço por Ação será aprovado pelos órgãos competentes da Companhia, da Companhia Ligna de Investimentos e do FIP em reuniões a serem realizadas anteriormente à concessão do registro de distribuição pública pela CVM.

As Ações serão negociadas no Novo Mercado da BOVESPA sob o código “SATI3”.

Registros da Oferta na CVM: Distribuição Primária: CVM/SRE/REM/2007/[•], em [•] e Distribuição Secundária CVM/SRE/SEC/2007/[•], em [•].

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas.” “As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito”.

“O presente Prospecto Preliminar está sujeito a complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o Período de Colocação”. Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao decidir por adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 45 a 51 deste Prospecto para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição das Ações.



“A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 4890254, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública.”

Coordenadores Globais e Joint Bookrunners



Coordenador



Coordenador Contratado



A data deste Prospecto é 03 de setembro de 2007.

[página intencionalmente deixa em branco]

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

• Definições.....	5
• Sumário da Companhia.....	12
• Sumário da Oferta.....	17
• Resumo das Demonstrações Financeiras.....	22
• Informações Relativas à Oferta.....	27
• Identificação de Administradores, Consultores e Auditores.....	39
• Informações Cadastrais da Companhia.....	42
• Apresentação das Informações Financeiras.....	43
• Considerações sobre Estimativas e Perspectivas sobre o Futuro.....	44
• Fatores de Risco.....	45
• Destinação dos Recursos.....	52

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

• Capitalização.....	54
• Diluição.....	55
• Informações Financeiras Seleccionadas.....	56
• Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais.....	60
• Visão Geral do Setor.....	88
• Atividades da Companhia.....	97
• Responsabilidade Social e Ambiental.....	118
• Administração.....	120
• Principais Acionistas e Acionistas Vendedores.....	125
• Operações com Partes Relacionadas.....	127
• Informações sobre o Mercado e os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos.....	128
• Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa.....	130
• Descrição do Capital Social.....	135

3. ANEXOS

• Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto.....	153
• Estatuto Social.....	167
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 31 de agosto de 2007, aprovando a Oferta Primária.....	187
• Ata de reunião do órgão societário competente da Companhia Ligna de Investimentos, realizada em 31 de agosto de 2007, aprovando a Oferta Secundária.....	193
• Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, somente as informações não constantes do Prospecto.....	199

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e respectivos pareceres dos auditores independentes.....	219
• Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2007 e revisadas na extensão dos procedimentos definidos pela NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria n.o 04 – Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras para o semestre encerrado em 30 de junho de 2006.....	267

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Sumário da Companhia
- Sumário da Oferta
- Resumo das Demonstrações Financeiras
- Informações Relativas à Oferta
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores
- Informações Cadastrais da Companhia
- Apresentação das Informações Financeiras
- Considerações sobre Estimativas e Perspectivas sobre o Futuro
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado e eles atribuídos para fins do presente Prospecto.

ABIMÓVEL	Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário.
ABIPA	Associação Brasileira das Indústrias de Painéis de Madeira.
Acionista Controlador	Companhia Ligna de Investimentos.
Acionistas Vendedores	Salo Davi Seibel, Helio Seibel, FIP e Companhia Ligna de Investimentos.
Ações ou Ações Ordinárias	30.606.832 Ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravames, objeto da presente Oferta.
Ações Adicionais	Quantidade de Ações equivalente a até 20% (vinte por cento) da quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares) que, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderão ser acrescidas à Oferta, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores Globais. Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referências às Ações Adicionais.
Ações da Oferta Primária	16.393.443 ações de emissão da Companhia objeto da Oferta Primária, acrescidas, se for o caso, das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
Ações da Oferta Secundária	14.213.389 ações de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores objeto da Oferta Secundária, acrescidas, se for o caso, das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
Ações Suplementares	Quantidade de ações equivalentes a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), em decorrência do exercício da Opção de Ações Suplementares que, conforme dispõe o artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão ser acrescidas à Oferta, a critério do Coordenador Líder, em conjunto com o Credit Suisse. Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referências às Ações Suplementares.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.
Agentes de Colocação Internacional	UBS Securities LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC
Alanda Participações	Alanda Participações Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado pelos Coordenadores Globais, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, nos termos da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado pelos Coordenadores Globais, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, nos termos da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.
BP	Revestimento melamínico de baixa pressão
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação, regulada pelo Banco Central e pela CVM.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia	Satipel Industrial S.A.
Companhia Ligna de Investimentos	Companhia Ligna de Investimentos, nosso Acionista Controlador e Acionista Vendedor.
Cone Sul	Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.
Confidential Offering Circular	O prospecto definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, relativo à oferta internacional.
Conselheiro Independente	Caracteriza-se por (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital social; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador; (iii) não ter sido, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).
Constituição Federal	Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Ações Ordinárias com Garantia Firme de Liquidação de emissão da Satipel Industrial S.A., celebrado

	em [•], entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores Globais e a CBLC, esta na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de emissão da Satipel Industrial S.A. celebrado em [•] entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Coordenador Líder e a UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, relativo às atividades de estabilização de preço das ações de emissão da Companhia.
Contrato Novo Mercado	Contrato celebrado em 28 de agosto de 2007 entre a Companhia, seus administradores, sua Acionista Controladora e a Bovespa, para ingressar no segmento de listagem Novo Mercado da Bovespa.
Controlada ou Satipel Florestal	Satipel Florestal Ltda.
Coordenadores	Banco UBS Pactual S.A, Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Coordenador Contratado	Banco Safra de Investimentos S.A.
Coordenadores Globais	Coordenador Líder e Credit Suisse.
Coordenador Líder	Banco UBS Pactual S.A.
Corretoras Consorciadas	Instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que foram contratadas pelos Coordenadores Globais para realizar a colocação das Ações na Oferta de Varejo.
CREDIT SUISSE	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	25 de setembro de 2007, ou seja, o último dia do Período de Colocação.
Dólar norte-americano, Dólar ou US\$	Moeda corrente dos Estados Unidos da América.
EBITDA – Ajustado	EBITDA - Ajustado é definido pela Companhia como lucro líquido (prejuízo), adicionado do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e exaustão, do resultado não operacional, da amortização do ágio e do imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida contábil derivada das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição única e a definição de EBITDA dada pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.
ECA	Export Credit Agreement (Financiamento Hermes / Cesce).
Estados Unidos ou EUA	Estados Unidos da América
Família Seibel	Salo Davi Seibel, Helio Seibel, Andréa Seibel C. Ferreira, Alex Laserna Seibel.

FF	Revestimento Finish Foil
FIP	Fundo de Investimento em Participações Industrial, administrado por UBS Pactual Serviços Financeiros S.A.A. DTVM.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
HB	Chapa dura elaborada com fibra de madeira prensada mecanicamente.
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFC	<i>International Finance Corporation.</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards (Normas internacionais de contabilidade)</i>
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice BOVESPA	Um dos indicadores de desempenho do mercado de ações no Brasil. O índice é o valor atual de uma carteira teórica de ações negociadas na BOVESPA constituída a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores, o Coordenador Contratado e Corretoras Consorciadas.
Investidores Institucionais	Investidores institucionais, incluindo fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registrados na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, sociedades de previdência complementar e capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência privada, pessoas jurídicas não financeiras com patrimônio líquido superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA cujas ordens de investimento excedam o limite máximo de investimento de R\$300 mil para Investidores Não Institucionais.
Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A nos Estados Unidos e nos demais países de acordo com o Regulamento S, sendo que tais investidores deverão adquirir as Ações nos termos da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325.

Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento que decidirem participar da Oferta de Varejo.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Leo Madeiras	Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens Ltda., cadeia varejista de insumos madeireiros controlada pela Companhia Ligna de Investimentos, nossa Acionista Controladora e Acionista Vendedora.
Leroy Merlin	Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem, cadeia varejista de materiais de construção e de decoração onde a Companhia Ligna de Investimentos, nossa Acionista Controladora e Acionista Vendedora, possui participação minoritária
MDF	Painéis de fibra de madeira de média densidade (<i>Medium Density Fiberboard</i>)
MDP	Painéis de partículas de madeira de média densidade (<i>Medium Density Particleboard</i>)
Mercado para a Distribuição Primária e Secundária	Mercado de balcão não organizado, no Brasil.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária, em conjunto.
Oferta de Varejo	Oferta de Ações Ordinárias realizada junto a Investidores Não Institucionais de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Ações, excluídas as Ações Suplementares e Ações Adicionais.
Oferta Institucional	Oferta de Ações Ordinárias realizada junto a Investidores Institucionais e Investidores Institucionais Estrangeiros.
Oferta Primária	Oferta pública de 16.393.443 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, a ser realizada no Brasil nos termos da Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de colocação das Ações nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do <i>Securities Act</i> , promulgado pela SEC, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S, em ambos todos casos, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, e sob as isenções de registro previstas no <i>Securities Act</i> .
Oferta Secundária	Oferta pública de 14.213.389 ações ordinárias emitidas pela Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil nos termos da Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de colocação das Ações nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do <i>Securities Act</i> , promulgado pela SEC, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S, em ambos todos casos, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, e sob as isenções de registro previstas no <i>Securities Act</i> .

Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores Globais para emissão das Ações Suplementares a serem destinadas exclusivamente para atender ao eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder, no todo ou em partes, a partir da assinatura do Contrato de Distribuição e até 30 dias a partir da data de início de negociação das Ações da Companhia na BOVESPA, inclusive, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Período de Colocação	Prazo para a colocação das Ações, que será de até três dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Período de Reserva	10 de setembro de 2007 a 18 de setembro de 2007.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	10 de setembro de 2007 e 11 de setembro de 2007.
Pessoas Vinculadas	Investidores Não Institucionais que são (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) os respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, e que sejam Investidores Não Institucionais.
PIB	Produto Interno Bruto do Brasil.
PIS	Programa de Integração Social.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da CVM, os normativos do IBRACON e do Conselho Federal de Contabilidade.
Preço por Ação	Preço de emissão e/ou aquisição por Ação, a ser fixado após a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conduzido junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores Globais, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1.º e 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais.
<i>Preliminary Confidential Offering Circular</i>	O prospecto preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, relativo à oferta internacional.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento a ser conduzido pelos Coordenadores Globais para coleta de intenções de investimento de Investidores Institucionais interessados em adquirir Ações.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.
Regra 144A	<i>Rule 144A</i> do <i>Securities Act</i> .
Regulamento S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> .
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA.

Reserva de Reavaliação	Constitui-se da mais-valia dos bens do ativo imobilizado, líquida dos efeitos tributários, determinada com base em laudos de avaliação emitidos por peritos independentes.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission.</i>
Securities Act	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterado.
Synteko	Synteko Produtos Químicos S.A., a maior fabricante de resinas do Brasil e principal fornecedora de resinas da Companhia.
Taxa DI	Taxa média dos depósitos interfinanceiros DI de 1 dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou na falta deste, em um outro jornal de grande circulação.
Taxa Libor	<i>London Interbank Offered Rate</i> (taxa de juros interbancária do mercado de Londres).
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo CMN.
TR	Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário contém um resumo das atividades da Companhia, de suas informações financeiras e operacionais. O presente sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O investidor deve ler este Prospecto como um todo, incluindo as informações contidas nas seções “Fatores de Risco” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento.

A COMPANHIA

A Companhia é líder de mercado em produção e vendas de painéis de MDP (Medium Density Particleboard) no Brasil, com cerca de 26% de *market share* de acordo com dados da ABIPA, de 30 de junho de 2007. A Companhia está presente no mercado brasileiro desde 1971 e seus produtos são vendidos em todo o País, principalmente, para fabricantes de grande e médio porte da indústria moveleira, e apresentou uma receita líquida de R\$196,8 milhões, com margem de EBITDA Ajustado de 28,0% no semestre encerrado em 30 de junho de 2007.

A Companhia possui unidades industriais estrategicamente localizadas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, com uma capacidade instalada de produção de 1,0 milhão m³/ano e uma operação florestal integrada, com um dos maiores inventários do setor no Brasil (com cerca de 7,5 milhões de m³ de pinus e eucaliptus, plantados em 61 mil hectares de florestas próprias em áreas arrendadas ou desenvolvidas no regime de fomento florestal), que lhe garante auto-suficiência de suprimento em sua unidade em Minas Gerais.

A unidade da Companhia localizada em Uberaba, Minas Gerais, é a maior da América Latina, em termos de capacidade de produção, posicionando-se entre as mais modernas e maiores fábricas de painéis de MDP do mundo de acordo com dados da Wood Based Panels International - 2006. A unidade de Uberaba possui capacidade de produção de 800 mil m³/ano. Esta unidade é, também, a única no Brasil, que possui instalada uma planta de resinas, pertencente à Synteko, dentro do seu *site* industrial. A resina, a madeira e as despesas com frete são os principais componentes de custo no processo de fabricação e distribuição de painéis de MDP, e a conjugação dos fatores acima descritos faz com que a Companhia acredite que a unidade industrial de Uberaba concentre vantagens competitivas muito significativas.

Neste momento, a Companhia está investindo em uma unidade de MDF (Medium Density Fiberboard) no *site* industrial de Uberaba com capacidade de 350 mil m³/ano, o que adicionará um novo tipo de painel a seu portfólio de produtos a partir do primeiro semestre de 2008 e permitirá à Companhia atender uma nova gama de clientes no setor de construção civil, dentre outros.

A unidade da Companhia localizada em Taquari, Rio Grande do Sul, por sua vez, possui uma capacidade de produção de aproximadamente 200 mil m³/ano, e está convenientemente instalada a apenas 100 km do maior pólo moveleiro do Brasil, localizado em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, o que lhe assegura um importante diferencial logístico e de redução de custo, especialmente no que tange ao frete incidente sobre a venda de produtos acabados, uma vez que seu concorrente mais próximo está instalado a cerca de 600 km desse pólo moveleiro.

Além disso, a Companhia firmou protocolo de intenções de investimento com o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 20 de junho de 2007 para a instalação de uma nova linha de produção de MDP em Taquari, em substituição a sua atual linha, o que deverá aumentar a capacidade de produção do *site* para até 450 mil m³/ano após a conclusão da primeira etapa de investimento e poderá atingir 700 mil m³/ano, caso venha a ocorrer investimento em uma segunda etapa. A Companhia acredita que serão despendidos na primeira etapa de investimento, ao longo dos próximos dois anos, aproximadamente R\$120 milhões, valor este que seria inferior àquele necessário para implantar uma nova unidade de mesma capacidade em outro local, em razão do aproveitamento da infra-estrutura e parte dos equipamentos da atual unidade industrial.

Adicionalmente, em 30 de abril de 2006, a Companhia e a Satipel Florestal transferiram, através de cisões parciais de seus ativos, todas as terras de sua propriedade, com exceção daquelas onde suas instalações industriais encontram-se localizadas, para a Alanda Participações, uma empresa também controlada pela Companhia Ligna de Investimento. Após estas cisões, a Companhia e a Satipel Florestal celebraram com a Alanda Participações contrato de arrendamento de longo prazo que tem como objeto as terras das florestas de sua propriedade. Em 29 de dezembro de 2006, a Alanda Participações foi incorporada pela Companhia Ligna de Investimentos. Os valores dos imóveis transferidos pela Companhia e pela Satipel Florestal totalizaram, respectivamente, R\$38,2 milhões e R\$210,6 milhões.

A Companhia acredita que, através do sucesso de sua política de baixo custo de produção e de seus projetos de expansão fabril, encontra-se em posição singular e privilegiada frente aos seus concorrentes para acompanhar e se beneficiar do potencial crescimento da demanda por painéis de MDP e MDF no Brasil, tendo em vista o cenário macroeconômico favorável, o

crescimento do mercado de consumo de bens duráveis, em especial o mercado de móveis e de construção civil, e a maior disponibilidade de crédito. Para informações mais detalhadas, veja as seções “Visão Geral do Setor”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e “Atividades da Companhia”, respectivamente nas páginas 88, 60 e 97 deste Prospecto.

O quadro a seguir apresenta informações financeiras e operacionais consolidadas da Companhia nos períodos abaixo indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período encerrado em 30 junho de	
	2004	2005	2006	2006	2007 ⁽¹⁾
	R\$ milhões (exceto quando indicado)				
Receita Líquida	283,0	306,5	340,4	161,6	196,8
EBITDA - Ajustado	70,2	89,2	75,0	35,4	55,2
Margem de EBITDA ⁽²⁾	24,8%	29,1%	22,0%	21,9%	28,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	17,1	23,3	(2,2)	(1,5)	21,2
Ativo Total ⁽³⁾	804,5	829,9	627,4	589,5	646,5
Patrimônio Líquido	408,3	431,6	247,5 ⁽³⁾	181,4	235,4
Dívida Líquida ⁽⁴⁾	176,2	178,6	145,2	192,2	159,2
Empréstimos e financiamentos - Passivo Circulante	44,7	48,6	67,2	59,3	68,7
Empréstimos e financiamentos – Exigível a Longo Prazo	187,2	184,2	195,3	213,1	215,9
Disponibilidades	55,7	54,2	117,3	80,2	125,4
Capital circulante líquido ⁽⁷⁾	26,6	48,5	92,0	46,2	82,8
Ativo circulante	110,7	142,8	205,7	166,4	211,1
Passivo circulante	84,1	94,3	113,7	120,2	128,3
Remuneração dos acionistas					
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	5,1 ⁽⁵⁾
Dividendos	-	-	-	-	21,1 ⁽⁵⁾
Distribuição de Lucros Acumulados ⁽⁶⁾	-	-	3,1	-	7,0
Capacidade de Produção (milhares de m³)	650	750	1.000	1.000	1.000
Volume Produzido (milhares de m³)	513,6	533,8	567,6	243,6	342,9

⁽¹⁾ Os demonstrativos financeiros incluem as despesas de arrendamento das terras em que se encontram as florestas da Companhia, despesas estas que passaram a ser pagas mensalmente a partir de janeiro de 2007 (o total do primeiro semestre correspondeu a R\$ 3 milhões, equivalentes a 1,5 % da receita operacional líquida do período). Para maiores informações sobre o contrato de arrendamento ver seção “Operações com Partes Relacionadas”, na página 127 deste Prospecto.

⁽²⁾ Representa o EBITDA-Ajustado dividido pela receita líquida.

⁽³⁾ As reduções havidas no ativo total e patrimônio líquido são decorrentes de cisão parcial de ativos (terras) ocorrida em abril de 2006. Para maiores informações ver “Atividades – Eventos Societários Recentes” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional”, respectivamente nas páginas 100 e 60 deste Prospecto.

⁽⁴⁾ Empréstimos e financiamentos do passivo circulante e do exigível a longo prazo menos disponibilidades (caixa e bancos mais Aplicações Financeiras).

⁽⁵⁾ A Companhia distribuiu em 27 de junho de 2007 dividendos no valor de R\$11,1 milhões e juros sobre o capital próprio no valor de R\$5,1 milhões (provenientes da reserva de realização referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007), bem como distribuiu em 30 de junho de 2007 dividendos no valor de R\$10,0 milhões. Tais distribuições foram pagas, respectivamente, em 28 de junho e 25 de julho de 2007 e referem-se ao lucro líquido apurado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007.

⁽⁶⁾ Distribuição do saldo total da conta de lucros acumulados e dividendos de exercícios anteriores.

⁽⁷⁾ Ativo circulante menos passivo circulante.

PONTOS FORTES

A Companhia acredita possuir os seguintes pontos fortes:

Liderança e Potencial de Forte Crescimento. Com atuação no mercado há 36 anos, a Companhia é um dos mais tradicionais fabricantes no mercado brasileiro de painéis de MDP, com cerca de 26% de *market share* de acordo com dados da ABIPA, de 30 de junho de 2007. Entre os fabricantes de móveis, tanto o nome Satipel quanto suas marcas possuem amplo reconhecimento e alto grau de fidelização de clientes, em painéis revestidos e não revestidos. Acreditando que fatores macroeconômicos e setoriais, como a expansão de crédito, acompanhados da queda da taxa de juros e o crescimento do mercado moveleiro e imobiliário, irão impulsionar o setor onde atua, a Companhia já investiu na expansão de sua unidade de Uberaba em 2006, está investindo na construção de uma moderna unidade de MDF no mesmo *site* industrial de Uberaba e também estuda a implantação de uma nova e moderna unidade industrial expansível de MDP no *site* industrial de Taquari. Neste sentido, a Companhia acredita que é o produtor com melhor condição de se apropriar do crescimento da demanda ora em curso, e que a combinação de sua forte marca, capacidade instalada e disponibilidade de madeira, com o crescimento da demanda no Brasil, permitirão à ela consolidar sua posição de destaque no mercado de MDP, com o aumento de faturamento e expansão de margens.

Auto-Suficiência em Madeira e Sustentabilidade de Crescimento. A Companhia possui auto-suficiência em florestas para abastecer a sua necessidade imediata e futura de madeira na unidade de Uberaba que hoje corresponde a 80% da sua

capacidade consolidada de produção. Todas as florestas em Minas Gerais são próprias e plantadas em áreas arrendadas por meio de contratos de longo prazo, com validade de 30 anos, em condições de mercado. Na unidade de Taquari, a Companhia construiu uma eficiente e estável rede de suprimento de madeira baseada em diversos contratos de longo prazo. O inventário florestal de cerca de 7,5 milhões de m³, distribuídos em 61 mil hectares de florestas próprias coloca a Companhia em situação privilegiada para atender não só à sua demanda atual, mas também àquela decorrente de sua estratégia de aumentar a produção de painéis de MDP e futuramente produzir painéis de MDF. A Companhia preza pelo crescimento sustentável em suas florestas e, dessa forma, está constantemente engajada na preservação ambiental e no respeito das mais diversas normas ambientais. Toda madeira utilizada pela Companhia é proveniente de florestas plantadas, conduzidas segundo princípios de manejo sustentável. As reservas florestais da Companhia em Minas Gerais são certificadas pelo FSC (“selo verde”).

Baixos Custos Operacionais. A Companhia possui uma posição competitiva diferenciada com relação à obtenção de seus principais insumos, madeira e resina, assim como às suas despesas com logística. Além de possuir disponibilidade de madeira, a Companhia usufrui de baixos custos de extração e de transporte. Nas florestas de Minas Gerais, a maior parte da colheita é mecanizada e as reservas se distanciam de 60 a 150 km da unidade de Uberaba. No Rio Grande do Sul, o raio médio de suprimento de madeira é de aproximadamente 50 km da unidade de Taquari. Em relação à resina, a existência de uma fábrica da Synteko dentro do site industrial de Uberaba gera vantagens em termos de custos operacionais na fabricação dos painéis de madeira, visto que o suprimento da matéria-prima é feito por duto. A Synteko, através de sua unidade instalada em Gravataí-RS, também fornece resina para a outra unidade industrial da Companhia em Taquari, com preços alinhados aos praticados na operação de Uberaba. Além disso, as localizações das unidades da Companhia resultam em custos de distribuição diferenciados. Uberaba está situada em localização privilegiada, que lhe permite abastecer eficientemente, em termos de custo de logística, os principais mercados do Brasil: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná e Distrito Federal, responsáveis por aproximadamente 53,3% do PIB nacional e também está próxima do mercado da região Nordeste que vem apresentando forte crescimento. Em especial no MDP, a proximidade dos mercados com maiores taxas de expansão é fundamental para assegurar a competitividade na fabricação de móveis populares. A unidade de Taquari, por sua vez, é a única fabricante de painéis de MDP do Estado do Rio Grande do Sul, e está localizada a apenas 100 km do maior pólo industrial moveleiro do Brasil em faturamento, localizado em Bento Gonçalves.

Histórico de Crescente Rentabilidade e Sólida Situação Financeira. A Companhia tem apresentado um fluxo de caixa consistente e crescente, que tem servido como importante fonte de recursos para a expansão de seus negócios. O sólido crescimento da Companhia é evidenciado por meio de crescimento de sua receita líquida e de suas margens. Entre 2004 e 2006, a receita líquida da Companhia cresceu 20,4%, ao mesmo tempo em que as suas margens de EBITDA foram de 24,8% em 2004, 29,1% em 2005, 22,0% em 2006 (unicamente em função dos aspectos não recorrentes explicados na seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, na página 60 deste Prospecto), e 28,0% no primeiro semestre de 2007. Estes fatores combinados levaram a Companhia a uma sólida posição financeira, com uma baixa relação dívida líquida/EBITDA Anualizado de 1,4 vezes no primeiro semestre de 2007.

Administração Experiente, Capital Humano como Diferencial Competitivo e Compromisso com Boas Práticas de Governança Corporativa. A Companhia apresenta um histórico de sucesso na implementação do seu plano de negócios e de expansão, bem como de suas políticas de redução de custos e de ampliação das margens de rentabilidade. Para tanto, a Companhia conta com gestores com ampla experiência nos diversos segmentos do setor em que atua. A Companhia acredita no diferencial competitivo decorrente da qualidade e do empenho de seus colaboradores, para tanto, prioriza a concepção e a prática de uma política de recursos humanos que visa recrutar e reter os melhores talentos do mercado, através de uma gestão fortemente participativa e transparente, com a valorização da descentralização do processo decisório. Adicionalmente, a Companhia possui uma política de participação nos seus resultados, aplicada a todos os níveis corporativos, como forma de incentivar os seus colaboradores e alinhar os seus interesses aos dos acionistas da Companhia. Há 8 anos, a Companhia possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes de reconhecida experiência administrativa, o que demonstra o seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa.

ESTRATÉGIA

O objetivo da Companhia é ampliar sua posição no setor de painéis de madeira no Brasil, com foco na criação de valor para seus acionistas, ofertando painéis de madeira a preços e qualidade competitivos e preservando o meio ambiente. Para atingir os seus objetivos, a Companhia utilizará as seguintes estratégias:

Manter Posição de Destaque no Setor de Painéis de Madeira. A Companhia tem um plano de desenvolvimento bem definido e consistente com as perspectivas de crescimento do mercado de móveis no Brasil, e preparou-se para acompanhar o aumento da demanda em curso no seu mercado:

- No segmento de MDF, a Companhia está realizando investimentos em sua unidade de Uberaba para, dentro da sua estratégia de crescimento, aumentar o seu portfólio de produtos. A Companhia acredita que a demanda por painéis de MDF no Brasil continuará crescendo e pretende se beneficiar de tal crescimento.
- No segmento de MDP, a Companhia pretende continuar a investir no crescimento de suas unidades e diversificação de seu portfólio de produtos, em especial na ampliação e modernização da sua unidade industrial de Taquari.

A produção de MDF utilizará as mesmas matérias-primas dos painéis de MDP, madeira e resina, e possui processo industrial extremamente semelhante ao do MDP. Assim sendo, com a construção da sua nova unidade de MDF, a Companhia irá se beneficiar da sinergia operacional das unidades produtivas com a diluição de seus custos fixos. Da mesma forma, parte importante do mercado de MDF é formada pelos atuais clientes da Companhia, com os quais já goza de uma forte reputação, além de possuir canais de venda estabelecidos. Com a implementação desta estratégia, a Companhia pretende se valer das sinergias destas duas atividades e se beneficiar de ganhos de escala.

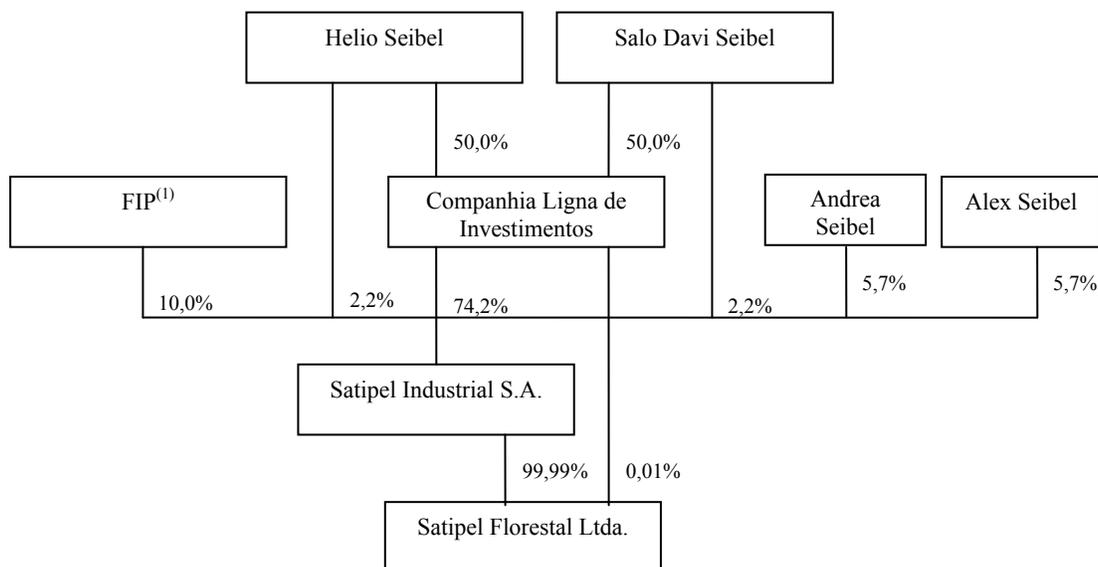
Aumentar a Base Florestal. Atualmente a maior parte do suprimento de madeira da Companhia é própria. De forma a assegurar madeira suficiente para atender ao crescimento futuro de suas atividades, a Companhia pretende expandir a sua base florestal assim como aumentar a produtividade das atuais áreas de plantio. A expansão da base florestal deverá ocorrer mediante o plantio em novas áreas arrendadas ou fomentadas, não estando descartada a aquisição de florestas em regiões que poderão abrigar novos investimentos industriais da Companhia. O aumento da produtividade se dará através do emprego de novas tecnologias, como o desenvolvimento de novos clones de árvores e a construção de viveiros de pesquisa.

Melhorar a Eficiência Operacional e Reduzir os Custos. A Companhia busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e redução de seus custos. Neste sentido, a Companhia identifica três oportunidades principais, cuja viabilidade será estudada detalhadamente: (i) utilização de transporte ferroviário na unidade de Uberaba, se beneficiando da proximidade dos trilhos da Ferrovia Centro Atlântica, (ii) utilização de transporte fluvial na unidade de Taquari, se beneficiando do rio navegável que margeia seu terreno, já utilizado por empresas da região, e (iii) co-geração de energia elétrica, em ambas as unidades da Companhia, a partir da queima de resíduos gerados no processo industrial.

Avaliar Alternativas Estratégicas de Investimento e Aquisições. A dimensão continental do Brasil e as tendências de crescimento acelerado da região Nordeste, poderão permitir a construção de uma nova unidade industrial naquela região. A perspectiva de desenvolvimento dos países do Cone Sul, associada à existência de florestas plantadas nestes países, pode viabilizar a primeira iniciativa de internacionalização da Companhia com foco na exploração de vantagens comparativas locais e um mercado de âmbito regional. Desta forma, a Companhia avaliará continuamente alternativas estratégicas de investimento, inclusive através de aquisições, buscando expandir e desenvolver suas atividades fabris e florestais.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O organograma abaixo apresenta a estrutura acionária da Companhia na data deste Prospecto:



- (1) O FIP é um fundo de investimento em participações, administrado e gerido por UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. – DTVM e UBS Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda. Na data deste Prospecto, o Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado PCP Brasil (“FIC PCP”) detém 79% das cotas do FIP e a sociedade Redwood International LLC, controlada individualmente pelo Sr. Bernard Denis Bijaoui, detém 20% das cotas do FIP. O FIC PCP tem como cotistas um total de (a) 69 pessoas físicas, todas elas sendo ex-sócios do Banco Pactual S.A., e, atualmente, a maioria delas são ainda empregadas ou administradoras do Coordenador Líder e/ou de sociedades pertencentes ao grupo econômico deste; e (b) uma pessoa jurídica. Apenas os Srs. Gilberto Sayão da Silva e André Santos Esteves detêm mais de 5% das cotas do FIP PCP, detendo 21,08% e 22,94% das suas cotas, respectivamente.

Para maiores informações acerca de eventos societários recentes e de alterações nas participações de acordo com o organograma acima vide a seção “Atividades da Companhia – Eventos Societários Recentes” na página 100 deste Prospecto.

A sede da Companhia está localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, na Rua Bartolomeu Paes, 136. O telefone do departamento de relações com investidores da Companhia é +55 11 3646-4600. Seu *website* é www.satipel.com.br, onde este Prospecto encontra-se disponível para consulta. As informações disponíveis no *website*, como também aquelas incluídas em qualquer material de marketing publicado na mídia e em propagandas em jornais e revistas não são parte integrante deste Prospecto.

SUMÁRIO DA OFERTA

Companhia	Satipel Industrial S.A.
Acionistas Vendedores	Salo Davi Seibel, Helio Seibel, Fundo de Investimento em Participações Industrial e Companhia Ligna de Investimentos.
Ações ou Ações Ordinárias	30.606.832 Ações Ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, objeto desta Oferta.
Oferta Pública ou Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária, em conjunto.
Oferta Primária	Oferta de 16.393.443 Ações a serem emitidas pela Companhia para colocação no Brasil, pelas Instituições Participantes da Oferta, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400, em mercado de balcão não organizado e, ainda, com esforços de colocação, por meio dos Agentes de Colocação Internacional, nos EUA, para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Regra 144A, e nos demais países, exceto no Brasil e nos EUA, em conformidade com o Regulamento S, em ambos os casos com base em isenções de registro prevista no <i>Securities Act</i> e por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, Banco Central e CVM. A Oferta Primária das Ações não será registrada no exterior, perante a SEC ou qualquer outro órgão regulador, exceto no Brasil.
Oferta Secundária	Oferta de 14.213.389 Ações emitidas pela Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores para colocação no Brasil, pelas Instituições Participantes da Oferta, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400, em mercado de balcão não organizado e, ainda, com esforços de colocação, por meio dos Agentes de Colocação Internacional, nos EUA, para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Regra 144A, e nos demais países, exceto no Brasil e nos EUA, em conformidade com o Regulamento S, em ambos os casos com base em isenções de registro prevista no <i>Securities Act</i> e por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, Banco Central e CVM. A Oferta Secundária das Ações não será registrada no exterior, perante a SEC ou qualquer outro órgão regulador, exceto no Brasil.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores Globais para emissão das Ações Suplementares a serem destinadas exclusivamente para atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder, em decisão conjunta com o Credit Suisse, a partir da assinatura do Contrato de Distribuição e até 30 dias contados desta data, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, excluídas as Ações Adicionais. Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referências às Ações Suplementares.

Ações Adicionais	Quantidade de ações equivalente a até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares) que, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderão ser acrescidas à Oferta, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores Globais. Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referências às Ações Adicionais.
Coordenadores	Banco UBS Pactual S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Coordenadores Globais	Coordenador Líder e Credit Suisse.
Coordenador Líder	Banco UBS Pactual S.A.
Agentes de Colocação Internacional	UBS Securities LLC e Credit Suisse Securities (USA) LLC.
Garantia Firme	As Ações serão colocadas no Brasil pelos Coordenadores Globais e em regime de garantia firme de liquidação não solidária. A garantia firme de liquidação consiste na obrigação dos Coordenadores Globais adquirir, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por Coordenadores Globais, de forma individual e não solidária; e (ii) a quantidade de ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou compraram, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores Globais e os demais termos e condições previstos no Contrato de Distribuição. Tal garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e celebrado o Contrato de Distribuição.
Preço por Ação	O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva; e (ii) a apuração do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , mas resultará exclusivamente da apuração do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Satipel Industrial S.A., celebrado em [•], entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Coordenador Líder e a UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, relativo às atividades de estabilização de preço das Ações.
Faixa Indicativa do Preço por Ação	Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$13,00 e R\$17,50, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa indicativa.
Valor Total da Oferta	R\$466.754.188,00, com base no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação constante da capa deste Prospecto.

Destinação de Recursos

Estima-se que os recursos provenientes da Oferta Primária serão de, aproximadamente, (i) R\$305.623.320,16 (baseado no ponto médio da faixa indicativa de preço por ação constante da capa deste Prospecto), após a dedução de comissões e despesas estimadas, assumindo o exercício integral da Opção de Ações Suplementares, ou (ii) R\$238.572.198,27, caso a Opção de Ações Suplementares não seja exercida. A Companhia pretende empregar os recursos da Oferta Primária prioritariamente, da seguinte forma: (i) 20% na instalação de uma nova unidade de MDP em Taquari; (ii) 60% em outros investimentos no crescimento da capacidade de produção da Companhia, incluindo aumento da base florestal, eventual aquisição de concorrentes e/ou construção de uma nova unidade industrial; e (iii) 20% investimentos em eficiência operacional e capital de giro. Vide seção “Destinação dos Recursos”, na página 52 deste Prospecto.

A Companhia não receberá quaisquer recursos provenientes da Oferta Secundária, sendo todos os recursos oriundos da Oferta Secundária destinados aos Acionistas Vendedores.

Dividendos

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia é obrigada a distribuir dividendos obrigatórios em valor não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, aos detentores das ações ordinárias de sua emissão. Vide Seção “Descrição do Capital Social”, na página 135 deste Prospecto.

Fatores de Risco

Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, veja a Seção “Fatores de Risco”, na página 45 deste Prospecto, além de outras informações incluídas no presente Prospecto.

Direitos das Ações

Os titulares das Ações farão jus a todos os direitos e benefícios assegurados às ações de emissão da Companhia, inclusive quanto ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser distribuídos a partir da Data de Liquidação, nos termos do previsto na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia.

Restrições a vendas de ações (Lock-up)

De acordo com as regras do Novo Mercado, os administradores da Companhia e o acionista controlador não podem vender ou ofertar à venda ações de emissão da Companhia de sua titularidade, ou derivativos lastreados nestas ações, durante os primeiros seis meses após o início da negociação das Ações no Novo Mercado. Após este período inicial de seis meses, os administradores da Companhia e o seu acionista controlador não poderão vender ou ofertar mais do que 40% de ações ordinárias, ou derivativos lastreados em ações de emissão da Companhia por seis meses adicionais. Adicionalmente, a Companhia, cada um dos membros do Conselho de Administração, sua Acionista Controladora e os Acionistas Vendedores celebraram acordos de restrição à venda de ações de emissão da Companhia, por meio dos quais eles se comprometeram, sujeito a algumas exceções, a não emitir, oferecer, vender, comprar, contratar a venda ou compra ou de outra forma alienar ou adquirir, dentro de 180 dias contados da presente data, qualquer ação de emissão da Companhia, qualquer valor mobiliário conversível em, ou que represente um direito de

receber ações de emissão da Companhia, exceto as Ações Suplementares.

Público Alvo da Oferta

Investidores Não Institucionais, Investidores Institucionais e Investidores Institucionais Estrangeiros.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

Não há inadequação específica da Oferta Pública a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em ações, a subscrição ou aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, veja a Seção “Fatores de Risco”, na página 45 deste Prospecto, além de outras informações incluídas no presente Prospecto.

Pedidos de Reserva

Será concedido aos Investidores Não Institucionais o prazo de 08 dias úteis, a ser iniciado em 10 de setembro de 2007 e a ser encerrado em 18 de setembro de 2007, inclusive, o qual poderá ser estendido a critério dos Coordenadores Globais, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.

Período de Reserva para Pessoas Vinculadas

Será concedido aos Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas o prazo de 02 dias úteis para a realização de seu Pedido de Reserva, nos dias 10 de setembro de 2007 e 11 setembro de 2007.

Data de Liquidação

A liquidação física e financeira ocorrerá três dias úteis após a data da publicação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.

Aprovações Societárias

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 31 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 04 de setembro, e no jornal Valor Econômico, em 03 de setembro de 2007 (i) aprovou o aumento do capital da Companhia mediante a emissão das Ações da Oferta Primária, com a possibilidade de emissão das Ações Suplementares e das Ações Adicionais, com exclusão do direito de preferência e sem prioridade aos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei de Sociedades por Ações, para colocação por meio da Oferta Primária; e (ii) autorizou a diretoria a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à realização da Oferta Pública. O aumento de capital com a emissão das Ações deverá ser homologado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada em [•]. A autorização para a alienação das Ações de titularidade da Companhia Ligna de Investimentos e do FIP e a realização da Oferta Secundária foram aprovadas em reuniões dos órgãos societários competentes realizada em 31 de agosto de 2007 e 15 de agosto de 2007, respectivamente. O Preço por Ação será aprovado pelos órgãos competentes da Companhia, da Companhia Ligna de Investimentos e do FIP, se for o caso, antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

Código de Negociação

As Ações serão negociadas no Novo Mercado da BOVESPA sob o código “SATI3”.

Informações Adicionais

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta Pública, veja “Informações Relativas à Oferta”, na página 27 deste Prospecto. A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder solicitaram o registro da Oferta Pública em 24 de julho de 2007, estando a presente Oferta Pública sujeita à prévia aprovação da CVM. Maiores informações sobre a Oferta Pública poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção “Informações Relativas à Oferta” na página 27 deste Prospecto.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O resumo das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005, 2006 e as informações financeiras relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 e 2007 são derivados dos balanços patrimoniais consolidados auditados da Companhia, levantados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e demonstrações dos resultados consolidadas, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos consolidadas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e das informações financeiras consolidadas auditadas relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007, e revisadas na extensão dos procedimentos definidos pela NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria n.o 04 – Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho 2006.

Os balanços patrimoniais consolidados da Companhia, levantados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e demonstrações dos resultados consolidadas, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos consolidadas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e as informações financeiras relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 e de 2007 estão incluídas neste Prospecto. Os resultados financeiros para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2007 não são necessariamente indicadores dos resultados que podem ser esperados para 31 de dezembro de 2007 ou para qualquer outro período semestral ou anual futuro.

As demonstrações financeiras da Companhia e exigidas pela legislação e regulamentação societária brasileira são atualmente auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, incluídas neste Prospecto, e com a seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” localizada na página 60 deste Prospecto.

Demonstrações de Resultado

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de							
	2004	% da Receita Líquida de Vendas	2005	% da Receita Líquida de Vendas	2006	% da Receita Líquida de Vendas	% Variação 2004/2005	% Variação 2005/2006
	(em R\$ milhões, exceto o número de ações e dados por ações)							
Receita bruta de Vendas	395,6	139,8%	423,4	138,1%	466,1	136,9%	7,0%	10,1%
Impostos e outras deduções de vendas	(112,7)	(39,8)%	(116,9)	(38,1)%	(125,7)	(36,9)%	3,7%	7,6%
Receita Operacional Líquida	283,0	100,0%	306,5	100,0%	340,4	100,0%	8,3%	11,1%
Custo dos produtos vendidos	(182,3)	(64,4)%	(202,2)	(66,0)%	(244,4)	(71,8)%	10,9%	20,9%
Lucro Bruto	100,6	35,6%	104,3	34,0%	96,0	28,2%	3,7%	(8,0)%
(Despesas) Receitas Operacionais								
Com vendas	(34,3)	(12,1)%	(30,5)	(10,0)%	(39,9)	(11,7)%	(11,0)%	30,7%
Gerais e administrativas	(13,1)	(4,6)%	(15,6)	(5,1)%	(12,9)	(3,8)%	19,3%	(17,3)%
Remuneração dos administradores	(1,0)	(0,4)%	(1,3)	(0,4)%	(1,8)	(0,5)%	(28,9)%	38,5%
Depreciação e amortização	(4,2)	(1,5)%	(4,6)	(1,5)%	(4,9)	(1,4)%	9,6%	6,5%
Equivalência Patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-0-	-0-
Outras receitas e (despesas) operacionais- líquidas	(1,5)	(0,5)%	1,0	0,3%	1,1	0,3%	(166,7)%	10,0%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	46,4	16,4%	53,2	17,4%	37,6	11,0%	14,6%	(29,4)%
Receitas Financeiras	11,2	3,9%	12,2	4,0%	7,8	2,3%	8,9%	(36,0)%
Despesas Financeiras	(31,2)	(11,0)%	(26,6)	(8,7)%	(40,8)	(12,0)%	(14,7)%	53,5%
CPMF, IOF e outras despesas tributárias	(2,2)	(0,8)%	(3,5)	(1,1)%	(3,1)	(0,9)%	59,1%	(11,4)%
Variações cambiais, líquidas	2,5	0,9%	3,2	1,1%	2,3	0,7%	28%	(28,1)%
Despesas com processo de abertura de capital	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(1,9)	(0,6)%	-0-	-0-
Lucro Operacional	26,7	9,4%	38,6	12,6%	1,8	0,5%	44,3%	(95,4)%
Receitas (Despesas) não operacionais, líquidas	0,5	0,2%	(0,2)	(0,1)%	0,2	0,1%	(140)%	(200)%
Lucro antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e da Participação dos colaboradores	27,3	9,6%	38,4	12,5%	1,9	0,6%	40,8%	(94,9)%
Participação dos colaboradores	(1,5)	(0,5)%	(1,2)	(0,4)%	0,0	0,0%	(20)%	(100,0)%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição	25,8	9,1%	37,1	12,1%	1,9	0,6%	43,9%	(94,8)%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de

	2004	% da Receita Líquida de Vendas	2005	% da Receita Líquida de Vendas	2006	% da Receita Líquida de Vendas	% Variação 2004/2005	% Variação 2005/2006
(em R\$ milhões, exceto o número de ações e dados por ações)								
Social								
Imposto de Renda e contribuição social – correntes	(6,7)	(2,4)%	(11,8)	(3,8)%	(3,3)	(1,0)%	76,1%	(71,6)%
Imposto de Renda e contribuição social –diferidos	(0,1)	0,0%	0,5	0,2%	(0,1)	0,0%	(600,0)%	(120)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício antes da Participação								
Minoritária								
Participação minoritária	(1,9)	(0,7)%	(2,5)	(0,8)%	(0,7)	(0,2)%	31,6%	(70,6)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	17,1	6,0%	23,3	7,6%	(2,2)	(0,7)%	36,3%	(109,5)%

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de

	2006	% da Receita Líquida de Vendas	2007	% da Receita Líquida de Vendas	% Variação 2006/2007
(em R\$ milhões, exceto o número de ações e dados por ações)					
Receita bruta de Vendas	221,5	137,1%	269,9	137,1%	21,9%
Impostos e outras deduções de vendas	(59,9)	(37,1)%	(73,1)	(37,1)%	22,0%
Receita Líquida de Vendas	161,6	100,0%	196,8	100,0%	21,8%
Custo dos produtos vendidos	(115,3)	(71,3)%	(130,4)	(66,3)%	13,1%
Lucro Bruto	46,3	28,7%	66,4	33,7%	43,4%
(Despesas) Receitas Operacionais					
Com vendas	(19,2)	(11,9)%	(19,3)	(9,8)%	0,5%
Gerais e administrativas	(5,9)	(3,6)%	(6,5)	(3,3)%	10,2%
Remuneração dos administradores	(0,7)	(0,4)%	(1,2)	(0,6)%	71,4%
Depreciação e amortização	(2,4)	(1,5)%	(2,2)	(1,1)%	(8,3)%
Equivalência Patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-o-
Outras receitas e (despesas) operacionais- líquidas	0,3	0,2%	(1,9)	(1,0)%	(733,3)%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	18,5	11,4%	35,3	17,9%	90,7%
Receitas Financeiras	5,7	3,5%	9,8	5,0%	71,9%
Despesas Financeiras	(17,5%)	(10,8)%	(14,6)	(7,4)%	(16,6)%
CPMF, IOF e outras despesas tributárias	(1,3)	(0,8)%	(1,4)	(0,7)%	7,7%
Variações cambiais, líquidas	2,6	1,6%	1,4	0,7%	(46,7)%
Despesas com processo de abertura de capital	(0,4)	(0,2)%	(0,2)	(0,1)%	(50,0)%
Lucro Operacional	7,5	4,7%	30,3	15,4%	304,0%
Receitas (Despesas) não operacionais, líquidas	0,2	0,1%	(2,4)	(1,2)%	(1300,0)%
Lucro antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e da Participação dos colaboradores	7,7	4,8%	27,9	14,2%	262,3%
Participação dos colaboradores	(0,9)	(0,6)%	(1,0)	(0,5)%	11,4%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6,8	4,2%	26,9	13,6%	295,1%
Imposto de Renda e contribuição social – correntes	(1,8)	(1,1)%	(5,7)	(2,9)%	214,4%
Imposto de Renda e contribuição social –diferidos	(5,7)	(3,5)%	0,1	0,0%	(101,5)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício antes da Participação Minoritária	(0,7)	(0,4)%	21,2	10,8%	(3.128,6)%
Participação minoritária	(0,8)	(0,5)%	0,0	0,0%	(100,0)%
Lucro (Prejuízo) do Período	(1,5)	(0,9)%	21,2	10,8%	(1.513,3)%

Balanço Patrimonial

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de

	2004	% do Total	2005	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2004/2005	% Variação 2005/2006
(em milhões de R\$)								
Ativo Circulante								
Disponibilidades	55,7	6,9%	54,2	6,5%	117,3	18,7%	(2,7)%	116,4%
Contas a receber	32,1	4,0%	44,2	5,3%	51,7	8,2%	37,6%	17,0%
Provisão para créditos de realização duvidosa	(8,8)	(1,1)%	(6,0)	(0,7)%	(7,2)	(1,1)%	(31,8)%	20,0%
Estoques	27,6	3,4%	35,1	4,2%	26,5	4,2%	27,0%	(24,4)%
Impostos a recuperar	0,9	0,1%	1,9	0,2%	3,3	0,5%	111,1%	73,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0%	8,0	1,0%	9,7	1,5%	-o-	21,3%
Outros ativos	3,1	0,4%	5,4	0,7%	4,4	0,7%	74,8%	(18,5)%
Total Ativo Circulante	110,7	13,8%	142,8	17,2%	205,7	32,8%	29,1%	44,0%
Realizável a Longo Prazo								
Estoques	1,9	0,2%	1,9	0,2%	0,0	0,0%	0,0%	(100,0)%
Partes relacionadas	17,6	2,2%	10,9	1,3%	0,0	0,0%	(38,2)%	(100,0)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35,1	4,4%	20,3	2,4%	11,9	1,9%	(42,2)%	(41,5)%
Impostos a recuperar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,8	0,3%	-o-	-o-
Depósitos judiciais e empréstimos Compulsórios	1,7	0,2%	0,8	0,3%	0,7	0,1%	52,9%	(12,5)%
Fomento Florestal	1,7	0,2%	2,2	0,3%	2,3	0,4%	30,7%	4,5%
Contas a receber	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,3	0,3%	-o-	-o-
Outros ativos	3,5	0,4%	2,7	0,3%	1,8	0,3%	(22,9)%	(33,3)%
Investimentos								
Outros investimentos	0,5	0,1%	0,1	0,0%	0,1	0,0%	(80,9)%	25,8%
Imobilizado	612,5	76,2%	631,5	76,1%	389,1	62,0%	3,1%	(38,4)%
Intangível	2,3	0,3%	2,6	0,3%	1,6	0,3%	13%	(37,9)%
Diferido	17,0	2,1%	14,1	1,7%	11,1	1,8%	(17,4)%	(21,0)%
Total do Ativo não Circulante	693,8	86,2%	687,1	82,8%	421,8	67,2%	(1,0)%	(38,6)%
Total do Ativo	804,5	100,0%	829,9	100,0%	627,4	100,0%	3,2%	(24,4)%
Passivo Circulante								
Fornecedores	25,0	3,1%	30,0	3,6%	31,9	5,1%	20,1%	6,2%
Empréstimos e Financiamentos	44,7	5,6%	48,6	5,9%	67,2	10,7%	8,6%	38,3%
Salários, provisões e contribuições sociais	3,4	0,4%	5,0	0,6%	5,1	0,8%	46,3%	1,7%
Impostos a recolher	5,5	0,7%	7,1	0,9%	6,7	1,1%	29,5%	(5,6)%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0,5	0,1%	0,5	0,1%	0,2	0,0%	(0)%	(60,0)%
Partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-o-	-o-
Outras obrigações	4,9	0,6%	3,1	0,4%	2,6	0,4%	(36,9)%	(17,4)%
Total Passivo Circulante	84,0	10,5%	94,3	11,4%	113,7	18,1%	12,2%	20,6%
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e financiamentos	187,2	23,3%	184,2	22,2%	195,3	31,1%	(1,6)%	6,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65,2	8,1%	57,8	7,0%	51,1	8,2%	(11,3)%	(11,5)%
Provisão para contingências	4,5	0,6%	4,3	0,7%	4,1	0,6%	(4,4)%	(4,7)%
Outras obrigações	0,9	0,1%	0,8	0,1%	0,6	0,1%	(11,1)%	(26,3)%
Resultados de exercícios futuros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	15,2	2,4%	-o-	-o-
Total Passivo não Circulante	257,8	32,0%	247,0	30,0%	266,2	42,4%	(4,2)%	7,8%
Participação Minoritária	54,4	6,8%	56,9	6,9%	0,0	0,0%	4,7%	(100,0)%
Patrimônio Líquido								
Capital Social	154,9	19,3%	154,9	18,7%	116,7	18,6%	0,0%	(24,7)%
Reserva de Capital	0,1	0,0%	0,1	0,0%	50,3	8,0%	0,0%	50.200,0%
Reservas de reavaliação	280,3	34,9%	273,3	32,9%	73,2	11,7%	(2,5)%	(73,2)%
Reservas de lucros	0,0	0,0%	0,2	0,0%	0,2	0,0%	-o-	0,0%
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(26,9)	(3,4)%	3,1	0,4%	7,0	1,1%	(111,6)%	125,1%
Total Patrimônio Líquido	408,3	50,8%	431,6	52,0%	247,5	39,4%	5,7%	(42,7)%
Total Passivo e Patrimônio Líquido	804,5	100,0%	829,9	100,0%	627,4	100,0%	3,2%	(24,4)%

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de					
	2006	% do Total	2007	% do Total	% Variação 2006/2007
	(em milhões de R\$)				
Ativo Circulante					
Disponibilidades	80,2	13,6%	125,4	19,4%	56,3%
Contas a receber	46,3	7,9%	54,7	8,5%	18,1%
Provisão para créditos de realização duvidosa	(7,1)	(1,2)%	(6,9)	(1,1)%	(2,8)%
Estoques	32,7	5,5%	24,4	3,8%	(25,4)%
Impostos a recuperar	2,0	0,3%	3,1	0,5%	54,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8,1	1,4%	6,3	1,0%	(22,4)%
Outros ativos	4,2	0,7%	4,1	0,6%	(2,6)%
Total Ativo Circulante	166,4	28,2%	211,1	32,7%	26,9%
Realizável a Longo Prazo					
Estoques	1,9	0,3%	0,0	0,0%	(100,0)%
Partes relacionadas	1,7	0,3%	0,0	0,0%	(100,0)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11,2	1,9%	11,3	1,7%	0,6%
Impostos a recuperar	1,4	0,3%	2,5	0,4%	78,6%
Fomento Florestal	2,3	0,4%	2,3	0,4%	0,0%
Contas a receber	1,3	0,2%	1,3	0,2%	(0,2)%
Outros ativos	3,0	0,4%	1,9	0,2%	(36,7)%
Investimentos					
Outros investimentos	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0%
Imobilizado	385,5	65,4%	404,0	62,5%	4,8%
Intangível	2,1	0,4%	1,5	0,2%	(29,8)%
Diferido	12,6	2,1%	10,5	1,6%	(16,6)%
Total do Ativo não Circulante	423,1	71,8%	435,4	67,3%	2,9%
Total do Ativo	589,5	100,0%	646,5	100,0%	9,7%
Passivo Circulante					
Fornecedores	34,6	5,9%	29,7	4,6%	(14,2)%
Empréstimos e Financiamentos	59,3	10,1%	68,7	10,6%	15,9%
Salários, provisões e contribuições sociais	5,5	0,9%	6,8	1,0%	22,5%
Impostos a recolher	6,1	1,0%	10,1	1,5%	65,6%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0,3	0,1%	0,2	0,1%	(33,3)%
Dividendos a pagar	0,0	0,0%	10,0	1,5%	-
Partes relacionadas	12,2	2,1%	0,0	0,0%	(100,0)%
Outras obrigações	2,0	0,3%	2,8	0,4%	38,8%
Total Passivo Circulante	120,2	20,4%	128,3	19,9%	6,8%
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	213,1	36,1%	215,9	33,4%	1,3%
Imposto de renda e contrib. social diferidos	54,5	9,2%	47,0	7,3%	(13,6)%
Provisão para contingências	4,5	0,8%	4,2	0,6%	(7,0)%
Outras obrigações	0,8	0,1%	0,6	0,1%	(25,0)%
Resultados de exercícios futuros	15,2	2,6%	15,2	2,3%	0,0%
Total Passivo não Circulante	288,0	48,8%	282,8	43,7%	(1,8)%
Participação Minoritária	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
Patrimônio Líquido					
Capital Social	96,9	16,4%	116,7	18,0%	20,4%
Reserva de Capital	0,1	0,0%	50,3	7,8%	50.200,0%
Reservas de reavaliação	78,0	13,2%	68,2	10,5%	(12,6)%
Reservas de lucros	0,2	0,0%	0,2	0,0%	0,0%
Lucros (Prejuízos) Acumulados	6,2	1,0%	0,0	0,0%	(99,2)%
Total Patrimônio Líquido	181,4	30,8%	235,4	36,4%	29,8%
Total Passivo e Patrimônio Líquido	589,5	100,0%	646,5	100,0%	9,7%

Outras Informações - Demonstração do EBITDA - Ajustado

	Exercício Social		
	encerrado em 31 de dezembro de		
	2004	2005	2006
	(em milhões de R\$)		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	17,1	23,3	(2,2)
Resultado financeiro, líquido	19,7	14,7	35,8
Depreciação, amortização e exaustão	25,2	37,2	37,5
Imposto de renda e contribuição Social	6,8	11,3	3,4
Participação minoritária	1,9	2,5	0,7
Resultado não operacional	(0,5)	0,2	(0,2)
EBITDA-Ajustado	70,2	89,2	75,0

**Período de seis meses
encerrado em 30 de junho de**

	2006	2007
	(em milhões de R\$)	
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(1,5)	21,2
Resultado financeiro, líquido	10,9	5,0
Depreciação, amortização e exaustão	18,2	21,0
Imposto de renda e contribuição Social	7,5	5,7
Participação minoritária	0,8	-
Resultado não operacional	(0,2)	2,3
EBITDA-Ajustado	35,7	55,2

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL

Atualmente, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$116.692.628,55, representado por 92.056.318 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Na data deste Prospecto, a composição do capital social da Companhia é a seguinte:

Espécie e classe	Subscrito/Integralizado ⁽¹⁾	
	Quantidade	Valor (R\$)
Ordinárias	92.056.318	116.692.628,55
Total:	92.056.318	116.692.628,55

⁽¹⁾ Todas as Ações emitidas foram integralizadas e não têm valor nominal.

Após a conclusão da Oferta Pública, a composição do capital social da Companhia será a seguinte, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e classe	Subscrito/Integralizado	
	Quantidade	Valor (R\$) ⁽¹⁾
Ordinárias	108.449.761	336.692.634,30
Total	108.449.761	336.692.634,30

⁽¹⁾ Considerando o ponto médio da faixa indicativa de Preço por Ação constante da capa deste Prospecto.

Após a conclusão da Oferta Pública, considerando as Ações Suplementares a composição do capital social da Companhia será a seguinte:

Espécie e classe	Subscrito/Integralizado	
	Quantidade	Valor (R\$) ⁽¹⁾
Ordinárias	113.040.785	436.705.750,30
Total	113.040.785	436.705.750,30

⁽¹⁾ Considerando o ponto médio da faixa indicativa de Preço por Ação constante da capa deste Prospecto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos acionistas da Companhia, titulares de mais de 5% das ações ordinárias da Companhia, nesta data, e após a conclusão da Oferta Pública, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares:

Acionistas	Na data deste Prospecto		Após a Oferta Pública	
	Ações	(%)	Ações	(%)
Companhia Ligna de Investimentos	68.263.484	74,2	67.342.921	62,1
FIP	9.205.630	10,0	0	0,0
Andréa Seibel C. Ferreira	5.250.000	5,7	5.250.000	4,8
Alex Laserna Seibel	5.250.000	5,7	5.250.000	4,8
Outros	4.087.204	4,4	30.606.840	28,2
Total	92.056.318	100,0	108.449.761	100,0

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos acionistas da Companhia, titulares de mais de 5% das ações ordinárias da Companhia nesta data, e após a conclusão da Oferta Pública, assumindo a colocação da totalidade das Ações, e o exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Acionistas	Na data deste Prospecto		Após a Oferta Pública	
	Ações	(%)	Ações	(%)
Companhia Ligna de Investimentos	68.263.484	74,2	67.342.921	59,6
FIP	9.205.630	10,0	0	0
Andréa Seibel C. Ferreira	5.250.000	5,7	5.250.000	4,6
Alex Laserna Seibel	5.250.000	5,7	5.250.000	4,6
Outros	4.087.204	4,4	35.197.864	31,1
Total	92.056.318	100,0	113.040.785	100,0

DESCRIÇÃO DA OFERTA

Serão ofertadas 30.606.832 Ações, sendo (i) 16.393.443 novas Ações emitidas pela Companhia na Oferta Primária; e (ii) 14.213.389 Ações emitidas pela Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores na Oferta Secundária. As Ações serão colocadas em mercado de balcão não-organizado no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta.

Simultaneamente à distribuição pública das Ações no Brasil, serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacional esforços de colocação das Ações nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com a Regra 144A, em ambos os casos com base em isenção de registro previstos no *Securities Act*, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil) em conformidade com o Regulamento S, em ambos os casos com base em isenção de registro previstos no *Securities Act*. Os Investidores Institucionais Estrangeiros, junto aos quais serão conduzidos esforços de colocação no exterior, deverão ser registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM 325 e na Resolução CMN 2.689. As Ações objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente adquiridas, liquidadas e pagas aos Coordenadores Globais, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações (sem considerar as Ações Adicionais) pode ser acrescida das Ações Suplementares, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado pelos Coordenadores Globais no decorrer da Oferta. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em decisão conjunta com o Credit Suisse, a partir da assinatura do Contrato de Distribuição até 30 dias a partir da data de início de negociação das Ações da Companhia na BOVESPA, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares), a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores Globais, poderá ser acrescida das Ações Adicionais, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.

Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações junto à SEC dos Estados Unidos ou qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

PREÇO POR AÇÃO

O preço de emissão e/ou aquisição por Ação será fixado após a realização de pedidos de reserva por Investidores Não Institucionais e a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, conduzido para Investidores Institucionais e Investidores Institucionais Estrangeiros pelos Coordenadores Globais, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1º e 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas com tais Investidores Institucionais e Investidores Institucionais Estrangeiros. Neste sentido, nos termos do inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e de que as ações serão distribuídas por meio de oferta pública. Os Investidores Não Institucionais interessados que aderirem à Oferta não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de fixação do Preço por Ação. Anteriormente à verificação do preço de mercado para as Ações, considerando que se trata de oferta pública inicial, há uma faixa sugerida de preço (de R\$13,00 a R\$17,50), na qual poderá se situar o Preço por Ação.

QUANTIDADE, VALOR, ESPÉCIE E RECURSOS LÍQUIDOS

Na hipótese de não haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares e a oferta das Ações Adicionais e considerando a distribuição total das Ações originalmente ofertadas:

Oferta	Quantidade	Preço por Ação⁽¹⁾ (R\$)	Comissões⁽²⁾ (R\$)	Recursos líquidos (R\$)
Oferta Primária	16.393.443	15,25	0,70	238.572.198,27
Oferta Secundária	14.213.389	15,25	0,70	206.846.082,21
Total	30.606.832	466.754.188,00	21.335.907,52	445.418.280,48

⁽¹⁾ Considerando o ponto médio da faixa indicativa de Preço por Ação constante da capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Incluindo despesas da Oferta.

Na hipótese de haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares e considerando a distribuição total das Ações originalmente ofertadas:

Oferta	Quantidade	Preço por Ação⁽¹⁾ (R\$)	Comissões⁽²⁾ (R\$)	Recursos líquidos (R\$)
Oferta Primária	20.984.467	15,25	0,69	305.623.320,16
Oferta Secundária	14.213.389	15,25	0,69	207.007.551,68
Total	35.197.856	536.767.304,00	24.136.432,16	512.630.871,84

⁽¹⁾ Considerando o ponto médio da faixa indicativa de Preço por Ação constante da capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Deduzindo despesas da Oferta.

CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia estima que o valor dos gastos totais, incluindo comissões, taxas e despesas, a serem efetuados por ela na Oferta estará em torno de R\$21.335.907,52 milhões.

Os custos de distribuição da Oferta serão divididos entre a Companhia e os Acionistas Vendedores. Abaixo segue descrição dos custos relativos à Oferta:

Comissões e Despesas	Valor⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta⁽²⁾
Comissão de Coordenação	3.500.656,41	0,75%
Prêmio de Garantia Firme	3.500.656,41	0,75%
Comissão de Colocação	7.001.312,82	1,50%
Comissão de Incentivo	4.667.541,88	1,00%
Total de Comissões	18.670.167,52	4,00%
Taxas de Registro na CVM	165.740,00	0,04%
Outras Despesas ⁽³⁾	2.500.000,00	0,54%
Total	2.665.740,00	4,57%

⁽¹⁾ Considerando o ponto médio da faixa indicativa de Preço por Ação constante da capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Sem levar em consideração o exercício integral da Opção de Ações Suplementares e a oferta das Ações Adicionais e levando em consideração a distribuição total das Ações inicialmente ofertadas.

⁽³⁾ Custos estimados com advogados, auditores e publicidade da Oferta

APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A autorização para realização do aumento de capital da Companhia, a realização da Oferta Primária, a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição de ações da Oferta Primária e a determinação da quantidade de Ações a serem emitidas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 31 de agosto de 2007 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 04 de setembro de 2007, e no jornal Valor Econômico em 03 de setembro de 2007.

O aumento de capital e a correspondente fixação do Preço por Ação serão aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta Primária pela CVM.

A autorização para a alienação das Ações de titularidade da Companhia Ligna de Investimentos e do FIP e a realização da Oferta Secundária foram aprovadas em reuniões dos órgãos societários competentes realizada em 31 de agosto de 2007 e 15 de agosto de 2007, respectivamente. O Preço por Ação será aprovado pelos órgãos competentes da Companhia Ligna de Investimentos e do FIP antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

PÚBLICO ALVO DA OFERTA

A Oferta será direcionada a (i) investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados investidores institucionais, bem como clubes de investimento que decidirem participar da oferta de varejo (“Investidores Não Institucionais”), observado o valor mínimo de investimento de R\$3.000,00 (três mil Reais) e o valor máximo de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil Reais) por Investidor Não Institucional (“Valor Mínimo” e “Valor Máximo”, respectivamente) (a “Oferta de Varejo”); e (ii) Investidores institucionais, incluindo fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registrados na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, sociedades de previdência complementar e capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência privada, pessoas jurídicas não financeiras com patrimônio líquido superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA cujas ordens de investimento excedam o limite máximo de investimento de R\$300 mil para Investidores Não Institucionais.

CRONOGRAMA E PROCEDIMENTOS DA OFERTA

Os Coordenadores Globais elaborarão um plano de distribuição, desenvolvido em conjunto com a Companhia e os Acionistas Vendedores, o qual deverá levar em conta o objetivo de criar uma base diversificada de acionistas, observando-se, para isso, os diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macro-econômica internacional e brasileira, assim como as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores.

Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista ⁽¹⁾
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Corretoras Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início do <i>road show</i> Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	03/09/2007
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Corretoras Consorciadas) Início do Período de Reserva (inclusive para Pessoas Vinculadas)	10/09/2007
3.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	11/09/2007
4.	Encerramento do Período de Reserva	18/09/2007
5.	Encerramento das apresentações de <i>road show</i> Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Assinaturas do Contrato de Distribuição e do <i>Placement Facilitation Agreement</i> Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	19/09/2007
6.	Publicação do Anúncio de Início	20/09/2007
7.	Início da negociação das ações no Novo Mercado da Bovespa	21/09/2007
8.	Data de Liquidação	25/09/2007
9.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	19/10/2007
10.	Data de Liquidação das Ações Suplementares	24/10/2007
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento	25/10/2007

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, antecipações e adiamentos.

Procedimentos da Oferta

Após a concessão do registro de companhia aberta à Companhia pela CVM, a publicação do Aviso ao Mercado, a disponibilização do Prospecto Preliminar, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações, em mercado de balcão não-organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400, e o esforço de dispersão acionária, por meio da Oferta de Varejo junto aos Investidores Não Institucionais e da Oferta Institucional junto aos Investidores Institucionais e Investidores Institucionais Estrangeiros, sendo que a Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores e pelo Coordenador Contratado.

O plano de distribuição das Ações, organizado pelos Coordenadores Globais, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores Globais e da Companhia, observado, entretanto, que os Coordenadores Globais deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores e realizar os melhores esforços de dispersão acionária.

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Ações sem considerar as Ações Suplementares ou as Ações Adicionais, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais e, até 1,0% do total de Ações Ordinárias inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) será destinado às Pessoas Vinculadas, que terão prioridade para aquisição desde que tenham realizado Pedido de Reserva de acordo com as condições ali previstas e o seguinte procedimento:

- I. durante o respectivo Período de Reserva, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados deverá realizar Pedido de Reserva, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto no item IX abaixo junto a uma única Instituição Participante da Oferta, mediante preenchimento de formulário específico, sem necessidade de depósito do valor do investimento pretendido, observados o Valor Mínimo e o Valor Máximo (conforme definidos abaixo) por Investidor Não Institucional, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado. As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta corrente ou de conta de investimento neles aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta, e informações constantes do Prospecto Preliminar. Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais que verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta de investimento neles aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva;
- II. os Investidores Não Institucionais deverão realizar seus Pedidos de Reserva no período de 10 de setembro de 2007 a 18 de setembro de 2007 ("Período de Reserva"), sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam (Pessoas Vinculadas, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada e realizar seu Pedido de Reserva nos dias 10 de setembro de 2007 e 11 de setembro de 2007 ("Período de Reserva para Pessoas Vinculadas");
- III. caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações (excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelas Instituições Participantes da Oferta, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, exceto pela colocação de Ações junto aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas que tenham realizado Pedido de Reserva no prazo de apresentação do Pedido de Reserva para Pessoas Vinculadas a que se refere o inciso II acima;
- IV. caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva seja igual ou inferior ao montante de Ações destinados aos Investidores Não Institucionais, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva e as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais;
- V. caso o total de Pedidos de Reserva exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio entre os Investidores Não Institucionais, sendo que (a) até o limite de R\$5.000,00 (cinco mil Reais), inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo entre todos os Investidores Não Institucionais que tiverem apresentado Pedido de Reserva nos termos do inciso I acima, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva, até que se esgote o montante de Ações destinadas à Oferta de

Varejo; e (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva entre todos os Investidores Não Institucionais, desconsiderando-se as frações de Ações ("Rateio"). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores Globais, a quantidade de Ações destinada à Oferta de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de Rateio;

- VI. até as 16:00 horas do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por *fac-simile*, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio) e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- VII. até as 10:30 horas da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado no inciso VI acima, junto à Instituição Participante da Oferta em que realizou seu respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado;
- VIII. na Data de Liquidação, a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o Pedido de Reserva entregará as Ações alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional que com ele tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no inciso VII acima;
- IX. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional, ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o Pedido de Reserva (i) até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso VII acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF"), no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva; e
- X. caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta comunicará ao Investidor Não Institucional que com ela tenha realizado Pedido de Reserva, o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso VII acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

As Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas de acordo com o procedimento da Oferta de Varejo serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Ações.

Os Investidores Institucionais e Investidores Institucionais Estrangeiros interessados em participar da Oferta deverão apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento.

Caso as intenções de investimento obtidas durante o Procedimento de *Bookbuilding* excedam o total de Ações remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores Globais darão prioridade aos Investidores Institucionais e Investidores Institucionais Estrangeiros que, a seu exclusivo critério, melhor atendam o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

A subscrição ou compra das Ações será formalizada mediante assinatura (i) de boletim de subscrição, quando se tratar de Ações da Oferta Primária ou (ii) de contrato de compra e venda, quando se tratar de Ações da Oferta Secundária.

Os Agentes de Colocação Internacional realizarão, ainda, esforços de colocação das Ações nos Estados Unidos para investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, em ambos os casos com base em isenção de registro previstos no *Securities Act*, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S, nos termos do Placement Facilitation Agreement.

Prazo

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação pública das Ações deverá ocorrer dentro do Período de Colocação.

A liquidação física e financeira da Oferta, observado o disposto no item abaixo, deverá ser realizada na Data de Liquidação.

Caso as Ações que tenham sido alocadas não sejam totalmente liquidadas até o final do Período de Colocação, cada um dos Coordenadores Globais, individualmente e sem solidariedade entre eles, subscreverão ou comprarão, até o último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada Coordenador Global previsto no Contrato de Distribuição, o saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações objeto da garantia firme de liquidação individual e não solidária prestada por cada um dos Coordenadores Globais; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou compraram.

Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores Globais antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Ações será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, exceto no caso de atividade de estabilização realizada nos termos do Contrato de Estabilização.

Não serão negociados recibos de subscrição durante o Período de Colocação.

O investimento em ações representa um investimento de risco, visto que é um investimento em renda variável e, assim, investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir as Ações. Para maiores informações, vide seção “Fatores de Risco” na página 45 deste Prospecto.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia celebrará com os Acionistas Vendedores, os Coordenadores Globais e a CBLC, na qualidade de interveniente anuente, o Contrato de Distribuição, por meio do qual os Coordenadores Globais concordarão em efetuar a colocação, sem solidariedade, das Ações em regime de garantia firme, de acordo com os limites individuais de cada Coordenador Global indicados na tabela abaixo:

	<u>Número de Ações</u>
Coordenador Líder.....	15.303.416
Credit Suisse.....	15.303.416
Total:	<u><u>30.606.832</u></u>

As Ações serão colocadas no Brasil pelos Coordenadores Globais ou, conforme o caso, pelo Coordenador Contratado e pelas Corretoras Consorciadas, coordenados pelos Coordenadores Globais, em regime de garantia firme de liquidação.

Nos termos do *Placement and Facilitation Agreement*, os Agentes de Colocação Internacional realizarão, exclusivamente no exterior, esforços de colocação das Ações a Investidores Institucionais Estrangeiros. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas, liquidadas e pagas ao Coordenador Líder, em moeda corrente nacional no Brasil.

O Contrato de Distribuição e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem que a obrigação dos Coordenadores Globais e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como (i) a entrega de opiniões legais por seus assessores jurídicos; (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de ações ordinárias pela Companhia, Acionista Controlador e Administradores; e (iii) a emissão de carta de conforto pelos auditores independentes da Companhia relativa às demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras e estatísticas da Companhia

contidas neste Prospecto. As Ações estão sendo ofertadas pelas Instituições Participantes da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional pelo Preço por Ação.

De acordo com o *Placement Facilitation Agreement*, nós e os Acionistas Vendedores nos obrigamos a indenizar os Agentes de Colocação Internacional por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Circular*, datado da data do Prospecto Preliminar, e no *Confidential Offering Circular*, datado da data do Prospecto Definitivo. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta dessa cláusula de indenização. Adicionalmente, o *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à legislação dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Os contratos de distribuição e estabilização poderão ser obtidos junto ao Coordenador Líder da Oferta, no endereço indicado neste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores Globais de subscrever ou comprar, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a quantidade de Ações até o limite referido no Contrato de Distribuição. Esta garantia será vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding* e assinado o Contrato de Distribuição. Caso a totalidade das Ações não tenha sido totalmente subscrita ou comprada durante o Período de Colocação, os Coordenadores Globais subscreverão, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (a) a quantidade de ações objeto da garantia firme individual e não solidária de liquidação prestada Coordenadores Globais; e (b) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que a subscreveram ou compraram, observado o limite e a proporção da garantia firme individual e não solidária de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores Globais no Contrato de Distribuição.

RESTRICÇÕES À NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES (LOCK-UP)

A Companhia, o FIP, a Família Seibel, o Acionista Controlador e os Administradores concordam que não irão vender, transferir ou onerar quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início. Especificamente, a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Acionista Controlador e os Administradores concordam, sujeito a determinadas exceções, que não irão, direta ou indiretamente:

- oferecer, vender, comprometer-se a vender ou onerar quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia;
- conceder opção de compra ou de qualquer outra forma dispor ou comprometer-se a dispor, direta ou indiretamente, de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de qualquer outro título que constitua direito de receber indiretamente ações ordinárias de emissão da Companhia, ou de qualquer outro título conversível em, permutável por, ou que outorgue direito de subscrição de ações;
- solicitar ou requerer que a Companhia arquive um pedido de registro junto à CVM de oferta ou venda de ações ordinárias de emissão da Companhia; ou
- celebrar qualquer instrumento ou outros acordos que transfiram a outra pessoa, no todo ou em parte, de qualquer forma, qualquer dos direitos patrimoniais relativos as ações ordinárias, independentemente de qualquer destas operações serem efetivamente liquidadas mediante a entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia, em dinheiro, ou de outra forma.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, após o decurso desse período inicial, os administradores e os Acionistas Vendedores não poderão, por 6 (seis) meses adicionais, vender ou ofertar a venda de mais do que 40% das ações de emissão da Companhia, ou derivativos lastreados em tais ações, de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Estas disposições de restrição de venda de ações aplicam-se a ações ordinárias e a valores mobiliários conversíveis de emissão da Companhia em, permutáveis por, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações.

ESTABILIZAÇÃO DO PREÇO DAS AÇÕES

O Coordenador Líder, por intermédio da UBS Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço das Ações, a partir da data de início de negociação das Ações da Companhia na BOVESPA e pelo prazo de até 30 dias, por meio de operações de compra e venda das Ações, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES

As Ações conferem aos seus titulares os seguintes direitos:

- direito de voto nas Assembléias Gerais da Companhia;
- direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ;
- em caso de alienação a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, direito de alienação de suas ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante;
- todos os demais direitos assegurados às Ações, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações; e
- ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação.

ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES

Em 28 de agosto de 2007, a Companhia celebrou o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início. As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado no dia 19 de setembro de 2007, sob o código SATI3. Para maiores informações sobre a negociação das Ações na BOVESPA, consulte uma sociedade corretora de valores mobiliários autorizada a operar na BOVESPA. As Ações serão listadas para negociação no segmento Novo Mercado um dia após a publicação do Anúncio de Início, inclusive. Não será realizado nenhum registro da Oferta na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder, em conjunto, poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias de fato, existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de registro.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes. Uma vez aceito o pedido de revogação da Oferta pela CVM, os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda eventualmente firmados serão automaticamente cancelados e tornar-se-ão ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal utilizado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27, caput, da Instrução CVM 400, por meio da publicação de anúncio de retificação da Oferta ("Anúncio de Retificação") ou anúncio de revogação, conforme o caso.

Em se tratando de modificação na Oferta, após a publicação do respectivo Anúncio de Retificação, o Coordenador Líder só aceitará ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que indicarem em campo específico estarem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 05 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores mantêm a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, da quantia relativa à CPMF, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se a alíquota for superior a zero, do valor relativo à CPMF.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES E O COORDENADOR CONTRATADO

UBS Pactual

Além do relacionamento referente à Oferta Pública, a Companhia e os Acionistas Vendedores mantiveram e mantêm relacionamento comercial com o Coordenador Líder de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder para assessorá-los, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Adicionalmente, a Companhia é avalista de financiamento concedido à Companhia Ligna pelo Banco Pactual S.A., sucedido pelo Coordenador Líder, em 18 de setembro de 2006, cujo saldo atualizado em 30 de junho de 2007 era de R\$35.575.804,08. Para maiores detalhes ver “Operações com Partes Relacionadas” na página 127 deste Prospecto.

Os Srs. Salo Davi Seibel e Helio Seibel obtiveram, em 04 de maio de 2006, um financiamento do Banco Pactual S.A., sucedido pelo Coordenador Líder, cujo saldo atualizado em 30 de junho de 2007 era de R\$36.683.945,72, cada.

O administrador e o gestor do FIP (um dos Acionistas Vendedores) são a UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e a UBS Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda., respectivamente, e pertencem ao mesmo grupo econômico do Coordenador Líder.

Negociações com Derivativos

O UBS AG, London Branch e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações com derivativos tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxa de juros fixas ou flutuantes. O UBS AG, London Branch e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão ocasionar um aumento da demanda pelas Ações na Oferta, e, potencialmente, afetar o preço ou outros termos da Oferta.

Credit Suisse

Além do relacionamento referente à Oferta Pública, a Companhia e os Acionistas Vendedores mantiveram e mantêm relacionamento comercial com o Credit Suisse de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, e poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse para assessorá-los, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades. a Companhia e os Acionistas Vendedores não possuem qualquer

relacionamento com o Credit Suisse, mas poderão, no futuro, contratá-lo ou contratar sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los na realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Negociações com Derivativos

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações com derivativos de Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Unibanco

Além do relacionamento referente à presente Oferta, o Unibanco e/ou demais instituições integrantes de seu conglomerado financeiro mantém relacionamentos com a Companhia, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Nesse contexto, o Unibanco e/ou demais instituições financeiras de seu conglomerado financeiro, realizam: (i) operações de *cash management*; (ii) serviços de conta corrente, sendo que o Unibanco possui posto de atendimento bancário (PAB) em filial da Companhia em Uberaba e na sede em São Paulo; (iii) contrato de seguro patrimonial; (iv) operações de fiança; (v) operações de comprar; e (vi) operações de capital de giro.

Além do relacionamento referente à presente Oferta, o Unibanco mantém relacionamentos comerciais com a Companhia Ligna de Investimentos, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. Nesse contexto, o Unibanco presta serviços de conta corrente para a Companhia Ligna de Investimentos.

Além do relacionamento oriundo da Oferta, o Unibanco não mantém atualmente relações comerciais relevantes com os Srs. Salo Davi Seibel, Helio Seibel e o FIP, mas, no futuro, poderá prestar serviços de bancos de investimentos, consultoria financeira e outros serviços, pelos quais pretende ser remunerado.

Banco Safra de Investimento

Além da presente Oferta, o Banco Safra de Investimento S/A e as demais instituições financeiras integrantes do Grupo Safra não mantiveram, até a presente data, relacionamentos comerciais com a Companhia. No âmbito da Oferta, exceto as comissões descritas neste Prospecto, o Banco Safra de Investimento S/A não receberá nenhum valor adicional.

Além da presente Oferta, o Banco Safra de Investimento S/A e as demais instituições financeiras integrantes do Grupo Safra não mantiveram, até a presente data, relacionamentos comerciais com os Acionistas Vendedores. Não há qualquer contrato entre o Banco Safra S.A. e/ou as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro com tais Acionistas Vendedores cuja condição seja a realização da presente Oferta ou cuja remuneração esteja atrelada a ela.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS AÇÕES

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Bradesco S.A.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os Coordenadores recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos Fatores de Risco e dos demais riscos a elas inerentes.

Para a obtenção de maiores informações sobre a Oferta, os investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro, nº 111, 5.º andar, Rio de Janeiro – RJ, tel.: (21) 3233-8686, (b) Rua Libero Badaró, n.º 471, 10º andar, São Paulo – SP, tel.: (11) 2146-2000 ou contatar quaisquer das Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo:

Coordenadores Globais

Banco UBS Pactual S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 9º andar
São Paulo, São Paulo

At. Sr. Evandro Pereira (responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o parágrafo 3º, inciso III, do artigo 33 da Instrução CVM 400).

Tel: (11) 3383-2000

Fax: (11) 3383-2001

evandro.pereira@ubs.com

www.ubs.com/ubspactual

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 13º andar
São Paulo, São Paulo

At. Sr. Allan Libman

Tel: (11) 3841-6414

Fax: (11) 3841-6912

allan.libman@credit-suisse.com

www.credit-suisse.com

Coordenador

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Av. Eusébio Matoso, n.º 891, 20º andar
São Paulo, SP

At. André Tosello Laloni

Tel.: (11) 3584-4523

Fax: (11) 3584-4501

e-mail: andre.laloni@unibanco.com.br

www.unibanco.com.br/prospectos

Coordenador Contratado

Banco Safra de Investimentos S.A.

Av. Paulista, 2100

São Paulo, São Paulo

At. Paulo Henrique Medeiros Arruda

Tel: (11) 3175-9372

Fax: (11) 3175-9372

e-mail: paulo.arruda@safra.com.br

www.safra.com.br

Corretoras Consorciadas

Informações das corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas junto à CBLC para participar da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado. Informações adicionais sobre as Corretoras Consorciadas poderão ser obtidas no *website* da CBLC (www.cbcl.com.br).

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

1. COMPANHIA

Satipel Industrial S.A.

Rua Bartolomeu Paes, 136
São Paulo, São Paulo

Laércio K. S. Lessa
Diretor de Relações com Investidores
Tel: (11) 3646-4613
Fax: (11) 3646-4625
e-mail: laercio.lessa@satipel.com.br

2. ACIONISTAS VENDEDORES

Salo Davi Seibel
Rua Bartolomeu Paes, 136
São Paulo, São Paulo
Tel: (11) 3646-4600
Fax: (11) 3646-4625

Helio Seibel
Rua Bartolomeu Paes, 136
São Paulo, São Paulo
Tel: (11) 3646-4600
Fax: (11) 3646-4625

FIP – Fundo de Investimento em Participações Industrial
Praia de Botafogo, 300, 10º andar, parte
Bruno Constantino
Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 3262-5011
Fax: (21) 3262-5133

Companhia Ligna de Investimentos
Rua Bartolomeu Paes, 136
São Paulo, São Paulo
Orlando Leite
Tel: (11) 3646-4689
Fax: (11) 3646-4625
e-mail: orlando.leite@ligna.com.br

3. COORDENADOR GLOBAL (LÍDER)

Banco UBS Pactual S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 9º andar
São Paulo, São Paulo

Evandro Pereira
Tel: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2474
evandro.pereira@ubs.com

O Sr. Evandro Pereira é o responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o parágrafo 3º, inciso III, do artigo 33 da Instrução CVM 400.

4. COORDENADOR GLOBAL

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 13º andar
São Paulo, São Paulo

Allan Libman
Tel: (11) 3841-6414
Fax: (11) 3841-6912
allan.libman@credit-suisse.com

5. COORDENADOR

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Av. Eusébio Matoso, n.º 891, 20º andar
São Paulo, SP
At. André Tosello Laloni
Tel.: (11) 3584-4523
Fax: (11) 3584-4501
e-mail: andre.laloni@unibanco.com.br
www.unibanco.com.br/prospectos

6. COORDENADOR CONTRATADO

Banco Safra de Investimentos S.A.

Av. Paulista, 2100
São Paulo, São Paulo
At. Paulo Henrique Medeiros Arruda
Tel: (11) 3175-9372
Fax: (11) 3175-9372
e-mail: paulo.arruda@safra.com.br
www.safra.com.br

7. CONSULTORES LEGAIS

7.1. Consultor da Companhia e Acionistas Vendedores para Direito Brasileiro

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
São Paulo, São Paulo

Carlos Barbosa Mello
Tel: (11) 3147-7607
Fax: (11) 3147-7770
e-mail: cmello@mattosfilho.com.br

7.2. Consultor da Companhia e Acionistas Vendedores para Direito dos Estados Unidos da América

Shearman & Sterling LLP

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 17º andar
São Paulo, São Paulo

André B. Jánszky
Tel: (11) 3702-2202
Fax: (11) 3702-2230
e-mail: ajanszky@shearman.com

7.3. Consultor dos Coordenadores para Direito Brasileiro

Veirano Advogados

Av. das Nações Unidas, 12.995, 18º andar
São Paulo, São Paulo

Ricardo C. Veirano
Tel: (11) 5503-3719
Fax: (11) 5505-3990
e-mail: ricardo.veirano@veirano.com.br

7.4. Consultor dos Coordenadores para Direito dos Estados Unidos da América

Davis Polk & Wardwell

450 Lexington Avenue
New York, NY 10017
USA

Manuel Garciadiaz
Tel: (1-212) 450-6095
Fax: (1-212) 450-3428
e-mail: manuel.garciadiaz@dpw.com

8. AUDITORES DA COMPANHIA

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rua Alexandre Dumas, 1.981, 1º andar
São Paulo, São Paulo

Edimar Facco
Tel: (11) 5186-1230
Fax: (11) 5186-1049
e-mail: efacco@deloitte.com

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

IDENTIFICAÇÃO	A Satipel Industrial S.A. é uma sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 97.837.181/0001-47, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.154.410.
REGISTRO NA CVM	A Companhia encontra-se registrada na CVM sob o nº [•].
SEDE	Rua Bartolomeu Paes, 136, São Paulo – SP, CEP: 05092-000.
PRAZO DE DURAÇÃO	A Companhia tem prazo de duração indeterminado.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Laércio K. S. Lessa Rua Bartolomeu Paes, 136 05092-000 São Paulo - SP Tel: (11) 3646-4615 Fax: (11) 3646-4625 e-mail: laercio.lessa@satipel.com.br
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	O atendimento aos acionistas da Companhia é feito pelo telefone (11) 3646-4600, pelo fax (11) 3646-4625 e pelo e-mail: ri@satipel.com.br. Este atendimento também é realizado pelo Banco Bradesco S.A., instituição escrituradora das ações da Companhia, pelo telefone (11) 3684-4522, pelo fax (11) 3684-2714 e pelo e-mail: 4010.acoes@bradesco.com.br.
AUDITORES INDEPENDENTES	Para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005, 2006 e períodos encerrados em 30 de junho de 2006 e 2007, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS	A Companhia solicitou a listagem de suas ações na BOVESPA e terá suas ações negociadas na BOVESPA sob o código “SATI3”.
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	As informações referentes à Companhia serão divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico após a concessão de seu registro de companhia aberta.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia prepara suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. As seguintes demonstrações financeiras estão incluídas neste Prospecto:

- Balanços patrimoniais consolidados da Companhia, levantados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e demonstrações dos resultados consolidadas, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos consolidadas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, conforme as normas brasileiras de auditoria; e
- Demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007 auditadas, e demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 revisadas na extensão dos procedimentos definidos pelo NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria nº 04 – Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras.

As informações e dados estatísticos relativos ao mercado em que a Companhia atua foram obtidos junto a relatórios de consultorias independentes, órgãos governamentais e publicações em geral. Em que pese a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores Globais acreditarem na credibilidade de tais fontes de informação, estes não realizaram qualquer verificação independente quanto àquelas informações ou dados estatísticos, pelo que não se pode garantir sua exatidão e completude.

No presente Prospecto, os termos “Real”, “Reais” e o símbolo “R\$” referem-se à moeda oficial do Brasil. Os termos “dólar” e “dólares”, assim como o símbolo “US\$”, referem-se à moeda oficial dos Estados Unidos.

Alguns números constantes do presente Prospecto podem não representar totais exatos em virtude de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados totais constantes de algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem. As informações financeiras disponibilizadas neste Prospecto, quando referidas à Companhia, consideram as informações financeiras consolidadas da Companhia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente na Seção “Sumário da Companhia”, “Fatores de Risco”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, “Visão Geral do Setor” e “Atividades da Companhia”. As estimativas e perspectivas para o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os negócios da Companhia. Muitos fatores importantes, além dos fatores discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente os resultados da Companhia tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- a conjuntura econômica, de negócios e política no País, em particular nas regiões em que a Companhia opera;
- eventos de força maior;
- interrupção nos serviços da Companhia;
- inflação, valorização e desvalorização do Real e flutuações nas taxas de juros;
- a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia, seu plano de investimentos em manutenção, incluindo sua capacidade de obter financiamento quando necessário e em condições razoáveis, bem como sua estratégia de *marketing*;
- a capacidade da Companhia de acompanhar e aplicar em seus serviços as evoluções tecnológicas nascentes;
- alteração na regulamentação tributária, inclusive encargos setoriais;
- alteração nas estratégias e planos do Acionista Controlador da Companhia;
- outros fatores que podem afetar condições financeiras, liquidez e resultados das operações da Companhia; e
- outros fatores de risco apresentados na Seção “Fatores de Risco” na página 45 deste Prospecto.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem a Companhia, nem os Acionistas Vendedores, nem os Coordenadores assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto Preliminar podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto Preliminar.

FATORES DE RISCO

O investimento em ações pode envolver um alto grau de risco. Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das Ações, os potenciais investidores devem considerar cuidadosa e atentamente todas as informações contidas neste Prospecto e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Os negócios, a situação financeira e os resultados das operações da Companhia podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das Ações pode cair devido a quaisquer destes riscos, sendo que há possibilidade de perda de parte ou de todo o seu investimento. Para os fins da presente seção, a indicação de que um risco pode ter ou terá um “efeito adverso para a Companhia” significa que o risco pode ter ou terá um efeito adverso nos negócios da Companhia, condições financeiras, liquidez, resultados das operações e valor das Ações da Companhia. Outros riscos que não são atualmente do conhecimento da Companhia, Acionistas Vendedores e Coordenadores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, poderão ter um efeito adverso para a Companhia.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades e no preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. As atividades, situação financeira, resultados operacionais da Companhia e o preço de mercado das ações de sua emissão poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- política monetária;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, conforme ocorrido em 1987 e 1991;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- instabilidade social;
- instabilidade dos preços;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- impactos da legislação ambiental;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

O desempenho da economia brasileira, no passado, sofreu impactos em virtude do cenário político do País. As crises políticas, no passado, afetaram a confiança de investidores e do público em geral, bem como tem tido efeitos adversos no desenvolvimento da economia. A Companhia não pode prever as conseqüências de eventuais novas crises políticas, bem como seus efeitos na economia e nos seus resultados operacionais. Crises políticas podem impactar adversamente a economia brasileira e, por conseqüência, os resultados operacionais da Companhia e o valor de mercado das Ações.

A inflação e as medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real, em 1994. A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do Real em relação ao dólar podem criar pressões

inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal, que podem afetar a economia como um todo, inclusive a Companhia e a seus clientes.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, gerando conseqüências negativas para os negócios, a condição financeira e o resultado de operações da Companhia.

O Banco Central estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral, de acordo com a expansão ou redução da economia brasileira, nível da inflação e outras políticas. Em 2002 e 2003, as taxas básicas de juros oscilaram de 18% a 26,5%. A taxa básica de juros permaneceu em alta até junho de 2003, quando o Banco Central iniciou a trajetória de decréscimo da taxa básica de juros. Posteriormente, ao longo do ano de 2004 e nos primeiros meses de 2005, a taxa de juros básica voltou a sofrer majoração por decisão do Banco Central. Contudo, em 2006 a taxa de juros básica voltou a sofrer uma redução chegando a 13,25% ao final daquele ano, sendo que, na data deste Prospecto, a taxa básica de juros era de 11,5%.

As dívidas de companhias do setor de atuação da Companhia estão sujeitas à variação das taxas de juros praticadas no mercado. Na hipótese de elevação das taxas de juros, os custos e pagamentos do serviço da dívida da Companhia serão aumentados. Neste caso, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações da Companhia poderão vir a ser afetados negativamente.

Em 30 de junho de 2007, significativa parte do endividamento da Companhia era denominada em Reais ou possuía swap para Reais, atrelado a taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, tais como TJLP, CDI e TR. Em 30 de junho de 2007, o valor líquido da dívida financeira da Companhia era de R\$ 159,2 milhões, sendo que desse total a quase totalidade está sujeita a taxas de juros variáveis. Portanto, uma elevação das taxas de juros e índices de inflação poderá ter impacto negativo no resultado da Companhia, na medida em que pode aumentar os custos de sua dívida.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao dólar. Embora o real tenha valorizado 11,8 % e 8,7% em relação ao dólar em 2005 e 2006 respectivamente, não se pode garantir que o real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao dólar novamente. Em 30 de junho de 2007, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$1,93 por US\$1,0 acumulando valorização de 9,9% no ano.

As desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e de forma particular os resultados da Companhia. Em 30 de junho de 2007, as dívidas da Companhia em moeda estrangeira representavam apenas 5% do total de seu endividamento financeiro.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nas economias emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

A economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e as companhias brasileiras são, em diferentes intensidades, impactadas pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e de outros países emergentes, bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições. A oferta de crédito a empresas brasileiras é influenciada pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variáveis, pelas condições de mercado de outros países emergentes, principalmente países da América Latina.

Acontecimentos ou condições de outros países emergentes já afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e queda no volume de investimentos estrangeiros no Brasil. Não há como garantir que futuros acontecimentos em países emergentes, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países, não afetarão a oferta de crédito no mercado local e internacional de modo adverso causando efeitos negativos na economia brasileira, nos negócios e nos resultados da Companhia. Considerando que a Companhia atua em setor que exige investimentos de capital significativos, caso o seu acesso ao mercado de capitais e de crédito seja limitado, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para cumprir seu plano de investimentos e manter sua participação de mercado, afetando de forma negativa seus resultados e sua condição financeira, bem como o valor de mercado das Ações.

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR

A dependência da Companhia relativa ao setor moveleiro ou de construção civil pode afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

O segmento de painéis de MDP da Companhia é em grande parte vendido para a indústria moveleira. O MDF, por sua vez, além da aplicação em móveis seriados, tem como importantes canais de distribuição o varejo de materiais para marcenaria e também o setor de construção civil. Os ritmos de crescimento do setor moveleiro e de construção civil são diretamente afetados por fatores tais como a taxa de juros, o nível de emprego e de renda na economia, além dos efeitos da inflação. Uma eventual estagnação ou crise nos setores moveleiro ou de construção civil poderá afetar adversamente o desempenho e os resultados da Companhia.

O aumento da concorrência no setor em que a Companhia atua pode afetar adversamente sua margem.

A concorrência no setor de atuação da Companhia aumentou significativamente nos últimos anos, com o incremento dos investimentos realizados por outras empresas que atuam nesse mercado, em especial no segmento de MDF. Assim, o aumento da concorrência, através do estabelecimento de novos produtores e novas fábricas de MDF e/ou MDP pode afetar adversamente seus negócios e também o preço de seus produtos, reduzindo suas margens.

Caso a expansão das florestas da Companhia não acompanhe a expansão de suas atividades industriais, ou caso não consiga adquirir madeira de terceiros, os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A principal matéria-prima de utilização da Companhia é a madeira. Hoje e no futuro próximo, considerando os investimentos recentes de aumento da capacidade de produção de MDP e também a nova unidade de MDF, a Companhia pode manter um percentual de auto-suficiência de matéria-prima de aproximadamente 90%, detendo florestas próximas às suas unidades industriais. No entanto, o mercado para aquisição de madeira é restrito. Caso a expansão das florestas não acompanhe a expansão futura da produção da Companhia, ou caso a Companhia não consiga adquirir as quantidades de madeira que necessita de terceiros em condições razoáveis, suas operações e, conseqüentemente, seu desempenho e resultados, poderão ser adversamente afetados.

Fatores naturais ou acidentes podem prejudicar as florestas da Companhia e/ou as florestas de terceiros dos quais a Companhia adquire madeira.

Caso ocorram eventos naturais ou acidentes que prejudiquem o cultivo da matéria-prima nas florestas detidas pela Companhia e/ou detidas por terceiros dos quais a Companhia adquire madeira, como estiagem, fogo, pragas, entre outros, o fornecimento de madeira pode vir a ser prejudicado. Adicionalmente, esses eventos podem provocar o aumento do preço de tal matéria-prima. Caso algum desses eventos naturais ou qualquer acidente venha a ocorrer nas florestas detidas pela Companhia e/ou detidas por terceiros dos quais a Companhia adquire madeira, os custos de produção da Companhia podem aumentar, afetando adversamente sua produção, suas margens e conseqüentemente os seus resultados.

A Companhia está sujeita a um rígido controle e ampla legislação ambiental, que pode implicar aumento de seus custos.

As instalações da Companhia estão sujeitas a rígidas leis federais, estaduais e municipais, assim como aos regulamentos e autorizações exigidos no que diz respeito à proteção do meio-ambiente e saúde da população. As atividades da Companhia a expõem à constante fiscalização por órgãos governamentais de proteção ao meio ambiente acerca do cumprimento da regulamentação ambiental aplicável. Assim, qualquer alteração na regulamentação ambiental aplicável à Companhia ou em sua interpretação poderá acarretar aumento dos custos envolvidos no atendimento à referida regulamentação, afetando a Companhia negativamente. Tendo em vista que as leis de proteção ambiental estão se tornando cada vez mais rigorosas, os dispêndios e custos da Companhia relacionados ao cumprimento de suas obrigações ambientais poderão aumentar no futuro, o que poderá afetar adversamente seus resultados. Da mesma forma, para o desempenho normal de suas atividades, a Companhia precisa obter autorizações, licenças e alvarás junto a órgãos ambientais. A não obtenção ou a falha em renovar qualquer destas autorizações, licenças e alvarás poderá impactar negativamente a capacidade da Companhia exercer suas atividades e, conseqüentemente, os seus resultados.

A variação dos preços internacionais das commodities que a Companhia utiliza em seu processo produtivo pode afetar adversamente suas margens.

Algumas das matérias-primas adquiridas pela Companhia para seu processo produtivo (mais especificamente a resina e os papéis para revestimento de parte da produção de painéis) são materiais comprados internamente em reais mas cujos preços sofrem interferência da taxa de câmbio e também estão sujeitas a flutuações de preços nos mercados internacionais das suas matérias-primas. A resina possui como componentes duas *commodities* internacionais: o metanol e a uréia, e o papel sofre influência dos preços da celulose. Em 30 de junho de 2007, cerca de 30% dos custos totais da Companhia com insumos foram representados pelas compras de resina e outros 20% com a compra de papel. Atualmente, a Companhia não possui nenhum

mecanismo de defesa contra a exposição da oscilação dos preços de tais insumos. Caso os preços de tais produtos venham a sofrer um aumento substancial no futuro, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos de custos para seus clientes a preços competitivos, o que pode afetar adversamente suas operações, seu desempenho e seus resultados.

Parte importante da receita operacional bruta da Companhia é derivada de um número limitado de clientes, sendo que a perda ou redução desse número de clientes pode afetar adversamente a Companhia.

Em 30 de junho de 2007, os 10 maiores clientes da Companhia responderam por 35% de seu contas a receber. Os cinco maiores clientes combinados – D'Itália Móveis Industrial Ltda, Leo Madeiras, Máquinas e Ferragens Ltda, Indústria de Móveis Bartira Ltda, Fábrica de Móveis Florense Ltda e Aramóveis Indústrias Reunidas de Móveis e Estofados Ltda – corresponderam a 14% em 2004, 33% em 2005, 27% em 2006 e 27% em 30 de junho de 2007. A perda de qualquer grande cliente, a redução no volume de suas compras ou a deterioração em sua capacidade financeira pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais e financeiros da Companhia

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade de manter a posição competitiva depende em larga escala dos serviços da alta administração. Os executivos profissionais não estão sujeitos a contrato de trabalho de longo prazo ou a pacto de não-concorrência. Não há garantia de que a Companhia terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a alta administração. A perda dos serviços de qualquer dos membros da alta administração ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

No caso dos atuais incentivos fiscais concedidos à Companhia deixarem de existir ou forem suspensos, seus resultados operacionais e financeiros podem ser adversamente afetados.

Em 1999, quando da implantação da sua unidade de painéis de MDP em Minas Gerais, a Companhia teve seu projeto enquadrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais na categoria dos projetos estruturantes, dada a dimensão do investimento realizado e, sobretudo, devido ao seu alto potencial de irradiação de renda e de emprego. Em função disto, a Companhia foi contemplada por um conjunto de incentivos amparados nas legislações do Estado de Minas Gerais e do Município de Uberaba. O principal deles é o apoio do BDMG, que financia a Companhia com uma linha de capital de giro para repagamento a longo prazo (10 anos) e com custo subsidiado frente ao crédito de fomento de investimento do BNDES ou de organismos internacionais.

Em 2006, quando da decisão de investimento na unidade de MDF em Uberaba aquele conjunto de incentivos foi modificado e teve sua fruição estendida considerando o prazo necessário à remuneração do capital investido nessa nova unidade.

Ainda em 1999, a Companhia firmou protocolo de intenções com a Prefeitura de Uberaba, por meio do qual esta concedeu isenção de IPTU sobre a planta de Uberaba.

No caso destes incentivos fiscais não estarem mais disponíveis à Companhia ou haja algum questionamento sobre os valores já aproveitados pela Companhia relativamente a algumas das isenções fiscais a ela concedidas, os seus negócios, resultados operacionais e sua condição financeira podem ser adversamente afetados.

No caso do fechamento ou inadimplemento técnico do fornecedor de resinas, a Companhia poderá ter seus custos de aquisição de matérias-primas afetados com impacto na competitividade.

Se o atual fornecedor de resinas da Companhia, a Synteko, que possui uma fábrica de resina dentro do site industrial de Uberaba e que realiza o suprimento desta matéria-prima para tal unidade por dutos, interromper sua produção ou vier a ter sua situação afetada por desequilíbrio financeiro, isto poderá obrigar a Companhia a comprar resinas de outros fornecedores mais distantes das suas instalações industriais e por isso arcar com custos de frete maiores. O contrato de fornecimento de resina firmado com a Synteko prevê que em situações dessa natureza, a Companhia poderá exercer a opção de compra da fábrica de resinas nas condições definidas no referido contrato. No entanto, os custos para assumir tal operação podem superar o atual custo da aquisição de resina, com impacto também nos preços pagos pela unidade de Taquari. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que o seu suprimento de resina não será temporariamente interrompido, e, se interrompido, que a Companhia terá condições de exercer rapidamente sua opção de compra da fábrica de resinas da Synteko, e, se exercida a opção, que a Companhia terá condições de operar de maneira eficiente a fábrica de resinas.

A Companhia distribuiu dividendos intercalares em um valor total de R\$26,2 milhões, cujos pagamentos já foram realizados. Caso, ao final do exercício social, a Companhia não registre lucro líquido suficiente para o pagamento deste dividendo não haverá saldo suficiente para sustentar esta distribuição antecipada.

A Companhia distribuiu em 27 de junho de 2007 dividendos no valor de R\$11,1 milhões e juros sobre o capital próprio no valor de R\$5,1 milhões (provenientes da realização da reserva de reavaliação referente ao período de seis meses encerrado em

30 de junho de 2007), bem como distribuiu em 30 de junho de 2007 dividendos no valor de R\$10,0 milhões. Tais distribuições foram pagas, respectivamente, em 28 de junho e 25 de julho de 2007 e referem-se ao lucro líquido apurado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007, e aprovado em assembléia geral em 30 de agosto de 2007. Caso, ao final do exercício social, a Companhia não registre lucro líquido suficiente para sustentar as distribuições já realizadas, poderá não pagar dividendos adicionais aos seus acionistas em 2007, poderá impactar o pagamento de dividendos para o exercício social de 2008 e exercícios subseqüentes e seus administradores podem ser demandados judicialmente a recompor o caixa da Companhia nos termos do artigo 201 da Lei das Sociedades Anônimas.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

Um mercado ativo e líquido para as Ações da Companhia poderá não se desenvolver, limitando a sua possibilidade de venda.

Não existe, atualmente, um mercado ativo ou líquido para as Ações da Companhia. A Companhia não pode prever em que medida o interesse de investidores pela Companhia ocasionará o desenvolvimento de um mercado para a negociação das Ações na BOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

Como exemplo, a BOVESPA apresentou capitalização bursátil de aproximadamente R\$1,545 trilhões em 31 de dezembro de 2006 e R\$1,971 trilhões em junho de 2007, e uma média diária de negociação de R\$ 3,165 bilhões em 2006 e R\$3,9 bilhões em junho de 2007. As dez ações mais negociadas, em termos de volume, contabilizaram, aproximadamente, 45,6% de todas as ações negociadas na BOVESPA no ano de 2006, e 44,38% em junho de 2007. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de Ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das Ações.

Os interesses do Acionista Controlador podem entrar em conflito com os interesses dos investidores.

O Acionista Controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Embora o investidor seja beneficiado pela obrigação que qualquer adquirente das ações representativas do controle acionário da Companhia tenha de realizar oferta pública de aquisição das demais ações de sua emissão, nas mesmas condições de aquisição das ações representativas do bloco de controle (*tag-along*), e tenha proteções específicas relativas às operações entre a Companhia, o Acionista Controlador e partes relacionadas, o Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores.

A Companhia poderá vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas Ações da Companhia.

A Companhia poderá precisar obter recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações. Contudo, na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital. Qualquer recurso adicional obtido por meio do aumento de capital social poderá diluir a participação do investidor.

O investimento nas Ações ocasionará ao investidor imediata diluição no valor contábil de seu investimento.

Espera-se que o Preço por Ação na Oferta supere o valor patrimonial por ação. Desta forma, o investidor pagará um preço mais alto por ação do que o montante do total dos ativos tangíveis da Companhia, menos o total dos passivos, dividido pelo número total de ações da Companhia. Além disso, os investidores que aderirem à Oferta realizarão aproximadamente 68,2% do total de contribuições de capital feitas à Companhia, mas deterão apenas aproximadamente 28,2% do total das ações da Companhia, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e a oferta das Ações Adicionais.

A venda substancial das Ações após a Oferta pode diminuir o valor de mercado das Ações.

A Companhia, seus Administradores, a Família Seibel e os Acionistas Vendedores concordaram que durante prazo determinado, ficarão sujeitos a determinadas restrições (veja item “Informações Relativas à Oferta - Restrições à Negociação de Ações (Lock-Up)”, na página 34 deste Prospecto) que os impedem de emitir ou transferir as ações de emissão da Companhia que detiverem imediatamente após a conclusão da Oferta. Findo tal prazo, as ações de emissão da Companhia e de sua titularidade, dos Administradores ou dos Acionistas Vendedores, anteriormente sujeitas às restrições mencionadas acima, poderão ser livremente negociadas. Caso a Companhia decida emitir novas ações, ou caso os Administradores ou os Acionistas Vendedores decidam vender ações de emissão da Companhia e de suas titularidades, ou se o mercado notar que os administradores ou os Acionistas Vendedores pretendem vendê-las, o valor de mercado das Ações pode cair significativamente.

O Estatuto Social contém disposições que podem desestimular a aquisição de controle da Companhia e dificultar ou atrasar operações que poderiam ser do interesse dos investidores.

O Estatuto Social contém disposições que evitam a concentração das Ações em um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa. Uma dessas disposições exige que qualquer acionista adquirente (com exceção dos acionistas que o sejam na data de publicação do Anúncio de Início), que venha a ser titular de direitos de sócio relativos a 15% ou mais do total de ações ordinárias de emissão da Companhia (excluídos os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações), realize, no prazo de 30 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de Ações que representem essa quantidade, uma oferta pública de aquisição da totalidade de nossas ações ordinárias pelo preço estabelecido no nosso Estatuto. Esta disposição pode ter o efeito de dificultar ou impedir tentativas de aquisição da nossa Companhia e pode desencorajar, atrasar ou impedir ou dificultar a fusão ou aquisição de nossa Companhia, incluindo operações nas quais o investidor poderia receber um prêmio sobre o valor de mercado de suas Ações.

Os interesses do Coordenador Líder podem entrar em conflito com os interesses dos investidores, especialmente se considerada a possibilidade de convergência de interesses dos administradores do Coordenador Líder e do FIP.

Alguns dos administradores do Coordenador Líder são cotistas do FIP, um dos Acionistas Vendedores, que até a liquidação da Oferta tem poderes para, entre outras coisas, eleger membros do nosso Conselho de Administração. O FIP é ainda administrado e gerido por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico do Coordenador Líder. Dessa forma, existe a possibilidade de, eventualmente, os interesses do FIP, da Companhia e do Coordenador Líder estarem alinhados em uma posição que pode vir a ser considerada como contrária aos interesses dos investidores.

A Companhia está realizando uma oferta pública de distribuição de Ações, o que poderá deixá-la exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende, simultaneamente, a distribuição pública primária e secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, incluindo esforços de colocação das Ações nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, e nos demais países (exceto os Estados Unidos e Brasil), com base no Regulamento S, em ambos os casos, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325 regulamentados pela legislação brasileira, esforços esses que serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacional. Os esforços de colocação de Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção destes investidores estrangeiros por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Circular* datado da data deste Prospecto, quanto do *Confidential Offering Circular* a ser datado da data do Prospecto Definitivo, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a estas questões.

Adicionalmente, a Companhia é parte do *Placement Facilitation Agreement*, que regula os esforços de colocação de Ações no exterior. O *Placement Facilitation Agreement* apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Circular* ou no *Confidential Offering Circular*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, eles poderão ter direito de regresso contra a Companhia por conta desta cláusula de indenização.

Finalmente, informamos que o *Placement Facilitation Agreement* possui obrigações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser tomados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhum erro ou dano foi cometido. A eventual condenação da Companhia em um processo no exterior em relação incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Circular* ou no *Confidential Offering Circular*, se envolver valores elevados, poderá ter um impacto significativo e adverso para a Companhia.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima receber recursos líquidos após a dedução de comissões e despesas da Oferta Primária de Ações, no montante aproximado equivalente a R\$238.572.198,27 milhões (com base no Preço por Ação de R\$15,25, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto), sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e a oferta das Ações Adicionais.

A totalidade dos recursos provenientes da Oferta Primária serão aplicados na Companhia, que pretende utilizá-los em investimentos alinhados com sua estratégia de crescimento. A tabela abaixo demonstra a provável destinação que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária em percentuais aproximados:

Destinação	Percentual	Valores Estimados ⁽¹⁾ (em milhões)
Instalação de uma nova unidade de MDP em Taquari.	20%	R\$47.714.439,65
Outros investimentos no crescimento da capacidade de produção da Companhia, incluindo aumento da base florestal, eventual aquisição de concorrentes e/ou construção de uma nova unidade industrial.	60%	R\$143.143.318,96
Investimentos em eficiência operacional e capital de giro.	20%	R\$47.714.439,65

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$15,25, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e a oferta das Ações Adicionais, deduzindo comissões e despesas.

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras do setor em que a Companhia opera, da demanda por seus produtos, pelas oportunidades de investimento identificadas, pela sua capacidade de negociar aquisições em condições atrativas, além de outros fatores que a Companhia não pode identificar nesta data.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$15,25, aumentaria (reduziria), após a conclusão da Oferta, os recursos líquidos da Oferta Primária das Ações Ordinárias em R\$15,7 milhões, após dedução dos valores estimados pela Companhia devidos a título de comissões e despesas.

A Companhia declara que não receberá nenhum recurso proveniente da venda das Ações Ordinárias pelos Acionistas Vendedores no âmbito da Oferta Secundária.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização
- Diluição
- Informações Financeiras Seleccionadas
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais
- Visão Geral do Setor
- Atividades da Companhia
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Administração
- Principais Acionistas e Acionistas Vendedores
- Operações com Partes Relacionadas
- Informações sobre o Mercado e os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa
- Descrição do Capital Social

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir descreve o endividamento de curto e de longo prazo, o patrimônio líquido e a capitalização total da Companhia em 30 de junho de 2007, em bases efetivas e ajustadas de modo a refletir o recebimento de R\$238.572.198,27 em recursos líquidos, descontadas as comissões e despesas atreladas à Oferta, a serem pagas pela Companhia, estimados da Oferta, com base no preço de R\$15,25 por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as informações das seções “Apresentação das Informações Financeiras”, “Informações Financeiras Seleccionadas”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas e as respectivas notas explicativas, constantes deste Prospecto. As informações financeiras disponibilizadas neste Prospecto, quando referidas à Companhia, consideram informações financeiras consolidadas da Companhia:

	Período encerrado em 30 de junho de 2007	Ajustado Após a Oferta ⁽²⁾
(em R\$ milhões)		
Empréstimos e financiamentos	284,6	284,6
Empréstimos e financiamentos – curto prazo	68,7	68,7
Empréstimos e financiamentos – exigível a longo prazo	215,9	215,9
Patrimônio líquido	235,4	474,0
Capital social	116,7	366,7
Reservas de capital	50,3	50,3
Reserva de reavaliação	68,2	68,2
Reservas de lucros	0,2	0,2
Ações em tesouraria	0,0	0,0
Lucros acumulados	-	(11,4)
Capitalização total⁽¹⁾	520,0	758,6

⁽¹⁾ A capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e do patrimônio líquido.

⁽²⁾ Este ajuste é apenas demonstrativo. A destinação específica destes recursos será definida de acordo com a avaliação, por parte da Companhia, da conjuntura econômica existente na ocasião dos pagamentos.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$15,25, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, aumentaria (reduziria) em R\$15,7 milhões o total do patrimônio líquido e capitalização total na coluna “Ajustado Após a Oferta”.

Tendo em vista o seu baixo nível de endividamento, a Companhia estuda alternativas para a captação de financiamentos de longo-prazo na razão de R\$ 1,00 de dívida nova para cada R\$ 1,00 dos recursos provenientes da Oferta Primária.

DILUIÇÃO

Em 30 de junho de 2007, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$235,4 milhões, sendo que o valor patrimonial por ação, na mesma data, era de, aproximadamente, R\$2,56 por ação. O valor patrimonial de R\$2,56 por ação foi determinado pela divisão do patrimônio líquido consolidado pelo número total de ações emitidas pela Companhia.

Após efetuar a emissão, no âmbito da Oferta Primária, de 16.393.443 Ações Ordinárias, assumindo que a Opção de Ações Suplementares não seja exercida pelo Coordenador Líder da Oferta e não haja a oferta das Ações Adicionais, considerando-se o preço de emissão de R\$15,25 por Ação Ordinária, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa do Prospecto e deduzindo comissões e despesas, o valor do patrimônio líquido contábil estimado será de, aproximadamente, R\$474,0 milhões, representando aproximadamente R\$4,37 por ação da Companhia. Este valor representa um aumento imediato no valor patrimonial contábil de aproximadamente R\$1,81 por ação da Companhia e uma diluição imediata de R\$10,88 por ação para os investidores que adquirirem as Ações Ordinárias no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o preço por Ação Ordinária pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia.

	R\$
	(em R\$ milhões, exceto se indicado de outro forma)
Preço Referencial de Emissão por Ação	15,25
Valor Patrimonial por ação em 30 de junho de 2007	2,56
Aumento do Valor Patrimonial por ação	1,81
Valor Patrimonial por ação após a Oferta	4,37
Diluição por Ação para os novos investidores	10,88
Percentual de diluição por ação para os novos investidores	71,3%

⁽¹⁾ Baseado no ponto médio da faixa de Preço indicada na capa deste Prospecto.

O preço de emissão das Ações Ordinárias não guarda relação com o valor patrimonial e será fixado com base no valor de mercado das ações de emissão da Companhia, auferido após a realização do Procedimento de Bookbuilding. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do preço de emissão das Ações e das condições da presente oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 27 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$15,25, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, aumentaria (reduziria), após a conclusão da Oferta: (i) o valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) o valor do patrimônio líquido contábil por Ação de emissão da Companhia; (iii) a diluição do valor patrimonial contábil por Ação aos investidores desta Oferta em R\$0,15 por Ação, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações, e após deduzidas as comissões atreladas à Oferta a serem pagas pela Companhia e pelo Acionistas Vendedores. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta a ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras selecionadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e as informações financeiras relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 e 2007 são derivadas dos balanços patrimoniais consolidados auditados da Companhia, levantados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e demonstrações dos resultados consolidadas, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos consolidadas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e das informações financeiras consolidadas auditadas relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007, e das informações financeiras consolidadas revisadas na extensão dos procedimentos definidos pela NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria nr 4 – Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras, relativas ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2006. Os balanços patrimoniais consolidados da Companhia, levantados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e demonstrações dos resultados consolidadas, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos consolidadas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e as informações financeiras relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 e 2007 estão incluídos neste Prospecto. Os resultados financeiros para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007 não são necessariamente indicadores dos resultados que podem ser esperados para 31 de dezembro de 2007 ou para qualquer outro período semestral ou anual.

As demonstrações financeiras regulares da Companhia e exigidas pela legislação e regulamentação societária brasileira são atualmente auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, incluídas neste Prospecto, e com a seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.

Demonstrações de Resultado

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de							
	2004	% da Receita Líquida de Vendas	2005	% da Receita Líquida de Vendas	2006	% da Receita Líquida de Vendas	% Variação 2004/2005	% Variação 2005/2006
	(em R\$ milhões, exceto o número de ações e dados por ações)							
Receita bruta de Vendas	395,6	139,8%	423,4	138,1%	466,1	136,9%	7,0%	10,1%
Impostos e outras deduções de vendas	(112,7)	(39,8)%	(116,9)	(38,1)%	(125,7)	(36,9)%	3,7%	7,6%
Receita Operacional Líquida	283,0	100,0%	306,5	100,0%	340,4	100,0%	8,3%	11,1%
Custo dos produtos vendidos	(182,3)	(64,4)%	(202,2)	(66,0)%	(244,4)	(71,8)%	10,9%	20,9%
Lucro Bruto	100,6	35,6%	104,3	34,0%	96,0	28,2%	3,7%	(8,0)%
(Despesas) Receitas Operacionais								
Com vendas	(34,3)	(12,1)%	(30,5)	(10,0)%	(39,9)	(11,7)%	(11,0)%	30,7%
Gerais e administrativas	(13,1)	(4,6)%	(15,6)	(5,1)%	(12,9)	(3,8)%	19,3%	(17,3)%
Remuneração dos administradores	(1,0)	(0,4)%	(1,3)	(0,4)%	(1,8)	(0,5)%	(28,9)%	38,5%
Depreciação e amortização	(4,2)	(1,5)%	(4,6)	(1,5)%	(4,9)	(1,4)%	9,6%	6,5%
Equivalência Patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-0-	-0-
Outras receitas e (despesas) operacionais- líquidas	(1,5)	(0,5)%	1,0	0,3%	1,1	0,3%	(166,7)%	10,0%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	46,4	16,4%	53,2	17,4%	37,6	11,0%	14,6%	(29,4)%
Receitas Financeiras	11,2	3,9%	12,2	4,0%	7,8	2,3%	8,9%	(36,0)%
Despesas Financeiras	(31,2)	(11,0)%	(26,6)	(8,7)%	(40,8)	(12,0)%	(14,7)%	53,5%
CPMF, IOF e outras despesas tributárias	(2,2)	(0,8)%	(3,5)	(1,1)%	(3,1)	(0,9)%	59,1%	(11,4)%
Variações cambiais, líquidas	2,5	0,9%	3,2	1,1%	2,3	0,7%	28%	(28,1)%
Despesas com processo de abertura de capital	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(1,9)	(0,6)%	-0-	-0-
Lucro Operacional	26,7	9,4%	38,6	12,6%	1,8	0,5%	44,3%	(95,4)%
Receitas (Despesas) não operacionais, líquidas	0,5	0,2%	(0,2)	(0,1)%	0,2	0,1%	(140)%	(200)%
Lucro antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e da Participação dos colaboradores	27,3	9,6%	38,4	12,5%	1,9	0,6%	40,8%	(94,9)%
Participação dos colaboradores	(1,5)	(0,5)%	(1,2)	(0,4)%	0,0	0,0%	(20)%	(100,0)%

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	25,8	9,1%	37,1	12,1%	1,9	0,6%	43,9%	(94,8)%
Imposto de Renda e contribuição social – correntes	(6,7)	(2,4)%	(11,8)	(3,8)%	(3,3)	(1,0)%	76,1%	(71,6)%
Imposto de Renda e contribuição social –diferidos	(0,1)	0,0%	0,5	0,2%	(0,1)	0,0%	(600,0)%	(120)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício antes da Participação Minoritária	19,0	6,7%	25,9	8,4%	(1,5)	(0,4)%	36,4%	(105,7)%
Participação minoritária	(1,9)	(0,7)%	(2,5)	(0,8)%	(0,7)	(0,2)%	31,6%	(70,6)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	17,1	6,0%	23,3	7,6%	(2,2)	(0,7)%	36,3%	(109,5)%

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de				
	2006	% da Receita Líquida de Vendas	2007	% da Receita Líquida de Vendas	% Variação 2006/2007
	(em R\$ milhões, exceto o número de ações e dados por ações)				
Receita bruta de Vendas	221,5	137,1%	269,9	137,1%	21,9%
Impostos e outras deduções de vendas	(59,9)	(37,1)%	(73,1)	(37,1)%	22,0%
Receita Líquida de Vendas	161,6	100,0%	196,8	100,0%	21,8%
Custo dos produtos vendidos	(115,3)	(71,3)%	(130,4)	(66,3)%	13,1%
Lucro Bruto	46,3	28,7%	66,4	33,7%	43,4%
(Despesas) Receitas Operacionais					
Com vendas	(19,2)	(11,9)%	(19,3)	(9,8)%	0,5%
Gerais e administrativas	(5,9)	(3,6)%	(6,5)	(3,3)%	10,2%
Remuneração dos administradores	(0,7)	(0,4)%	(1,2)	(0,6)%	71,4%
Depreciação e amortização	(2,4)	(1,5)%	(2,2)	(1,1)%	(8,3)%
Equivalência Patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-o-
Outras receitas e (despesas) operacionais- líquidas	0,3	0,2%	(1,9)	(1,0)%	(733,3)%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	18,5	11,4%	35,3	17,9%	90,7%
Receitas Financeiras	5,7	3,5%	9,8	5,0%	71,9%
Despesas Financeiras	(17,5)	(10,8)%	(14,6)	(7,4)%	(16,6)%
CPMF, IOF e outras despesas tributárias	(1,3)	(0,8)%	(1,4)	(0,7)%	7,7%
Variações cambiais, líquidas	2,6	1,6%	1,4	0,7%	(46,7)%
Despesas com processo de abertura de capital	(0,4)	(0,2)%	(0,2)	(0,1)%	(50,0)%
Lucro Operacional	7,5	4,7%	30,3	15,4%	304,0%
Receitas (Despesas) não operacionais, líquidas	0,2	0,1%	(2,4)	(1,2)%	(1300,0)%
Lucro antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e da Participação dos colaboradores	7,7	4,8%	27,9	14,2%	262,3%
Participação dos colaboradores	(0,9)	(0,6)%	(1,0)	(0,5)%	11,4%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6,8	4,2%	26,9	13,6%	295,1%
Imposto de Renda e contribuição social – correntes	(1,8)	(1,1)%	(5,7)	(2,9)%	214,4%
Imposto de Renda e contribuição social –diferidos	(5,7)	(3,5)%	0,1	0,0%	(101,5)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício antes da Participação Minoritária	(0,7)	(0,4)%	21,2	10,8%	(3.128,6)%
Participação minoritária	(0,8)	(0,5)%	0,0	0,0%	(100,0)%
Lucro (Prejuízo) do Período	(1,5)	(0,9)%	21,2	10,8%	(1.513,3)%

Balço Patrimonial

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de									
	2004	% do Total	2005	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2004/2005	% Variação 2005/2006	
	(em milhões de R\$)								
Ativo Circulante									
Disponibilidades	55,7	6,9%	54,2	6,5%	117,3	18,7%	(2,7)%	116,4%	
Contas a receber	32,1	4,0%	44,2	5,3%	51,7	8,2%	37,6%	17,0%	
Provisão para créditos de realização duvidosa	(8,8)	(1,1)%	(6,0)	(0,7)%	(7,2)	(1,1)%	(31,8)%	20,0%	
Estoques	27,6	3,4%	35,1	4,2%	26,5	4,2%	27,0%	(24,4)%	
Impostos a recuperar	0,9	0,1%	1,9	0,2%	3,3	0,5%	111,1%	73,7%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0%	8,0	1,0%	9,7	1,5%	-0-	21,3%	
Outros ativos	3,1	0,4%	5,4	0,7%	4,4	0,7%	74,8%	(18,5)%	
Total Ativo Circulante	110,7	13,8%	142,8	17,2%	205,7	32,8%	29,1%	44,0%	
Realizável a Longo Prazo									
Estoques	1,9	0,2%	1,9	0,2%	0,0	0,0%	0,0%	(100,0)%	
Partes relacionadas	17,6	2,2%	10,9	1,3%	0,0	0,0%	(38,2)%	(100,0)%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35,1	4,4%	20,3	2,4%	11,9	1,9%	(42,2)%	(41,5)%	
Impostos a recuperar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,8	0,3%	-0-	-0-	
Depósitos judiciais e empréstimos Compulsórios	1,7	0,2%	0,8	0,3%	0,7	0,1%	52,9%	(12,5)%	
Fomento Florestal	1,7	0,2%	2,2	0,3%	2,3	0,4%	30,7%	4,5%	
Contas a receber	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,3	0,3%	-0-	-0-	
Outros ativos	3,5	0,4%	2,7	0,3%	1,8	0,3%	(22,9)%	(33,3)%	
Investimentos									
Outros investimentos	0,5	0,1%	0,1	0,0%	0,1	0,0%	(80,9)%	25,8%	
Imobilizado	612,5	76,2%	631,5	76,1%	389,1	62,0%	3,1%	(38,4)%	
Intangível	2,3	0,3%	2,6	0,3%	1,6	0,3%	13%	(37,9)%	
Diferido	17,0	2,1%	14,1	1,7%	11,1	1,8%	(17,4)%	(21,0)%	
Total do Ativo não Circulante	693,8	86,2%	687,1	82,8%	421,8	67,2%	(1,0)%	(38,6)%	
Total do Ativo	804,5	100,0%	829,9	100,0%	627,4	100,0%	3,2%	(24,4)%	
Passivo Circulante									
Fornecedores	25,0	3,1%	30,0	3,6%	31,9	5,1%	20,1%	6,2%	
Empréstimos e Financiamentos	44,7	5,6%	48,6	5,9%	67,2	10,7%	8,6%	38,3%	
Salários, provisões e contribuições sociais	3,4	0,4%	5,0	0,6%	5,1	0,8%	46,3%	1,7%	
Impostos a recolher	5,5	0,7%	7,1	0,9%	6,7	1,1%	29,5%	(5,6)%	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0,5	0,1%	0,5	0,1%	0,2	0,0%	(0)%	(60,0)%	
Partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-0-	-0-	
Outras obrigações	4,9	0,6%	3,1	0,4%	2,6	0,4%	(36,9)%	(17,4)%	
Total Passivo Circulante	84,0	10,5%	94,3	11,4%	113,7	18,1%	12,2%	20,6%	
Exigível a Longo Prazo									
Empréstimos e financiamentos	187,2	23,3%	184,2	22,2%	195,3	31,1%	(1,6)%	6,0%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65,2	8,1%	57,8	7,0%	51,1	8,2%	(11,3)%	(11,5)%	
Provisão para contingências	4,5	0,6	4,3	0,7%	4,1	0,6%	(4,4)%	(4,7)%	
Outras obrigações	0,9	0,1%	0,8	0,1%	0,6	0,1%	(11,1)%	(26,3)%	
Resultados de exercícios futuros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	15,2	2,4%	-0-	-0-	
Total Passivo não Circulante	257,8	32,0%	247,0	30,0%	266,2	42,4%	(4,2)%	7,8%	
Participação Minoritária	54,4	6,8%	56,9	6,9%	0,0	0,0%	4,7%	(100,0)%	
Patrimônio Líquido									
Capital Social	154,9	19,3%	154,9	18,7%	116,7	18,6%	0,0%	(24,7)%	
Reserva de Capital	0,1	0,0%	0,1	0,0%	50,3	8,0%	0,0%	50.200,0%	
Reservas de reavaliação	280,3	34,9%	273,3	32,9%	73,2	11,7%	(2,5)%	(73,2)%	
Reservas de lucros	0,0	0,0%	0,2	0,0%	0,2	0,0%	-0-	0,0%	
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(26,9)	(3,4)%	3,1	0,4%	7,0	1,1%	(111,6)%	125,1%	
Total Patrimônio Líquido	408,3	50,8%	431,6	52,0%	247,5	39,4%	5,7%	(42,7)%	
Total Passivo e Patrimônio Líquido	804,5	100,0%	829,9	100,0%	627,4	100,0%	3,2%	(24,4)%	

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de						
	2006	% do Total	2007	% do Total	% Variação 2006/2007	
	(em milhões de R\$)					
Ativo Circulante						
Disponibilidades	80,2	13,6%	125,4	19,4%	56,3%	
Contas a receber	46,3	7,9%	54,7	8,5%	18,1%	
Provisão para créditos de realização duvidosa	(7,1)	(1,2)%	(6,9)	(1,1)%	(2,8)%	
Estoques	32,7	5,5%	24,4	3,8%	(25,4)%	
Impostos a recuperar	2,0	0,3%	3,1	0,5%	54,5%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8,1	1,4%	6,3	1,0%	(22,4)%	
Outros ativos	4,2	0,7%	4,1	0,6%	(2,6)%	
Total Ativo Circulante	166,4	28,2%	211,1	32,7%	26,9%	
Realizável a Longo Prazo						
Estoques	1,9	0,3%	0,0	0,0%	(100,0)%	
Partes relacionadas	1,7	0,3%	0,0	0,0%	(100,0)%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11,2	1,9%	11,3	1,7%	0,6%	
Impostos a recuperar	1,4	0,2%	2,5	0,4%	78,6%	
Fomento Florestal	2,3	0,4%	2,3	0,4%	0,0%	
Contas a receber	1,3	0,2%	1,3	0,2%	(0,2)%	
Outros ativos	3,0	0,5%	1,9	0,3%	36,7%	

Investimentos					
Outros investimentos	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0%
Imobilizado	385,5	65,4%	404,0	62,5%	4,8%
Intangível	2,1	0,4%	1,5	0,2%	(29,8)%
Diferido	12,6	2,1%	10,5	1,6%	(16,6)%
Total do Ativo não Circulante	423,1	71,8%	435,4	67,3%	2,9%
Total do Ativo	589,5	100,0%	646,5	100,0%	9,7%
Passivo Circulante					
Fornecedores	34,6	5,9%	29,7	4,6%	(14,2)%
Empréstimos e Financiamentos	59,3	10,1%	68,7	10,6%	15,9%
Salários, provisões e contribuições sociais	5,5	0,9%	6,8	1,0%	22,5%
Impostos a recolher	6,1	1,0%	10,1	1,5%	65,6%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0,3	0,1%	0,2	0,1%	(33,3)%
Dividendos a pagar	0,0	0,0%	10,0	1,5%	-o-
Partes relacionadas	12,2	2,1%	0,0	0,0%	(100,0)%
Outras obrigações	2,0	0,3%	2,8	0,4%	38,8%
Total Passivo Circulante	120,2	20,4%	128,3	19,9%	6,8%
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	213,1	36,1%	215,9	33,4%	1,3%
Imposto de renda e contrib.social diferidos	54,5	9,2%	47,0	7,3%	(13,6)%
Provisão para contingências	4,5	0,8%	4,2	0,6%	(7,0)%
Outras obrigações	0,8	0,1%	0,6	0,1%	(25,0)%
Resultados de exercícios futuros	15,2	2,6%	15,2	2,3%	0,0%
Total Passivo não Circulante	288,0	48,8%	282,8	43,7%	(1,8)%
Participação Minoritária	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-o-
Patrimônio Líquido					
Capital Social	96,9	16,4%	116,7	18,0%	20,4%
Reserva de Capital	0,1	0,0%	50,3	7,8%	50.200,0%
Reservas de reavaliação	78,0	13,2%	68,2	10,5%	(12,6)%
Reservas de lucros	0,2	0,0%	0,2	0,0%	0,0%
Lucros (Prejuízos) Acumulados	6,2	1,0%	0,0	0,0%	(99,2)%
Total Patrimônio Líquido	181,4	30,8%	235,4	36,4%	29,8%
Total Passivo e Patrimônio Líquido	589,5	100,0%	646,5	100,0%	9,7%

Outras Informações - Demonstração do EBITDA- Ajustado

	Exercício Social		
	encerrado em 31 de dezembro de		
	2004	2005	2006
	(em milhões de R\$)		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	17,1	23,3	(2,2)
Resultado financeiro, líquido	19,7	14,7	35,8
Depreciação, amortização e exaustão	25,2	37,2	37,5
Imposto de renda e contribuição Social	6,8	11,3	3,4
Participação minoritária	1,9	2,5	0,7
Resultado não operacional	(0,5)	0,2	(0,2)
EBITDA-Ajustado	70,2	89,2	75,0

	Período de seis meses	
	encerrado em 30 de junho de	
	2006	2007
	(em milhões de R\$)	
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(1,5)	21,2
Resultado financeiro, líquido	10,9	5,0
Depreciação, amortização e exaustão	18,2	21,0
Imposto de renda e contribuição Social	7,5	5,7
Participação minoritária	0,8	-
Resultado não operacional	(0,2)	2,3
EBITDA-Ajustado	35,7	55,2

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A seguinte análise e discussão sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia deve ser lida em conjunto com suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, e ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2007 e as demonstrações financeiras revisadas na extensão dos procedimentos definidos pela NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria n.o 04 – Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras, relativas ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 (todas elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil) incluídas em outras partes deste Prospecto, assim como as informações apresentadas em “Apresentação das Informações Financeiras”, “Resumo das Demonstrações Financeiras” e “Informações Financeiras Seleccionadas”.

Esta seção contém discussões sobre estimativas e declarações acerca do futuro que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles discutidos nas declarações sobre estimativas e declarações acerca do futuro, devido a vários fatores, incluindo aqueles descritos em “Consideração sobre Estimativas e Perspectivas para o Futuro” e “Fatores de Risco”.

Exceto se de outra forma indicada no texto, todos os números operacionais e financeiros da Companhia apresentados a seguir correspondem a números consolidados.

VISÃO GERAL

A Companhia é líder de mercado em produção e vendas de painéis de MDP (Medium Density Particleboard) no Brasil, com cerca de 26% de *market share* de acordo com dados da ABIPA, de 30 de junho de 2007. A Companhia está presente no mercado brasileiro desde 1971 e seus produtos são vendidos em todo o País, principalmente, para fabricantes de grande e médio porte da indústria moveleira, e apresentou uma receita líquida de R\$196,8 milhões, com margem de EBITDA Ajustado de 28,0% no semestre encerrado em 30 de junho de 2007.

A Companhia possui unidades industriais estrategicamente localizadas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, com uma capacidade instalada de produção de 1,0 milhão m³/ano e uma operação florestal integrada, com um dos maiores inventários do setor no Brasil (com cerca de 7,5 milhões de m³ de pinus e eucaliptus, plantados em 61 mil hectares de florestas próprias em áreas arrendadas ou desenvolvidas no regime de fomento florestal), que lhe garante auto-suficiência de suprimento em sua unidade em Minas Gerais.

A unidade da Companhia localizada em Uberaba, Minas Gerais, é a maior da América Latina, em termos de capacidade de produção, posicionando-se entre as mais modernas e maiores fábricas de painéis de MDP do mundo de acordo com dados da Wood Based Panels International - 2006. A unidade de Uberaba possui capacidade de produção de 800 mil m³/ano. Esta unidade é, também, a única no Brasil, que possui instalada uma planta de resinas, pertencente à Synteko, dentro do seu *site* industrial. A resina, a madeira e as despesas com frete são os principais componentes de custo no processo de fabricação e distribuição de painéis de MDP, e a conjunção dos fatores acima descritos faz com que a Companhia acredite que a unidade industrial de Uberaba concentre vantagens competitivas muito significativas.

A unidade da Companhia localizada em Taquari, Rio Grande do Sul, por sua vez, possui uma capacidade de produção de aproximadamente 200 mil m³/ano, e está convenientemente instalada a apenas 100 km do maior pólo moveleiro do Brasil, localizado em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, o que lhe assegura um importante diferencial logístico e de redução de custo, especialmente no que tange ao frete incidente sobre a venda de produtos acabados, uma vez que seu concorrente mais próximo está instalado a cerca de 600 km desse pólo moveleiro.

PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste Prospecto foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Na elaboração dessas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou estimativas para registrar determinados ativos, passivos e transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas relacionadas à vida útil de bens do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques e outros ativos, provisões para passivos contingentes, provisões para tributos e outros itens similares.

As políticas e estimativas contábeis críticas são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira da Companhia e seu resultado operacional e cuja determinação por sua administração é mais difícil, subjetiva e complexa, exigindo

freqüentemente estimativas sobre assuntos que são inerentemente incertos. Por refletirem julgamentos subjetivos e incertezas, as políticas e estimativas contábeis críticas podem conduzir a resultados materialmente diferentes dependendo das premissas e condições adotadas. Para obter uma discussão dessas e outras políticas contábeis, consulte a nota explicativa nº2 das demonstrações financeiras incluídas neste Prospecto, merecendo destaque:

Reconhecimento de Receitas e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia reconhece a receita de venda de seus produtos quando o risco, a propriedade e a posse do produto são transferidos para seus clientes. A transferência ocorre geralmente quando o produto é entregue ao cliente. A Companhia estabelece provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de sua administração de perdas estimadas na realização de recebíveis com base em seu histórico. A apropriação das perdas é feita quando os créditos encontram-se vencidos e sem solução por um período superior a 180 dias ou nas situações de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial. Este processo exige um determinado grau de discricionariedade por parte da administração da Companhia, devido a incertezas das premissas envolvidas, tais como a evolução financeira dos devedores e o andamento dos processos judiciais. Caso o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa da Companhia seja diferente dos valores baixados como perda, um aumento da provisão faz-se necessário.

Depreciação, Amortização e Exaustão. A Companhia deprecia os bens de seu imobilizado pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras de 30 de junho 2007, incluídas neste Prospecto, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. A exaustão dos projetos de reflorestamento é feita pelo método de volume de madeira extraída em relação ao volume total esperado de extração.

Custos de Desenvolvimento Florestal. Custos de desenvolvimento florestal, principalmente custos de implementação de projetos (tais como preparação do solo, plantio, controle de peste e limpeza dos terrenos) e custos similares dos plantios em andamento são capitalizados à medida em que são incorridos. A exaustão das florestas é calculada pelo método unidade-de-produção, em razão do volume de madeira extraída em cada período.

Ativos e Passivos Fiscais Diferidos. A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos baseados nas diferenças entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal dos ativos e passivos, considerando as alíquotas aplicáveis. A Companhia revisa regularmente qualquer ativo fiscal diferido, avaliando a possibilidade de sua recuperação, e reduz seu valor contábil, como requerido, baseado em seu lucro tributável histórico, no lucro tributável projetado, e na expectativa de realização das diferenças temporárias existentes. Se Companhia operar com prejuízo ou for incapaz de gerar lucro tributável suficiente, ou se houver uma mudança significativa nas taxas efetivas de imposto ou no período de tempo no qual as diferenças temporárias se tornarão tributáveis ou dedutíveis, a Companhia pode vir a reduzir parcialmente ou completamente o valor contábil de seus ativos fiscais diferidos.

Provisões para Contingências. A Companhia constitui provisões para contingências em seu balanço, com base no parecer de seus advogados, para os casos em que os processos trabalhistas, tributários e cíveis são considerados com possibilidade de perda provável. A pedido da Companhia, nossos advogados avaliam continuamente as estimativas e premissas da provisão para contingências com base em fatos e circunstâncias relevantes que possam ter um efeito material sobre seu resultado operacional e seu patrimônio líquido. Além disso, com relação a processos de natureza tributária, cujos tributos tenham sua exigibilidade suspensa, a Companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos em juízo até que seja promulgada decisão final não sujeita a modificações, quando então a provisão é revertida. Apesar da administração da Companhia acreditar que a provisão para atuais contingências é adequada, a liquidação das ações judiciais envolve montantes que poderão resultar em valores divergentes da provisão para contingências estabelecidas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA COMPANHIA

Os resultados operacionais da Companhia são e continuarão sendo influenciados principalmente pelos seguintes fatores:

- cenário macroeconômico brasileiro;
- mercado de consumo de bens duráveis, em especial de móveis e de construção civil;
- desenvolvimento do mercado de painéis de madeira no Brasil; e
- preço das matérias primas no Brasil e no exterior

Cenário Macroeconômico Brasileiro

Em 2004, segundo ano do primeiro mandato do Presidente Lula, a economia brasileira mostrou importantes melhorias em seus principais indicadores. O PIB cresceu 4,9%, a taxa média de desemprego caiu de 12,3% para 11,5% nas principais regiões metropolitanas do país, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. O Brasil registrou um superávit primário nas contas públicas (antes do pagamento de suas dívidas) de 4,61%, o que foi acima da meta de 4,25% do PIB estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional como parte de seu acordo de empréstimo então em vigor com o Brasil naquele período. Durante 2004, o Brasil teve um superávit comercial de US\$34 bilhões, e a inflação, conforme medida pelo IPCA, foi de 7,6%. O real valorizou-se 8,1% em comparação ao dólar. O melhor ambiente econômico em 2004 ocasionou um aumento da demanda doméstica por bens de consumo, fomentada também pelo aumento no volume de crédito dirigido ao financiamento de consumo, especialmente após o surgimento de mecanismos de crédito mais barato como o crédito consignado com desconto em folha de pagamento. Sendo um fabricante de painéis de MDP, principal matéria prima utilizada na produção de móveis populares, a Companhia teve seu resultado de operações positivamente afetado pela oferta crescente de crediário.

Em 2005, o real valorizou-se em 11,5% em comparação ao dólar. Apesar dessa valorização, o Brasil teve um superávit comercial de US\$44,8 bilhões, seu mais alto superávit comercial de todos os tempos. A inflação, conforme medida pelo IPCA, foi de 5,7% em 2005, e a taxa média de desemprego nas principais regiões metropolitanas de País caiu de 11,5% em 2004 para 9,8% no mesmo período de 2005, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. O crescimento acentuado de emprego em setores disseminadores de renda, tal como o da construção civil, aumentou o consumo de bens duráveis e, conseqüentemente, demanda no setor moveleiro. No entanto, esse movimento positivo foi interrompido no segundo semestre do ano pela quebra da expectativa com relação à velocidade da diminuição da taxa de juros.

Apesar de 2006 ter sido um ano de eleição presidencial no Brasil, o quadro conjuntural demonstrou relativa estabilidade e melhora em relação aos principais fundamentos. O crescimento do PIB, pela nova metodologia do IBGE, correspondeu a 3,7%. Em virtude do vigor da balança comercial e também do forte fluxo de ingressos financeiros para aplicação nos mercados de juros e de renda variável, a taxa de câmbio registrou mais um ano de apreciação tendo encerrado 2006 em R\$2,14. A queda gradual mas consistente da taxa de juros interna, associada à continuidade da expansão do crédito dirigido às pessoas físicas, continuaram impulsionando o consumo de bens duráveis, inclusive a demanda por móveis, cuja venda também vem sendo puxada pelo virtuoso aumento na quantidade de novos empreendimentos imobiliários que vêm acontecendo no Brasil desde meados de 2005.

No período encerrado em 30 de junho de 2007, o Real manteve sua tendência e teve apreciação perante o Dólar de 9,3%. Mesmo com a apreciação, o Brasil alcançou saldo em transações correntes positivo de US\$2,2 bilhões. A taxa média de desemprego cresceu de 8,4% em 31 de dezembro de 2006 para [N.D.]% em 30 de junho de 2007 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do IBGE. A média de inflação durante o primeiro semestre, medida pelo IPCA, foi de 3,7% e a taxa de juros TJLP em 30 de junho de 2007 foi de 6,5%.

A tabela abaixo mostra dados econômicos selecionados referentes ao Brasil para os anos indicados:

	Exercícios findos em			Período findo em
	2004	31 de dezembro de 2005	2006	30 de junho de 2007
	<i>(em porcentagens, exceto se indicado o contrário)</i>			
Crescimento do PIB	5,7	2,9	3,7	N.D.
Taxa de inflação (IPCA) ⁽¹⁾	7,6	5,7	3,1	2,1
Taxa de inflação (IGP-M) ⁽²⁾	12,4	1,2	3,8	1,5
TJLP (fechamento) ⁽³⁾	9,81	9,75	7,9	6,5
Taxa CDI ⁽⁴⁾	17,5	18,0	13,25	11,9
Apreciação do Real frente ao Dólar	8,1	11,8	8,7	9,9
Taxa cambial (fechamento) – US\$1,00	R\$ 2,654	R\$ 2,340	R\$ 2,138	R\$1,926
Taxa cambial (média) – US\$1,00 ⁽⁵⁾	R\$ 2,915	R\$ 2,431	R\$ 2,181	R\$2,045

⁽¹⁾ A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁽²⁾ A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.

⁽³⁾ Representa a Taxa de Juros de Longo Prazo estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (fim do ano).

⁽⁴⁾ Representa a média da taxa de depósitos interfinanceiros de um dia no Brasil (acumulada por mês, anualizada).

⁽⁵⁾ Média das taxas de câmbio do último dia de cada mês durante o período.

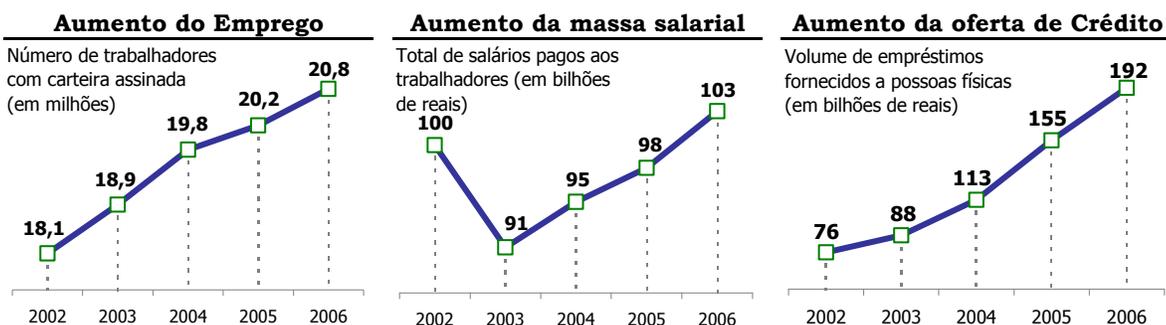
Mercado de Consumo de Bens Duráveis, em especial o Mercado de Móveis e de Construção Civil.

Os resultados e situação financeira da Companhia são influenciados diretamente pelo crescimento nos setores moveleiro e de construção civil, particularmente no que tange ao consumo de móveis populares. Este setor, por sua vez, é afetado pelo grau de confiança do consumidor e em especial pelos níveis de emprego e renda das cadeias difusoras de renda como a automotiva, a de infra-estrutura e a de construção civil. O consumo de móveis pode ser subdividido em duas grandes vertentes: (a) o consumo para reposição ou complementação de mobiliário em moradias existentes e (b) consumo para compor o mobiliário de novas moradias construídas.

Até o ano de 2005, a demanda de móveis vinha sendo puxada quase que exclusivamente pelo consumo para reposição ou complementação de mobiliário, a qual sofre grande influência tanto do volume de crédito destinado pelos bancos às pessoas físicas, quanto dos níveis das taxas de juros, do emprego e da renda. O quadro abaixo ilustra o comportamento favorável destas variáveis no período recente:

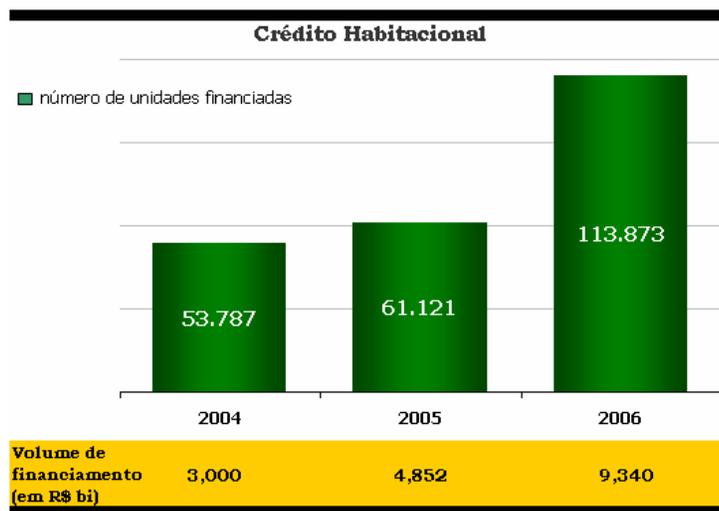
Os "drivers" do crescimento do consumo de bens duráveis

A expansão da demanda doméstica é estimulada por três indicadores positivos da economia



Fontes: BC/IBGE

Com defasagem de 20 meses, que é o tempo médio de conclusão de um empreendimento imobiliário, a demanda de móveis também é impulsionada por um segundo fator: a quantidade de empreendimentos imobiliários lançados, ou seja, de novas moradias entregues pelas construtoras ou realizados diretamente pelos proprietários através de pedreiros ou de pequenas empreiteiras de obra. Os aumentos na renda e no emprego, a tendência declinante dos juros e também as alterações regulatórias no setor de construção civil brasileiro, tais como a regulamentação do "patrimônio de afetação" nos novos empreendimentos imobiliários e o uso do dispositivo de alienação fiduciária ao invés da hipoteca em alguns outros, criaram um cenário positivo para o surgimento de obras nas grandes capitais do País. O gráfico abaixo ilustra o recente crescimento da carteira de crédito imobiliário no Brasil.



Fontes: Embrasp, Secovi e Abecip

A Companhia acredita que o forte crescimento que vem sendo assistido no mercado de painéis de madeira reconstituída no Brasil pode perdurar ainda por um longo período, mantidas as atuais condições conjunturais favoráveis, tendo em vista que os consumos “per capita” de MDP e MDF ainda são muito baixos no Brasil quando comparados com os índices registrados em mercados mais desenvolvidos. O MDP tem a seu favor o fato de que, por ser mais barato, a sua principal aplicação é dirigida à fabricação de móveis populares. Cabe salientar que é justamente a população de baixa renda que vem sendo mais favorecida pelos aumentos do emprego, da renda e da oferta de crédito. Também é na parcela de baixa renda da população que se concentra a parcela preponderante do déficit imobiliário no Brasil. O MDF, por sua vez, será favorecido pela ampla gama de aplicações aonde ele pode estar presente, em especial em produtos voltados à indústria moveleira e construção civil. No exterior é muito comum o uso do MDF na fabricação de portas, janelas e de molduras (canaletas, rodapés, laterais de gavetas, etc) em substituição à madeira maciça. No Brasil, este processo ainda está começando. No segmento de chapas finas, o MDF tende a continuar crescendo em substituição ao “hard board” em aplicações como fundos de móveis e de gavetas, além de continuar crescendo como o principal substrato utilizado na fabricação de pisos. A aplicação do MDF em móveis planejados – feitos sob encomenda - tende a continuar crescendo alinhado com os empreendimentos imobiliários voltados às classes de renda média e alta. Além disso o MDF, por ter maior valor agregado, é um bom produto para exportação.

Consumo Aparente de MDP - 2006				Consumo Aparente de MDF - 2006			
País	Cons. per capita (m³/1000 hab.)	População (milhões hab.)	Cons. Aparente (milhares m³)	País	Cons. per capita (m³/1000 hab.)	População (milhões hab.)	Cons. Aparente (milhares m³)
Alemanha	82,7	82	6,8	Canadá	56,7	33	1,9
Espanha	81,2	40	3,3	Alemanha	38,8	82	3,2
Canadá	73,2	33	2,4	Espanha	27,2	40	1,1
Itália	64,1	58	3,7	Reino Unido	20,9	60	1,3
Portugal	57,6	11	0,7	Itália	19,6	58	1,1
França	54,4	64	3,5	Portugal	14,8	11	0,2
Reino Unido	51,6	60	3,1	EUA	14,7	301	4,4
Rússia	35,6	141	5,0	França	11,5	64	0,7
EUA	24,9	301	7,5	Brasil	9,3	190	1,8
Brasil	11,4	190	2,2	Rússia	6,3	141	0,9

Fonte : EPF European Panel Federation / Wikipédia

Desenvolvimento do Mercado de Painéis de Madeira no Brasil A maior demanda por painéis de madeira reconstituída, ocasionada pelo crescimento do setor moveleiro nos últimos anos, resultou no aumento da concorrência no mercado brasileiro, atraindo novos competidores e levando concorrentes existentes a ampliar suas respectivas capacidades produtivas. Além disso, a necessidade de atualização da tecnologia de produção (introdução das prensas contínuas) e a entrada dos painéis de MDF que somente em algumas aplicações concorre com os painéis de MDP (portas e tampos de móveis, por exemplo), também levou ao acirramento da concorrência na indústria. No entanto, o crescimento da demanda tem mantido os mercados de MDP e MDF em equilíbrio.

De acordo com as estatísticas da Associação Brasileira da Indústria de Painéis - ABIPA, a produção brasileira de painéis de MDP aumentou 19,9% de 2001 a 2006, enquanto a produção do MDF aumentou 178,4% no mesmo período. O notável crescimento da produção de MDF é explicado pela sua introdução, principalmente nos mercados de marcenaria (em substituição ao compensado) e de construção civil, mercados estes nos quais os painéis de MDP têm aplicação reduzida. A Companhia estima que 40% da oferta atual de MDF é direcionada ao mercado de marcenaria e outros 20% ao mercado de construção civil. Os 40% restantes do consumo doméstico de MDF, que é mais caro relativamente ao MDP, são direcionados à indústria moveleira, onde sua aplicação é seletiva e complementar à do MDP, sendo utilizado, principalmente, em peças usinadas, entalhadas ou laqueadas. O MDF é normalmente utilizado para aplicações que requerem um acabamento arredondado ou usinado que não podem ser feitos com o MDP.

Preços de Matéria Prima no Brasil e no Exterior

A Companhia também está sujeita à taxa de câmbio do real frente ao dólar, visto que algumas das matérias-primas utilizadas pela Companhia em seus processos de produção, como o papel e a resina, são *commodities* ou têm seus preços vinculados direta ou indiretamente a flutuações cambiais. Dessa forma, parte dos custos da Companhia, assim como de seus concorrentes, está sujeita a flutuações cambiais do dólar frente ao real. Uma valorização ou desvalorização do real pode reduzir ou aumentar, respectivamente, as despesas de aquisição destas matérias-primas.

As resinas e o papel de revestimento, são *commodities* que, embora produzidas no Brasil, têm seus preços indiretamente vinculados aos preços praticados nos mercados internacionais. No que tange à madeira, os preços deste insumo também são afetados pelo comportamento do câmbio em virtude da maior ou menor demanda pelas serrarias focadas na produção e exportação de compensado, lâminas e serrados. Devido à auto-suficiência de madeira em sua unidade de Uberaba, a variação do câmbio afeta indiretamente a venda pela Companhia de seu excedente florestal a tais serrarias. Por outro lado, um aumento

substancial no preço da madeira poderia forçar competidores que dependam de madeira fornecida por terceiros a aumentarem seus preços, visando a transferir ao consumidor final tal aumento de custo. Por ter grande parte de sua necessidade de madeira atendida por florestas próprias, a Companhia seria diretamente beneficiada nessa hipótese. A disponibilidade de madeira nas reservas florestais da Companhia no Triângulo Mineiro são suficientes para assegurar auto-suficiência nas plantas de MDP e de MDF, nas suas capacidades máximas. Em Taquari, os contratos com os grandes fornecedores de toras, de resíduos de fabricantes de celulose, serrarias e laminações, não estão indexados ao câmbio. Naquela região, o fornecimento por pequenos produtores também não sofre grande influência do câmbio, uma vez que a atividade madeireira local tem seus negócios voltados predominantemente ao mercado doméstico.

A Companhia possui dois maciços florestais próprios integrados e responsáveis pelo fornecimento de 100% da madeira utilizada na fabricação dos painéis de MDP em sua unidade em Uberaba. As florestas próprias da Companhia em Taquari respondem por 25% a 30% da madeira utilizada naquela unidade. A Companhia é também parte de contratos de longo-prazo para fornecimento de toretes e cavacos, respondendo por parte preponderante do fornecimento de madeira comprada no mercado. Outra parte menor é suprida por serragem de madeira gerada por produtores de celulose e serrarias localizadas bem próximo a Taquari. A madeira comprada de mercado na região de Taquari tem seu fornecimento estável e tem potencial para ampliação visto que a comercialização de madeira é uma atividade muito tradicional e disseminada em tal região.

A Companhia adquire resinas da Synteko, seu único fornecedor, de acordo com contrato de longo-prazo renovável a cada cinco anos, sendo a última renovação feita em 2006. Os preços neste contrato são reajustados (para mais ou para menos) em função da variação das cotações internacionais do metanol e da uréia. Na unidade de Uberaba, a planta de resinas da Synteko fica dentro do site industrial da unidade de painéis de MDP, de modo que o abastecimento ocorre através de duto, sem incidência de frete. Para maiores detalhes ver seção “Atividades da Companhia” na página 97 deste Prospecto.

Um aumento nos preços das resinas acarretaria um aumento no custo de vendas da Companhia, o que poderia afetar suas margens brutas em não sendo o aumento repassado a clientes da Companhia. Nessa hipótese, a Companhia acredita que a maior parte do setor seria provavelmente afetada de forma similar e, portanto, não haveria um prejuízo em sua posição com relação aos seus concorrentes.

A Companhia adquire papel de revestimento de diferentes fornecedores, o que permite mitigar a possibilidade de aumentos unilaterais.

APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Receita de Vendas

A principal fonte de receitas da Companhia é a venda de painéis de MDP aos seus clientes.

PAINÉL EVOLUTIVO

Produção, Vendas e Receita Unitária

	2004	2005	2006	1ºS 2006	1ºS 2007
Produção m³ total	513.599	533.808	567.598	243.605	342.861
Faturamento m³ total	489.977	470.563	579.173	255.720	335.213
<i>Arvoplac MDP</i>	<i>217.578</i>	<i>207.761</i>	<i>264.423</i>	<i>90.464</i>	<i>182.376</i>
<i>Arvoplac BP</i>	<i>80.249</i>	<i>78.926</i>	<i>111.787</i>	<i>60.368</i>	<i>55.111</i>
<i>Arvoplac FF</i>	<i>183.183</i>	<i>166.620</i>	<i>174.964</i>	<i>90.557</i>	<i>81.092</i>
ROL Unitária (R\$/m³)	533	592	536	564	549

Fonte: Companhia

As receitas líquidas de venda da Companhia são calculadas como o resultado de suas receitas brutas depois de deduzidos tributos como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

A Companhia constitui provisões para créditos cujo recebimento é duvidoso com base em estimativas de perdas prováveis futuras na realização de recebíveis, calculadas com base nos registros de insolvência (falência e recuperação judicial ou extrajudicial) ou decorridos 180 dias do vencimento do crédito. O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2007 foi de R\$6,9 milhões, comparado com R\$7,1 milhões em 30 de junho de 2006. Em 31 de dezembro de

2006, o saldo dessa provisão era de R\$7,2 milhões (2,1 % da receita líquida anual), comparado com R\$6,0 milhões (1,9 % da receita líquida anual) em 31 de dezembro de 2005.

Custo das Vendas e Margem Bruta

O custo das vendas da Companhia é apurado pelo critério de absorção (rateio de custos fixos de acordo com a produção). As principais matérias-primas utilizadas pela Companhia são a madeira, a resina e os papéis de revestimento de painéis cuja relevância econômica, em 30 de junho de 2007, é indicada na tabela abaixo:

DETALHE DOS CUSTOS

Participação % das matérias-primas no custo total de matéria-prima

Item	% na composição do Custo do Painél <u>Revestido</u>	% na composição do Custo do Painél <u>sem revestimento</u>
	Madeira	23%
Resina	20%	46%
Papel	34%	-
Outras matérias-primas	23%	6%

Fonte: Companhia

O custo das matérias-primas representa cerca de 2/3 do valor do custo das vendas. A margem bruta é a diferença entre a receita líquida e o custo das vendas, expressa como porcentagem da receita líquida.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Companhia consistem em:

- as despesas com vendas, que incluem despesas com a estrutura comercial e de marketing, custos de transporte, embalagem, exportação e comissões de representantes comerciais;
- as despesas gerais e administrativas, que incluem principalmente a remuneração do pessoal administrativo e respectivos encargos sociais, honorários da administração, aluguéis, gastos com tecnologia da informação, serviços terceirizados (auditoria, consultoria, advogados e outros), etc; e
- as despesas com depreciação e amortização.

As participações relativas das despesas na Receita Líquida de Vendas, estão apresentadas no quadro à seguir :

DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

Participação Percentual sobre a Receita Operacional Líquida

	2004	2005	2006	1ºS 2006	1ºS 2007
Despesas Comerciais	12%	10%	12%	12%	10%
Despesas Gerais e Administrativas	5%	6%	4%	4%	4%
Depreciação, Amortização e Exaustão (*)	2%	2%	1%	2%	1%

Parcela não incluída no CPV.

Fonte: Companhia

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de				
	2006	% da Receita Líquida de Vendas	2007	% da Receita Líquida de Vendas	% Variação 2006/2007
	(em R\$ milhões, exceto o número de ações e dados por ações)				
Receita bruta de Vendas	221,5	137,1%	269,9	137,1%	21,9%
Impostos e outras deduções de vendas	(59,9)	(37,1)%	(73,1)	(37,1)%	22,0%
Receita Líquida de Vendas	161,6	100,0%	196,8	100,0%	21,8%
Custo dos produtos vendidos	(115,3)	(71,3)%	(130,4)	(66,3)%	13,1%
Lucro Bruto	46,3	28,7%	66,4	33,7%	43,4%
(Despesas) Receitas Operacionais					
Com vendas	(19,2)	(11,9)%	(19,3)	(9,8)%	0,5%
Gerais e administrativas	(5,9)	(3,6)%	(6,5)	(3,3)%	10,2%
Remuneração dos administradores	(0,7)	(0,4)%	(1,2)	(0,6)%	71,4%
Depreciação e amortização	(2,4)	(1,5)%	(2,2)	(1,1)%	(8,3)%
Equivalência Patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-o-
Outras receitas e (despesas) operacionais- líquidas	0,3	0,2%	(1,9)	(1,0)%	(733,3)%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	18,5	11,4%	35,3	17,9%	90,7%
Receitas Financeiras	5,7	3,5%	9,8	5,0%	71,9%
Despesas Financeiras	(17,5)	(10,8)%	(14,6)	(7,4)%	(16,6)%
CPMF, IOF e outras despesas tributárias	(1,3)	(0,8)%	(1,4)	(0,7)%	7,7%
Variações cambiais, líquidas	2,6	1,6%	1,4	0,7%	(46,7)%
Despesas com processo de abertura de capital	(0,4)	(0,2)%	(0,2)	(0,1)%	(50,0)%
Lucro Operacional	7,5	4,7%	30,3	15,4%	304,0%
Receitas (Despesas) não operacionais, líquidas	0,2	0,1%	(2,4)	(1,2)%	(1300,0)%
Lucro antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e da Participação dos colaboradores	7,7	4,8%	27,9	14,2%	262,3%
Participação dos colaboradores	(0,9)	(0,6)%	(1,0)	(0,5)%	11,4%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6,8	4,2%	26,9	13,6%	295,1%
Imposto de Renda e contribuição social – correntes	(1,8)	(1,1)%	(5,7)	(2,9)%	214,4%
Imposto de Renda e contribuição social –diferidos	(5,7)	(3,5)%	0,1	0,0%	(101,5)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício antes da Participação Minoritária	(0,7)	(0,4)%	21,2	10,8%	(3.128,6)%
Participação minoritária	(0,8)	(0,5)%	0,0	0,0%	(100,0)%
Lucro (Prejuízo) do Período	(1,5)	(0,9)%	21,2	10,8%	(1.513,3)%

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de							
	2004	% da Receita Líquida de Vendas	2005	% da Receita Líquida de Vendas	2006	% da Receita Líquida de Vendas	% Variação 2004/2005	% Variação 2005/2006
	(em R\$ milhões, exceto o número de ações e dados por ações)							
Receita bruta de Vendas	395,6	139,8%	423,4	138,1%	466,1	136,9%	7,0%	10,1%
Impostos e outras deduções de vendas	(112,7)	(39,8)%	(116,9)	(38,1)%	(125,7)	(36,9)%	3,7%	7,6%
Receita Operacional Líquida	283,0	100,0%	306,5	100,0%	340,4	100,0%	8,3%	11,1%
Custo dos produtos vendidos	(182,3)	(64,4)%	(202,2)	(66,0)%	(244,4)	(71,8)%	10,9%	20,9%
Lucro Bruto	100,6	35,6%	104,3	34,0%	96,0	28,2%	3,7%	(8,0)%
(Despesas) Receitas Operacionais								
Com vendas	(34,3)	(12,1)%	(30,5)	(10,0)%	(39,9)	(11,7)%	(11,0)%	30,7%
Gerais e administrativas	(13,1)	(4,6)%	(15,6)	(5,1)%	(12,9)	(3,8)%	19,3%	(17,3)%
Remuneração dos administradores	(1,0)	(0,4)%	(1,3)	(0,4)%	(1,8)	(0,5)%	(28,9)%	38,5%
Depreciação e amortização	(4,2)	(1,5)%	(4,6)	(1,5)%	(4,9)	(1,4)%	9,6%	6,5%
Equivalência Patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-o-	-o-
Outras receitas e (despesas) operacionais- líquidas	(1,5)	(0,5)%	1,0	0,3%	1,1	0,3%	(166,7)%	10,0%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	46,4	16,4%	53,2	17,4%	37,6	11,0%	14,6%	(29,4)%
Receitas Financeiras	11,2	3,9%	12,2	4,0%	7,8	2,3%	8,9%	(36,0)%
Despesas Financeiras	(31,2)	(11,0)%	(26,6)	(8,7)%	(40,8)	(12,0)%	(14,7)%	53,5%
CPMF, IOF e outras despesas tributárias	(2,2)	(0,8)%	(3,5)	(1,1)%	(3,1)	(0,9)%	59,1%	(11,4)%
Variações cambiais, líquidas	2,5	0,9%	3,2	1,1%	2,3	0,7%	28%	(28,1)%
Despesas com processo de abertura de capital	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(1,9)	(0,6)%	-o-	-o-
Lucro Operacional	26,7	9,4%	38,6	12,6%	1,8	0,5%	44,3%	(95,4)%
Receitas (Despesas) não operacionais líquidas	0,5	0,2%	(0,2)	(0,1)%	0,2	0,1%	(140%)	(200)%
Lucro antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e da Participação dos	27,3	9,6%	38,4	12,5%	1,9	0,6%	40,8%	(94,9)%

colaboradores

Participação dos colaboradores	(1,5)	(0,5)%	(1,2)	(0,4)%	0,0	0,0%	(20)%	(100,0)%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	25,8	9,1%	37,1	12,1%	1,9	0,6%	43,9%	(94,8)%
Imposto de Renda e contribuição social – correntes	(6,7)	(2,4)%	(11,8)	(3,8)%	(3,3)	(1,0)%	76,1%	(71,6)%
Imposto de Renda e contribuição social – diferidos	(0,1)	0,0%	0,5	0,2%	(0,1)	0,0%	(600,0)%	(120)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício antes da Participação Minoritária	19,0	6,7%	25,9	8,4%	(1,5)	(0,4)%	36,4%	(105,7)%
Participação minoritária	(1,9)	(0,7)%	(2,5)	(0,8)%	(0,7)	(0,2)%	31,6%	(70,6)%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	17,1	6,0%	23,3	7,6%	(2,2)	(0,7)%	36,3%	(109,5)%

Período encerrado em 30 de junho de 2006 comparado ao período encerrado em 30 de junho de 2007

Receita Bruta de Vendas. A receita bruta de vendas da Companhia aumentou R\$48,4 milhões, ou 22%, de R\$221,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 para R\$269,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007. Esse aumento resulta principalmente do aumento de 31% no volume de vendas de 255,7 mil m³ no primeiro semestre de 2006 para 335,2 mil m³ no primeiro semestre de 2007. O aumento da receita foi menor do que o aumento do volume vendido em função da composição do “mix” de produtos vendidos. No primeiro semestre de 2006 a participação de painéis não revestidos na formação da receita foi da ordem de 35% contra uma participação de 54% no primeiro semestre de 2007, em função da aceleração da demanda por móveis populares no início de 2007. Como os painéis não revestidos têm preços de venda menores do que os preços dos painéis revestidos, o preço médio unitário de venda registrado nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 correspondeu a R\$564/m³ contra R\$549/m³ no mesmo período de 2007.

Impostos e Deduções de Vendas. Os impostos e contribuições sobre vendas da Companhia totalizaram R\$59,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 e R\$73,0 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007. Esse aumento resulta do aumento da receita da Companhia, que passou de R\$221,5 milhões nos seis primeiros meses de 2006 para R\$269,9 milhões no mesmo período em 2007. Os impostos e deduções de vendas como porcentagem da receita líquida de vendas permaneceram estáveis, representando 37 % nos seis meses encerrados em de junho de 2006 e em 2007.

Receita Líquida de Vendas. A receita líquida de vendas da Companhia aumentou R\$35,2 milhões, de R\$161,6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 para R\$196,8 milhões no mesmo período de 2007, em decorrência do aumento no volume de vendas nos seis primeiros meses de 2007 comparado ao mesmo período de 2006.

Custo dos Produtos Vendidos. O custo dos produtos vendidos da Companhia totalizou R\$115,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 e R\$130,4 milhões no mesmo período em 2007, representando um aumento de 13%, principalmente em linha com o crescimento de volume de produção da Companhia de aproximadamente 40% no comparativo dos seis primeiros meses de 2006 e 2007. No entanto, essa variação foi menor do que o crescimento registrado na receita, uma vez que o custo unitário do primeiro semestre de 2006 foi prejudicado pela interrupção de 5 semanas na produção da maior unidade da Companhia, situada em Uberaba-MG, devido à expansão de sua capacidade de produção em 54%. A intervenção para expansão e a curva de aprendizado da prensa expandida (incluindo maior consumo de resina e madeira na fabricação de painéis) implicaram na elevação dos custos unitários de produção que, com a estabilização da linha, declinaram de R\$451/m³ no primeiro semestre de 2006 para R\$389,1/m³ no primeiro semestre de 2007. O custo dos produtos vendidos, expresso como porcentagem da receita líquida de vendas da Companhia, declinou de 71% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 para 66,3% no mesmo período em 2007 pelo aumento no volume de vendas.

Lucro Bruto. Como resultado, o lucro bruto da Companhia aumentou 43%, de R\$46,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 para R\$66,4 milhões no mesmo período em 2007. O lucro bruto como porcentagem da receita líquida de vendas, ou margem de lucro bruto, foi de 29% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006, comparado a 32% no mesmo período de 2007.

Despesas Operacionais.

As despesas com vendas mantiveram-se constantes, correspondendo a R\$19,2 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 e a R\$19,3 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007. As despesas com vendas como porcentagem da receita líquida de vendas, foi de 12% nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006, comparado a 10% nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007.

As despesas gerais e administrativas da Companhia, incluindo a remuneração dos administradores, aumentaram 18%, de R\$6,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 para R\$7,7 milhões no mesmo período de 2007. Essa variação decorreu principalmente do reforço da estrutura de gestão das fábricas (R\$366 mil), temporariamente com pessoal técnico (engenheiros) alocados ao projeto de investimento na nova unidade de MDF (R\$480 mil), e também como decorrência

do aumento do provisionamento de contingências fiscais (R\$ 370 mil) com base na evolução da carteira de processos administrados pela área jurídica.

Depreciação e Amortização. A depreciação e a amortização reduziu 10%, de R\$2,4 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 para R\$2,2 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007. Essa variação foi imaterial e decorre da redução natural da base depreciada de ativo fixo.

As outras receitas e despesas operacionais passaram de uma receita de R\$312 mil nos primeiros seis meses de 2006 para uma despesa de R\$1,9 milhão nos primeiros seis meses de 2007 em decorrência das despesas com arrendamento das terras (R\$3,0 milhões, no semestre) incorridas mensalmente a partir de janeiro de 2007.

Resultado Financeiro Líquido. O resultado financeiro, líquido da Companhia, foi uma despesa de R\$10,9 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 comparado a uma despesa de R\$5,0 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007. Essa redução decorreu, principalmente, do aumento de R\$4,1 milhões no volume de receitas financeiras no primeiro semestre de 2007 e também da queda na taxa de juros básica – CDI cuja média correspondeu a 16,4% a.a. nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 e caiu para 12,5 % a.a. nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007.

Resultado não Operacional. O resultado não operacional da Companhia passou de uma receita de R\$156 mil nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 para uma despesa de R\$2,4 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007. Esta despesa correspondeu principalmente à perda de capital na alienação de uma antiga prensa que tornou-se obsoleta após a expansão ocorrida na unidade de Uberaba-MG.

Imposto de Renda e Contribuição Social. As despesas da Companhia com imposto de renda e contribuição social correntes aumentaram 214%, de R\$1,8 milhão nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 para R\$5,7 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007. Esse aumento decorreu principalmente do maior lucro tributável gerado nos seis primeiros meses de 2007. O imposto de renda diferido saiu de uma despesa de R\$5,7 milhões no primeiro semestre de 2006 para uma receita de R\$ 83 mil no primeiro semestre de 2007. Essa redução é explicada pela cisão das terras das florestas, ocorrida no primeiro semestre de 2006, a qual gerou uma despesa não recorrente pela perda de créditos tributários diferidos da ordem de R\$ 8,7 milhões.

Lucro Líquido. Em decorrência dos fatos apresentados, o lucro líquido da Companhia passou de um prejuízo R\$1,5 milhão nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 para R\$21,2 milhões nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2006

Receita Bruta de Vendas. A receita bruta de vendas da Companhia aumentou R\$42,7 milhões, ou 10,1%, de R\$423,4 milhões em 2005 para R\$466,0 milhões em 2006, em decorrência do aumento de 23% no volume de produtos vendidos em 2006. O crescimento da receita foi menor do que o crescimento no volume porque a receita média unitária decresceu 9,5% em 2006, isto porque a primeira metade do ano foi marcada por uma demanda de mercado mais fraca pontual no segmento de varejo de bens duráveis, e uma conseqüente redução de preços. Adicionalmente, o reinício da produção na unidade de Uberaba-MG e a curva de aprendizado, após a expansão concluída em abril de 2006, implicou no aumento não recorrente do volume de painéis de segunda e terceira qualidades, os quais são comercializados com preços entre 10 e 15% inferiores.

Impostos e Deduções de Vendas. Os impostos e contribuições sobre vendas da Companhia totalizaram R\$125,7 milhões em 2006, representando um crescimento de 8% em relação a R\$116,8 milhões verificados em 2005. Esse aumento decorre do aumento do faturamento, que passou de R\$423,4 milhões em 2005 para R\$466,0 milhões em 2006. Os impostos e deduções de vendas como porcentagem da receita líquida de vendas representaram 38% em 2005 e 37% em 2006. A redução na carga fiscal resultou das menores alíquotas do ICMS decorrente da localização dos seus clientes.

Receita Líquida de Vendas. A receita líquida de vendas da Companhia aumentou R\$33,9 milhões, de R\$306,5 milhões em 2005 para R\$340,4 milhões em 2006, principalmente em decorrência do citado aumento de volume.

Custo dos Produtos Vendidos. O custo dos produtos vendidos da Companhia totalizou R\$244,4 milhões em 2006, representando um aumento de 20,8% em relação ao custo dos produtos vendidos pela Companhia em 2005 de R\$202,2 milhões. O custo dos produtos vendidos expresso como porcentagem da receita líquida de vendas correspondeu a 71,8% em 2006 contra 66 % em 2005. O aumento dos custos fabris no exercício de 2006 decorreu principalmente dos seguintes fatores: menor diluição dos custos fixos em função da interrupção da unidade de Uberaba por cinco semanas para expansão de capacidade, curva de aprendizado da prensa expandida, incluindo maior consumo de resina e madeira na fabricação de painéis, que implicaram na elevação dos custos unitários de produção nos meses posteriores ao aumento de capacidade, e finalmente, aumento nos custos de manutenção durante e imediatamente após a intervenção de expansão.

Lucro Bruto. O lucro bruto da Companhia caiu 8%, de R\$104,3 milhões em 2005 para R\$96,0 milhões em 2006. O lucro bruto como porcentagem da receita líquida de vendas, ou margem de lucro bruto, foi de 34% em 2005, comparado a 28% em 2006.

Despesas Operacionais.

As despesas com vendas aumentaram R\$9,4 milhões, ou 30,6%, de R\$30,5 milhões em 2005 para R\$39,9 milhões em 2006. Esse aumento decorreu principalmente:

- pelo aumento nos fretes domésticos em R\$3,5 milhões, devido ao maior volume vendido e aumento de preço do frete decorrente do aquecimento da economia brasileira;
- pelo esforço comercial adicional relativo a venda de uma maior quantidade de painéis de segunda e terceira qualidade durante a curva de aprendizado da prensa expandida;
- pelo aumento de produtos ofertados, no valor de R\$1,3 milhões;
- pelo aumento nos fretes de exportação em R\$1,9 milhão, devido ao maior volume de exportação; e
- pelo aumento no provisionamento de provisão para créditos de liquidação duvidosa em R\$1,0 milhão.

As despesas gerais e administrativas da Companhia diminuíram 17,3%, de R\$15,6 milhões em 2005 para R\$12,9 milhões em 2006. Essa redução decorreu principalmente do resultado dos planos de contenção e controle de despesas derivados de programas implantados pela Companhia como o GPD (Gerenciamento Pelas Diretrizes), além do ajuste no orçamento de despesa para adequação à demanda reduzida que precedeu a corrida eleitoral presidencial de 2006.

Depreciação e Amortização. Os custos de depreciação, amortização mantiveram-se estáveis, correspondendo a R\$4,6 milhões em 2005 e a R\$4,9 milhões em 2006. Os custos de depreciação e amortização incluídos nas despesas operacionais são menos influenciados pelos efeitos da reavaliação de ativos no final de 2004 se comparados aos demais custos incluídos no custo de produtos vendidos.

Resultado Financeiro Líquido. A despesa financeira líquida da Companhia aumentou R\$18,3 milhões, ou 102,2%, de R\$17,9 milhões em 2005 para R\$36,2 milhões em 2006. Esse aumento é principalmente explicado por dois fatores não recorrentes distintos:

- no exercício de 2005 a Companhia reverteu contabilmente uma parte das despesas acumuladas de juros no valor de R\$10,6 milhões referente ao contrato de financiamento firmado com o BNDES, tendo em vista disposições contratuais que previam um limite para a taxa de juros aplicada não considerada contabilmente antes deste exercício; e
- em julho de 2006 a Companhia optou por pré-pagar a dívida mantida com o IFC em função do momento favorável em termos da apreciação do câmbio. De acordo com contrato de financiamento, junto com o pré-pagamento de principal, a Companhia foi obrigada a pagar uma taxa adicional de rescisão, não recorrente, no valor de R\$7,9 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social. As despesas da Companhia com imposto de renda e contribuição social caíram 70%, de R\$11,3 milhões em 2005 para R\$3,4 milhões em 2006. Esse aumento decorreu principalmente da queda no lucro tributável em 2006.

Lucro Líquido. Em decorrência dos fatos apresentados, o resultado líquido da Companhia passou de um lucro de R\$23,3 milhões em 2005 para um prejuízo de R\$2,2 milhões em 2006.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2005

Receita Bruta de Vendas. A receita bruta de vendas da Companhia aumentou R\$27,8 milhões, ou 7%, de R\$395,6 milhões em 2004 para R\$423,4 milhões em 2005, principalmente em decorrência do aumento médio de 10,7% nos preços de seus produtos em 2005.

Impostos e Deduções de Vendas. Os impostos e contribuições sobre vendas da Companhia totalizaram R\$116,9 milhões em 2005, representando um crescimento de 4% em relação a R\$112,6 milhões verificados em 2004. Esse aumento decorre do aumento do faturamento, que passou de R\$395,6 milhões em 2004 para R\$423,4 milhões em 2005. Os impostos e deduções de vendas como porcentagem da receita líquida de vendas representaram 40% em 2004 e 38% em 2005, decorrente de menores alíquotas do ICMS decorrente da localização dos seus clientes.

Receita Líquida de Vendas. A receita líquida de vendas da Companhia aumentou R\$23,5 milhões, de R\$282,9 milhões em 2004 para R\$306,5 milhões em 2005, principalmente em decorrência do aumento médio de preços.

Custo dos Produtos Vendidos. O custo dos produtos vendidos da Companhia totalizou R\$202,2 milhões em 2005, representando um aumento de 11% em relação ao custo dos produtos vendidos pela Companhia em 2004 de R\$182,3 milhões. O custo dos produtos vendidos expresso como porcentagem de nossa receita líquida de vendas aumentou de 64% em 2004 para 66% em 2005, como decorrência do aumento nas despesas de depreciação e exaustão. Esse aumento decorreu dos efeitos da

reavaliação de ativos contabilizada em 31 de dezembro de 2004 e cujos efeitos contábeis impactaram as demonstrações de resultados de 2005. Essa reavaliação foi feita pela Companhia em atendimento às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Na mesma reavaliação, a Companhia também constituiu uma provisão tributária no valor de R\$65,2 milhões sobre a reavaliação de terras e ativos industriais sem expectativa de venda ou alienação futura. Essa provisão não havia sido constituída na reavaliação de ativos realizada em 2000.

Lucro Bruto. O lucro bruto da Companhia aumentou 4%, de R\$100,6 milhões em 2004 para R\$104,3 milhões em 2005. O lucro bruto como porcentagem da receita líquida de vendas, ou margem de lucro bruto, foi de 36% em 2004, comparado a 34% em 2005.

Despesas Operacionais.

As despesas com vendas diminuíram 11% de R\$34,4 milhões em 2004 para R\$30,5 milhões em 2005. Essa redução decorreu principalmente da maior participação das vendas diretas (feitas sem intermediação de representantes), sobre as quais não incidem comissões de vendas. Adicionalmente, os gastos com marketing e promoção de vendas em 2005 foram menores em decorrência da maior demanda verificada no período, o que dispensou a alocação de maiores verbas para fomento das vendas.

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 21%, de R\$14,0 milhões em 2004 para R\$16,9 milhões em 2005. Esse aumento decorreu principalmente do aumento de R\$1,4 milhão nas despesas com funcionários, resultante dos acordos e dissídios coletivos com os sindicatos, bem como do aumento dos bônus pagos à administração em 2005. Além disso, houve um aumento de R\$1,0 milhão nos gastos com consultorias relacionadas a programas de melhoria de processos industriais, florestais e de gestão administrativa.

Depreciação e Amortização. A parcela dos custos de depreciação e amortização, não apropriada nos custos dos produtos vendidos aumentou 9,5 %, de R\$4,2 milhões em 2004 para R\$4,6 milhões em 2005.

Resultado Financeiro Líquido. O resultado financeiro líquido negativo da Companhia diminuiu 19%, de R\$22,2 milhões em 2004 para R\$17,9 milhões em 2005. Essa diminuição decorreu principalmente da redução de 65% na receita de ajuste a valor presente dos ganhos de linha de capital de giro junto ao BDMG, visto que o fluxo de crédito desses recursos em 2005 foi mais regular (sem atrasos) comparado ao exercício de 2004.

Imposto de Renda e Contribuição Social. As despesas da Companhia com imposto de renda e contribuição social aumentaram 76%, de R\$6,7 milhões em 2004 para R\$11,8 milhões em 2005. Esse aumento decorreu principalmente do resultado tributável em 2005 comparado a 2004.

Lucro Líquido. Em decorrência dos fatos apresentados, o lucro líquido da Companhia aumentou 36%, de R\$17,1 milhões em 2004 para R\$23,3 milhões em 2005.

CONTAS PATRIMONIAIS

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de								
	2004	% do Total	2005	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2004/2005	% Variação 2005/2006
(em milhões de R\$)								
Ativo Circulante								
Disponibilidades	55,7	6,9%	54,2	6,5%	117,3	18,7%	(2,7)%	116,4%
Contas a receber	32,1	4,0%	44,2	5,3%	51,7	8,2%	37,6%	17,0%
Provisão para créditos de realização duvidosa	(8,8)	(1,1)%	(6,0)	(0,7)%	(7,2)	(1,1)%	(31,8)%	20,0%
Estoques	27,6	3,4%	35,1	4,2%	26,5	4,2%	27,0%	(24,4)%
Impostos a recuperar	0,9	0,1%	1,9	0,2%	3,3	0,5%	111,1%	73,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,0	0,0%	8,0	1,0%	9,7	1,5%	-o-	21,3%
Outros ativos	3,1	0,4%	5,4	0,7%	4,4	0,7%	74,8%	(18,5)%
Total Ativo Circulante	110,7	13,8%	142,8	17,2%	205,7	32,8%	29,1%	44,0%
Realizável a Longo Prazo								
Estoques	1,9	0,2%	1,9	0,2%	0,0	0,0%	0,0%	(100,0)%
Partes relacionadas	17,6	2,2%	10,9	1,3%	0,0	0,0%	(38,2)%	(100,0)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35,1	4,4%	20,3	2,4%	11,9	1,9%	(42,2)%	(41,5)%
Impostos a recuperar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,8	0,3%	-o-	-o-
Depósitos judiciais e empréstimos Compulsórios	1,7	0,2%	0,8	0,3%	0,7	0,1%	52,9%	(12,5)%
Fomento Florestal	1,7	0,2%	2,2	0,3%	2,3	0,4%	30,7%	4,5%
Contas a receber	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,3	0,3%	-o-	-o-
Outros ativos	3,5	0,4%	2,7	0,3%	1,8	0,3%	(22,9)%	(33,3)%
Investimentos								
Outros investimentos	0,5	0,1%	0,1	0,0%	0,1	0,0%	(80,9)%	25,8%
Imobilizado	612,5	76,2%	631,5	76,1%	389,1	62,0%	3,1%	(38,4)%
Intangível	2,3	0,3%	2,6	0,3%	1,6	0,3%	13%	(37,9)%
Diferido	17,0	2,1%	14,1	1,7%	11,1	1,8%	(17,4)%	(21,0)%
Total do Ativo não Circulante	693,8	86,2%	687,1	82,8%	421,8	67,2%	(1,0)%	(38,6)%
Total do Ativo	804,5	100,0%	829,9	100,0%	627,4	100,0%	3,2%	(24,4)%
Passivo Circulante								
Fornecedores	25,0	3,1%	30,0	3,6%	31,9	5,1%	20,1%	6,2%
Empréstimos e Financiamentos	44,7	5,6%	48,6	5,9%	67,2	10,7%	8,6%	38,3%
Salários, provisões e contribuições sociais	3,4	0,4%	5,0	0,6%	5,1	0,8%	46,3%	1,7%
Impostos a recolher	5,5	0,7%	7,1	0,9%	6,7	1,1%	29,5%	(5,6)%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0,5	0,1%	0,5	0,1%	0,2	0,0%	(0)%	(60,0)%
Partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-o-	-o-
Outras obrigações	4,9	0,6%	3,1	0,4%	2,6	0,4%	(36,9)%	(17,4)%
Total Passivo Circulante	84,0	10,5%	94,3	11,4%	113,7	18,1%	12,2%	20,6%
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e financiamentos	187,2	23,3%	184,2	22,2%	195,3	31,1%	(1,6)%	6,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65,2	8,1%	57,8	7,0%	51,1	8,2%	(11,3)%	(11,5)%
Provisão para contingências	4,5	0,6%	4,3	0,7%	4,1	0,6%	(4,4)%	(4,7)%
Outras obrigações	0,9	0,1%	0,8	0,1%	0,6	0,1%	(11,1)%	(26,3)%
Resultados de exercícios futuros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	15,2	2,4%	-o-	-o-
Total Passivo não Circulante	257,8	32,0%	247,0	30,0%	266,2	42,4%	(4,2)%	7,8%
Participação Minoritária	54,4	6,8%	56,9	6,9%	0,0	0,0%	4,7%	(100,0)%
Patrimônio Líquido								
Capital Social	154,9	19,3%	154,9	18,7%	116,7	18,6%	0,0%	(24,7)%
Reserva de Capital	0,1	0,0%	0,1	0,0%	50,3	8,0%	0,0%	50.200,0%
Reservas de reavaliação	280,3	34,9%	273,3	32,9%	73,2	11,7%	(2,5)%	(73,2)%
Reservas de lucros	0,0	0,0%	0,2	0,0%	0,2	0,0%	-o-	0,0%
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(26,9)	(3,4)%	3,1	0,4%	7,0	1,1%	(111,6)%	125,1%
Total Patrimônio Líquido	408,3	50,8%	431,6	52,0%	247,5	39,4%	5,7%	(42,7)%
Total Passivo e Patrimônio Líquido	804,5	100,0%	829,9	100,0%	627,4	100,0%	3,2%	(24,4)%

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de					
	2006	% do Total	2007	% do Total	% Variação 2006/2007
(em milhões de R\$)					
Ativo Circulante					
Disponibilidades	80,2	13,6%	125,4	19,4%	56,3%
Contas a receber	46,3	7,9%	54,7	8,5%	18,1%
Provisão para créditos de realização duvidosa	(7,1)	(1,2)%	(6,9)	(1,1)%	(2,8)%
Estoques	32,7	5,5%	24,4	3,8%	(25,4)%
Impostos a recuperar	2,0	0,3%	3,1	0,5%	54,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8,1	1,4%	6,3	1,0%	(22,4)%
Outros ativos	4,2	0,7%	4,1	0,6%	(2,6)%
Total Ativo Circulante	166,4	28,2%	211,1	32,7%	26,9%
Realizável a Longo Prazo					
Estoques	1,9	0,3%	0,0	0,0%	(100,0)%
Partes relacionadas	1,7	0,3%	0,0	0,0%	(100,0)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11,2	1,9%	11,3	1,7%	0,6%
Impostos a recuperar	1,4	0,3%	2,5	0,4%	78,6%
Fomento Florestal	2,3	0,4%	2,3	0,4%	0,0%
Contas a receber	1,3	0,2%	1,3	0,2%	(0,2)%
Outros ativos	3,0	0,4%	1,9	0,2%	36,7%
Investimentos					
Outros investimentos	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0%
Imobilizado	385,5	65,4%	404,0	62,5%	4,8%
Intangível	2,1	0,4%	1,5	0,2%	(29,8)%
Diferido	12,6	2,1%	10,5	1,6%	(16,6)%
Total do Ativo não Circulante	423,1	71,8%	435,4	67,3%	2,9%
Total do Ativo	589,5	100,0%	646,5	100,0%	9,7%
Passivo Circulante					
Fornecedores	34,6	5,9%	29,7	4,6%	(14,2)%
Empréstimos e Financiamentos	59,3	10,1%	68,7	10,6%	15,9%
Salários, provisões e contribuições sociais	5,5	0,9%	6,8	1,0%	22,5%
Impostos a recolher	6,1	1,0%	10,1	1,5%	65,6%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0,3	0,1%	0,2	0,1%	(33,3)%
Dividendos a pagar	0,0	0,0%	10,0	1,5%	-o-
Partes relacionadas	12,2	2,1%	0,0	0,0%	(100,0)%
Outras obrigações	2,0	0,3%	2,8	0,4%	38,8%
Total Passivo Circulante	120,2	20,4%	128,3	19,9%	6,8%
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	213,1	36,1%	215,9	33,4%	1,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54,5	9,2%	47,0	7,3%	(13,6)%
Provisão para contingências	4,5	0,8%	4,2	0,6%	(7,0)%
Outras obrigações	0,8	0,1%	0,6	0,1%	(25,0)%
Resultados de exercícios futuros	15,2	2,6%	15,2	2,3%	0,0%
Total Passivo não Circulante	288,0	48,8%	282,8	43,7%	(1,8)%
Participação Minoritária	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-o-
Patrimônio Líquido					
Capital Social	96,9	16,4%	116,7	18,0%	20,4%
Reserva de Capital	0,1	0,0%	50,3	7,8%	50.200,0%
Reservas de reavaliação	78,0	13,2%	68,2	10,5%	(12,6)%
Reservas de lucros	0,2	0,0%	0,2	0,0%	0,0%
Lucros (Prejuízos) Acumulados	6,2	1,0%	0,0	0,0%	(99,2)%
Total Patrimônio Líquido	181,4	30,8%	235,4	36,4%	29,8%
Total Passivo e Patrimônio Líquido	589,5	100,0%	646,5	100,0%	9,7%

Período encerrado em 30 de junho de 2006 comparado com o período encerrado em 30 de junho de 2007

Ativo

Ativo Circulante

Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras. As disponibilidades totalizaram R\$125,4 milhões em 30 de junho de 2007, representando 19% do total de ativos, um aumento de 56,3% em relação ao montante de R\$80,2 milhões em 30 de junho de 2006, que representava 14% do total de ativos. A geração líquida de caixa nos primeiros seis meses de 2007 excedeu a geração líquida de caixa dos primeiros seis meses de 2006 em R\$18 milhões, sendo que isto associado ao aporte de capital de R\$70 milhões ocorrido no final do ano de 2006, explicam a variação ocorrida no total de disponibilidades deduzidos os dividendos de R\$ 23,3 milhões pagos no primeiro semestre de 2007.

Contas a Receber. O saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$54,7 milhões em 30 de junho de 2007, representando 8% do total de ativos. Este saldo representa um aumento de 18,1 % em relação ao montante de R\$46,3 milhões em 30 de junho de 2006, correspondente a 8% do total de ativos, e deve-se principalmente ao aumento do volume de faturamento de R\$221,4 milhões no primeiro semestre de 2006 para R\$269,9 milhões no mesmo período em 2007.

Estoques. A conta de estoques totalizou R\$24,4 milhões em 30 de junho de 2007, representando 4% do total de ativos, e R\$32,7 milhões em 30 de junho de 2006, que representava 6% do total de ativos. O aquecimento da demanda, a partir do final de 2006, permitiu à Companhia dar vazão a itens de menor giro e assim reduzir os estoques de produtos acabados. A composição detalhada da conta de estoques está demonstrada abaixo:

Composição dos estoques	Período findo em	
	<u>30 de junho de 2006</u>	<u>30 de junho de 2007</u>
	(em milhares de reais)	
Produtos acabados	11.890	5.488
Matérias primas	16.809	13.435
Materiais de manutenção	5.224	4.456
Outros itens de estoque	434	2.912
Provisão de perdas e desvalorização	(1.657)	(1.896)
TOTAL	32.700	24.395

Ativo Permanente

Imobilizado. O ativo imobilizado totalizou R\$416,1 milhões em 30 de junho de 2007, representando 64% do total de ativos, um aumento de 4% em relação ao montante de R\$400,2 milhões em 30 de junho de 2006, que representava 68% do total de ativos. O motivo do crescimento foi principalmente o início dos investimentos na nova unidade de MDF em Uberaba e também a instalação de uma nova linha de revestimento BP na unidade de Taquari.

Passivo

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo. O volume total de empréstimos e financiamentos de curto prazo foi R\$68,7 milhões em 30 de junho de 2007, representando 11% do total de ativos, um aumento de 16% em relação ao montante de R\$59,3 milhões em 30 de junho de 2006, que representava 10% do total de ativos. A tabela abaixo contém os valores dos empréstimos nos períodos indicados:

Financiamentos Curto Prazo	Período findo em	
	<u>30 de junho de 2006</u>	<u>30 de junho de 2007</u>
	(em milhares de reais)	
Parcelas de curto de financiamentos de longo		
Santander – ECA Hermes e Cesce	17.083	16.589
ABN Amro – linha BID / IIC	12.590	12.080
BNDES	11.614	1.708
BDMG – Proim e financ florestal	7.699	8.796
IFC	2.869	-
Comprar	5.193	11.871
Capital de Giro - arbitragem	2.279	17.692
TOTAL	59.327	68.736

A Companhia vem se utilizando de linhas de Compror para substituir compras à crédito de fornecedores. As linhas de Compror são disponibilizadas pelos bancos com taxas de juros menores do que aquelas embutidas por fornecedores em suas vendas à prazo, sendo ainda isentas de IOF.

Fornecedores. A conta de fornecedores totalizou R\$29,7 milhões em 30 de junho de 2007, representando 5% do total de ativos, uma redução de 14 % em relação ao montante de R\$34,6 milhões em 30 de junho de 2006, que representava 6% do total de passivos. O motivo dessa redução foi a utilização das linhas de Compror, cujo custo de carregamento é menor do que os juros cobrados pelos fornecedores.

Dividendos a Pagar. A conta de dividendos à pagar correspondeu a R\$10 milhões em 30 de junho de 2007, representando 2% do total de passivos sendo que o saldo era nulo em 30 de junho de 2006. Os bons resultados auferidos nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2007 permitiram à Companhia distribuir R\$7,1 milhões de dividendos referentes aos exercícios anteriores e antecipar R\$26,2 milhões referentes a dividendos/JSCP do exercício de 2007. Em 30 de junho de 2007, R\$10 milhões deste total ainda estava para ser pago.

Outras Contas à Pagar. A conta de outras contas à pagar totalizou R\$2,8 milhões em 30 de junho de 2007, representando uma redução de 80 % em relação ao montante de R\$14,2 milhões em 30 de junho de 2006, que representava 2% do total de passivos. O motivo dessa redução foi o pagamento do saldo do preço de aquisição de participação minoritária de terceiros na Satipel Florestal Ltda.

Exigível a Longo Prazo

Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo. O volume total de empréstimos e financiamentos de longo prazo era de R\$215,8 milhões em 30 de junho de 2007, representando 32% do total de ativos, demonstrando estabilidade em relação ao montante de R\$213,0 milhões em 30 de junho de 2006, que representava 36% do total de ativos. A tabela abaixo contém a posição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo nos períodos indicados:

Financiamentos Longo Prazo	Período findo em	
	<u>30 de junho de 2006</u>	<u>30 de junho de 2007</u>
	(em milhares de reais)	
Instituições de Fomento de Investimento		
Santander – ECA Hermes e Cesce	35.837	19.851
ABN Amro – linha BID / IIC	38.710	30.455
BDMG – Proim e financ florestal	30.319	28.189
IFC	22.793	-
BNDES	5.473	25.990
BDMG – Capital de giro / Fundiest	41.532	65.186
Capital de giro incentivado	5.000	11.081
Bancos comerciais – Investimento	33.393	35.111
TOTAL	213.057	215.863

O volume de financiamentos de longo prazo permaneceu relativamente estável na comparação dos saldos de 30 de junho de 2006 e de 30 de junho de 2007. A “tranche C” do financiamento do IFC terminou sendo pré-paga em julho de 2006 tendo a Companhia aproveitado o momento favorável em termos da apreciação do câmbio. Ao mesmo tempo em que ocorreram as amortizações dos contratos antigos, passou a haver o “encaixe” das novas linhas captadas para suportar os novos investimentos: R\$19 milhões do BNDES para a nova unidade de MDF em Uberaba e R\$5 milhões de financiamento de importação para a nova linha de revestimento BP instalada em Taquari. Houve também o “encaixe” R\$23,7 milhões de recursos de incentivo do Governo de Minas Gerais através do Fundiest.

Provisões para Contingências. O saldo da conta de provisão para contingências manteve-se estável correspondendo a R\$4,5 milhões em 30 de junho de 2006 e a R\$4,2 milhões em 30 de junho de 2007. A posição contábil de tais provisões nos períodos indicados encontra-se abaixo:

Provisão para Contingências	Período findo em	
	<u>30 de junho de 2006</u>	<u>30 de junho de 2007</u>
	(em milhares em reais)	
Tributárias	4.862	5.166
Trabalhistas e outras	958	534 ⁽¹⁾
Cíveis	162	137
Depósitos judiciais	(1.505)	(1.672)
TOTAL	4.477	4.165

Para maiores discussões a respeito das provisões para contingências, ver “Atividades da Companhia – Pendências Judiciais e Administrativas” na página 115 deste Prospecto.

Patrimônio Líquido

As contas do Patrimônio Líquido da Companhia sofreram variações significativas nos 18 meses anteriores a 30 de junho de 2007. Tais variações decorreram principalmente do aumento de capital efetuado em 24 de novembro de 2006. O quadro abaixo ilustra a evolução do Patrimônio Líquido no período em questão.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo em 30 de junho de 2006	181.371
(-) Distribuição de dividendos, exercício 2006	(3.128)
(+) Aumento de capital, AGE 24/11/2006	70.000
(-) Prejuízo líquido do segundo semestre	(755)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	247.488
(-) Distribuição de dividendos, exercício 2006	(33.276)
(+) Lucro líquido do primeiro semestre	21.192
Saldo em 30 de junho de 2007	235.404

Aumento de capital - Em 24 de novembro de 2006, como parte do processo de estruturação do “funding” para o investimento na unidade de MDF, a Companhia recebeu um aporte de capital de R\$70,0 milhões realizado por um novo acionista, o FIP – Fundo de Investimento em Participações Industrial que é um fundo que aplica recursos de investidores em participações minoritárias em projetos industriais no Brasil.

Em termos das variações das contas integrantes do Patrimônio Líquido registramos o seguinte:

Capital Social. O capital social da Companhia correspondia a R\$116,7 milhões em 30 de junho de 2007 o que representa um aumento de 20 % em relação ao valor de R\$ 96,9 milhões apresentado em 30 de junho de 2006. A diferença corresponde principalmente à parcela dos recursos aportados pelo novo acionista alocada na conta de capital.

Reservas de Capital. A reserva de capital no valor de R\$50,3 milhões em 30 de junho de 2007 apresenta uma variação de R\$50,2 milhões em relação ao saldo de R\$113 mil em 30 de junho de 2006. A diferença corresponde principalmente à parcela dos recursos aportados pelo novo acionista alocada na conta de reserva de ágio em função da diferença entre o valor de compra e o valor unitário das ações.

Reservas de Reavaliação. A conta de reservas de reavaliação apresentou uma redução de R\$9,7 milhões, totalizando R\$68,2 milhões, em 30 de junho de 2007, comparado a R\$77,9 milhões em 30 de junho de 2006. Essa redução resulta da realização de parte da reserva por conta da depreciação e exaustão dos ativos da Companhia reavaliados no final de 2004. Não houve novas reavaliações entre os períodos comparados.

Reservas de Lucros. As reservas de lucros são constituídas a partir da destinação do lucro da Companhia conforme deliberação de seus acionistas. As contas de reservas de lucros apresentaram uma redução de R\$6,1 milhões, totalizando R\$212 mil em 30 de junho de 2007 comparado a R\$6,3 milhões em 30 de junho de 2006. O prejuízo do exercício de 2006 foi absorvido pelos lucros de exercícios anteriores e o lucro gerado no primeiro semestre de 2007 permitiu a antecipação de distribuição de dividendos e JSCP informada no quadro de reconciliação do Patrimônio Líquido.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 comparado com exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006

Ativo

Ativo Circulante

Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras. As disponibilidades totalizaram R\$117,3 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando 19% do total de ativos, um aumento de 116% em relação ao montante de R\$54,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, que representava 6% do total de ativos. A geração líquida de caixa do exercício de 2006 foi equivalente a R\$ 60,4 milhões, tendo sido suficiente para fazer frente às inversões feitas em ativo permanente que totalizaram R\$ 59,8 milhões com especial destaque para o aumento da capacidade de unidade de Uberaba em 54%. Assim, o aumento das disponibilidades decorreu do aumento de capital realizado em R\$ 70 milhões ocorrido no final do ano, deduzindo a redução do endividamento em R\$4,7 milhões e o pagamento de R\$3,1 milhões em dividendos.

Contas a Receber. O saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$51,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando 8% do total de ativos, um aumento de 17% em relação ao montante de R\$44,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, que representava 5% do total de ativos. Esse aumento decorreu principalmente da menor utilização pelos clientes da modalidade de financiamento “Vendor”, mediante o qual a Companhia recebe pagamentos à vista pelas vendas a prazo.

Estoques. A conta de estoques totalizou R\$26,5 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando 4% do total de ativos, uma redução de 24% em relação ao montante de R\$35,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, que representava 4% do total de ativos. A Companhia formou estoques maiores em 31 de dezembro de 2005 para atender ao mercado durante a interrupção da produção para expansão da linha de Uberaba-MG. A composição detalhada dos estoques está demonstrada a seguir:

Composição dos estoques	Exercício findo em	
	31 de dezembro de 2005	31 de dezembro de 2006
	(em milhares de reais)	
Produtos acabados	16.418	7.560
Matérias primas	14.491	14.166
Materiais de manutenção	4.395	4.640
Outros itens de estoque	890	2.018
Provisão de perdas e desvalorização	(1.097)	(1.863)
TOTAL	35.097	26.521

Ativo Permanente

Imobilizado. O ativo imobilizado da Companhia totalizou R\$390,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando 62% do total de ativos, uma redução de 38,4% em relação ao montante de R\$634,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, que representava 75% do total de ativos. A queda do imobilizado em 2006 está relacionada com a cisão das terras.

Passivo

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo. O volume total de empréstimos e financiamentos de curto prazo foi R\$67,2 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando 11% do total de ativos, um aumento de 38% em relação ao montante de R\$48,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, que representava 6% do total de ativos. A tabela abaixo contém os valores dos empréstimos nos períodos indicados:

Financiamentos Curto Prazo	Exercício findo em	
	31 de dezembro de 2005	31 de dezembro de 2006
	(em milhares de reais)	
Parcelas de curto de financiamentos de longo		
Santander – ECA Hermes e Cesce	16.119	16.762
BNDES	11.380	7.074
ABN Amro – linha BID / IIC	6.581	12.133
BDMG – Proim e financ florestal	6.462	9.168
IFC	3.399	-
Capital de giro incentivado	-	13.839
Compror	4.650	8.228
TOTAL	48.591	67.205

Na segunda metade de 2005, a Companhia começou a utilizar linhas de Compror para substituir compras à crédito de fornecedores. As linhas de Compror são disponibilizadas pelos bancos com taxas de juros menores do que aquelas embutidas por fornecedores em suas vendas à prazo, sendo ainda isentas de IOF. Em 2006 a Companhia teve acesso a linhas de custo muito reduzido (TJLP + 2,5 % a.a. e 101 % do CDI) e passou a captar tais linhas para fazer arbitragem aplicando a taxas superiores a 110 % do CDI.

Fornecedores. A conta de fornecedores totalizou R\$31,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando 5% do total de ativos, um aumento de 6% em relação ao montante de R\$30,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, que representava 4% do total de ativos.

Exigível a Longo Prazo

Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo. O volume total de empréstimos e financiamentos de longo prazo foi R\$195,3 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando 31% do total de ativos, uma redução de 5,7% em relação ao montante de R\$184,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, que representava 22% do total de ativos. A tabela abaixo contém a posição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo nos períodos indicados:

Financiamentos Longo Prazo	Exercício findo em	
	<u>31 de dezembro de 2005</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
	(em milhares de reais)	
Instituições de Fomento de Investimento		
Santander – ECA Hermes e Cesce	40.781	29.254
ABN Amro – linha BID / IIC	41.703	35.034
BDMG – Proim e financ florestal	32.657	29.879
IFC	23.407	-
BNDES	10.227	6.653
BDMG – Capital de giro / Fundiest	35.375	54.380
Capital de giro - arbitragem	-	6.667
Bancos comerciais - investimento	-	33.390
TOTAL	184.150	195.257

O pré-pagamento da linha de A-Loan junto ao IFC em 2006 foi feito com recursos da captação de linha de longo-prazo junto ao banco Bradesco e houve uma maior liberação de recursos recebidos do Governo de Minas Gerais através do BDMG ocorrido em decorrência do aumento do faturamento da Companhia.

Provisões para Contingências. O saldo da conta de provisão para contingências apresentou uma pequena redução, passando de R\$4,3 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. A posição contábil de tais provisionamentos encontra-se representada abaixo:

Provisão para Contingências	Exercício findo em	
	<u>31 de dezembro de 2005</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
	(em milhares de reais)	
Tributários	4.591	4.959
Trabalhistas	532	263
Judiciais e administrativos	426	411
Cíveis	162	62
Depósitos judiciais	(1.449)	(1.618)
TOTAL	4.262	4.077

Para maiores discussões a respeito das provisões para contingências, ver “Atividades da Companhia – Pendências Judiciais e Administrativas” na página 115 deste Prospecto.

Participação Minoritária. A conta de participação minoritária apresentou uma redução passando de R\$56,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 0 em 31 de dezembro de 2006. Isto ocorreu em função da compra pela Companhia das participações dos minoritários no capital de sua controlada Satipel Florestal Ltda.

Patrimônio Líquido

A Companhia e a Satipel Florestal transferiram, através de cisões parciais de seus ativos, todas as terras de sua propriedade, com exceção daquelas onde suas instalações industriais encontram-se localizadas, para a Alanda Participações, uma empresa também controlada pela Companhia Ligna de Investimentos. Após estas cisões, a Companhia e a Satipel Florestal celebraram com a Alanda Participações contrato de arrendamento de longo prazo que tem como objeto as terras das florestas de sua propriedade. Em 29 de dezembro de 2006, a Alanda Participações foi incorporada pela Companhia Ligna de Investimentos. Os valores dos imóveis transferidos pela Companhia e pela Satipel Florestal Ltda. totalizaram, respectivamente, R\$ 38,2 milhões e R\$210,6 milhões. Dessa forma, ocorreu uma redução de R\$257,1 milhões no patrimônio líquido da Companhia que foi para R\$247,5 milhões. Ademais foram também afetadas as contas de capital social, de reserva de reavaliação e do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme mencionado abaixo.

Capital Social e Reservas de Capital. O capital social da Companhia passou de R\$154,9 milhões em 2005 para R\$ 116,7 milhões em 2006 em função da cisão de ativos e aumento de capital, ambos ocorridos em 2006 e explicados na seção precedente.

Reservas de Capital. As reservas de capital da Companhia sofreram a adição de R\$50,2 milhões em 2006 como decorrência da contabilização do ágio pago pelo novo acionista que ingressou no capital no final do ano.

Reservas de Reavaliação. A conta de reserva de reavaliação apresentou uma redução de 73%, totalizando R\$73,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 comparado a R\$273,3 milhões em 31 de dezembro de 2005. Essa redução resulta da cisão de ativos explicada na seção precedente. Não houve a constituição de nova reavaliação de ativos durante o exercício de 2006.

Reservas de Lucros. As reservas de lucros são constituídas a partir da destinação do lucro da Companhia conforme deliberação de seus acionistas.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 comparado com exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005

Ativo

Ativo Circulante

Caixa e Bancos e Aplicações Financeiras. As disponibilidades totalizaram R\$54,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 7% do total de ativos, uma redução de 3% em relação ao montante de R\$55,7 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representava 7% do total de ativos. As reservas de caixa mantiveram-se equilibradas tendo contribuído para isto a maior captação de linhas de fomento de investimento, especialmente financiamento para plantio florestal concedidos pelo BNDES e pelo Governo de Minas.

Contas a Receber. O saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$44,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 5% do total de ativos, um aumento de 38% em relação ao montante de R\$32,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representava 5% do total de ativos. Esse aumento decorreu principalmente da menor utilização pelos clientes da modalidade de financiamento Vendor, mediante o qual a Companhia recebe pagamentos à vista pelas vendas a prazo, bem como pelo provisionamento, em 2004, dos créditos de dois grandes clientes que tornaram-se insolventes naquele período, no valor total de R\$7 milhões.

Estoques. A conta de estoques totalizou R\$35,1 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 4% do total de ativos, um aumento de 27% em relação ao montante de R\$27,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representava 3% do total de ativos. A Companhia formou estoques maiores em 31 de dezembro de 2005 para atender à intensificação da produção de painéis no período que antecedeu a parada da unidade de Uberaba para expansão. Foi necessária a formação de estoques extras para atender às necessidades dos clientes no período de interrupção. A composição detalhada dos estoques está demonstrada a seguir:

Composição dos estoques	Exercício findo em	
	31 de dezembro de 2004	31 de dezembro de 2005
	(em milhares de reais)	
Matérias-primas	15.414	14.491
Produtos acabados	8.016	16.418
Materiais de manutenção	3.862	4.395
Outros itens de estoque		890
Provisão de perdas e desvalorização	(1.029)	(1.097)
TOTAL	27.639	35.097

Ativo Permanente

Imobilizado. O ativo imobilizado da Companhia totalizou R\$634,1 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 78% do total de ativos, um aumento de 3% em relação ao montante de R\$614,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representava 76% do total de ativos. A variação do imobilizado em 2005 resultou principalmente da importação de equipamentos, partes e peças utilizados na expansão de capacidade da linha de painéis de MDP de Uberaba-MG. A Companhia também investiu em 2005 em equipamentos de recepção de madeira, lixadeira e estação espalhadora na unidade de Taquari.

Passivo

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo. O volume total de empréstimos e financiamentos de curto prazo foi R\$48,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 6% do total de ativos, um aumento de 9% em relação ao montante de R\$44,7 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representava 6% do total de ativos. A tabela abaixo contém os valores dos empréstimos nos períodos indicados:

Financiamentos Curto Prazo	Exercício findo em	
	31 de dezembro de 2004	31 de dezembro de 2005
(em milhares de reais)		
Parcelas de curto de financiamentos de longo		
Santander – ECA Hermes e Cesce	12.676	16.119
BNDES	12.851	11.380
ABN Amro – linha BID / IIC	0	6.581
BDMG – Proim e financ florestal	6.385	6.462
IFC	12.825	3.399
Compror		4.650
TOTAL	44.737	48.591

Em 17 de Novembro de 2005, a Companhia pré-pagou o saldo da linha A-Loan no valor de R\$26,6 milhões junto ao IFC com recursos oriundos de linhas de longo prazo com juros menores. Como consequência, o saldo total dos financiamentos permaneceu relativamente estável. Além disso, na segunda metade de 2005, a Companhia começou a utilizar linhas de “Compror” para substituir compras à crédito de fornecedores. As linhas de “Compror” são disponibilizadas pelos bancos com taxas de juros menores do que aquelas embutidas por fornecedores em suas vendas à prazo, sendo ainda isentas de IOF.

Fornecedores. A conta de fornecedores totalizou R\$30,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 4% do total de passivos, um aumento de 20% em relação ao montante de R\$25,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representava 3% do total de passivos. O aumento da conta fornecedores deu-se em razão da necessidade da compra maior de matérias-primas utilizadas na formação dos estoques necessários para atender os clientes no período de parada da unidade de Uberaba-MG para expansão de capacidade no início de 2006.

Exigível a Longo Prazo

Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo. O volume total de empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$184,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 22% do total de passivos, uma redução de 2% em relação ao montante de R\$187,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representava 23% do total de ativos. A tabela abaixo contém a posição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo nos períodos indicados:

Financiamentos Longo Prazo	Exercício findo em	
	31 de dezembro de 2005	31 de dezembro de 2006
(em milhares de reais)		
Instituições de Fomento de Investimento		
Santander – ECA Hermes e Cesce	40.848	40.781
ABN Amro – linha BID / IIC	-	41.703
BDMG – Proim e financiamento florestal	27.185	32.657
IFC	71.455	23.407
BNDES	26.821	10.227
BDMG – Capital de giro / Fundiest	20.821	35.375
TOTAL	187.219	184.150

Além do pré-pagamento da linha de A-Loan junto ao IFC, em 2005 houve uma maior liberação de recursos recebidos do Governo de Minas Gerais através do BDMG ocorrido em decorrência do aumento do faturamento da Companhia, em especial no primeiro semestre de 2005.

Provisões para Contingências. O saldo da conta de provisão para contingências apresentou uma redução de 5,9%, passando de R\$4,5 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$4,3 milhões em 31 de dezembro de 2005. A posição contábil de tais provisionamentos encontra-se representada abaixo:

Provisão para Contingências	Exercício findo em	
	<u>31 de dezembro de 2004</u>	<u>31 de dezembro de 2005</u>
	(em milhares de reais)	
Tributários	4.043	4.591
Trabalhistas	277	532
Judiciais e administrativos	139	426
Cíveis	72	162
Depósitos judiciais	-	(1.449)
TOTAL	4.531	4.262

Para maiores discussões a respeito das provisões para contingências, ver “Atividades da Companhia– Pendências Judiciais e Administrativas” na página 115 deste Prospecto.

Participação Minoritária. A conta de participação minoritária apresentou um aumento de 5%, totalizando R\$57,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 contra R\$54,4 milhões em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento resulta da apropriação aos minoritários da sua parcela nos resultados acumulados em 2005.

Patrimônio Líquido

Capital Social e Reservas de Capital. O capital social da Companhia de R\$154,9 milhões e as reservas de capital no valor de R\$0,1 milhões permaneceram inalterados na comparação de 2005 com 2004.

Reservas de Reavaliação. A conta de reserva de reavaliação apresentou uma redução de 2,5%, totalizando R\$273,3 milhões em 31 de dezembro de 2005 comparado a R\$280,3 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução resulta da realização da reserva decorrente da depreciação e exaustão de ativos reavaliados no final de 2004. Não houve a constituição de nova reavaliação de ativos durante o exercício de 2005.

Reservas de Lucros. As reservas de lucros são constituídas a partir da destinação do lucro da Companhia conforme deliberação de seus acionistas.

LIQUIDEZ E RECURSOS FINANCEIROS

As principais fontes de liquidez da Companhia são fluxo de caixa operacional e dívidas de curto e longo prazos. As principais exigências de caixa da Companhia são para

- necessidades de capital de giro;
- investimentos em ativos imobilizados relacionados à operação, manutenção e expansão de unidades industriais;
- amortizações de principal e juros de nossas dívidas; e
- pagamento de dividendos das ações da Companhia, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio.

A Companhia acredita que seu fluxo de caixa operacional e seus empréstimos serão suficientes para atender às suas necessidades de capital de giro e de investimentos, além de proporcionar à Companhia a possibilidade de pagar sua dívida existente quando devida e de distribuir dividendos.

Fluxo de Caixa

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro			Período encerrado em 30 junho	
	de 2004	de 2005	de 2006	de 2006	de 2007
	(Em R\$ milhões)				
Caixa gerado pelas atividades operacionais	64,7	55,7	60,6	32,7	56,7
Caixa utilizado nas atividades de investimento	18,3	43,2	59,8	34,6	31,7
Caixa utilizado na amortização de empréstimos e financiamentos	18,9	20,7	4,6	31,9	57,7
Aumento (redução) nas disponibilidades	27,5	(1,5)	63,1	26,0	8,1
Saldo no início do período	28,2	55,7	54,2	54,2	117,3
Saldo no fim do período	55,7	54,2	117,3	80,2	125,4

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional da Companhia decorre primordialmente da venda de painéis de MDP. Em períodos sem pressão excessiva de demanda, as vendas de painéis comportam-se com certa sazonalidade. As vendas de painéis começam a aumentar na metade do segundo trimestre, verificando-se os maiores faturamentos nos meses de outubro e novembro. O primeiro trimestre, normalmente, é um período com menos intensidade de negócios. O prazo médio para recebimento de pagamento para produtos vendidos é de cerca de 30 dias após a entrega do produto.

O caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia no primeiro semestre de 2007 foi de R\$56,7 milhões, comparado R\$32,7 milhões no mesmo período de 2006. O aumento de R\$24 milhões do caixa operacional resultou principalmente da melhora do resultado econômico em função da demanda mais aquecida permitindo a venda de um maior volume e também a melhora nos preços.

No exercício de 2006, o caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia foi de R\$60,6 milhões, comparado a R\$55,7 milhões em 2005. A queda de R\$4,7 milhões na geração operacional de caixa em 2006 decorreu da queda de R\$25,5 milhões no lucro líquido como consequência do aumento nos custos (fixos e variáveis) durante e nos meses que se seguiram à expansão de 54% na capacidade da maior unidade da Companhia.

No exercício de 2005, a geração operacional de caixa correspondeu a R\$55,7 milhões revelando uma queda 17 % em relação ao caixa de R\$ 67,5 milhões gerado em 2004. Foi registrada a venda de 470,5 mil m³ de painéis de MDP em 2005, comparado a 489,9 mil m³ em 2004. A queda de 4% no volume físico de vendas foi compensada pelo aumento de 11,5% na receita unitária como decorrência de preços melhores. Cerca de 32% do caixa gerado em 2005 foi absorvido pelo aumento da necessidade de capital de giro que decorreu, principalmente, da necessidade de se constituir estoques ao final do exercício para atender a demanda no período de interrupção da unidade de Uberaba para expansão de sua capacidade.

Atividades de Investimentos

O caixa utilizado nas atividades de investimentos da Companhia durante o primeiro semestre de 2007 foi de R\$31,7 milhões, comparado a R\$34,6 milhões no primeiro semestre de 2006. No primeiro semestre de 2007 R\$19,7 milhões, equivalentes a 62% do caixa aplicado em investimentos, corresponderam a gastos relativos à implantação da unidade de MDF. No mesmo período em 2006 a maior aplicação em investimento foi o complemento de R\$ 9,5 milhões, equivalentes a 55% do total investido, para finalizar a expansão de 54% na capacidade da linha contínua de MDP. A diferença para o total investido em cada um daqueles dois semestres é dividida entre os investimentos rotineiros (Capex) nas unidades e na manutenção e renovação dos plantios florestais

No exercício de 2006, o caixa utilizado em atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$59,8 milhões o que representou um crescimento de R\$16,6 milhões em relação ao montante de R\$43,2 milhões investido em 2005. Os gastos com a ampliação da capacidade da unidade de Uberaba em 54% corresponderam a R\$16,3 milhões em 2006 e R\$22,8 milhões em 2005. A diferença em relação ao total investido em cada um dos anos é dividida entre os investimentos rotineiros (Capex) nas unidades industriais e na manutenção e renovação dos plantios florestais.

Em 2005, o caixa utilizado em atividades de investimento foi de R\$43,2 milhões, comparado a R\$18,3 milhões em 2004. Em 2005, R\$22,8 milhões foram utilizados na expansão da unidade de Uberaba, o que não ocorreu em 2004. A Companhia investiu R\$20,4 milhões em 2005 e a totalidade dos R\$18,3 milhões em 2004 em partes quase iguais entre os investimentos rotineiros (Capex) das unidades e os gastos com manutenção e renovação dos plantios florestais. Os investimentos rotineiros nas unidades correspondem a inversões em melhoria de produtividade, qualidade e segurança dos processos fabris.

Atividades de Financiamento

O caixa utilizado no pagamento de dívidas da Companhia totalizou R\$57,7 milhões no primeiro semestre de 2007, comparado a R\$31,9 milhões no mesmo período de 2006. A diferença é explicada pelo fato de que nos primeiros seis meses de 2007 houve o pagamento antecipado de R\$ 28,8 milhões de linhas de curto e longo prazos que foram substituídas por outras linhas mais baratas. Portanto, o serviço da dívida de longo-prazo na primeira metade de 2007 correspondeu a R\$28,9 milhões. No exercício de 2006, o caixa utilizado no serviço da dívida totalizou R\$4,6 milhões, comparado a R\$20,7 milhões em 2005 e a R\$43,3 milhões em 2004. O serviço da dívida pago pela Companhia nesses períodos consistiu no pagamento de juros semestrais e na amortização de empréstimos, especialmente financiamentos de longo prazo. No curso dos primeiros seis meses de 2007, a Companhia pagou aos seus acionistas R\$ 23,3 milhões de dividendos/JSCP.

O ingresso de novos recursos em caixa oriundos de financiamento totalizou R\$64,0 milhões no primeiro semestre de 2007, comparado a R\$62,9 milhões no mesmo período de 2006. Nos seis primeiros meses de 2007, a Companhia captou R\$19 milhões do BNDES para investimento na unidade de MDF, R\$ 10,2 milhões do BDMG correspondentes ao incentivo do Fundiest, R\$ 5 milhões também do BDMG referente a saldo de crédito da expansão de capacidade da unidade de MDP em 2006 e mais as linhas de curto e longo prazos para giro das suas posições em Compror e demais linhas de baixo custo para uso em operações de arbitragem de taxas.

Em 2006, o ingresso de recursos de novos financiamentos totalizou R\$79,8 milhões, sendo R\$33 milhões captados para pré-pagamento de linhas existentes com o benefício da redução do custo de carregamento, incluído nesse montante todo o saldo devedor junto ao IFC (C-Loan). Dos R\$ 46,8 milhões restantes, R\$16,9 milhões corresponderam a recursos de incentivo (BDMG/Fundiest), R\$7,0 de financiamento de importação das partes de prensa e equipamentos para expansão da linha de MDP e o restante a linhas de curto e longo prazos para giro das suas posições de Compror e demais linhas de baixo custo para uso em operações de arbitragem de taxas. Em Novembro de 2006 houve aporte de capital da ordem de R\$ 70 milhões, correspondente ao ingresso de novo acionista minoritário, FIP - Fundo de Investimento em Participações Industrial.

Em 2005, a Companhia recebeu novos recursos oriundos de empréstimos no valor total de R\$71,3 milhões sendo R\$42,2 milhões para pré-pagamento, com redução de custo, do A-Loan junto ao IFC. A diferença correspondeu à captação de R\$ 16,9 milhões de recursos de incentivo (BDMG/Fundiest) e R\$13,7 milhões de recursos para financiamento florestal tomado junto ao BNDES.

Capital Circulante Líquido

Em 30 de junho de 2007 o capital circulante líquido da Companhia era de R\$82,8 milhões, comparado a R\$92,0 milhões, R\$48,5 milhões e R\$26,6 milhões em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, respectivamente.

A redução de R\$9,2 milhões no capital circulante líquido no primeiro semestre de 2007 decorreu principalmente do início dos investimentos na nova fábrica de MDF.

O aumento de R\$43,5 milhões no capital circulante líquido em 2006 decorreu principalmente do aporte de capital com o ingresso do acionista minoritário (FIP), no montante de R\$70,0 milhões, e numa redução das disponibilidades em razão dos investimentos em expansão de capacidade da unidade de Uberada.

O aumento de capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2005 decorreu do aumento da geração líquida de caixa, em boa parte aplicada na formação de estoques em decorrência da paralisação da unidade de Uberaba para expansão de capacidade e também pela redução, neste mesmo período, do volume de utilização das linhas de vendor, a qual é uma operação financeira em que a companhia recebe os recursos antecipadamente e os bancos financiam os clientes.

Endividamento

Em 30 de junho de 2007, o saldo do endividamento total da Companhia era de R\$284,6 milhões (R\$159,2 milhões de dívida líquida), consistindo em R\$68,7 milhões de dívidas de curto prazo (24% do endividamento total) e R\$215,9 milhões em dívidas de longo prazo (76% do endividamento total).

Em 31 de dezembro de 2006, o endividamento total da Companhia era de R\$262,5 milhões (R\$145,2 milhões de dívida líquida), consistindo em R\$67,2 milhões em dívidas de curto prazo (26% do endividamento total) e R\$195,3 milhões de longo prazo (74% do endividamento total).

O valor nominal da dívida da Companhia praticamente não variou no período entre 2005 e 2004. Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o endividamento total da Companhia era de R\$232,7 milhões (R\$178,6 milhões de dívida líquida) e R\$231,9 milhões (R\$176,2 milhões de dívida líquida), respectivamente.

Em 30 de junho de 2007, 97% do endividamento total da Companhia era denominado em reais ou possuía cobertura de hedge, e 3% denominado em moeda estrangeira (sem cobertura de hedge), comparado a 96 % denominado em reais ou com cobertura de hedge e 4% denominado em moeda estrangeira (sem cobertura de hedge) em 31 de Dezembro de 2006. Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, 88% e 86% do endividamento total da Companhia era denominado em reais ou com cobertura de hedge, respectivamente, e 12% e 14% denominado em moeda estrangeira (sem cobertura de hedge).

A tabela abaixo ilustra os gravames hoje existentes nos contratos financeiros da Companhia :

<i>(em milhares de Reais)</i>	<u>Saldo Devedor</u>	<u>Gravame</u>
ABN Amro – linha BID / IIC	42.535	Hipoteca de áreas rurais (da holding)
BNDES	27.825	-
BDMG – Proim e financ florestal	36.983	Hipoteca parcial dos ativos industriais de Uberaba
BDMG – Capital de giro / Fundiest	65.186	-
Bancos comerciais - investimento	51.174	Hipoteca de áreas rurais (da holding)
Santander – ECA Hermes e Cesce	43.110	-
Capital de giro e Compror - diversos	17.786	-
TOTAL DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	284.599	

Endividamento de Curto Prazo

A dívida de curto prazo da Companhia permaneceu quase inalterada de R\$67,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$68,7 milhões em 30 de junho de 2007. Em 2005 e 2004, a dívida de curto prazo era de R\$48,6 milhões e R\$44,7 milhões, respectivamente.

O endividamento da Companhia de curto prazo consiste principalmente em:

<u>FINANCIAMENTOS CURTO-PRAZO</u> <i>(em milhares de Reais)</i>	<u>Em 30 de junho de 2007</u>	<u>vencimento</u>	<u>custo</u>
Parcelas de curto de financiamentos de longo			
Santander - ECA Hermes e Cesce	16.589	maio e novembro	CDI - 4,5% a.a.
ABN Amro - linha BID / IIC	12.080	janeiro e julho	CDI - 2% a.a.
BNDES	1.708	mensal	TJLP + 4,5% a.a.
BDMG - Proim e financ florestal	8.796	maio e outubro	IPC + 4% a.a.
IFC	-	janeiro e julho	Libor + 4% a.a.
Compror	11.871	diversos	100% CDI
Capital de Giro - arbitragem	17.692	diversos	TJLP+2,5% a 106% CDI
TOTAL	68.736		

Endividamento de Longo Prazo

O endividamento de longo prazo da Companhia aumentou de R\$195,3 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$215,7 milhões em 30 de junho de 2007. Esse aumento de R\$20,4 milhões decorreu da captação de R\$19 milhões referente à primeira parcela do financiamento do BNDES para a construção da unidade de MDF e também do “encaixe” do financiamento de importação da nova linha de revestimento BP instalada na unidade de Taquari. Em 2006 e 2005, a dívida de longo prazo era de R\$184,2 e R\$187,2 milhões, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas dos principais empréstimos e financiamentos de longo prazo em 30 de junho de 2007.

<u>FINANCIAMENTOS LONGO-PRAZO</u> Instituições de Fomento de Investimento <i>(em milhares de Reais)</i>	<u>Em 30 de junho de 2007</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>custo</u>
Santander - ECA Hermes e Cesce	19.851	2009	CDI - 4,5% a.a.
ABN Amro - linha BID / IIC	30.455	2011	CDI - 2% a.a.
BDMG - Proim e financ florestal	28.189	2015	IPCA + 6% a.a.
Bancos comerciais - investimento	35.111	2011	CDI + 1,24% a.a.
BNDES	25.990	2007	TJLP + 4,5% a.a.
BDMG – Capital de giro / Fundiest	65.186	2016	30 % do IGP-M
Capital de giro incentivado	11.081	diversos	TJLP+2,5% a 106%CDI
TOTAL	215.863		

Endividamento Total

A tabela a seguir demonstra, em 30 de junho de 2007, as obrigações contratuais de financiamentos da Companhia que se vencerão nos seguintes prazos:

	Vencimento por período				Total
	Em 2007	2008 a 2009	2010 e 2011	Após 2011	
		(em milhões de Reais)			
ABN Amro – linha BID / IIC	6.509	21.465	14.561	-	42.535
BNDES	1.492	850	6.355	19.124	27.821
BDMG – Proim e financ florestal	6.562	9.518	10.883	10.020	36.983
BDMG – Capital de giro / Fundiest	-	-	3.706	61.480	65.186
Bancos comerciais - investimento	8.610	24.897	21.498	-	55.005
Santander – ECA Hermes e Cesce	10.020	24.148	2.630	543	37.341
Capital de giro e Compror - diversos	15.942	3.564	216	-	19.722
TOTAL DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	49.135	84.442	59.849	91.167	284.599
Aluguel das terras	3.364	13.456	13.456	6.728 / ano	-

O endividamento financeiro da Companhia apresenta um baixo custo de carregamento diferenciado. Em 30 de junho de 2007 o custo médio ponderado do endividamento financeiro da Companhia, elencado na tabela acima, era de apenas 8,6 % a.a. sobre a base em reais. O prazo dessa dívida também é relativamente longo correspondendo a um prazo médio ponderado de 3,2 anos em 30 de junho de 2007.

As outras obrigações contratuais da Companhia relevantes se resumem àquelas previstas no contrato de arrendamento de terras firmado, inicialmente, com a Alanda Participações Ltda. que, posteriormente, foi incorporada pela Companhia Ligna de Investimentos e cuja estimativa de desembolso está apresentada na tabela acima. Para maiores detalhes ver “Operações com Partes Relacionadas” na página 127 deste Prospecto.

Contrato IFC

Em 6 de janeiro de 2003, a Companhia celebrou com o IFC um contrato de empréstimo no valor total de US\$ 25 milhões. Em 2005, cerca de 60% do saldo devedor desse contrato (A-Loan) foi pré-pago pela Companhia. Em Julho de 2006 o contrato foi quitado com a liquidação integral do C-Loan. Este último pagamento gerou despesa não recorrente em montante de R\$ 7,9 milhões correspondente ao pagamento antecipado de todo o fluxo futuro de participação do IFC no resultado futuro da Companhia.

Novo Contrato com BNDES

Nos termos, do contrato com o BNDES, referente ao financiamento da unidade de MDF em valor de R\$90,5 milhões (R\$ 19 milhões já creditados) a Companhia deve enquadrar-se nos índices financeiros descrito abaixo:

- Dívida Bancária Líquida / Ebtida - Ajustado $\leq 3,50$
- Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL) $\leq 0,75$

Obrigações Contratuais

As obrigações contratuais da Companhia relevantes se resumem àquelas previstas no contrato de arrendamento de terras firmado com a Companhia Ligna de Investimentos em razão da cisão já mencionada em seção anterior. O arrendamento das terras elevou o custo da Companhia em R\$3 milhões, equivalentes a 1,5% da receita operacional líquida da Companhia nos primeiros seis meses de 2007. Para maiores detalhes sobre os custos do contrato de arrendamento ver seção “Operações com Partes Relacionadas”, na página 127 deste Prospecto.

	Vencimento por período				
	<u>Em 2007</u>	<u>2008 a 2009</u>	<u>2010 e 2011</u>	<u>Após 2011</u>	<u>Total</u>
		(em milhões de Reais)			
TOTAL DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	49.135	84.442	59.849	91.167	284.599
Aluguel das terras	3.364	13.456	13.456	6.728 / ano	-

Operações Não Registradas nas Demonstrações Financeiras

A Companhia não tem qualquer operação ou compromisso não registrado em suas demonstrações financeiras, não possui qualquer subsidiária que não esteja incluída em suas demonstrações financeiras e nem tampouco possui qualquer participação em, ou relacionamentos com, qualquer sociedade de propósito específico que não estejam refletidos em suas demonstrações financeiras.

EBITDA - Ajustado

O EBITDA - Ajustado da Companhia consiste nos lucros antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil prevista pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicados no desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades. O cálculo no EBITDA – Ajustado da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, bem como nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2006 e 2007, encontra-se na tabela abaixo.

	Ano encerrado em 31 de dezembro			Seis meses encerrados em 30 de junho,	
	2004	2005	2006	2006	2007
	(valores em milhares de Reais)				
Lucro (prejuízo) líquido	17.110	23.322	(2.215)	(1.460)	21.192
(+/-) Resultado financeiro	19.712	14.662	35.810	10.945	4.994
(+) Depreciação, amortização e exaustão	25.178	37.151	37.513	18.206	20.989
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	6.831	11.269	3.412	7.507	5.664
(+/-) Participação dos minoritários	1.853	2.545	749	750	-
(+/-) Resultado não Operacional	(515)	197	(189)	(156)	2.396
(+) Amortização de ágio	96	10	10	5	5
EBITDA - Ajustado	70.265	89.156	75.090	35.797	55.240

Avaliação Quantitativa e Qualitativa sobre Riscos de Mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado que são inerentes às suas atividades operacionais normais. Esses riscos de mercado, que estão fora do controle da Companhia, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas cambiais ou preços de commodities tenham impacto negativo nos valores de seus ativos e passivos financeiros, ou fluxos de caixa e resultados futuros.

Risco da Taxa de Juros. Os lucros auferidos pela Companhia são afetados por mudanças em taxas de juros devido ao impacto que estas mudanças têm em suas despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos sujeitos a juros flutuantes. Em 31 de março de 2006, todos os empréstimos e financiamentos da Companhia estavam sujeitos a juros flutuantes. Um aumento hipotético de 1000 pontos nas taxas de juros aplicáveis aos empréstimos e financiamentos da Companhia resultaria em um aumento de R\$8,7 milhões nas suas despesas financeiras em 30 de junho de 2007.

Risco Cambial. Em 30 de junho de 2007, 3% da dívida da Companhia era representada por dívidas em dólares sem cobertura de *hedge* cambial. Em 31 de dezembro de 2006, esse percentual correspondia a 4%. No caso da valorização de 10% das moedas de nominação dos empréstimos e financiamentos da Companhia em moeda estrangeira em relação à moeda Real, o aumento potencial do saldo de tais dívidas seria de R\$1 milhão.

Preços de Commodities

Os processos de produção da Companhia utilizam resinas e papéis como matérias-primas, cujos preços sofrem alguma influência de determinadas commodities internacionais, preços estes sujeitos ainda a flutuações do câmbio. Se algum dos preços destas commodities aumentar substancialmente no futuro, a Companhia talvez não consiga repassar o aumento de custo correspondente para seus clientes, o que poderia os resultados de operações e condição financeira da Companhia de maneira adversa. Veja “Fatores de Risco – A variação dos preços internacionais das commodities que a Companhia utiliza em seu processo produtivo pode afetar adversamente suas margens”, na página 48 deste Prospecto.

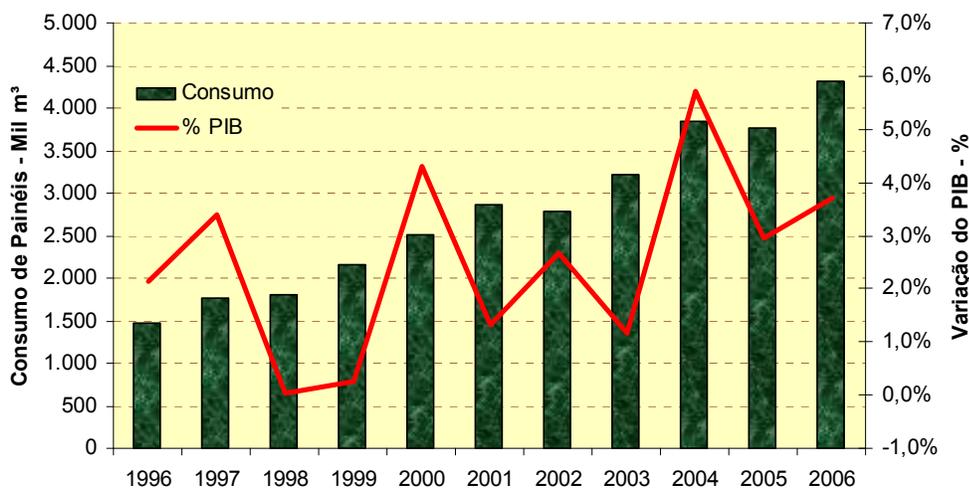
VISÃO GERAL DO SETOR

A Companhia atua no setor industrial de painéis de madeira reconstituída, conseqüentemente, está fortemente vinculada aos setores moveleiro e de construção civil. Dessa forma, o comportamento desses setores influencia o desempenho das atividades da Companhia.

SETOR DE PAINÉIS DE MADEIRA

O setor de painéis de madeira no Brasil conta hoje com oito produtores. As duas principais categorias de produtos do setor são os painéis de MDP, evolução do conhecido aglomerado, e os painéis de MDF. Como no restante do mundo, no Brasil o MDP é o painel de maior produção e vendas do setor, tendo representado, em 2006, 50% de toda a produção de painéis segundo dados da ABIPA. Em seguida, vem o MDF, produzido no Brasil pela primeira vez em 1997, que representou 38% da produção total em 2006 segundo aquela mesma fonte. Conforme ilustra o gráfico abaixo, o segmento cresceu em volume nos últimos anos a uma média de 12,6% ao ano. Tal crescimento teve, como fator básico, a inclusão de milhões de consumidores, que a partir do plano Real, tiveram acesso a móveis cada vez mais econômicos e disponíveis para compra. Mais recentemente, a queda dos juros atrelada a uma maior oferta de crédito e ao aumento da renda novamente incentivou um aumento expressivo no consumo de móveis. No primeiro semestre de 2007, o setor apresenta crescimento de 18% em relação a igual período de 2006. A exemplo de outros países, a fabricação de painéis de madeira com ou sem revestimento, permite a produção de móveis seriados de baixo custo, com boa qualidade e uniformidade. Durante os últimos dez anos, fabricantes de painéis e fabricantes de móveis investiram em seus processos produtivos para atender à demanda gerada. Para produzirem seus painéis, as empresas investem em reflorestamento de forma sustentável e de acordo com a legislação brasileira, ao invés de utilizarem a madeira de florestas nativas. Desta forma, têm contribuído para o desenvolvimento do setor florestal no Brasil.

Painéis de Madeira Reconstituída
Consumo X Variação do PIB



Fonte: ABIPA/BACEN

Nota: Painéis de madeira reconstituída = MDP + MDF + Chapa de Fibra

O gráfico acima ilustra que mesmo em momentos de queda da taxa de variação do PIB a produção de painéis de madeira no Brasil continuou crescendo. Isto reflete a dimensão do déficit de móveis no Brasil, em especial nos lares das famílias de baixa renda. Na segunda metade dos anos 90 o principal “driver” do consumo de móveis populares no Brasil foi o incremento de renda de milhões de brasileiros incorporados ao mercado de consumo depois da queda da inflação com o advento do Plano Real. Nos anos seguintes, além do efeito positivo sobre o consumo de momentos de crescimento como foram os anos de 2000 e 2004, surgiu um novo e forte “driver”: o volume de crédito destinado às pessoas físicas. Com a perda da receita inflacionária, os bancos redirecionaram seu foco para o crédito e serviços. O volume de crédito voltado ao consumo de bens vem aumentando ano a ano no Brasil, sendo que a partir de 2005 a carteira dos bancos foi incrementada pelo crédito consignado – descontado na folha de pagamento, cujo custo é menor estimulando seu uso pela população de baixa renda. Em 2001, vale o registro do efeito benéfico do “apagão elétrico” sobre as vendas de móveis no Brasil. Nesse período as cadeias de varejo redirecionaram seu esforço de vendas dos produtos eletrônicos para os móveis, de modo a não perder receita.

Após 2001, o mercado de painéis de madeira reconstituída tem evoluído com o crescimento do PIB e alavancado pela diminuição da taxa de juros e pelo aumento da oferta de crédito no consumo de móveis, conforme mostra a tabela abaixo:

ANO	PRODUTOS	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	TOTAL M3	EXPORTAÇÃO	CONSUMO INTERNO
		M 3	M 3	M 3	M 3	M 3
1994	MDP	758.286	3.178	761.464	55.736	705.728
1995		879.296	43.136	922.432	56.567	865.865
1996		1.059.056	114.272	1.173.328	58.729	1.114.599
1997		1.224.112	120.107	1.344.219	49.462	1.294.757
1998		1.313.053	12.667	1.325.720	3.646	1.322.074
1999		1.499.947	1.363	1.501.310	28.019	1.473.291
2000		1.762.220	15.439	1.777.659	15.712	1.761.947
2001		1.832.996	46.281	1.879.277	7.808	1.871.469
2002		1.779.445	42.840	1.822.285	17.536	1.804.749
2003		1.859.144	62.138	1.921.282	12.879	1.908.403
2004		2.083.533	94.155	2.177.688	19.831	2.157.857
2005		2.048.957	74.712	2.123.669	25.748	2.097.921
2006		2.198.216	58.180	2.256.396	76.666	2.179.730
2007		1.019.545	15.893	1.035.438	17.735	1.017.703
1994	Chapa de Fibra	554.400	82	554.482	281.230	273.252
1995		555.500	425	555.925	271.051	284.874
1996		538.040	4.258	542.298	236.667	305.630
1997		539.230	16.131	555.361	233.397	321.964
1998		506.692	1.164	507.856	207.779	300.077
1999		535.691	0	535.691	204.929	330.762
2000		558.766	0	558.766	194.920	363.846
2001		534.456	0	534.456	181.200	353.256
2002		481.282	0	481.282	211.829	269.453
2003		511.094	0	511.094	225.300	285.794
2004		508.281	0	508.281	204.508	303.773
2005		505.059	0	505.059	231.753	273.306
2006		532.896	7.776	540.672	228.940	311.732
2007		223.202	2.409	225.611	91.495	134.116
1994	MDF		6.616	6.616		6.616
1995			21.486	21.486		21.486
1996			53.462	53.462		53.462
1997		30.036	113.287	143.323		143.323
1998		166.692	35.589	202.281	17.918	184.363
1999		357.041	10.977	368.018	17.430	350.588
2000		381.356	10.559	391.915	3.037	388.878
2001		609.072	23.865	632.937	3.878	629.059
2002		835.081	25.570	860.651	155.039	705.612
2003		1.095.533	140.748	1.236.281	217.696	1.018.585
2004		1.405.996	170.986	1.576.982	204.518	1.372.464
2005		1.407.730	146.435	1.554.165	159.809	1.394.356
2006		1.695.359	204.595	1.899.954	73.301	1.826.653
2007		769.702	80.271	849.973	15.703	834.270
1994	TODOS	1.312.686	9.877	1.322.563	336.966	985.597
1995		1.434.796	65.048	1.499.844	327.618	1.172.226
1996		1.597.096	171.991	1.769.087	295.396	1.473.691
1997		1.793.378	249.525	2.042.903	282.859	1.760.044
1998		1.986.437	49.420	2.035.857	229.343	1.806.514
1999		2.392.679	12.340	2.405.019	250.378	2.154.641
2000		2.702.342	25.998	2.728.340	213.669	2.514.671
2001		2.976.524	70.146	3.046.670	192.886	2.853.784
2002		3.095.808	68.410	3.164.218	384.404	2.779.814
2003		3.465.771	202.886	3.668.657	455.875	3.212.782
2004		3.997.810	265.141	4.262.951	428.857	3.834.094
2005		3.961.746	221.147	4.182.893	417.310	3.765.583
2006		4.426.471	270.551	4.697.022	378.907	4.318.115
2007		2.012.449	98.573	2.111.022	124.933	1.986.089

Fonte: ABIPA

O consumo aparente de MDP experimentou um crescimento médio anual consistente em média de 10% ao ano. Nos últimos anos, o crescimento exibido pelo MDF é maior porque o histórico parte de uma base mais curta, visto que até 2000 só existiam 2 fabricantes e atualmente são 5. Vale notar que parte importante do crescimento da produção de MDF é explicada pela difusão desse painel no mercado de marcenaria (em substituição ao compensado e à madeira sólida) e também no mercado de construção civil (piso laminado, também denominado “flooring” e molduras, principalmente batentes de portas, janelas, frisos e rodapés), mercados estes não relacionados com o mercado do MDP. Estimamos que 40% do volume vendido de MDF destina-se hoje ao marceneiro e que outros 20% do volume é utilizado na construção civil. Os demais 40% são destinados para a indústria moveleira, onde o MDF complementa o MDP, principalmente em partes de móveis que são usinadas, entalhadas ou laqueadas.

Como pode ser visto no quadro acima, os fabricantes de painéis mantiveram um nível de exportação de 10% do total produzido, mesmo em períodos de câmbio desfavorável como foram os últimos 2 anos. Em 2002 e 2003, a representatividade das vendas externas chegou a 12%, indicando que o setor tem competitividade mundial. Esta competitividade advém de vantagens comparativas já observadas no setor de papel e celulose, onde o Brasil ocupa posição de destaque no comércio internacional. Isso se deve, principalmente, aos ainda baixos preços da terra no Brasil, além de características climáticas que asseguram um crescimento especialmente rápido do eucalipto e do pinus, quando comparados às taxas de crescimento das florestas em qualquer outro país do mundo. No Brasil, o ciclo de crescimento do eucalipto para processo é de apenas 6 a 7 anos e o do pinus para processo é de 12 a 14 anos. Finalmente, é importante notar que o MDF e, principalmente, o MDP são exportados em grande volume, de forma indireta através da exportação de móveis com eles produzidos. Em 2006, o Brasil exportou US\$ 945 milhões de móveis, dos quais estimamos que entre US\$ 500 milhões e US\$ 600 milhões foram de móveis fabricados com MDP e/ou MDF. Vale ressaltar que no mesmo ano foram exportados US\$ 130 milhões de painéis de madeira reconstituída.

O quadro abaixo mostra que no primeiro semestre de 2007, a demanda pelo MDP cresceu 18% em relação ao mesmo período de 2006 e a demanda pelo MDF cresceu 17% na mesma base de comparação, segundo os dados obtidos junto à ABIPA.

Produto	Período	Volume Produzido (em m ³)	Volume Importado (em m ³)	Volume Total (em m ³)	Volume Exportado (em m ³)	Consumo Interno (em m ³)
MDP	1º Semestre 2005	1.055.450	40.254	1.095.704	17.249	1.078.455
	1º Semestre 2006	1.048.251	34.287	1.082.538	25.431	1.057.107
	1º Semestre 2007	1.249.545	19.293	1.268.838	20.735	1.248.103
MDF	1º Semestre 2005	706.834	82.061	788.895	100.080	688.815
	1º Semestre 2006	800.874	98.124	898.997	39.493	859.504
	1º Semestre 2007	929.702	98.271	1.027.973	18.700	1.009.273
Chapa de Fibra	1º Semestre 2005	269.689	-	269.689	124.304	145.384
	1º Semestre 2006	257.798	2.390	260.188	112.374	147.814
	1º Semestre 2007	267.842	28.915	296.758	109.794	186.964
TOTAL	1º Semestre 2005	2.031.973	122.315	2.154.288	241.633	1.912.654
	1º Semestre 2006	2.106.923	134.801	2.241.723	177.298	2.064.425
	1º Semestre 2007	2.447.089	146.479	2.593.569	149.229	2.444.340

Fonte: ABIPA

Por outro lado, a ABIPA estima que o setor de painéis de MDP no Brasil atingirá 90% de ocupação em 2008. Por isso a expansão de capacidade da Companhia feita em 2006 no segmento de MDP, a colocou em condição ímpar para usufruir deste crescimento de demanda nos últimos meses. Uma vez que a Companhia ainda não atingiu o nível máximo de ocupação desta capacidade, espera-se para os próximos meses de 2007 e 2008 volumes ainda maiores aos registrados no 1º semestre de 2007. No segmento de MDF, recentes expansões já estão sendo absorvidas pelo crescimento da demanda de MDF em 2007. Ao final do ano, todas as fábricas devem operar próximo ao máximo de suas capacidades instaladas. Por essa razão, acreditamos que já a partir de 2008 serão necessárias capacidades adicionais de MDF e MDP.

O futuro crescimento da demanda de painéis terá como um de seus “drivers” o desempenho do setor de construção civil em função de 3 vetores:

- aperfeiçoamentos na estrutura legal, dando aos financiadores do sistema imobiliário maior segurança. Por essa razão, entre outras, tem ocorrido um substantivo aumento na oferta de crédito, principalmente para imóveis residenciais;
- a atividade de construção civil é intensiva em mão-de-obra gerando emprego e renda justamente para as classes C-, D e E, as quais compõem a maior parte da população brasileira e também a fração majoritária do consumo de móveis populares no Brasil. O crescimento da renda e emprego desta parte da população induzirá o consumo de bens duráveis, entre eles os móveis; consumo este que será amplificado pela continuidade da curva de crescimento da oferta de crédito voltado ao financiamento do consumo e;

- a produção de mais moradias (casas e apartamentos) implicará num consumo maior de mobiliário, em especial nesta nova fase onde parte importante dos novos imóveis serão direcionados à população de menor renda. Vale registrar que censo recente do IBGE apontou que nas unidades familiares de menor renda é comum 2 ou mais famílias compartilharem um mesmo imóvel. Com mais renda, emprego e crédito, com certeza estas unidades familiares se desdobrarão em mais residências.

O processo de redução dos juros no Brasil, iniciado a partir do fim de 2005, permite antever um ambiente econômico muito favorável para o desenvolvimento do cenário acima descrito.

O SETOR MOVELEIRO

Os fabricantes de móveis no Brasil agrupam-se em vários segmentos. Em termos de mercado, os segmentos mais importantes são os móveis residenciais, os móveis de escritório e outros móveis (escolas, hospitais, restaurantes e similares). Pelo critério de processo de fabricação, as empresas podem ser agrupadas nas categorias de produtores de móveis seriados, móveis planejados, móveis torneados e móveis sob encomenda. Finalmente, em termos do emprego de matérias-primas existe a classificação em termos de fabricantes de móveis de madeira, móveis estofados (tecido ou couro), móveis de metal e móveis de plástico. O segmento que realmente importa para a indústria de painéis de madeira industrializada é o de fabricantes de móveis seriados feitos com painéis de madeira. Depois numa escala menor, mas importante em termos do consumo de painéis de maior valor agregado, vem o segmento de fabricação de móveis planejados.

Os segmentos de móveis planejados e móveis seriados feitos com painéis de madeira foram os segmentos que mais se beneficiaram da melhoria do poder aquisitivo do consumidor das classes C, C-, D e E nestes últimos anos. Dentro deste segmento, os móveis seriados e os planejados foram os que mais cresceram, tendo tido os fabricantes de móveis a oportunidade inclusive de investir em modernas fábricas, com equipamentos de última geração, adquiridos principalmente na Europa. A indústria de móveis seriados também evoluiu o processo tecnológico de impressão sobre painéis de madeira, que lhe assegurou redução de custo, simplificação e menor dependência na administração de padrões, tornando-se referência mundial em móveis seriados de baixo custo através da impressão.

O faturamento da indústria de móveis em 2006 foi de aproximadamente R\$ 13 bilhões, o que representou um crescimento de 8% em relação ao ano anterior, segundo os dados da ABIMÓVEL. A tabela a seguir ilustra a série histórica dos principais números do setor moveleiro no Brasil:

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<i>Em milhões de R\$</i>						
Faturamento Global	8.631	10.095	10.756	12.543	12.051	12.960
Consumo Interno	7.738	8.767	8.934	10.060	9.901	12.141
<i>Em milhões de US\$</i>						
Exportação	479	533	662	941	991	945
Importação	99	78	70	92	108	136
Balança Comercial	380	455	592	849	883	819
Exportação/Faturamento	11,6%	15,4%	17,2%	22,0%	18,3%	13,6%
Importação/Consumo	2,6%	2,6%	2,3%	2,6%	2,3%	2,2%

Fonte: ABIMÓVEL

Como a maior parte da produção do setor de móveis brasileiro é destinada ao mercado interno tem havido esforços governamentais no sentido de aumentar as exportações. Em 1998, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, implantou o Programa Brasileiro de Incremento à Exportação de Móveis, o Promóvel. Como resultado desses esforços, a indústria moveleira nacional atingiu o patamar de US\$940 milhões de exportações em 2004, segundo as estatísticas da ABIMÓVEL e vem conseguindo mantê-lo a despeito da apreciação cambial. Tal feito só foi possível devido ao investimento que houve no setor e o ganho de produtividade na cadeia como um todo que possibilitou reduções de custos e a manutenção da competitividade do setor. Embora expressivo, esse resultado demonstra o potencial de crescimento que o setor ainda tem, considerando o volume total do comércio mundial de móveis e as vantagens competitivas que a indústria nacional pode ter nos próximos anos.

Embora o setor moveleiro em geral seja constituído por um enorme número de micro e pequenas empresas, no segmento de móveis seriados verifica-se um formato de negócios “business to business” com as redes varejistas sendo atendidas por muitos médios e grandes fabricantes de móveis. As empresas médias e grandes vêm crescendo e se agrupando nas seguintes categorias:

- **Fabricantes de Móveis Seriados:** Atingiram uma escala de produção que as tornaram as principais fornecedoras das grandes redes de varejo de móveis e eletrodomésticos. São grandes parceiras dos fabricantes de painéis, por transformarem um grande volume de painéis em móveis. Entre elas estão a Movelar (ES), Moval (PR), Rudnick (SC), Bartira (SP) e Carraro (RS).
- **Fabricantes de Móveis Planejados:** Estabeleceram a comercialização através de rede própria de franquias, desenvolvendo assim suas marcas e relacionamento direto com os consumidores e influenciadores de opinião (arquitetos, decoradores e designers). Este grupo de empresas também compra diretamente dos fabricantes de painéis, sendo que sua característica é o consumo de painéis revestidos. Entre elas estão a Todeschini, Dellano, Florense, SCA e Bontempo, todas do Rio Grande do Sul.

As demais empresas pequenas e micro são tradicionalmente atendidas pelas revendas de matéria-prima para a indústria moveleira como, por exemplo, a Leo Madeiras.

Os fabricantes de móveis localizam-se em pólos especializados, cuja vocação para essa atividade desenvolveu-se ao longo do tempo. O mapa abaixo ilustra todos os pólos moveleiros existentes no Brasil segundo a ABIMÓVEL. Cabe destacar que, embora os principais pólos situem-se no Sul e Sudeste do Brasil, os pólos no Centro-Oeste e Nordeste têm grande potencial de crescimento para o futuro, por serem mais novos e por situarem-se em regiões antes atendidas pelos pólos do Sul, com suas populações cada vez mais aptas ao consumo, começam a receber investimentos diretos. Neste aspecto, a Companhia tem uma vantagem competitiva em relação a seus concorrentes por ter uma grande fábrica localizada na região do Triângulo Mineiro que é o centro geográfico do País.



Fonte: ABIMÓVEL

De acordo com dados da ABIMÓVEL – Panorama do Setor Moveleiro, de maio de 2007, os principais pólos e suas características são os seguintes:

- **Rio Grande do Sul.** Produção especializada principalmente em móveis residenciais planejados sob encomenda, retilíneos, de metais e, em menor grau, em móveis torneados de madeira. Respondeu por cerca de 28% das exportações brasileiras em 2006 .
- **Paraná.** Foco na fabricação de móveis retilíneos seriados, tubulares e de escritório. Respondeu por cerca de 11% das exportações brasileiras em 2006 .

- *Espírito Santo*. Foco na fabricação de móveis retilíneos seriados e sob encomenda. As exportações foram pouco expressivas em 2006.
- *Minas Gerais*. Produção especializada principalmente em móveis sob encomenda, mas com um pólo de móveis retilíneos seriados em franca expansão na cidade de Ubá. A parcela de produtos exportada foi pouco expressiva em 2006.
- *São Paulo*. Fabricação de todos os tipos de móveis, com destaque para os móveis para escritório sob encomenda. As exportações da região corresponderam a aproximadamente 11% do total das exportações brasileiras em 2006.
- *Santa Catarina*. Destaca-se pela produção de móveis residenciais torneados produzidos a partir do pinus com foco em exportações. Respondeu por 38% do total de móveis exportado pelo País em 2006.
- *Bahia*. Esse pólo se destaca pela produção de móveis torneados. Respondeu por cerca de 7% das exportações brasileiras em 2006.

Produtos

Conforme colocado anteriormente, os móveis podem ser classificados, segundo o modo de produção, em:

Móveis Residenciais

São sub-classificados em móveis para cozinhas, dormitórios, sala de estar, salas de jantar e infantis. Eles são produzidos e comercializados distintamente e, dentre estes, as seguintes categorias utilizam painéis de MDP em seus processos produtivos:

- Móveis retilíneos seriados. Móveis retos, sem detalhes sofisticados. O processo de produção é simples, envolvendo poucas etapas, permitindo o fluxo contínuo de produção sem formação de estoques. A principal matéria-prima utilizada são os painéis de MDP, e a comercialização é voltada para as redes de lojas de móveis e grandes magazines.
- Móveis sob encomenda planejados. Fabricados a partir da orientação de clientes e arquitetos, que os compram e encomendam nas lojas de rede da fábrica. São produzidos conforme o pedido, através de módulos personalizados e fabricados com alta tecnologia. A principal matéria-prima são painéis de MDP e MDF. Além do mercado interno, algumas dessas empresas já possuem lojas no exterior.
- Móveis sob encomenda. Fabricados a partir da orientação de clientes e arquitetos, diretamente aos profissionais que os produzem (empresas de marcenaria), em pequena escala, com grande customização e baixa tecnologia em geral. As matérias-primas empregadas são painéis de madeira compensada, MDF e MDP. São comercializados no mercado interno.

Integram, ainda, a categoria de móveis residenciais, as seguintes categorias, que não utilizam MDP em seu processo produtivo:

- Móveis torneados. Destacam-se pela qualidade e grau de detalhamento. A principal matéria-prima utilizada é a madeira maciça e o MDF. Esses móveis são comercializados em lojas especializadas, pois são destinados ao público de alta renda, sendo que parcela representativa de sua produção é destinada à exportação.
- Móveis de metal. Móveis feitos de aço tubular, conjugado com outras matérias-primas, tais como aço, madeira, vidro e plástico.

Móveis para Escritório

Móveis com processo de produção complexo, envolvendo marcenaria, metalurgia, tapeçaria, injeção de poliuretano (um tipo de espuma) e estudo de ergonomia. Normalmente, são comercializados por redes próprias de lojas e multimarcas. Utilizam-se, essencialmente, painéis de MDP e MDF nos tampos de mesa, gabinetes e armários e divisórias. Os fabricantes desta categoria são os mesmos que equipam escolas, repartições e entidades públicas, participando de licitações.

A tabela abaixo demonstra as parcelas de participação de cada tipo de móvel no total produzido no País, de acordo com sua destinação em julho de 2005:

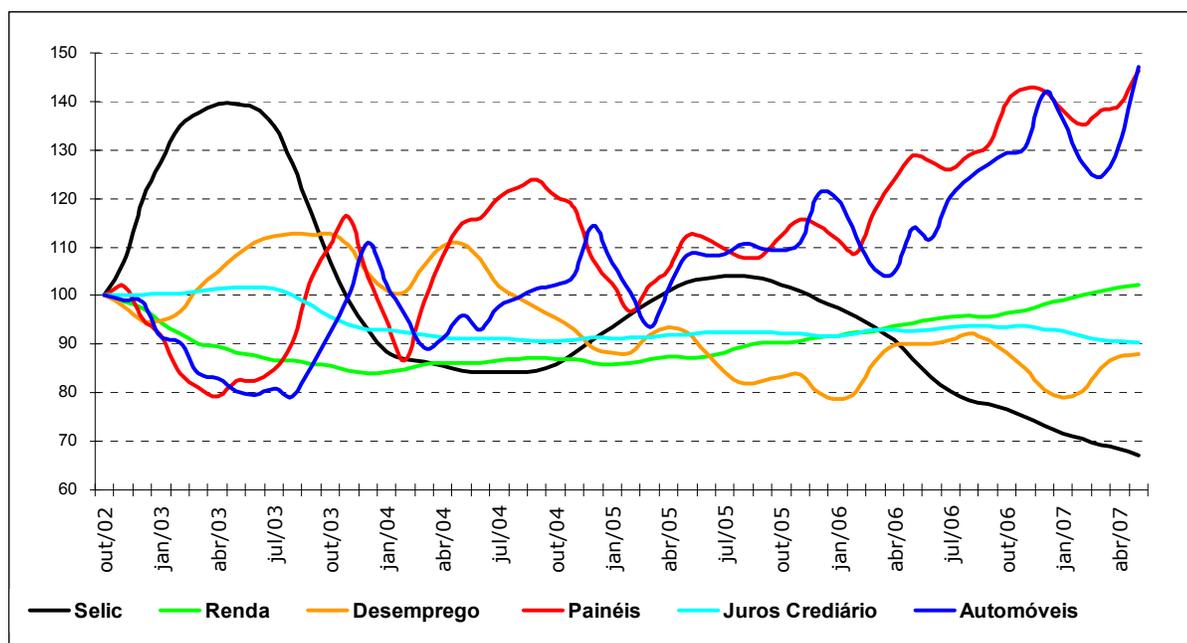
Tipo de móvel	Participação no total produzido (%)
Móveis residenciais	60
Móveis para escritório	20
Outros (móveis para escolas, consultórios médicos, hospitais, hotéis, restaurantes e similares)	20

Fonte: ABIMÓVEL - Indústria de Móveis – Análise setorial. Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos – Banco Bradesco S.A.

PERSPECTIVA DO CONSUMO DE MÓVEIS NO BRASIL

Historicamente o consumo de móveis no Brasil medido através do consumo de painéis de madeira tem tido correlação positiva com a renda e com o crescimento do PIB e correlação negativa com a taxa de juros e com o desemprego. Nos últimos meses a queda mais acentuada dos juros conjugada com um aumento mais expressivo na renda alavancaram sobremaneira a demanda por tais bens de consumo.

Com o cenário esperado de continuidade na redução nas taxas de juros, redução do desemprego e aumento do nível de renda do trabalhador formal e informal para 2007 e 2008, é certo que o consumo de bens duráveis como um todo deve se expandir. Os móveis populares devem ter um apelo ainda maior devido ao seu alto nível de penetração nos lares brasileiros e ao aumento da base habitacional instalada. A maior disponibilidade de crédito deve funcionar como elemento propulsor deste crescimento.



Fonte: BACEN, IBGE, ABIPA e ANFAVEA

Com o aquecimento da economia em geral e a melhoria do poder de consumo da classe média, também influenciada por uma taxa de juros inferior e, portanto, um incentivo ao investimento na casa própria, os móveis planejados devem experimentar um crescimento em segundo estágio. As redes de lojas atuais já apresentaram forte expansão em 2006. Novos nomes chegam ao mercado como a Bontempo e a Bentec, sem contar com a expansão das redes Tok & Stok e Etna.

SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL

O desempenho da indústria da construção civil tem forte correlação com o ritmo do crescimento do País, principalmente com a política de renda e a atividade industrial, tendo sofrido impacto negativo durante os primeiros anos do Plano Real (1994-1996), em virtude da política de restrição ao crédito adotada pelo governo brasileiro naquele período. O maior ritmo do setor de construção favorece o desenvolvimento do setor de produtos para o acabamento de construção civil.

O setor de construção civil representou, aproximadamente, 7,3% do PIB em 2005, de acordo com os dados compilados e divulgados pelo IBGE. A cadeia produtiva da construção civil teve participação média de 12,6% na formação do PIB no ano de 2004, segundo pesquisa elaborada pela FGV. Entretanto o total de investimentos no setor imobiliário brasileiro não tem sido suficiente para atender a carência de imóveis do mercado. De acordo com a Fundação João Pinheiro, em 2002, o Brasil apresentou um déficit de aproximadamente 7,2 milhões de unidades habitacionais. O setor de construção civil, em setor imobiliário, foi afetado por dificuldades conjunturais durante a maior parte do ano de 2004. O crescimento de cerca de 5% da economia brasileira em 2004 foi impulsionado pelo setor exportador e pela maior oferta de crédito voltado para bens duráveis de consumo.

Verifica-se que após um pequeno período recessivo, a indústria da construção civil em São Paulo retomou o crescimento gradativo de suas atividades a partir de 2005, o que foi registrado principalmente no setor de imóveis residenciais, conforme informações fornecidas pela EMBRAESP – Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio. As taxas de juros também exercem grande influência sobre o setor de construção civil. O aumento das taxas de juros encarece os financiamentos para compra de imóveis e produtos para construção civil,

influenciando negativamente tanto o lançamento de novas obras quanto o mercado de autoconstrução e reformas. A perspectiva de redução gradativa e constante das taxas de juros no Brasil, seguindo a tendência das últimas reuniões do COPOM, auxiliará o aquecimento do setor de construção civil. Além disso, o esforço do governo brasileiro para disponibilizar recursos para financiamento de moradias tende a alavancar a construção civil que, além de suprir o déficit habitacional do País, é um setor importante na geração de empregos. Segundo estatísticas da ABIMÓVEL, o setor de construção emprega cerca de 15% do total do efetivo da indústria do País.

O quadro abaixo mostra as estimativas do déficit habitacional brasileiro por faixas de renda familiar em 2002:

Déficit Habitacional (em %) por Faixas de Renda e Região

Região Geográfica	Até 3	3 a 5	5 a 10	10 ou mais
Norte	82,9	9,5	5,6	1,9
Nordeste	91,3	5,5	2,3	0,9
Sudeste	77,1	11,5	8,2	3,2
Sul	78,3	11,5	7,4	2,8
Centro - Oeste	81,9	9,3	6,1	2,7
BRASIL	82,5	9,4	5,8	2,3

Fonte: Estimativas da Fundação João Pinheiro

Em fevereiro de 2006, o Governo Federal anunciou um pacote de medidas de incentivo para facilitar a compra, a construção e a reforma da casa própria. As medidas visam reduzir o preço dos materiais de construção e aumentar o crédito destinado ao financiamento habitacional, cujo total previsto, para 2007, é de R\$16 bilhões. Com relação aos materiais de construção, incluindo louças e metais sanitários, foi reduzida a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Foi concedida isenção do IPI a diversos produtos que estavam sujeitos a uma alíquota de 5,0% e, com relação aos produtos que estavam sujeitos a alíquotas que variavam entre 10,0% e 12,0%, tiveram as respectivas alíquotas reduzidas para 5,0%.

FLORESTAS

A base florestal brasileira contempla florestas nativas e plantadas. Da área total do Brasil, cerca de 65% (5,5 milhões de km²) são cobertos por florestas nativas, e 0,6% (57 mil km²) por florestas plantadas.

As florestas plantadas são constituídas principalmente de áreas de plantio de eucalipto e pinus. Elas constituem a base florestal que é fonte para as atividades industriais de produção de celulose e papel, madeira serrada, carvão vegetal e painéis de madeira reconstruída. As empresas destes setores têm apresentado, nos últimos anos, crescente preocupação com os aspectos ambientais e sociais. Atualmente, o setor de florestas plantadas do Brasil possui tecnologia e conhecimento em nível de “referência mundial” no plantio de eucalipto e pinus. As florestas possuem, na sua maioria, manejo de acordo com as melhores práticas mundiais, e atendem às normas e legislações de proteção do meio ambiente. A maior concentração de áreas plantadas está localizada no estado de Minas Gerais (1,2 milhão ha), seguido pelos estados de São Paulo e Paraná. A tabela a seguir demonstra o total das áreas de florestas plantadas do País:

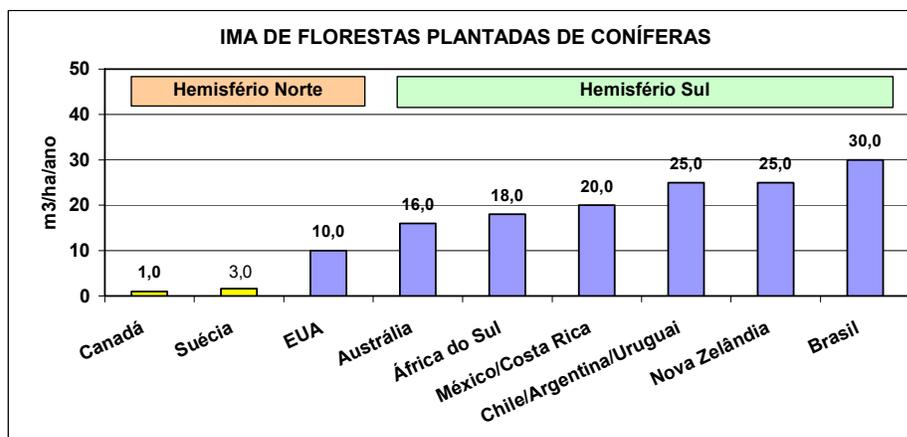
Espécie	Área plantada	
	(1000 hectares)	(% do total)
eucalipto	3.549	62
pinus	1.824	32
outros	370	6
Total	5.743	100

Fonte: Anuário Estatístico ABRAF, 2007.

Os estados que mais se destacam em áreas plantadas de pinus são o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que, juntos, representam 85% do total plantado de pinus, segundo a ABRAF. De acordo com esta mesma fonte, os principais estados produtores de eucalipto são Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Espírito Santo, que conjuntamente respondem por cerca de 75% do total plantado dessa espécie.

No Brasil, a indústria de base florestal possui grande competitividade, principalmente em virtude das excelentes condições de solo, recursos hídricos e clima, que possibilitam a extração da madeira num menor espaço de tempo, com maior produtividade quando comparado a todos os demais países do mundo e, principalmente, aos situados na América do Norte e Europa.

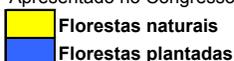
O gráfico a seguir compara os IMA (incrementos médios anuais) das florestas de pinus no Brasil com os de espécies assemelhadas (coníferas) em outros países com forte presença no mercado mundial de produtos florestais, em 2002:



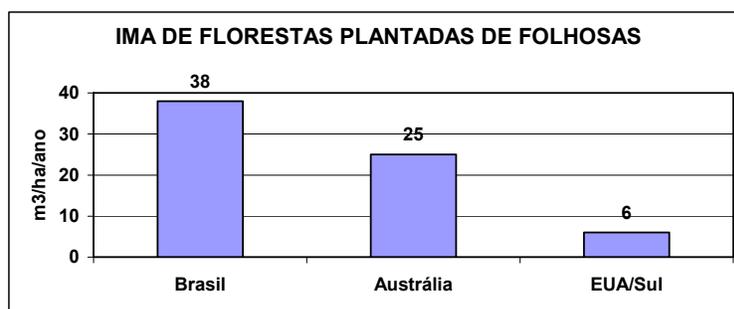
Fonte: New Zealand Forest Research Institute e Chandler Fraser Keating

Elaborado por: UBS Brinson

Apresentado no Congresso Internacional de Produtos de Madeira Sólida de Reforestamento, Curitiba/PR, 2002



O eucalipto, espécie originária da Oceania, é um tipo de madeira que teve uma adaptação excepcional às condições de clima e solo do Brasil, conforme mostra o quadro a seguir, que compara os IMA (incrementos médios anuais) das florestas de eucalipto no Brasil com os de espécies assemelhadas (folhosas) em outros países com forte presença no mercado mundial de produtos florestais. Segundo estima a Companhia, IMA superiores a 45 m³/ha/ano têm sido alcançados em certas regiões do país pelas empresas florestais de vanguarda. Nessas condições, o eucalipto se mostra particularmente bem adaptado para a produção auto-sustentável de carvão vegetal, celulose e painéis de madeira no Brasil. Por conta de seu rápido ciclo de crescimento, as árvores de eucalipto de florestas plantadas brasileiras em geral são cortadas após 6 a 7 anos do seu plantio, sendo possível a realização de até 3 cortes antes de novo plantio. O pinus, que nas produções voltadas para aplicações como madeira de processo possui um ciclo típico de 12 anos entre plantio e corte, ao qual se segue novo plantio, também é amplamente utilizado nas indústrias de celulose e de painéis de madeira reconstituída, e é a espécie predominante nas aplicações que utilizam madeira serrada, em que o uso do eucalipto ainda é pouco difundido.



Fonte: Anuário estatístico ABRAF, 2007, ano-base 2006

ATIVIDADES DA COMPANHIA

VISÃO GERAL

A COMPANHIA

A Companhia é líder de mercado em produção e vendas de painéis de MDP (Medium Density Particleboard) no Brasil, com cerca de 26% de *market share* de acordo com dados da ABIPA, de 30 de junho de 2007. A Companhia está presente no mercado brasileiro desde 1971 e seus produtos são vendidos em todo o País, principalmente, para fabricantes de grande e médio porte da indústria moveleira, e apresentou uma receita líquida de R\$196,8 milhões, com margem de EBITDA Ajustado de 28,0% no semestre encerrado em 30 de junho de 2007.

A Companhia possui unidades industriais estrategicamente localizadas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, com uma capacidade instalada de produção de 1,0 milhão m³/ano e uma operação florestal integrada, com um dos maiores inventários do setor no Brasil (com cerca de 7,5 milhões de m³ de pinus e eucaliptus, plantados em 61 mil hectares de florestas próprias em áreas arrendadas ou desenvolvidas no regime de fomento florestal), que lhe garante auto-suficiência de suprimento em sua unidade em Minas Gerais.

A unidade da Companhia localizada em Uberaba, Minas Gerais, é a maior da América Latina, em termos de capacidade de produção, posicionando-se entre as mais modernas e maiores fábricas de painéis de MDP do mundo de acordo com dados da Wood Based Panels International - 2006. A unidade de Uberaba possui capacidade de produção de 800 mil m³/ano. Esta unidade é, também, a única no Brasil, que possui instalada uma planta de resinas, pertencente à Synteko, dentro do seu *site* industrial. A resina, a madeira e as despesas com frete são os principais componentes de custo no processo de fabricação e distribuição de painéis de MDP, e a conjunção dos fatores acima descritos faz com que a Companhia acredite que a unidade industrial de Uberaba concentre vantagens competitivas muito significativas.

Neste momento, a Companhia está investindo em uma unidade de MDF (Medium Density Fiberboard) no *site* industrial de Uberaba com capacidade de 350 mil m³/ano, o que adicionará um novo tipo de painel a seu portfólio de produtos a partir do primeiro semestre de 2008 e permitirá à Companhia atender uma nova gama de clientes no setor de construção civil, dentre outros.

A unidade da Companhia localizada em Taquari, Rio Grande do Sul, por sua vez, possui uma capacidade de produção de aproximadamente 200 mil m³/ano, e está convenientemente instalada a apenas 100 km do maior pólo moveleiro do Brasil, localizado em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, o que lhe assegura um importante diferencial logístico e de redução de custo, especialmente no que tange ao frete incidente sobre a venda de produtos acabados, uma vez que seu concorrente mais próximo está instalado a cerca de 600 km desse pólo moveleiro.

Além disso, a Companhia firmou protocolo de intenções de investimento com o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 20 de junho de 2007 para a instalação de uma nova linha de produção de MDP em Taquari, em substituição a sua atual linha, o que deverá aumentar a capacidade de produção do *site* para até 450 mil m³/ano após a conclusão da primeira etapa de investimento e poderá atingir 700 mil m³/ano, caso venha a ocorrer investimento em uma segunda etapa. A Companhia acredita que serão despendidos na primeira etapa de investimento, ao longo dos próximos dois anos, aproximadamente R\$120 milhões, valor este que seria inferior àquele necessário para implantar uma nova unidade de mesma capacidade em outro local, em razão do aproveitamento da infra-estrutura e parte dos equipamentos da atual unidade industrial.

Adicionalmente, em 30 de abril de 2006, a Companhia e a Satipel Florestal transferiram, através de cisões parciais de seus ativos, todas as terras de sua propriedade, com exceção daquelas onde suas instalações industriais encontram-se localizadas, para a Alanda Participações, uma empresa também controlada pela Companhia Ligna de Investimento. Após estas cisões, a Companhia e a Satipel Florestal celebraram com a Alanda Participações contrato de arrendamento de longo prazo que tem como objeto as terras das florestas de sua propriedade. Em 29 de dezembro de 2006, a Alanda Participações foi incorporada pela Companhia Ligna de Investimentos. Os valores dos imóveis transferidos pela Companhia e pela Satipel Florestal totalizaram, respectivamente, R\$38,2 milhões e R\$210,6 milhões.

A Companhia acredita que, através do sucesso de sua política de baixo custo de produção e de seus projetos de expansão fabril, encontra-se em posição singular e privilegiada frente aos seus concorrentes para acompanhar e se beneficiar do potencial crescimento da demanda por painéis de MDP e MDF no Brasil, tendo em vista o cenário macroeconômico favorável, o crescimento do mercado de consumo de bens duráveis, em especial o mercado de móveis e de construção civil, e a maior disponibilidade de crédito. Para informações mais detalhadas, veja as seções “Visão Geral do Setor”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e “Atividades da Companhia”, respectivamente nas páginas 88, 60 e 97 deste Prospecto.

PONTOS FORTES

A Companhia acredita possuir os seguintes pontos fortes:

Liderança e Potencial de Forte Crescimento. Com atuação no mercado há 36 anos, a Companhia é um dos mais tradicionais fabricantes no mercado brasileiro de painéis de MDP, com cerca de 26% de *market share* de acordo com dados da ABIPA, de 30 de junho de 2007. Entre os fabricantes de móveis, tanto o nome Satipel quanto suas marcas possuem amplo reconhecimento e alto grau de fidelização de clientes, em painéis revestidos e não revestidos. Acreditando que fatores macroeconômicos e setoriais, como a expansão de crédito, acompanhados da queda da taxa de juros e o crescimento do mercado moveleiro e imobiliário, irão impulsionar o setor onde atua, a Companhia já investiu na expansão de sua unidade de Uberaba em 2006, está investindo na construção de uma moderna unidade de MDF no mesmo *site* industrial de Uberaba e também estuda a implantação de uma nova e moderna unidade industrial expansível de MDP no *site* industrial de Taquari. Neste sentido, a Companhia acredita que é o produtor com melhor condição de se apropriar do crescimento da demanda ora em curso, e que a combinação de sua forte marca, capacidade instalada e disponibilidade de madeira, com o crescimento da demanda no Brasil, permitirão à ela consolidar sua posição de destaque no mercado de MDP, com o aumento de faturamento e expansão de margens.

Auto-Suficiência em Madeira e Sustentabilidade de Crescimento. A Companhia possui auto-suficiência em florestas para abastecer a sua necessidade imediata e futura de madeira na unidade de Uberaba que hoje corresponde a 80% da sua capacidade consolidada de produção. Todas as florestas em Minas Gerais são próprias e plantadas em áreas arrendadas por meio de contratos de longo prazo, com validade de 30 anos, em condições de mercado. Na unidade de Taquari, a Companhia construiu uma eficiente e estável rede de suprimento de madeira baseada em diversos contratos de longo prazo. O inventário florestal de cerca de 7,5 milhões de m³, distribuídos em 61 mil hectares de florestas próprias coloca a Companhia em situação privilegiada para atender não só à sua demanda atual, mas também àquela decorrente de sua estratégia de aumentar a produção de painéis de MDP e futuramente produzir painéis de MDF. A Companhia preza pelo crescimento sustentável em suas florestas e, dessa forma, está constantemente engajada na preservação ambiental e no respeito das mais diversas normas ambientais. Toda madeira utilizada pela Companhia é proveniente de florestas plantadas, conduzidas segundo princípios de manejo sustentável. As reservas florestais da Companhia em Minas Gerais são certificadas pelo FSC (“selo verde”).

Baixos Custos Operacionais. A Companhia possui uma posição competitiva diferenciada com relação à obtenção de seus principais insumos, madeira e resina, assim como às suas despesas com logística. Além de possuir disponibilidade de madeira, a Companhia usufrui de baixos custos de extração e de transporte. Nas florestas de Minas Gerais, a maior parte da colheita é mecanizada e as reservas se distanciam de 60 a 150 km da unidade de Uberaba. No Rio Grande do Sul, o raio médio de suprimento de madeira é de aproximadamente 50 km da unidade de Taquari. Em relação à resina, a existência de uma fábrica da Synteko dentro do *site* industrial de Uberaba gera vantagens em termos de custos operacionais na fabricação dos painéis de madeira, visto que o suprimento da matéria-prima é feito por duto. A Synteko, através de sua unidade instalada em Gravataí-RS, também fornece resina para a outra unidade industrial da Companhia em Taquari, com preços alinhados aos praticados na operação de Uberaba. Além disso, as localizações das unidades da Companhia resultam em custos de distribuição diferenciados. Uberaba está situada em localização privilegiada, que lhe permite abastecer eficientemente, em termos de custo de logística, os principais mercados do Brasil: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná e Distrito Federal, responsáveis por aproximadamente 53,3% do PIB nacional e também está próxima do mercado da região Nordeste que vem apresentando forte crescimento. Em especial no MDP, a proximidade dos mercados com maiores taxas de expansão é fundamental para assegurar a competitividade na fabricação de móveis populares. A unidade de Taquari, por sua vez, é a única fabricante de painéis de MDP do Estado do Rio Grande do Sul, e está localizada a apenas 100 km do maior pólo industrial moveleiro do Brasil em faturamento, localizado em Bento Gonçalves.

Histórico de Crescente Rentabilidade e Sólida Situação Financeira. A Companhia tem apresentado um fluxo de caixa consistente e crescente, que tem servido como importante fonte de recursos para a expansão de seus negócios. O sólido crescimento da Companhia é evidenciado por meio de crescimento de sua receita líquida e de suas margens. Entre 2004 e 2006, a receita líquida da Companhia cresceu 20,4%, ao mesmo tempo em que as suas margens de EBITDA foram de 24,8% em 2004, 29,1% em 2005, 22,0% em 2006 (unicamente em função dos aspectos não recorrentes explicados na seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, na página 60 deste Prospecto), e 28,0% no primeiro semestre de 2007. Estes fatores combinados levaram a Companhia a uma sólida posição financeira, com uma baixa relação dívida líquida/EBITDA Anualizado de 1,4 vezes no primeiro semestre de 2007.

Administração Experiente, Capital Humano como Diferencial Competitivo e Compromisso com Boas Práticas de Governança Corporativa. A Companhia apresenta um histórico de sucesso na implementação do seu plano de negócios e de expansão, bem como de suas políticas de redução de custos e de ampliação das margens de rentabilidade. Para tanto, a Companhia conta com gestores com ampla experiência nos diversos segmentos do setor em que atua. A Companhia acredita no diferencial competitivo decorrente da qualidade e do empenho de seus colaboradores, para tanto, prioriza a concepção e a prática de uma política de recursos humanos que visa recrutar e reter os melhores talentos do mercado, através de uma gestão

fortemente participativa e transparente, com a valorização da descentralização do processo decisório. Adicionalmente, a Companhia possui uma política de participação nos seus resultados, aplicada a todos os níveis corporativos, como forma de incentivar os seus colaboradores e alinhar os seus interesses aos dos acionistas da Companhia. Há 8 anos, a Companhia possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes de reconhecida experiência administrativa, o que demonstra o seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa.

ESTRATÉGIA

O objetivo da Companhia é ampliar sua posição no setor de painéis de madeira no Brasil, com foco na criação de valor para seus acionistas, ofertando painéis de madeira a preços e qualidade competitivos e preservando o meio ambiente. Para atingir os seus objetivos, a Companhia utilizará as seguintes estratégias:

Manter Posição de Destaque no Setor de Painéis de Madeira. A Companhia tem um plano de desenvolvimento bem definido e consistente com as perspectivas de crescimento do mercado de móveis no Brasil, e preparou-se para acompanhar o aumento da demanda em curso no seu mercado:

- No segmento de MDF, a Companhia está realizando investimentos em sua unidade de Uberaba para, dentro da sua estratégia de crescimento, aumentar o seu portfólio de produtos. A Companhia acredita que a demanda por painéis de MDF no Brasil continuará crescendo e pretende se beneficiar de tal crescimento.
- No segmento de MDP, a Companhia pretende continuar a investir no crescimento de suas unidades e diversificação de seu portfólio de produtos, em especial na ampliação e modernização da sua unidade industrial de Taquari.

A produção de MDF utilizará as mesmas matérias-primas dos painéis de MDP, madeira e resina, e possui processo industrial extremamente semelhante ao do MDP. Assim sendo, com a construção da sua nova unidade de MDF, a Companhia irá se beneficiar da sinergia operacional das unidades produtivas com a diluição de seus custos fixos. Da mesma forma, parte importante do mercado de MDF é formada pelos atuais clientes da Companhia, com os quais já goza de uma forte reputação, além de possuir canais de venda estabelecidos. Com a implementação desta estratégia, a Companhia pretende se valer das sinergias destas duas atividades e se beneficiar de ganhos de escala.

Aumentar a Base Florestal. Atualmente a maior parte do suprimento de madeira da Companhia é própria. De forma a assegurar madeira suficiente para atender ao crescimento futuro de suas atividades, a Companhia pretende expandir a sua base florestal assim como aumentar a produtividade das atuais áreas de plantio. A expansão da base florestal deverá ocorrer mediante o plantio em novas áreas arrendadas ou fomentadas, não estando descartada a aquisição de florestas em regiões que poderão abrigar novos investimentos industriais da Companhia. O aumento da produtividade se dará através do emprego de novas tecnologias, como o desenvolvimento de novos clones de árvores e a construção de viveiros de pesquisa.

Melhorar a Eficiência Operacional e Reduzir os Custos. A Companhia busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e redução de seus custos. Neste sentido, a Companhia identifica três oportunidades principais, cuja viabilidade será estudada detalhadamente: (i) utilização de transporte ferroviário na unidade de Uberaba, se beneficiando da proximidade dos trilhos da Ferrovia Centro Atlântica, (ii) utilização de transporte fluvial na unidade de Taquari, se beneficiando do rio navegável que margeia seu terreno, já utilizado por empresas da região, e (iii) co-geração de energia elétrica, em ambas as unidades da Companhia, a partir da queima de resíduos gerados no processo industrial.

Avaliar Alternativas Estratégicas de Investimento e Aquisições. A dimensão continental do Brasil e as tendências de crescimento acelerado da região Nordeste, poderão permitir a construção de uma nova unidade industrial naquela região. A perspectiva de desenvolvimento dos países do Cone Sul, associada à existência de florestas plantadas nestes países, pode viabilizar a primeira iniciativa de internacionalização da Companhia com foco na exploração de vantagens comparativas locais e um mercado de âmbito regional. Desta forma, a Companhia avaliará continuamente alternativas estratégicas de investimento, inclusive através de aquisições, buscando expandir e desenvolver suas atividades fabris e florestais.

HISTÓRICO

A Companhia iniciou suas atividades em 1970, no município de Taquari, Rio Grande do Sul. Até 1996, além da Companhia havia apenas dois outros fabricantes de painéis de MDP no Brasil. A partir de meados da década de 90, a Companhia vem construindo um histórico de crescimento progressivo e consistente cabendo o registro dos seguintes fatos:

- 1995/1996 – aumento de 50% da capacidade de produção da unidade de Taquari, que passou a atingir 200 mil m³/ano;
- 1997 – aumento de 55% da capacidade de produção, pela instalação de uma segunda linha de produção de MDP na unidade de Uberaba que elevou a capacidade de produção de MDP da Companhia para 170 mil m³/ano;
- 1996/1997 – instalação de três linhas adicionais de revestimento BP e FF, uma em Uberaba e duas em Taquari;
- 1998 – aquisição da maior plantação contínua de pinus tropicais do Brasil, localizada na região do Triângulo Mineiro com 52 mil hectares de área total, o que levou o total das reservas florestais da Companhia a totalizar 61 mil hectares distribuídos nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul;
- 1999 e 2000 – implantação da nova fábrica com uma prensa contínua de MDP de 340 mil m³/ano de capacidade na unidade de Uberaba;
- 2000 – instalação de duas linhas contínuas de alta performance para revestimento FF, na unidade de Uberaba;
- 2003 e 2004 – desgargalamento e aumento da capacidade da linha contínua de MDP da unidade de Uberaba de 340 mil m³/ano para 450 mil m³/ano;
- 2005 e 2006 – ampliação da linha contínua de MDP em Uberaba de 450 mil m³/ano para 690 mil m³/ano, posicionando esta linha como a de maior capacidade de produção da América Latina. A capacidade conjugada da unidade industrial passou então para 800 mil m³/ano, sendo 110 mil m³/ano na linha cíclica original e 690 mil m³/ano adicionais na linha contínua;
- 2007 – instalação de uma moderna linha de revestimento BP na unidade de Taquari compatível com a aplicação de poro sincronizado;
- 2007 - início da construção da unidade de MDF em Uberaba, com capacidade de produção de 350 mil m³/ano. O projeto contempla a implantação de uma moderna linha de revestimento BP, compatível com a aplicação de poro sincronizado, para laminação de painéis de MDF ou de MDP;
- 2007- assinatura do protocolo de intenções com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, visando à expansão da unidade industrial de Taquari que, na primeira fase do investimento, modernizará e ampliará sua atual capacidade de produção de 200 mil m³/ano de painéis de MDP em linha cíclica para a capacidade de 450 mil m³/ano de painéis de MDP em linha contínua, capacidade esta que, na segunda fase de investimento, poderá chegar a 700 mil m³/ano.

EVENTOS SOCIETÁRIOS RECENTES

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia adquiriu a totalidade da participação acionária detida por seu Acionista Controlador, Companhia Ligna de Investimentos, na Satipel Minas Industrial Ltda. e a incorporou ao seu patrimônio, com o objetivo de reduzir seus custos e despesas operacionais, racionalizar seus ativos, estruturas e negócios.

No início de 2006, a Companhia adquiriu da Companhia Ligna de Investimentos e outros minoritários a totalidade das quotas da Satipel Florestal Ltda., que desenvolve as atividades de administração, participação e exploração de projetos próprios e de terceiros na área de florestamento e reflorestamento, e de comercialização e industrialização de madeira.

Adicionalmente, em 30 de abril de 2006, a Companhia e a Satipel Florestal transferiram, através de cisões parciais de seus ativos, todas as terras de sua propriedade, com exceção daquelas onde suas instalações industriais encontram-se localizadas, para a Alanda Participações, uma empresa também controlada pela Companhia Ligna de Investimento. Após estas cisões, a Companhia e a Satipel Florestal celebraram com a Alanda Participações contrato de arrendamento de longo prazo que tem como objeto as terras das florestas de sua propriedade. Em 29 de dezembro de 2006, a Alanda Participações foi incorporada pela Companhia Ligna de Investimentos. Os valores dos imóveis transferidos pela Companhia e pela Satipel Florestal totalizaram, respectivamente, R\$38,2 milhões e R\$210,6 milhões. Para maiores informações sobre os reflexos desta cisão, vide seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e “Operações com Partes Relacionadas” respectivamente nas páginas 60 e 127 deste Prospecto.

Em 24 de novembro de 2006, o FIP - Fundo de Investimento em Participações Industrial subscreveu e integralizou a totalidade das 9.205.632 novas ações ordinárias emitidas pela Companhia, tornando-se titular de ações representativas de 10% do capital social da Companhia. Na mesma data todos os atuais acionistas da Companhia celebraram acordo de acionistas com prazo de vigência de 15 anos ou até a data da primeira Oferta Pública de distribuição de ações da Companhia. Para maiores informações, ver a seção “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores” na página 125 deste Prospecto.

UNIDADES INDUSTRIAIS

Unidade de Uberaba

A unidade de Uberaba iniciou suas operações em 1973 e possui atualmente capacidade aproximada de 800 mil m³/ano, sendo 110 mil m³/ano na linha cíclica original e 690 mil m³/ano adicionais na linha contínua que entrou em operação em 2000 e foi posteriormente expandida em 2003 e 2006.

Nesta unidade há duas linhas de revestimento FF, com capacidade total de 320 mil m³/ano e uma linha de revestimento BP com capacidade de 72 mil m³/ano.

Com a conclusão em abril de 2006 do projeto de expansão da linha contínua da unidade de Uberaba, ela passou a ser a maior linha de painéis de MDP do Brasil e da América Latina em termos de capacidade de produção, estando entre as dez maiores linhas do mundo segundo a publicação Wood Based Panels International (2006). Esta capacidade adicional permite à Companhia responder prontamente ao potencial crescimento do mercado consumidor de painéis de MDP.

Neste momento, a Companhia está dando curso ao investimento numa unidade de MDF do site industrial de Uberaba com capacidade de 350 mil m³/ano, o que adicionará um novo tipo de painel a seu portfólio de produtos a partir do primeiro semestre de 2008 e permitirá a Companhia atender uma nova gama de clientes. O projeto contempla a implantação de uma moderna linha de revestimento BP, com capacidade para recobrir 145 mil m³/ano, compatível com a aplicação de poro sincronizado, para laminação de painéis de MDF ou de MDP.

O complexo industrial de Uberaba conta ainda com uma unidade de produção de resina pertencente a Synteko, que firmou contrato de longo prazo, renovável a cada cinco anos, com a Companhia para o suprimento dessa matéria-prima (utilizada tanto na fabricação de MDP, como de MDF), por meio de tubulação que interliga a planta química com a unidade industrial da Companhia.

A Companhia possui auto-suficiência no tocante ao suprimento de madeira para a unidade de Uberaba, a partir de sua área florestal localizada na região do Triângulo Mineiro explorada através do arrendamento e do fomento florestal onde a maior parte da colheita de madeira é mecanizada e as reservas se distanciam de 60km a 150km da unidade industrial.

A região na qual está situada a unidade de Uberaba conta, ainda, com uma estrutura logística completa, com acesso a malhas rodoviárias e portuárias do Sudeste que a liga aos grandes centros consumidores.

A unidade de Uberaba está situada em localização privilegiada, que lhe permite abastecer eficientemente, em termos de custo de logística, os principais mercados do Brasil, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná e Distrito Federal, responsáveis por aproximadamente 53% do PIB nacional, em 2004, de acordo com dados do IBGE.

Além disto, a unidade industrial de MDP e a futura unidade industrial de MDF da Companhia em Uberaba é, e serão, as mais próximas do mercado nordestino e também dos pólos moveleiros que abastecem aquele mercado (pólo de Ubá-MG e de Linhares-ES).

Unidade de Taquari

A unidade de Taquari iniciou suas operações em 1971, e conta atualmente com capacidade instalada de produção de 200 mil m³/ano de painéis de MDP. A unidade possui, também, uma moderna linha de revestimento BP, com capacidade para revestir 145 mil m³/ano, além de três linhas menores para revestimento FF/BP com capacidade de 136 mil m³/ano. A Companhia também possui, ainda, nesta unidade uma linha de componentes (peças e componentes semi-acabados – itens de maior valor agregado) com capacidade para produzir 12 mil m³/ano.

Além disso, a Companhia firmou protocolo de intenções de investimento com o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 20 de junho de 2007 para a instalação de uma nova linha de produção de MDP em Taquari, em modernização da sua atual unidade, que deverá aumentar a capacidade de produção local para até 450 mil m³/ano após a conclusão da primeira etapa de investimento e poderá atingir 700 mil m³/ano, caso venha a ocorrer investimento em uma segunda etapa. A Companhia acredita que serão despendidos, ao longo dos próximos dois anos, investimentos de aproximadamente R\$120 milhões para implantação da linha de 450 mil m³/ano, valor este que seria inferior àquele necessário para implantar uma nova unidade de

mesma capacidade em outro local, em razão do aproveitamento de parte da infra-estrutura e dos equipamentos da unidade industrial antiga.

O suprimento de madeira para a unidade de Taquari provém de 25% a 30% de madeira própria (área florestal própria de 3,3 mil hectares) e o restante corresponde a madeira sólida adquirida no mercado regional de pequenos e grandes produtores, incluindo toretes e resíduos de serrarias e indústrias de celulose localizadas próximas à Taquari

A unidade de Taquari é a única fabricante de painéis de MDP do Estado do Rio Grande do Sul, e está localizada a apenas 100 km do maior pólo industrial moveleiro do Brasil em faturamento, localizado em Bento Gonçalves, e a 100 km de Porto Alegre, enquanto seu concorrente mais próximo está a 600 km de tais centros.

OPERAÇÃO FLORESTAL

A madeira utilizada na produção dos painéis de MDP da Companhia é integralmente proveniente de florestas plantadas, conduzidas segundo princípios de manejo sustentável, garantindo a manutenção dos ecossistemas e preservando toda a riqueza da fauna e da flora regionais.

A Companhia possui um estoque florestal de 7,5 milhões de m³. Este estoque garante o suprimento de madeira com auto-suficiência para o processo de fabricação de painéis em Uberaba, disponibilizando ainda cerca de 500 mil m³/ano de madeira para a comercialização para outros mercados (principalmente serrarias) ou para expansões futuras da unidade de Uberaba.

A base florestal da Companhia, em Minas Gerais, compreende 58 mil hectares de florestas, sendo 52 mil hectares a 150 km da unidade de Uberaba e 5 mil hectares a 50 km desta mesma unidade. Destes 57 mil hectares de floresta, 42 mil hectares constituem área de efetivo plantio, cumprindo as normas ambientais no tocante a reserva legal e áreas de preservação permanente. Desde o ano de 2000, as plantações de pinus vêm sendo parcialmente substituídas por eucalipto que possui ciclo de crescimento mais rápido, de modo a maximizar a produtividade global dos plantios.

No Rio Grande do Sul, a Companhia detém 3,3 mil hectares de florestas (2 mil hectares de efetivo plantio) de eucalipto nas proximidades da unidade industrial de Taquari.

A filosofia de gestão florestal da Companhia considera a aplicação de princípios e critérios de manejo florestal sustentável nas atividades de silvicultura, colheita e transporte de madeira. Neste sentido, a operação florestal de Minas Gerais possui certificação internacional concedida pelo FSC- *Forest Stewardship Council* (Conselho de Manejo Florestal, órgão internacional que certifica operações de manejo florestal avaliadas como economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas).

Em decorrência da cisão de ativos ocorrida em abril de 2006, a Companhia deixou de ser proprietária das terras em que suas florestas estão plantadas, passando a ser arrendatária das terras (com base em contratos de 30 anos) e permanecendo proprietária das florestas. Para maiores informações a respeito deste contrato de arrendamento vide a seção “Operações com Partes Relacionadas” na página 127 deste Prospecto.

PRODUTOS DA COMPANHIA

A Companhia fabrica painéis de MDP, feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis e na construção civil. A Companhia possui liderança neste mercado, com aproximadamente 26% de participação de mercado de acordo com estimativa da Companhia, amparada em dados da ABIPA, de 30 de junho de 2007.

As duas unidades industriais têm suas operações de produção de painéis de MDP certificadas pela norma internacional de qualidade ISO 9001:2000.

Atualmente, os produtos fabricados pela Companhia são os seguintes: Arvoplac MDP, Arvoplac FF, Arvoplac BP e Multiform. A Companhia está em processo de instalação de uma nova unidade de painéis MDF na seu site de Uberaba. Essa nova linha gerará os seguintes novos produtos: painéis de MDF sem revestimento e painéis de MDF revestido em BP. Segue abaixo breve descrição de cada um dos produtos oferecidos pela Companhia a seus clientes, bem como aqueles que serão oferecidos com a instalação da unidade MDF.

Arvoplac MDP

O Arvoplac MDP é um MDP de partículas de madeira ligadas por resinas sintéticas e aditivos especiais, prensadas a alta temperatura para formar chapas planas e estáveis dimensionalmente, conseguindo substituir com perfeição a madeira sólida, podendo ser cortado no sentido do comprimento ou da largura. Está disponível em grande variedade de espessuras e possui alta uniformidade, o que favorece seu processamento contínuo em máquinas de alta produção.

Com essas características, o Arvoplac MDP consegue atender a todas as exigências da indústria moveleira e da construção civil. É um produto pronto para receber diversos tipos de acabamento. O Arvoplac é ideal para móveis para cozinhas, móveis para escritórios, móveis para dormitórios, caixas de som e de aparelhos de TV, divisórias, portas, indústria de brinquedos e componentes, estantes e racks.

Arvoplac MDF

O Arvoplac MDF será um painel de fibras de madeira ligadas por resinas sintéticas e aditivos especiais, prensadas a alta temperatura para formar chapas planas e estáveis dimensionalmente, conseguindo substituir com perfeição a madeira sólida, podendo ser cortado no sentido do comprimento ou da largura e também ser usinado e receber entalhes. Estará disponível em grande variedade de espessuras e possuirá alta uniformidade, o que favorecerá seu processamento contínuo em máquinas de alta produção. Quando produzido em espessuras grossas os painéis de MDF podem ser utilizados na fabricação de perfis como molduras, rodapés e até portas. Em espessura fina, os painéis de MDF podem ser aplicados em fundos de móveis, fundos de gavetas e também como substrato de piso.

Com essas características, o Arvoplac MDF conseguirá atender a todas as exigências da indústria moveleira, dos profissionais de marcenaria e da construção civil. É um produto pronto para receber diversos tipos de acabamento como pintura e laminação

Arvoplac FF

O Arvoplac FF é um painel de MDP fornecido ao moveleiro já revestido em uma ou ambas as faces com folhas de material celulósico resinado (*finish foil*). Este produto oferece inúmeras vantagens em sua utilização, dentre elas alcançar o máximo de economia de custo e de tempo de produção. Tal produto é um substituto ideal para diversos tipos de revestimentos de painéis tais como tintas, vernizes e lâminas de madeiras, sendo recomendado para diversas aplicações, principalmente produção de móveis para salas, dormitórios e escritórios. O Arvoplac FF é apresentado em 20 padrões (madeirados e cores lisas) e dois tipos de acabamentos.

Arvoplac BP

O Arvoplac BP é um painel de MDP com revestimento melamínico (também chamado "laminado baixa pressão") em uma ou nas duas faces, com resistência superior a impactos, abrasão e produtos químicos domésticos. A composição do produto reúne as características utilitárias do Arvoplac MDP a um revestimento bonito e prático, alcançando o máximo de economia de custo e de tempo na produção.

Sua grande versatilidade permite eliminar estoques secundários e operações de processamento adicionais, economizando tempo e espaço fabril para o moveleiro. Este produto é excelente opção para produção de móveis para cozinhas, dormitórios, banheiros, escritórios, lojas, restaurantes, hotéis e laboratórios, conferindo ao móvel sofisticação, resistência e *design*. O Arvoplac BP é apresentado em 35 padrões (madeirados e cores lisas) e sete opções de acabamento.

Arvoplac MDF / BP

O Arvoplac MDF/BP será um painel de MDF com revestimento melamínico (também chamado "laminado baixa pressão") em uma ou nas duas faces, com resistência superior a impactos, abrasão e produtos químicos domésticos. A composição do produto reunirá as características utilitárias do Arvoplac MDF a um revestimento bonito e prático, alcançando o máximo de economia de custo e de tempo na produção.

Este produto é excelente opção para produção de móveis sob encomenda pelos marceneiros em substituição ao painel de compensado com revestimento em fórmica em aplicações como cozinhas, dormitórios, banheiros, escritórios, lojas, restaurantes, hotéis e laboratórios, conferindo ao móvel sofisticação, resistência e *design*.

Multiform

O Multiform é uma peça de MDP ou MDF cortada e acabada de diversas formas, podendo variar no tipo de revestimento, tipo de borda (reta ou arredondada em vários ângulos), dimensões e tipo de aplicações.

O Multiform Tampos e Portas feito com tecnologia *post-forming* tem bordas arredondadas, revestida de fórmica *post-forming* pronta para ser usada como componente de móveis. O revestimento de painéis usado apresenta a mais alta resistência à abrasão e umidade do mercado, sendo classificado pela norma americana Nema LD3 com o nível de maior resistência. Este produto pode ser vendido em barras, bastando ao cliente cortar no tamanho desejado, aplicar acabamento nos topos e furar, com maior produtividade, e menor custo. Também pode ser vendido já nas dimensões finais e bordado nos topos.

O Multiform Tampos e Portas feito com revestimento BP tem as mesmas características do *post-forming* porém com revestimento BP, o que confere uma alta resistência superficial embora inferior ao *post-forming*. Este produto tem bordas retas e também pode ser comercializado em régua ou em peças acabadas, bordado ou não nos topos, conforme a necessidade do cliente.

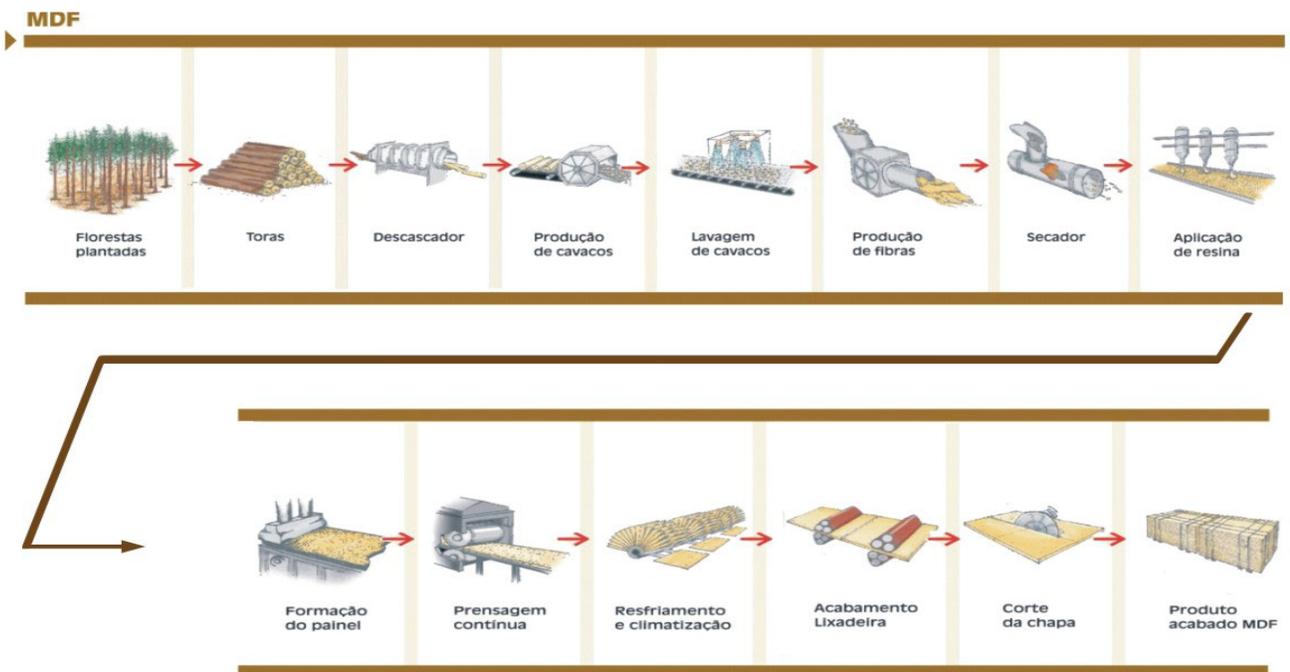
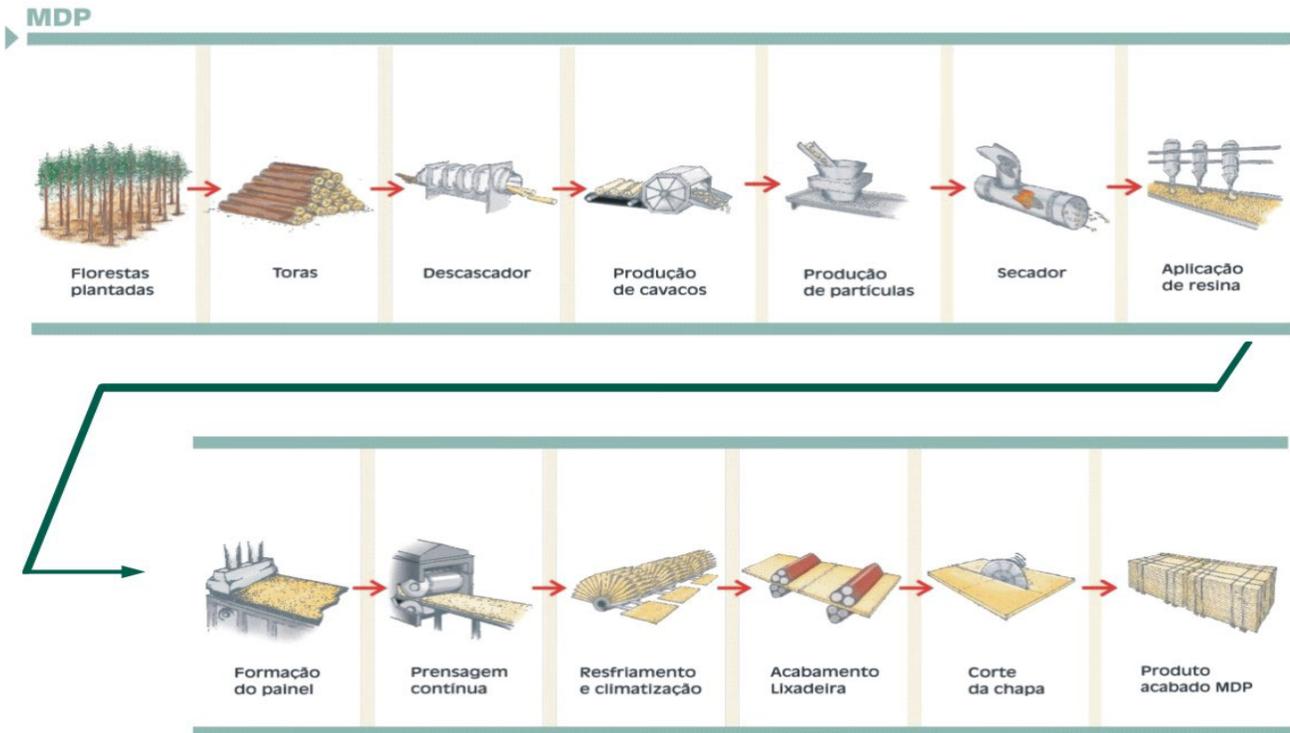
O Multiform Prateleiras tem tido um ótimo desempenho no segmento de bricolagem ou “Faça Você Mesmo”, aonde é vendido para o consumidor final através de lojas do tipo “Homecenter”.

O Multiform é recomendado para as mais diversas aplicações como: (i) móveis residenciais - dormitórios, cozinhas, lavanderias, banheiros, nas portas ou tampos, partes complementares, tais como, frentes de gaveta e divisórias entre geladeira e fogão; (ii) móveis de escritório - escrivaninhas, estantes, mesinhas auxiliares, arquivos, estantes e volantes; (iii) móveis de informática - toda e completa linha para micro-computadores e impressoras; (iv) móveis escolares; (v) construção civil - bate-macas, protetores de parede, rodapés, corrimãos, *check-outs*, guichês, etc.; e (vi) instalação comercial - balcões, prateleiras, gôndolas, etc.

A tabela abaixo mostra a participação por produto no faturamento da Companhia em 30 de junho de 2007:

Produtos	Participação no Faturamento
Arvoplac MDP	48%
Arvoplac FF	26%
Arvoplac BP	22%
Multiform, Arvoflex e Bate-Pronto	4%

PROCESSO PRODUTIVO –MDP E MDF



Colheita e replantio da madeira

As operações de colheita de madeira de pinus e/ou eucalipto são realizadas mecanicamente, com equipamentos modernos e especializados, funcionando 24 horas por dia, sete dias por semana. O transporte da madeira até a fábrica é feito com

caminhões dedicados à operação. As áreas liberadas são replantadas com mudas de eucalipto clonadas, com produtividade esperada vizinha de 40 m³/ha/ano e ciclo de sete anos para a realização do corte.

Em todas as etapas da operação florestal, a Companhia possui permanente preocupação com as questões da qualidade, meio ambiente e responsabilidade social.

Descascamento da madeira

Ao chegar na fábrica, as toras de madeira de pinus e/ou eucalipto, com comprimento típico de seis metros, são alimentadas em um tambor descascador giratório, para a remoção da casca. Através da fricção entre as toras, que são movimentadas por aletas internas do tambor, a casca é removida, sendo posteriormente utilizada como biomassa, combustível empregado na geração de energia térmica para o próprio processo de fabricação do painel. As toras sem casca são conduzidas para o picador.

Picador e estocagem de cavacos

O picador é um equipamento onde as toras são fragmentadas em pedaços denominados cavacos. Após a picagem, os cavacos são dirigidos para silos de armazenamento de grande capacidade, que funcionam como pulmões dos processos produtivos das linhas MDP e MDF.

LINHA MDP

Cepilhadores (*Ring Flakers*)

Do silo de armazenamento, os cavacos seguem para um conjunto de equipamentos denominados *Ring Flakers* (ou cepilhadores), onde são reduzidos a lascas menores (*flakes*).

Secagem

A secagem dos cavacos é feita com ar quente, em secadores especialmente projetados para esta finalidade. A umidade natural da madeira é reduzida até valores entre 2% e 3% na saída do secador. O ar quente utilizado na secagem das partículas é proveniente da planta de energia.

Planta de Energia

Toda a necessidade de energia térmica da unidade industrial é suprida pela queima de fontes de energia renovável, subprodutos do próprio processo produtivo (casca e pó de madeira), sem qualquer uso de combustíveis derivados de petróleo. A energia térmica gerada é utilizada nos processos de secagem da madeira e de aquecimento do óleo térmico que aquece a prensa contínua em que se produzem os painéis de MDP.

Classificação de partículas

Depois de concluída a etapa de secagem, todas as partículas são classificadas através de peneiras vibratórias e classificadores a ar, em quatro diferentes frações (tamanhos de partículas): *oversize*, material de miolo, material de superfície e pó. As partículas de *oversize* são retornadas para moinhos que realizam sua moagem e conseqüente redução de granulometria, após o que são retornadas ao processo. As partículas de miolo e superfície são enviadas para encolagem em circuitos independentes. O pó é enviado para a unidade de energia.

Encolagem/Formação do Colchão/Prensagem/ Corte Transversal

No processo da encolagem, as partículas, já classificadas de acordo com sua granulometria na fase anterior, são misturadas com resina uréia-formaldeído catalisada, responsável pela adesão (colagem) das partículas, e com emulsão de parafina, aditivo que melhora certas propriedades do produto acabado. Em seguida, os cavacos são direcionados para estações espalhadoras, que distribuem, sobre uma esteira em movimento, sucessivamente uma camada de material de superfície (mais fino), uma camada de material de miolo (mais graúdo) e outra camada de material de superfície, que constituem um “bolo” ou “colchão” de madeira encolada. Este “bolo” é submetido a uma pré-prensagem a frio para retirada do excesso de ar e início de sua conformação.

Na prensagem, o “bolo” é submetido à ação simultânea de pressão e temperatura, que promove a reação química da resina e conseqüente adesão das partículas, formando a chapa de partículas de madeira. Na saída de prensa, o painel de madeira é cortado, em movimento, por serra que opera diagonalmente, em velocidade combinada ao avanço da prensa.

Resfriamento

Após o corte na saída da prensa, as chapas passam por acumuladores giratórios ("rodas de resfriamento") que reduzem a temperatura das mesmas.

Maturação

Para que as reações residuais da resina uréia-formol utilizada na fabricação do painel se completem, e com isso se tenha um painel de estabilidade ideal, pratica-se uma estocagem (maturação) dos painéis por período de 24 a 72 horas.

Lixamento e Corte

Após completada a maturação das chapas, as mesmas são lixadas em uma linha de acabamento que contém quatro lixadeiras duplas (superior e inferior), proporcionando uma uniformidade de espessura e condição de superfície para aplicação de qualquer tipo de revestimento de painéis, e finalmente cortadas nas dimensões comerciais finais.

LINHA MDF

O processo produtivo da linha de painéis de fibra de madeira é bastante semelhante ao processo de produção dos painéis de partículas de madeira, a não ser pelos aspectos listados a seguir:

- ao invés de serem transformados em lascas, os cavacos são pré-aquecidos com vapor e desfibrados mecanicamente através de um refinador;
- a Planta de Energia, além de prover ar quente para a secagem das fibras e aquecimento de óleo térmico para a prensa contínua, provê vapor para o refinador;
- a encolagem das fibras se dá antes da secagem e não após a mesma;
- a classificação das fibras se limita à separação de eventuais grumos de cola, já que os painéis de fibra, ao contrário dos painéis de partículas, têm composição homogênea, não havendo distinção entre as características da camada central e das camadas de superfície dos painéis.

Revestimentos/Texturas

Além das chapas de partículas ou fibras de madeira sem revestimento, a Companhia produz painéis revestidos com três tipos de revestimentos decorativos: FF, BP e Laminado de Alta Pressão (fórmica) com mais de 30 cores lisas e padrões madeirados e com sete tipos de texturas, proporcionando um toque especial na superfície do material, com características específicas que atendem a diferentes aplicações. Pela sua versatilidade e praticidade, os painéis são muito utilizados na produção de móveis residenciais, comerciais, na construção civil, hotéis, hospitais, escolas, tampos de balcões, estantes e prateleiras, entre outros. Alguns produtos já vêm cortados nas larguras mais utilizadas para a produção de móveis.

Controle de Qualidade

A Companhia trabalha com um rígido controle de processo, utilizando na fabricação de seus produtos tecnologia de ponta e seguindo rigorosos padrões de qualidade. Os produtos em fabricação são acompanhados em todas as fases do processo produtivo por testes que garantem a qualidade dos produtos finais. As linhas de produção são totalmente informatizadas, permitindo, através de sistemas supervisórios, uma visualização completa do processo produtivo. A qualidade e seriedade com que é realizado o trabalho permite oferecer ao mercado produtos que permitirão a fabricação de móveis de qualidade comprovada.

Estoque/Expedição

A estocagem das chapas de madeira da Companhia recebe cuidados especiais para preservar a qualidade do produto. As chapas são agrupadas em "pacotes" (pilhas com altura típica de 600 mm), cintadas e protegidas mecanicamente conforme as características de cada produto e/ou necessidades dos clientes. Nas movimentações dos pacotes, utilizam-se empilhadeiras adequadas.

VENDAS

A Companhia possui mais de 1.000 clientes cadastrados, dos quais cerca de 500 são ativos. A Companhia considera ativos aqueles clientes que realizaram pelo menos uma compra nos últimos 12 meses. Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, composta por uma estrutura de 12 representantes comerciais autônomos além de dois vendedores, residentes e atuantes nos pólos moveleiros nos quais os fabricantes de móveis se encontram. A equipe é supervisionada por dois gerentes regionais que se reportam a Diretoria de Vendas de painéis e ao Gerente da Unidade de Negócios de Componentes que compartilha a equipe de vendas, na sede da empresa, em São Paulo.

Ainda há uma equipe de assistência técnica e pós-venda, dedicada a cada uma das unidades industriais, que fazem visitas periódicas aos clientes com intuito de solucionar questões de qualidade e uso correto dos produtos da Companhia.

A unidade de componentes conta também com um especificador técnico.

Durante o primeiro semestre de 2007, a distribuição das vendas perante o mercado consumidor estava assim representada, conforme sua destinação final:

<u>Setor</u>	<u>Vendas (%)</u>
Indústria Moveleira	91
Revenda / Madeira e Outros canais	9
Total	100

Com a inauguração de nossa unidade de MDF a Companhia espera adicionar ao seu mercado consumidor o setor de construção civil.

CLIENTES

A Companhia possui um perfil de clientes diversificado. No entanto, em 30 de junho de 2007 os cinco maiores clientes representavam uma participação aproximada de 41% do faturamento da Companhia. Tal concentração é típica das empresas fornecedoras de matérias-primas em segmento *business-to-business* e pode ser verificada em vários de seus concorrentes. A distribuição da produção em duas unidades e a decisão estratégica de suportar parte do crescimento com a incorporação do MDF ao seu portfólio de produtos, são aspectos que permitem projetar uma maior diluição das vendas em futuro próximo.

Os principais clientes da Companhia são indústrias moveleiras como a Fábrica de Móveis Florense Ltda, Indústria de Móveis Movelar Ltda, Indústria de Móveis Bartira Ltda, Todeschini S/A Indústria e Comércio, Grupo Moval (Moval Móveis Arapongas Ltda e Irmol Indústrias Reunidas de Móveis Ltda), Aramóveis Indústrias Reunidas de Móveis e Estofados Ltda, D'Itália Móveis Industrial Ltda, Móveis Kappesberg Ltda e também revendas como a Leo Madeiras, Máquinas e Ferragens Ltda que distribui os painéis e componentes produzidos pela Companhia para o segmento dos marceneiros.

SAZONALIDADE

As atividades operacionais da Companhia não estão sujeitas a efeitos materiais de sazonalidade. Com relação à comercialização de seus produtos, entretanto, devido ao aquecimento do mercado nos períodos de fim de ano, tipicamente conhecidos como períodos de maior incidência de compras de móveis, a Companhia percebe um aumento no volume de vendas no terceiro e no meio do quarto trimestre do ano. A curva histórica de vendas da Companhia caracteriza-se por, aproximadamente, um volume de 45 a 50% das vendas anuais no primeiro semestre e de 50 a 55% no segundo semestre.

CONCORRÊNCIA

A Companhia é líder no mercado de painéis de MDP, de acordo com estimativa da Companhia, amparada em dados da ABIPA, de 30 de junho de 2007, com destaque para sua condição de maior fabricante do País em termos de capacidade instalada, podendo produzir 1 milhão de m³ de painéis de MDP, em relação a um mercado total que, em 2006, foi de 2,2 milhões de m³ segundo dados da ABIPA. No Brasil, os concorrentes da Companhia são a Berneck Aglomerados S/A, Duratex S/A, Eucatex S/A, Arauco Forest Brasil S/A e Tafisa Brasil S/A.

Em 2006 a Companhia registrou a quinta posição em seu setor em termos de receita operacional líquida, com R\$ 340,3 milhões, na comparação dos balanços publicados e outras informações divulgadas pelas empresas.

Empresas	Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	Produtos
Duratex Madeira	1.004.400	MDP / MDF / HB / Flooring
Eucatex Madeira	461.651	MDP / HB / Flooring
Placas do Paraná (Arauco)	407.811	MDP / MDF
Tafisa do Brasil	356.723	MDP / MDF / Flooring
Satipel	340.376	MDP
Berneck	247.434	MDP

Fonte: Demonstrações financeiras publicadas

MATÉRIA-PRIMA

A principal matéria-prima da Companhia é a madeira de pinus ou de eucalipto. Em sua unidade industrial de Uberaba, em Minas Gerais, a Companhia é auto-suficiente no suprimento de madeira. A Companhia acredita ainda que seus custos de produção da madeira, utilizada como matéria-prima para suas unidades industriais, estão entre os mais competitivos do setor, em função da produtividade florestal, tecnologia de colheita e localização das florestas próprias.

Adicionalmente, o complexo industrial de Uberaba conta com uma unidade de produção de resina uréia-formaldeído pertencente à Synteko, com entrega de resina via um duto que interliga a planta química com a unidade de painéis, o que garante seu suprimento a custos baixos e altamente competitivos, em função da eliminação do frete.

A composição do custo dos produtos vendidos está demonstrada na tabela abaixo, que expõe a distribuição dos custos em 30 de junho de 2007.

Composição do Custo de Matéria-Prima de todos os Painéis (Revestidos e Cru)

Item	(%)
Madeira	34
Resina	30
Papel	23
Outras matérias-primas	13

FORNECEDORES

Insumos (Processo Produtivo)

A Companhia adquire insumos junto a fornecedores variados. A tabela abaixo indica os dez maiores fornecedores da Companhia e o respectivo produto oferecido à Companhia.

Fornecedores	Produtos
Synteko Produtos Químicos	Resinas para MDP e revestimento
MD Papéis	Papel base para revestimento melamínico
Impress Decor	Papel " <i>finish foil</i> "
Schattdekor	Papel " <i>finish foil</i> "
Decorprint	Papel " <i>finish foil</i> "
Formiline	Laminado alta pressão
Isogama	Emulsão de parafina
Brasceras	Emulsão de parafina

Transporte

Para o transporte de madeira da área florestal em Minas Gerais até a unidade de Uberaba, a Companhia mantém contratos de longo prazo com empresas especializadas. A Companhia opera com diversas empresas de transporte para a entrega dos painéis de MDP fabricados por ela. Os serviços de transporte normalmente são contratados de acordo com o mercado *spot*, ou seja, sem compromisso de prestação de serviços por longo prazo.

No momento a Companhia estuda o desenvolvimento de soluções logísticas mais competitivas com ênfase ao uso do modal ferroviário no “site” industrial de Uberaba e do modal fluvial na unidade de Taquari. Neste último caso, o modal fluvial poderá viabilizar integração com o modal ferroviário através do acesso a portos com ferrovia.

Outros Insumos

Além das operações relevantes acima listadas, outro insumo relevante para o processo industrial da Companhia é a energia elétrica, fornecida pela CEMIG a ambas as unidades industriais, através de contrato de longo prazo na modalidade consumidor livre de energia. O contrato para fornecimento de energia para a unidade de Uberaba foi recentemente renovado por 5 anos em condições muito favoráveis.

POLÍTICA DE CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA E COBRANÇA

No tocante à inadimplência, a Companhia adota um conjunto de ações e políticas que visam preveni-la da inadimplência de seus clientes. Em 30 de junho de 2007, a Companhia possuía R\$9,1 milhões em pagamentos vencidos que estavam em processo de negociação com clientes. Ao longo do primeiro semestre de 2007, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$6,9 milhões em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações, nas quais era parte. A aprovação de crédito é feita após avaliação técnica com atribuição de limites associados a *rating*.

No mês de junho de 2007, o prazo médio de faturamento correspondeu a 24 dias. As situações de inadimplência são analisadas caso a caso. Para os casos em que é constatada situação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do devedor, a Companhia constitui provisão no valor integral do débito, incluindo as parcelas vincendas, exceto os casos em que existam garantias reais. Para os demais casos, os créditos são provisionados decorridos 180 dias do vencimento e sem solução é realizado procedimento de cobrança bancária, seguida de protesto e cobrança judicial. Simultaneamente à cobrança judicial, uma firma especializada contratada pela Companhia busca o recebimento do crédito extrajudicialmente. Em 30 de junho de 2007, o índice de inadimplência, representado pelo montante total em aberto dividido pelo faturamento total orçado para o ano, era de 1,4%.

SOCIEDADE CONTROLADA

Satipel Florestal Ltda.

A Companhia detém 99,99% do capital social total da Satipel Florestal Ltda., que desenvolve as seguintes atividades: (i) administração, participação e exploração de projetos próprios e de terceiros na área de florestamento e reflorestamento; (ii) comercialização e industrialização da madeira, carvão e resina; (iii) atividades agropecuárias em terras próprias e/ou de terceiros. Para informações mais detalhadas sobre eventos societários recentes da Companhia, ver item “Eventos Societários Recentes” na página 100 deste Prospecto.

PATENTES, MARCAS E LICENÇAS

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A Companhia é titular das seguintes marcas ou pedidos de registro de marcas (individualmente ou por meio de sua Controlada):

Empresa	Principais Marcas da Companhia	Natureza
Satipel Industrial S.A.	Arvorit	Mista
Satipel Industrial S.A.	Arvoplac	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Satipel	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Forroplac	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Arvoplac FC	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Multiform	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Multiform	Mista
Satipel Industrial S.A.	Satipel	Mista
Satipel Industrial S.A.	Batepronto	Mista
Satipel Industrial S.A.	Pratlit	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Pratlit	Mista
Satipel Industrial S.A.	Satipel A Matéria-prima dos Melhores Móveis	Mista
Satipel Industrial S.A.	MDF	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Satipel Minas	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	MDC	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Médium Density Chipboard	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	MDC-Medium Density Chipboard	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Wood Grain by Satipel	Nominativa
Satipel Industrial S.A.	Soft Touch by Satipel	Nominativa
Satipel Florestal Ltda.	Nova Monte Carmelo	Nominativa

A Companhia possui ainda no Brasil o registro do domínio “satipel.com.br”.

PROPRIEDADES, UNIDADES E EQUIPAMENTOS

A sede da Companhia está localizada em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, na Rua Bartolomeu Paes, nº 136.

A Companhia é proprietária dos imóveis onde se localizam suas unidades industriais e do terreno onde está sendo construída sua nova unidade de MDF em Uberaba, Minas Gerais. A tabela a seguir relaciona tais unidades e indica eventuais gravames constituídos sobre tais imóveis.

Local	Estado	Destinação	Gravames
Uberaba	MG	Unidade de MDP e, futuramente, de MDF	A unidade industrial de Uberaba é constituída por 50 matrículas sendo que a de nº 31.706 com área de 167.071 m ² encontra-se gravada com hipoteca a favor do BDMG.
Taquari	RS	Unidade de MDP	Hipoteca BNDES

Para maiores detalhes sobre os gravames existentes sobre os ativos da Companhia ver “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” na página 60 deste Prospecto

Além dos imóveis onde estão localizadas as suas unidades, a Companhia é proprietária das florestas plantadas em 61 mil hectares (44 mil hectares de efetivo plantio) de terras arrendadas de sua controladora Companhia Ligna de Investimentos. Para maiores detalhes sobre o contrato de arrendamento de terras ver “Operações com Partes Relacionadas” na página 127 deste Prospecto.

Incentivos Fiscais

Em 1999, quando da implantação da sua unidade de painéis de MDP em Uberaba-MG, a Companhia teve seu projeto enquadrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais na categoria dos projetos estruturantes, dada a dimensão do investimento realizado e sobretudo devido ao seu alto potencial de irradiação de renda e de emprego.

Em função disto, a Companhia foi contemplada por um conjunto de incentivos amparados nas legislações do Estado de Minas Gerais e do Município de Uberaba. O principal deles é o apoio do BDMG, que financia a Companhia com uma linha de capital de giro para repagamento a longo prazo (10 anos) e custo competitivo frente ao crédito de fomento de investimento do BNDES ou de organismos internacionais. O prazo de utilização desse financiamento é de 120 meses e vai até primeiro de maio de 2010. Estes incentivos foram ampliados em função da decisão de implantar a unidade de MDF ao lado da unidade incentivada de MDP em Uberaba-MG.

SEGUROS

A Companhia contrata uma apólice de seguro patrimonial com a Unibanco AIG Seguros e Previdência S.A., a qual assegura a cobertura de riscos decorrentes de incêndio, raio e explosão, danos elétricos, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestres, tumultos, greves, atos dolosos, roubo ou furto qualificado de bens, equipamentos arrendados ou cedido a terceiros, equipamentos eletrônicos, dentre outras. Este seguro também possui cobertura para lucro cessante. A Companhia possui, ainda, uma apólice de seguro de responsabilidade na modalidade Responsabilidade Civil Geral, contratada também com a Unibanco AIG Seguros. A Companhia mantém segurados todos os automóveis de sua frota.

Nos últimos três exercícios sociais (2004, 2005 e 2006), a Companhia pagou prêmios de seguros para coberturas dos riscos acima mencionados, nos montantes de R\$1,33 milhões, R\$1,19 milhões e R\$1,02 milhões, respectivamente.

A Satipel Florestal possui cobertura de 10 milhões, com a AGF Brasil Seguros, para os novos plantios realizados em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Finalmente, há determinados tipos de perdas e eventos, no entanto, que podem não estar cobertos pelas apólices acima mencionadas, tais como guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, entre outros. Se qualquer dos eventos não cobertos nos termos dos contratos de seguro vier a ocorrer, a Companhia poderá sofrer prejuízos.

PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL

A Companhia está comprometida com a qualidade dos seus produtos e serviços, com o objetivo de assegurar a satisfação dos clientes, manter a competitividade e o seu crescimento. A filosofia é a melhoria contínua dos seus processos. Essa política da qualidade é parte do Sistema de Gestão da Qualidade Total Satipel, sendo divulgada, entendida e praticada por todos os colaboradores.

Este sistema foi implementado a partir de 2001 e tem como base, os fundamentos do Gerenciamento pelas Diretrizes, metodologia de gestão desenvolvida pela Fundação de Desenvolvimento Gerencial adotada por grupos empresariais de destaque na economia brasileira (AMBEV, Gerdau, ALL, etc). Com o passar dos anos, incorporaram-se às certificações ISO e FSC – *Forest Stewardship Council* (Conselho de Manejo Florestal). Atualmente está em implantação o sistema do BSC (*Balanced Score Card*). Através deste sistema de qualidade, as diretrizes estratégicas da Companhia, são desdobradas em objetivos orçamentários e metas operacionais. O atingimento destas metas é acompanhado da mesma forma em todas as unidades e áreas da Companhia em base diária, semanal e mensal.

Certificação FSC (*Forest Stewardship Council*)

No começo de 2005, a Companhia conquistou a certificação FSC – *Forest Stewardship Council* (Conselho de Manejo Florestal) no manejo de suas florestas de Minas Gerais e na cadeia de custódia para a produção de painéis na sua unidade industrial de Uberaba. A certificação do manejo florestal atesta que a sua operação florestal foi avaliada de acordo com os princípios e critérios do FSC – *Forest Stewardship Council* (Conselho de Manejo Florestal), sendo considerada economicamente viável, ecologicamente correta e socialmente justa, e a certificação Cadeia de Custódia atesta o uso, na unidade industrial, de madeira proveniente de florestas certificadas.

Certificação ISO 9001:2000

As unidades industriais da Companhia são certificadas com a norma ISO 9001:2000 pelo *Det Norske Veritas* (DNV). O escopo da certificação abrange os processos de fabricação e desenvolvimento de painéis de MDP (com e sem revestimento) e componentes de madeira para móveis. A certificação ISO 9001:2000 é o reconhecimento ao empenho da Companhia em implementar um novo modelo de gestão da qualidade, com capacidade adequada de gerenciamento da performance dos processos direcionados aos clientes, buscando a introdução de ações permanentes de aperfeiçoamento, tendo como diretriz a sua própria política. A Companhia obteve ainda um registro denominado "esforço digno de nota", pelo trabalho de gerenciamento desenvolvido na organização, baseado em indicadores e metas.

EMPREGADOS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

A Companhia possui uma ativa política de recursos humanos que se baseia essencialmente nos seguintes pilares: (i) criação de uma cultura de alta performance; (ii) conquista de um excelente clima e ambiente de trabalho; (iii) desenvolvimento de lideranças; (iv) gestão por competência e remuneração variável; (v) comunicação e integração interna; e (vi) celebração dos resultados.

Adicionalmente, a implementação da estratégia de recursos humanos busca a proximidade entre os níveis hierárquicos da organização, com o estabelecimento de metas desafiadoras, uma gestão participativa e disciplinada, com o objetivo de fazer a Companhia exceder em qualidade, pontualidade, entrega, clima, bom ambiente de trabalho, segurança e redução de custos.

Quadro de pessoal

Em 30 de junho de 2007, o quadro de empregados da Companhia era composto por 805 colaboradores. O valor total da folha de pagamento da Companhia é de R\$1,6 milhão, referente ao mês de junho de 2007.

A tabela que se segue indica o número de colaboradores da Companhia nos anos de 2004 e 2005 e 2006, assim como no primeiro semestre de 2006 e 2007 e sua divisão em funções administrativas e operacionais:

	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2004	2005	2006
Administrativo	133	158	133	136	154
Operacional	605	647	515	557	610
Número total de colaboradores	738	805	648	693	764

Saúde e Segurança

A Companhia tem uma política formal de segurança do trabalho e saúde ocupacional, segundo a qual se compromete com o desenvolvimento e manutenção de uma cultura pró-ativa em segurança e medicina do trabalho em todas as suas atividades, tendo como princípio básico o respeito às pessoas, preservando sua saúde e integridade física, e definindo uma atitude prevencionista como compromisso de todos e condição básica para a satisfação e empregabilidade dos colaboradores, assim como para o crescimento da organização.

Participação nos Resultados

A Companhia possui um programa de participação nos resultados estendido a todos os seus colaboradores e vinculado ao EBITDA-Ajustado atingido pela Companhia no ano, bem como a outras métricas bem definidas e conhecidas por todos os empregados. No exercício social de 2006, foram distribuídos a todos os colaboradores da Companhia R\$1,1 milhão como participação nos resultados do ano de 2005. No exercício social de 2007, não houve distribuição a título de participação nos resultados referente ao ano de 2006, em função dos resultados de 2006 não terem atingido as metas estabelecidas para o período.

Plano de Previdência Privada

A Companhia oferece aos seus colaboradores um PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. O Plano está estruturado na modalidade de plano de contribuição definida e é calculado a partir do saldo acumulado nas contas individuais de contribuição, na data de sua concessão. Oferece os seguintes benefícios: (i) aposentadoria normal: elegibilidade para recebimento aos 60 anos de idade e cinco anos de Companhia; (ii) pecúlio por invalidez total e permanente: valor pago de uma só vez, ao participante que se invalidar durante a fase de acumulação para o benefício de aposentadoria; e (iii) pecúlio por morte: valor pago de uma só vez ao(s) beneficiário(s) do participante que vier a falecer durante a fase de acumulação para o benefício de aposentadoria.

Acordo Coletivo de Trabalho

Os acordos coletivos de trabalhos são renovados anualmente com os sindicatos dos trabalhadores das regiões em que a Companhia opera. Na gestão do atual do grupo controlador da Companhia (desde 1992), a Companhia nunca sofreu paralisações dos seus negócios em razão de greves.

Terceirização de Mão-de-Obra

Além das atividades exercidas pelos empregados da Companhia, a mesma terceiriza certos serviços que não estão relacionados com sua atividade-fim (tais como: segurança patrimonial, limpeza, jardinagem e alimentação), ou que envolvem atividades florestais especializadas (tais como silvicultura e colheita). Em 30 de junho de 2007, a Companhia possuía 148 contratos celebrados para prestação dos serviços indicados e cerca de 757 prestadores de serviços.

A Companhia adota rígido controle das empresas prestadoras de serviços, mantendo constante fiscalização em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte de tais empresas, razão pela qual foi possível, nos últimos

anos, reduzir o risco de reconhecimento judicial de vínculo empregatício direto com a Companhia.

PREMIAÇÕES OBTIDAS

A Companhia foi considerada pela Revista Isto é Dinheiro a “Melhor Empresa do Setor de Material de Construção e Decoração”, de 2005 e 2006 (“As 500 melhores empresas do Brasil”, Isto é Dinheiro n.º 419 e n.º 476, de setembro de 2005 e novembro de 2006, respectivamente).

A Companhia também foi classificada, em 2006, como uma das “150 Melhores Empresas para você trabalhar” (Revista Você S/A, de agosto de 2006).

Adicionalmente, o Presidente da Companhia recebeu as seguintes premiações:

- Principal Líder do Setor de Madeira & Móveis, outorgado pelo Fórum de Líderes da Gazeta Mercantil nos últimos quatro anos ; e
- Medalha JK (Presidente Juscelino Kubitschek), outorgada pelo Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, em 12 de Setembro de 2005.

CONTRATOS RELEVANTES

À exceção dos contratos descritos abaixo, a Companhia não é parte em quaisquer contratos que possam ser considerados relevantes.

Contrato de Fornecimento de Resina

Em 1º de maio de 2006, a Companhia celebrou com a Synteko Produtos Químicos, contrato de fornecimento de resinas para painéis de MDP e MDF. Por meio deste contrato a Synteko fornece resina para as unidades industriais de Uberaba e Taquari. O prazo do contrato é de três anos, encerrando em abril de 2009. Eventuais prorrogações deverão ser celebradas através de Termo Aditivo, e deverão ter prazo não inferior a 2 (dois) anos.

A Companhia realiza pagamentos dentro de 90 (noventa) dias a contar da emissão das faturas. O valor inicial previsto no contrato era de R\$888,05 por tonelada, para a fábrica de Uberaba e R\$1.041,65 por tonelada, para a fábrica de Taquari. Nos valores estão inclusos os tributos devidos, podendo ser reajustado com base na variação do custo das matérias-primas (metanol e melamina).

Contrato de Transporte de Madeira

A Companhia é parte em dois contratos de prestação de serviços de colheita e transporte de madeira, celebrados em 1º de maio de 2005 com a Atta Capiguara, e em 1º de maio de 2006, com a Transportadora Binotto. Ambos os contratos atendem a unidade florestal de Uberaba. O prazo dos contratos é de três anos, encerrando-se, respectivamente, em 30 de novembro de 2008 e 30 de abril de 2009, podendo ser renovado mediante um Termo Aditivo.

A Companhia realiza pagamentos mensais pela prestação de serviços e transporte pela Binotto. O valor inicial previsto nos contratos era de: (i) R\$15,18 por m³ para madeira de processo; (ii) R\$ 10,33 por m³ para madeira de energia; (iii) R\$18,21 para madeira de serraria com fator de 1,40 st/m³ (1,40 estéreos equivalente a 1m³); (iv) R\$13,02 por m³ para madeira de serraria como unidade de medida e pagamento; (v) R\$2,40 para operação de pátio na fábrica da Satipel em Uberaba, e (vi) R\$2,92 de 0 a 10 km para transporte de madeira de processo até a fábrica da Satipel em Uberaba conforme unidade de medida (m³). Os serviços de colheita e operação de pátio na fábrica da Satipel em Uberaba serão reajustados pelo INPC, IGPM e pelo óleo diesel e o serviço de transporte de madeira de processo até a fábrica da Satipel em Uberaba será reajustado pelo Dissídio da Binotto, IGPM, óleo diesel, pneus e manutenção.

A Companhia realiza pagamentos quinzenais para a Atta Capiguara, obedecidos os critérios de fechamento. O valor histórico da contraprestação dos serviços e do transporte era de: (i) R\$5,29 por m³ para o serviço de corte na modalidade raso; (ii) R\$7,00 por m³ para o serviço de corte na modalidade de desbaste; (iii) R\$6,18 por m³ para o serviço de baldeio; (iv) R\$2,17 por m³ para o serviço de carregamento, e (v) para o serviço de transporte, o preço será definido com base no local onde está sendo executada a colheita de madeira, variando de acordo com as distâncias dos talhões até a fábrica da Companhia. O reajuste será calculado com base em critérios de cálculo que contemplem as oscilações de custos de mão-de-obra, óleo diesel, peças, pneus e outros que vierem a interferir no custo total de cada operação.

Contrato de Prestação de Serviços de Sivicultura e Proteção Florestal

A Controladora celebrou com a Plantar, contrato de prestação de serviços de sivicultura e proteção florestal. Por meio deste contrato, a Plantar realiza serviços de reforma e manutenção florestal, em regime de empreitada global, em uma área de 1.820ha de propriedade do Acionista Controlador, localizada nos municípios de Araguari, Estrela do Sul, Indianópolis, Nova Ponte e Romaria, estado de Minas Gerais. O contrato foi celebrado pelo prazo de 22 meses, a contar de 1º de setembro de 2005, com término em 30 de junho de 2007, inclusive podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo.

O valor principal do presente contrato é R\$2,3 milhões, que deverá ser pago em 22 parcelas mensais. Adicionalmente o contrato estipula o valor de aproximadamente R\$2 milhões para a prestação de serviços, que será realizado em 8 parcelas mensais e consecutivas e, o valor de aproximadamente R\$0,4 milhões e R\$0,2 milhões à título de manutenção, que deverão ser pagos em 6 parcelas mensais e consecutivas, quando da realização das mesmas. Referidos valores serão reajustados de acordo com a variação do salário mínimo, do preço médio do óleo diesel e do IGPM da FGV.

Contrato de Fornecimento de Madeira

Em 12 de março de 2007, a Companhia celebrou com a Boise Cascade, contrato de fornecimento de madeira para a unidade industrial de Taquari. O prazo do contrato é certo e determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2008, impreterivelmente.

A Companhia paga a Boise Cascade o valor de R\$31,78 por m³, perfazendo o valor total estimado de R\$1,0 milhão. O referido pagamento será feito após 14 dias, contados do faturamento de cada medição, quando haverá a emissão da respectiva nota fiscal.

Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica

Em 06 de outubro de 2004, a Companhia celebrou com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, contrato de fornecimento de energia elétrica para as unidades industriais de Uberaba e Taquari. O prazo do contrato é de cinco anos a contar do dia 1º de janeiro de 2005, encerrando-se em 31 de dezembro de 2010, podendo ser renovado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, desde que haja prévia manifestação por qualquer das partes à outra, com 6 (seis) meses de antecedência.

A Companhia realiza pagamentos até o 10º dia após a emissão da nota fiscal fatura, sendo que o preço será determinado por megawatt-hora, doravante referido como preço líquido de energia, podendo ser reajustado com base na variação anual do IGPM.

Contrato de Arrendamento de Terras

Em 30 de abril de 2006, a Companhia e a sua controlada Satipel Florestal, cada uma de forma independente, celebraram com a Alanda Participações (posteriormente incorporada pela Companhia Ligna de Investimentos) contrato de arrendamento rural dos imóveis rurais das florestas de sua propriedade.

Ambos os contratos vigem a partir de sua assinatura até 16 de julho de 2036, sendo automaticamente renovados por mais 15 anos, salvo se a Companhia ou sua Controlada se opuserem com antecedência mínima de 5 anos.

O valor histórico mensal do arrendamento dos imóveis rurais é: (i) para o primeiro ano, R\$8,34 por hectare em ambos os contratos (ressalta-se que o primeiro ano é 2007, devido ao período de carência previsto no contrato); (ii) para o segundo ano (2008), a Companhia pagará R\$11,67 por hectare e, a sua Controlada pagará R\$12,50, por hectare; e (iii) a partir do terceiro ano, a Companhia pagará R\$15,00, por hectare, por mês e a sua Controlada pagará R\$ 16,67, por hectare.

Os valores acima apontados são os históricos e serão reajustados anualmente, a partir de julho de 2007, com base na variação anual do preço médio líquido do painel de MDP não revestido de 15mm de espessura.

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

A Companhia e sua controlada são parte em diversas ações judiciais e administrativas, nas esferas cível, tributária, previdenciária e trabalhista, bem como em determinados processos administrativos. Em 30 de junho de 2007, suas provisões para processos judiciais e administrativos eram de aproximadamente R\$5,84 milhões (R\$1,67 milhões em depósitos judiciais), dos quais R\$5,17 milhões relacionam-se a ações fiscais, R\$534 mil a ações trabalhistas e R\$137 mil a ações administrativas e a ações cíveis. A Companhia acredita que suas provisões para processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a perdas prováveis e possíveis.

A Companhia e sua controlada são parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação da Companhia, com base na opinião de seus advogados externos, levando em consideração seu histórico em processos de natureza semelhante, não apresentam risco provável e possível e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Fiscais

Em 30 de junho de 2007, a Companhia era ré em 35 ações tributárias e tinha um passivo fiscal total estimado em R\$8,9 milhões.

A principal questão e discussão fiscal em que a Companhia figura como parte trata do aproveitamento de crédito de IPI. A unidade de Uberaba ingressou com medida judicial visando o direito ao crédito de IPI quando da aquisição de matérias-primas e insumos. Aproveitamos o crédito no valor de R\$3,46 milhões, sendo que está constituída uma provisão para essa contingência, no valor de R\$5,17 milhões. Esta é a única ação fiscal na qual figuramos como parte, cujo montante em discussão encontra-se provisionado.

O valor remanescente está relacionado a diversas discussões judiciais, abaixo discriminadas:

- suspensão da exigibilidade da exigência de IRRF em operações de *hedge*;
- aproveitamento de crédito do IPI, decorrente de compras de matérias-primas e insumos realizados com alíquota zero, isenção, não tributado ou não tributado;
- suspensão da exigibilidade da Contribuição Social destinada ao INCRA;
- suspensão do crédito tributário referente ao Seguro Acidente do Trabalho – SAT;
- alegação de insuficiência no recolhimento do PIS;
- ressarcimento de valores correspondentes à totalidade dos empréstimos compulsórios pagos para a Eletrobrás, nas contas de consumo de energia elétrica, durante cinco anos;
- Ação Anulatória, visando tornar sem efeito a decisão proferida pela última esfera estadual administrativa, que indeferiu o crédito de ICMS extemporâneo, realizado pela Companhia em junho de 2002, com base nas aquisições de graxas, óleos e gás natural ou GLP a granel;
- alegação de que a Companhia sub-avaliou o valor da terra nua, nos exercícios de 1999, 2000 e 2002; e
- Auto de infração lavrado em razão de irregularidade apontada na DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais.

Cíveis, Administrativas e Ambientais

A Companhia é parte em 22 ações cíveis e uma ação ambiental, que representavam, em 30 de junho de 2007, um passivo estimado de R\$2,7 milhões. As principais ações envolvendo as Companhias referem-se às ações de indenização por acidente do trabalho, perdas e danos.

A Companhia é ré em uma Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal visando ao pagamento de multa a título de compensação pelos supostos danos causados ao pavimento das rodovias federais por onde trafegam veículos da Companhia, além da condenação em dano moral coletivo, em montante equivalente ao valor das multas devidas pelos veículos da Companhia que trafegaram com excesso de peso nos últimos cinco anos. A Companhia, com base na opinião de seus advogados externos, entende que a probabilidade de perda desta ação é remota.

A Companhia é ré, em conjunto com, e na qualidade de garantidora de cédulas de crédito bancário de seu Acionista Controlador, em ação de execução por quantia certa movida pelo Santos Credit Yield Fundo de Investimentos que pretende o recebimento de aproximadamente R\$14 milhões, referentes a tais cédulas de crédito bancário. A Companhia, com base na opinião de seus advogados externos, entende que a probabilidade de perda desta ação é remota.

Em 30 de junho de 2007, a provisão registrada para fazer face aos processos classificados pelos advogados externos sob risco provável perfazia o montante de 137 mil. O valor restante representava processos com classificação de risco remoto e possível.

Trabalhistas

Na esfera judicial, em 30 de junho de 2007, a Companhia era ré em 90 ações trabalhistas em andamento, das quais 16 são ações movidas por ex-empregados e 74 são movidas por prestadores de serviços e empregados de empresas terceirizadas.

Nas ações proposta por ex-empregados, os principais pedidos consistem em adicional de insalubridade e/ou periculosidade e horas extraordinárias, com seus respectivos reflexos. Nas ações propostas por empregados de empresas terceirizadas, os principais pedidos são de reconhecimento de vínculo direto com a Companhia, e pagamento das verbas rescisórias oriundas do contrato de trabalho mantido com a empresa terceirizada. As principais ações envolvendo a Companhia referem-se a ações de indenização por acidente do trabalho e/ou doença profissional.

Em 30 de junho de 2007, o potencial passivo trabalhista da Companhia perfazia R\$5,9 milhões. A Companhia, com base na opinião de seus advogados externos, entende que do potencial valor total envolvido no passivo trabalhista da Companhia, R\$534 mil representam risco de perda provável e possível e R\$5,37 milhões representam risco de perda remoto.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Companhia busca o melhor relacionamento junto às comunidades onde está presente, com o propósito de promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida, zelando pelo meio ambiente através do consumo sustentável, com respeito aos direitos sociais, humanos e dos consumidores. Consciente da importância de gerar inclusão social e combater a desigualdade, a Companhia desenvolve projetos sociais em parceria com prefeituras, sindicatos e outras entidades das comunidades, que visam propiciar oportunidades de aprendizagem.

A unidade florestal – a maior plantação em área contínua de pinus tropical do Brasil – mantém as áreas de reserva legal e preservação permanente previstas na legislação, assegurando a preservação da fauna e flora características da região, que inclui espécies em extinção.

A Companhia acredita que gerar valor nas dimensões econômica, ambiental e social é atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Responsabilidade Ambiental

Por meio de projetos, pesquisas e desenvolvimento de infra-estrutura, a Companhia persegue continuamente avanços na qualidade do meio ambiente e da comunidade, estabelecendo metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Programa de Educação Sócio-ambiental

O Programa de Educação Sócio-ambiental na unidade florestal (Fazenda Nova Monte Carmelo - MG) envolve a comunidade, colaboradores residentes na Fazenda e empresas terceirizadas, trabalhando a importância do papel de cada um nas relações individual, social e ambiental. Enquanto as empresas terceirizadas recebem treinamentos sobre o tema, os colaboradores residentes na Fazenda Monte Carmelo discutem temas ambientais escolhidos pela comunidade, com apresentações dinâmicas e vídeos didáticos. Os jovens da comunidade também tem atuação no programa “Nas Trilhas do Cerrado”, que oferece estudos, pesquisa e treinamento dos jovens para monitoria no programa de visitação à floresta.

Projeto Pegada Ecológica Brasil

Fruto do trabalho no Programa de Educação Sócio-ambiental, o projeto Pegada Ecológica Brasil promove ações junto à comunidade, avalia aspectos como moradia, alimentação, transporte, hábitos de consumo e utilização correta de resíduos. Com a proposta de promover a convivência consciente que a natureza precisa, garantindo a forma de vida da região, o Pegada Ecológica obteve importantes premiações: (i) Prêmio Super Ecologia 2004 da Revista Superinteressante na Categoria “Comunidades”, através do Programa Piloto da Satipel Florestal; (ii) Prêmio Exame “Meio Ambiente”; e (iii) Prêmio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Programa de Fomento Florestal

Criado em 2001, o Programa de Fomento Florestal da Companhia estimula a atividade econômica ao gerar alternativas de produção em áreas menos atrativas para atividades mais tradicionais, como agricultura e pecuária. Na outra ponta, a Companhia é favorecida com a maior oferta regional de madeira. Implantado nas regiões do Triângulo Mineiro e no Vale do Taquari (RS), o programa estabelece parcerias com produtores rurais independentes para o plantio de eucaliptos em propriedades dessas regiões.

O plantio sustentado de eucaliptos em terras ociosas traz uma série de benefícios diretos e indiretos ao meio ambiente. Ao utilizar a madeira proveniente de florestas plantadas de eucalipto, contribui-se para a preservação de árvores das florestas nativas. Ao contrário do que algumas pessoas pensam, está provado que o eucalipto não seca o solo, uma vez que o consumo de água das áreas plantadas com essa espécie é similar ao de outras culturas agrícolas e mesmo das florestas nativas.

Acidentes Ambientais

Não foram registrados acidentes ambientais na Companhia nos últimos 5 anos.

Responsabilidade Social

A responsabilidade social é considerada pela Companhia como uma estratégia de crescimento, comprometida com a ética e a qualidade de vida dos colaboradores, de suas famílias, da comunidade e da sociedade como um todo.

Projeto Formare

Com o objetivo de resgatar jovens de baixa renda (renda familiar inferior a 1,5 Salário Mínimo por mês) e em situação de risco social, através da educação profissionalizante, o Projeto Formare abre espaço para estes adolescentes carentes junto ao mundo empresarial. A Companhia aderiu a este projeto em 2002, implantando este importante trabalho de voluntariado e que já está na quinta turma. São de quinze a vinte jovens por ano em cada escola (Uberaba e Taquari) que passam o dia inteiro dentro da Companhia, recebendo reforço para as disciplinas do ensino fundamental, cuja frequência no período noturno é obrigatória, além de cursos teóricos e práticas de técnicas de fabricação e manuseio de painéis de madeira, inglês, empreendedorismo e gestão. Contam com benefícios como uma bolsa equivalente a 0,5 Salário Mínimo por mês, uniformes, material escolar, refeições, assistência social, médica, odontológica, psicológica, transporte, cesta básica e se formam com a qualificação técnica de operadores de processo de madeira.

Programas da Fubrae

Preocupada em atender os colaboradores que não concluíram seus estudos em nível fundamental e médio, a Companhia implementou, em 2001, os Programas de Educação em Gestão e Desenvolvimento Organizacional da Fubrae - Fundação Brasileira de Educação. Através de uma metodologia de ensino que respeita as condições de que cada um dispõe para estudar, os colaboradores podem se formar no seu próprio ritmo de aprendizagem, através de estudo autônomo e monitorado por professores.

A Companhia desenvolve outras ações sociais para incentivar tanto o aprendizado como o trabalho voluntariado entre todos os colaboradores, independentemente do nível hierárquico.

Escola Castelo Branco

A Companhia mantém uma escola de ensino fundamental em sua unidade florestal em Minas Gerais. Nesta escola estudam não só filhos de colaboradores da Companhia, mas também crianças das comunidades vizinhas.

ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia é administrada por seu Conselho de Administração e por sua Diretoria. O Estatuto Social prevê a constituição de um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O endereço comercial dos administradores da Companhia está localizado na Rua Bartolomeu Paes, 136, Vila Anastácio, São Paulo, SP, CEP 05092-000.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável pela formulação e monitoramento para implantação das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela designação e supervisão da gestão dos Diretores da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração é também responsável pela contratação dos auditores independentes. Todas as decisões do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes a qualquer reunião.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ter, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, devendo cada qual ser necessariamente acionista da Companhia, muito embora não exista um limite mínimo de participação acionária para tanto. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral, com mandato unificado de um exercício anual, considerando-se exercício anual o período compreendido entre duas Assembléias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por acionistas da Companhia reunidos em Assembléia Geral. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes. Os novos conselheiros deverão ainda subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

No mais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer assembléia de acionistas, ou ainda de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais estes tenham um conflito de interesses com a Companhia. Veja a seção “Descrição do Capital Social – Conselho de Administração”, na página 139 deste Prospecto.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia foram eleitos na Assembléia Geral realizada em 30 de abril de 2007.

Os conselheiros, Gilberto Sayão da Silva e Alessandro Monteiro Morgado Horta, são executivos do grupo econômico do Coordenador Líder e, como membros do Conselho de Administração da Companhia, recebem, e continuarão a receber após a Oferta, remuneração pelo exercício de suas funções nos mesmos termos e condições aplicáveis aos outros conselheiros. Em relação à presente Oferta, tais conselheiros não receberam qualquer tipo de remuneração do Coordenador Líder ou de seu predecessor.

Segue na tabela abaixo os nomes, idades, posições e data da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia:

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Posição</u>	<u>Data da Eleição</u>
Salo Davi Seibel	61	Presidente	30/04/2007
Hélio Seibel	54	Membro	30/04/2007
Oscar de Paula Bernardes Neto	60	Membro Independente	30/04/2007
Plínio Villares Musetti	53	Membro Independente	30/04/2007
Adalberto Calil	56	Membro	30/04/2007
Aurélio de Almeida Prado Cidade	57	Membro Independente	30/04/2007
Gilberto Sayão da Silva	37	Membro	30/04/2007
Alessandro Monteiro Morgado Horta	37	Membro	30/04/2007

Para uma descrição dos contratos ou outras obrigações relevantes existentes entre os administradores da Companhia e a Companhia, veja a Seção “Operações com Partes Relacionadas”, na página 127 deste Prospecto.

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos membros do Conselho de Administração da Companhia:

Salo Davi Seibel. (Presidente do Conselho de Administração). Engenheiro Industrial Metalúrgico formado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro) em 1967, com mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1968 e doutorado em Administração de Empresas e Economia Aplicada pela Universidade de Paris, em 1973. Foi professor das Faculdades de Engenharia das Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro (1969 e 1970), do COPPEAD – Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974) e da Escola de Engenharia Mauá (1975 a 1977). Atuou, cumulativamente, como: (i) Presidente do Conselho de Administração da Companhia Ligna de Investimentos (2003/2006); (ii) Membro do Conselho de Administração da Brasimet Comércio e Indústria S/A., o qual presidiu de 1986 a 2005; (iii) Presidente da ABIPA – Associação Brasileira das Indústrias de Painéis de Madeira (2003/2007); (iv) Fundador, ex-Presidente e Conselheiro do Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE (1994/1995); (v) Conselheiro da Fundação Bienal de São Paulo (1998/2006); (vi) ex-Diretor e Vice-Presidente da Associação Brasileira das Cias. Abertas – ABRASCA (1987/1993); (vii) ex-Conselheiro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – órgão do Conselho Monetário Nacional (1989/1992); e (viii) ex-Conselheiro da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (1988/1993). Atualmente, exerce cumulativamente os seguintes cargos: (i) Diretor Geral da Companhia Ligna de Investimentos; (ii) Presidente do Conselho de Administração da Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem; (iii) Conselheiro do CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; e, (iv) Conselheiro do IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Helio Seibel. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP, em 1975. Atualmente exerce, cumulativamente, os seguintes cargos: (i) Diretor Presidente da Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens Ltda.; (ii) Diretor Superintendente da Companhia Ligna de Investimentos; (iii) Membro do Conselho de Administração da Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem; (iv) Diretor da Espaço Negócios Imobiliários Ltda.; (v) Presidente do IDV – Instituto de Desenvolvimento do Varejo; e (vi) Presidente do Instituto Leo Madeiras (Terceiro Setor).

Oscar de Paula Bernardes Neto. Graduiu-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1969. Possui extensa experiência em gestão empresarial acumulada em mais de 30 anos de atuação profissional. É sócio diretor da Integra Associados Reestruturação Empresarial. É membro do Conselho de Administração de diversas empresas, entre Grupo Gerdau, Companhia Suzano de Papel e Celulose S.A., Rede Brasil Sul de Telecomunicações – RBS, São Paulo Alpargatas, Localiza, Delphi Corporation (EUA) e Johnson Electric (China). Atualmente é membro do Conselho Consultivo da Bunge Brasil, Alcoa Brasil e Veirano Associados. Anteriormente, atuou como Presidente do Conselho Consultivo da Telesystem International Wireless (TIW) no Brasil (de 1999 a 2003) e como Presidente da Bunge International (de 1994 a 1999), onde liderou diversos processos de fusão, aquisição e desinvestimento. Foi sócio-diretor da Booz-Allen & Hamilton, empresa onde atuou por 15 anos (de 1981 a 1996) e foi um dos responsáveis por sua consolidação e liderança no mercado de consultoria estratégica no Brasil. É membro ativo de diversas organizações, incluindo World President's Organization (WPO).

Plínio Villares Musetti. Formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 1976 e 1978 respectivamente. Participou do Program for Management Development, da Harvard Business School, em 1989. Iniciou sua carreira no Grupo Villares, em 1977, gerenciando projetos de expansão e posteriormente atuou durante nove anos na área financeira do grupo, até 1992. Foi Presidente da Elevadores Atlas S.A. (de 1992 a 1999) e da Elevadores Atlas Schindler S.A. (de 1999 a 2002), onde atualmente é membro do Conselho de Administração. Em 2002 associou-se ao JPMorgan Partners, braço de *private equity* do JPMorgan Chase & Co., tornando-se responsável pelas atividades do *private equity* no Brasil e América Latina. Atualmente é Presidente executivo da Vitopel do Brasil Ltda., maior empresa produtora de filmes de polipropileno biorintado da América Latina. Também é Membro do Conselho de Administração da Diagnósticos da América S.A..

Adalberto Calil. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, em 1973. Sócio fundador, em 1974, do escritório de advocacia Radi, Calil e Associados, com atuação predominante nas áreas do Direito Societário e Tributário. Assessor e Consultor Jurídico de empresas e grupos econômicos em diversos segmentos, tais como: químico, papel, florestal, transportes & logística, cerâmico e metalúrgico.

Aurélio de Almeida Prado Cidade. Graduado, no Brasil, em Administração de Empresas pela Escola Superior de Administração de Negócios, em 1972, com MBA pela Kellogg School of Management, Northwestern University, nos Estados Unidos, em 1976. É sócio da Axon Management, empresa dedicada à gestão patrimonial e à assessoria em estratégia empresarial. É presidente do Conselho de Administração do Grupo O Estado de São Paulo e da SV Holding (Grupo Souto Vidigal). Participa do Conselho de Administração da Brasmetal. Ingressou no grupo Louis Dreyfus em 1983, tendo sido Presidente e CEO para a América do Sul de Louis Dreyfus Manufacturing de 1990 a 2005. Foi responsável, em vários países,

por projetos empresariais em diversos segmentos, tais como, indústria química, petroquímica, florestal, moveleira, de navegação e de hotelaria, entre outras. Ao longo de mais de 30 anos de carreira, liderou inúmeras reestruturações estratégicas e organizacionais e conduziu projetos de investimentos, desinvestimentos, aquisições, fusões e *joint-ventures*.

Gilberto Sayão da Silva. Formado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, em 1992. Atualmente, é Managing Director do Banco UBS Pactual S.A., sendo responsável pela Gestão de Investimentos Alternativos do Banco. Anteriormente, foi Diretor Executivo e Acionista Controlador do Banco Pactual desde 1998, Iniciou a sua carreira no Banco Pactual na área de Sistemas Financeiros Computadorizados em 1993, e tornou-se sócio em 1995. Foi responsável pela gestão da PCP – Pactual Capital Partners Gestão de Recursos Ltda. e pelas Áreas de Atividades de Câmbio, Investimento e Finanças Corporativas, além de participar de todas decisões estratégicas e corporativas do Banco Pactual, através do Comitê Interno de Investimento. Atualmente, exerce também os cargos de Presidente do Conselho de Administração da PDG Realty S.A., membro do Conselho de Administração da Light S.A., Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, MMX Mineração e Metálicos S.A. e Equatorial Energia S.A..

Alessandro Monteiro Morgado Horta. Formado em Engenharia Eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, em 1992. Atualmente, é Managing Director do Banco UBS Pactual S.A., sendo responsável pela Gestão de Investimentos Imobiliários e *Private Equity* do Banco.. Anteriormente, foi Diretor Executivo do Banco Pactual e membro do Conselho de Administração, sendo o sócio responsável pelo Departamento de Investimentos em Renda Variável e *Merchant Banking*, e também responsável pela Área de Administração e Operações (Operações, Jurídico, *Compliance*, Controladores, Contadores, Impostos, TI, *Corporate Services* e RH). Antes de seu ingresso no Banco Pactual, foi sócio do Banco Icatu de 1998 a 2001, responsável pelas atividades de Investimentos *Merchant Bank*., De 1997 a 1998, trabalhou como *trader* de renda variável do Banco CSFB Garantia. De 1994 a 1997, foi administrador de recursos no Opportunity Asset Management. De 1991 a 1994, trabalhou como *trader* de renda variável e de renda fixa e analista de investimentos imobiliários no Banco Icatu. Possui mais de 14 anos de experiência em *trading*, finanças corporativas, mercado de capitais, análise financeira e investimentos de *Private Equity*. Atualmente, exerce os cargos de membro do Conselho de Administração da Light S.A., da Equatorial Energia S.A., da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, da Intesa S.A. e da PDG Realty S.A.

DIRETORIA

Os Diretores da Companhia são seus representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana da Companhia e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos membros do Conselho de Administração poderão ocupar cargo na Diretoria. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição e podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos.

O Estatuto Social da Companhia dispõe que a Diretoria será composta de, no mínimo, 4 (quatro) membros, e no máximo, 8 (oito) membros, com as seguintes designações: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro, Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Vice-Presidente de Operações, Diretor de Recursos Humanos e Diretor sem designação específica. Adicionalmente um diretor cumulará a função de relações com investidores. De acordo com as regras do Novo Mercado, os novos diretores deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, a Diretoria da Companhia é formada por 5 (cinco) membros, eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2006, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria de Relações com Investidores está localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bartolomeu Paes, 136 – 2º andar. O responsável por esta Diretoria é o Sr. Laércio K. S. Lessa, eleito na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de julho de 2007. O telefone do departamento de acionistas da Companhia é (11) 3646-4600, o fac-símile é (11) 3646-4625 e o endereço de correio eletrônico ri@satipel.com.br.

Abaixo, seguem os nomes, idades, posições e ano de eleição dos atuais membros da Diretoria da Companhia:

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Posição</u>	<u>Data da Eleição</u>
Salo Davi Seibel	61	Diretor Presidente	30/04/2006
Mauro Pini França	47	Diretor Vice-Presidente de Operações	30/04/2006
Roberto Szachnowicz	39	Diretor Vice-Presidente Comercial	30/04/2006
Laércio Kitosato de Souza Lessa	47	Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores	30/04/2006 e 23/07/2007
Andréa Seibel C. Ferreira	31	Diretora de Recursos Humanos	30/04/2006

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos Diretores da Companhia (com exceção dos Diretores que são membros do Conselho de Administração):

Salo Davi Seibel. É Diretor Presidente da Companhia. Para informações, ver item “Conselho de Administração” na página 120 deste Prospecto.

Mauro Pini França. Diretor Vice-Presidente de Operações da Companhia. Formado em Engenharia Química pela Escola Politécnica da USP em 1981, com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas em 2000. Iniciou sua carreira na área industrial do Grupo Solvay em 1982, onde atuou durante 15 anos na unidade fabril da empresa no Brasil e quatro anos na matriz na Bélgica. Está na Companhia desde 1999, sendo seu Diretor Vice-Presidente de Operações desde novembro de 2001.

Roberto Szachnowicz. Diretor Vice-Presidente Comercial da Companhia. Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP em 1990, com Mestrado em Administração de Empresas na FEA-USP, em 1992 e MBA no INSEAD – França, em 1996. Iniciou sua carreira na área financeira da Unilever (de 1990 a 1994). Desenvolveu sua carreira atuando nas áreas administrativa e comercial de empresas industriais como a francesa Louis Vuitton Moët Hennessy (de 1996 a 1997) e a brasileira TIGRE (de 1997 a 2001). Atua como Vice-Presidente Comercial da Companhia desde 2001.

Laércio Kitosato de Souza Lessa. Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e acumula a função de Relações com Investidores da Companhia. Graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP em 1983, tem pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas - FGV-SP, em 1987. Iniciou sua carreira em instituições financeiras nas áreas de gestão de risco e de desenvolvimento de negócios. Depois assumiu posições na gestão financeira de grandes empresas nacionais como Coopersucar / União (de 1985 a 1989), Grupo Tupy (Holding Plásticos) (1989) e Tubos Tigre (de 1994 e 1995), além de multinacionais como Grupo Amanco (de 1990 a 1994) e Shiseido (1996). Atua na Companhia há 11 anos tendo ocupado até 2001 a posição de Diretor Financeiro.

Andréa Seibel C. Ferreira. Diretora de Recursos Humanos da Companhia. Advogada formada pela PUC em 1999 e com MBA pela Fundação Dom Cabral em 2006. Iniciou a sua carreira profissional em agosto de 1999, como estagiária do Unibanco, onde permaneceu até outubro de 2003, como advogada. Ingressou na Companhia, em 2003, como Gerente Jurídica, tornando-se Diretora de Recursos Humanos em 2005.

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, como descrito abaixo. Atualmente, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado.

Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número. Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselho fiscal. Os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias, com mandato até a primeira Assembléia Geral Ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2% do capital social votante dependendo do capital social da Companhia, nos termos da Instrução nº 324, de 19 de janeiro de 2000 da CVM. Adicionalmente, os acionistas minoritários

que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias têm direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal e seu suplente, e os demais acionistas poderão eleger um membro a mais que o número total de membros eleitos pelos minoritários.

O Conselho Fiscal não pode ter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de colaboradores de uma controlada ou de uma empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente até o terceiro grau de administrador da Companhia. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10% da média da remuneração paga aos Diretores, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

TITULARIDADE DE AÇÕES

A tabela abaixo indica o número de ações detidas diretamente e indiretamente pelos membros da Administração da Companhia na data deste Prospecto.

Nome	Número de Ações	% do capital social
Salo Davi Seibel	36.175.341	39,30
Hélio Seibel	36.175.341	39,30
Andréa Seibel C. Ferreira	5.250.000	5,70
Oscar de Paula Bernardes Neto	1	0,0
Plínio Villares Musetti	1	0,0
Adalberto Calil	1	0,0
Aurélio de Almeida Prado Cidade	1	0,0
Gilberto Sayão da Silva	1	1.533.032
Alessandro Monteiro Morgado Horta	1	0,0

REMUNERAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas da Companhia, em Assembléia Geral Ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, a remuneração global dos membros da Administração da Companhia totalizou R\$1,8 milhões. A Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2007 fixou a remuneração global anual dos administradores no valor de até R\$ 2,15 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, os administradores não receberam qualquer remuneração advinda de um plano de opção de compra de ações.

RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE OS ADMINISTRADORES, BEM COMO ENTRE OS ADMINISTRADORES E O ACIONISTAS CONTROLADOR DA COMPANHIA

O Sr. Salo Davi Seibel é irmão do Sr. Helio Seibel, pai da Sra. Andrea Seibel C. Ferreira e tio de Alex Laserna Seibel.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia não possui plano de opção de compra de ações nesta data. Não obstante, a Companhia e seu Acionista Controlador pretendem adotar um plano de opção de compra de ações para seus executivos, com o objetivo de alinhar os interesses e objetivos de tais executivos com as estratégias e resultados esperados pela Companhia.

Contratos ou Outras Obrigações Relevantes Existentes entre os Administradores e a Companhia

Na data deste Prospecto, não existia qualquer contrato ou obrigação relevante entre a Companhia e seus administradores.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES

PRINCIPAIS ACIONISTAS

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. A tabela seguinte contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações de emissão da Companhia, na data deste Prospecto Preliminar e após a conclusão da Oferta sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares.

Acionistas	Na data deste Prospecto		Após a Oferta Pública	
	Ações	(%)	Ações	(%)
Companhia Ligna de Investimentos	68.263.484	74,2	67.342.921	62,1
FIP - Fundo de Inv em Participações Indl	9.205.630	10,00	0	0,0
Andréa Seibel C. Ferreira	5.250.000	5,7	5.250.000	4,8
Alex Laserna Seibel	5.250.000	5,7	5.250.000	4,8
Outros	4.087.204	4,4	30.606.840	28,2
Total	92.056.318	100,0	108.449.761	100,00

ACORDO DE ACIONISTAS

Em 24 de novembro de 2006, todos os atuais acionistas da Companhia celebraram acordo de acionistas com prazo de vigência de 15 anos ou até a data da primeira Oferta Pública de distribuição de ações da Companhia.

O acordo concede aos acionistas direito de preferência para a compra de ações, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos acionistas no capital social da Companhia, no caso de alienação privada de ações a terceiros ou a outros acionistas. Os signatários do acordo possuem ainda o direito de aderir à venda privada efetuada por outro acionista a terceiros ou a outros acionistas sob os mesmos termos e condições.

Adicionalmente, os atuais acionistas, com exceção do FIP, têm o direito de exigir que o FIP aliene suas ações, sob os mesmos termos e condições, no caso de recebimento de uma oferta de terceiros (*drag along*). Neste caso, o FIP poderá (i) vender suas ações nos termos do *drag along*; ou (ii) exercer uma opção de venda da totalidade de suas ações aos demais acionistas, que terão a obrigatoriedade de adquiri-la a um preço por ação mínimo equivalente ao investimento realizado pelo FIP.

ACIONISTAS VENDEDORES

Os Acionistas Vendedores da Oferta são:

Salo Davi Seibel

Brasileiro, separado judicialmente, empresário, com endereço comercial na Rua Bartolomeu Paes, 136, São Paulo, São Paulo, detendo 2,2% do capital social da Companhia.

Helio Seibel.

Brasileiro, divorciado, empresário, com endereço comercial na Rua Bartolomeu Paes, 136, São Paulo, São Paulo, detendo 2,2% do capital social da Companhia.

FIP

O FIP é um fundo de investimento em participações, administrado e gerido por UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. – DTVM e UBS Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda., com sede na Praia de Botafogo, 300, 10º andar.

Na data deste Prospecto, o Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado PCP Brasil (“FIC PCP”) detém 79% das cotas do FIP e a sociedade Redwood International LLC, controlada individualmente pelo Sr. Bernard Denis Bijaoui, detém 20% das cotas do FIP.

O FIC PCP tem como cotistas um total de (a) 69 pessoas físicas, todas elas sendo ex-sócios do Banco Pactual S.A., e, atualmente, a maioria delas são ainda empregadas ou administradoras do Coordenador Líder e/ou de sociedades pertencentes

ao grupo econômico deste; e (b) uma pessoa jurídica. Apenas os Srs. Gilberto Sayão da Silva e André Santos Esteves detêm mais de 5% das cotas do FIP PCP, detendo 21,08% e 22,94% das suas cotas, respectivamente.

Companhia Ligna de Investimentos

A Companhia Ligna de Investimentos é uma *holding* de investimentos, controlada pelos senhores Salo Davi Seibel e Helio Seibel, detentora das ações do bloco de controle da Companhia e de participações em outras empresas, tais como a Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens Ltda., Novo Espaço Empreendimentos e Participações Ltda. e Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem. A Companhia Ligna de Investimentos detém 74,2% do capital social da Companhia.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Relacionamento Comercial

Durante os exercícios de 2004, 2005, 2006 e durante os seis primeiros meses de 2007, a Companhia forneceu a preços de mercado (entre R\$600/m³ e R\$1.500/m³, aproximadamente) painéis de madeira e componentes para as empresas Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens Ltda, controlada da Companhia Ligna de Investimentos, e Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem, onde a Companhia Ligna de Investimentos possui participação minoritária. Os volumes de comercialização para tais empresas não excederam a 3% do faturamento total da Companhia em nenhum destes períodos. Os valores totais desta comercialização, em 2004, 2005, 2006 e durante os seis primeiros meses de 2007, foram de R\$10,4 milhões, R\$10,9 milhões, R\$13,0 milhões e R\$8,1 milhões, respectivamente.

A Companhia mantém em vigor relacionamento comercial e pretende continuar fornecendo seus produtos para tais empresas em condições de mercado.

Aval

Em 30 de junho de 2006, a Companhia figurava como avalista de seu Acionista Controlador, Companhia Ligna de Investimentos, na operação de capital de giro de longo prazo com o Banco Pactual S.A., no valor de R\$ 39,6 milhões, remunerada à taxa de CDI+1,25% a.a., com vencimento em 2009. O Coordenador Líder desta Oferta, é sucessor do Banco Pactual S.A. A Companhia não recebe remuneração pela concessão de tal aval. No caso de inadimplência da Companhia Ligna de Investimentos, o credor poderá exigir da Companhia o cumprimento de suas obrigações, e, neste caso, a Companhia terá direito de regresso contra a Companhia Ligna de Investimentos.

Contrato de Arrendamento de Terras

Após a cisão dos ativos da Companhia, realizada em 30 de abril de 2006, a Companhia Ligna de Investimentos (por intermédio de sua subsidiária), passou a ser a detentora das terras nas quais estão localizadas as florestas da Companhia. O uso das terras arrendadas é regido por um contrato de arrendamento, no qual a Companhia figura como titular das florestas e arrendatária das terras.

O contrato tem prazo de validade de 30 anos. O valor do arrendamento das terras acordado, em linha com as condições de mercado da região, foi de R\$0,0 em 2006 (devido ao período de carência previsto no contrato), R\$100/hectare em 2007, R\$150/hectare para 2008 e R\$200/hectare de 2009 em diante, sendo reajustado anualmente na primeira quinzena de janeiro, com base na variação anual do preço médio do painel de MDP não revestido de 15 mm de espessura. O equilíbrio econômico do valor do arrendamento será objeto de revisão no 15º ano de vigência do contrato. No primeiro semestre de 2007 as despesas acumuladas com arrendamento totalizaram R\$3,0 milhões equivalentes a 1,5 % da receita operacional líquida da Companhia do período.

O contrato de arrendamento está disponível para consulta na sede da Companhia, Rua Bartolomeu Paes, 136, Vila Anastácio, São Paulo, São Paulo.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO E OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

GERAL

Atualmente, não existe um mercado de negociação para as Ações Ordinárias da Companhia. Dessa forma, a Companhia não pode oferecer qualquer garantia de que um mercado líquido e ativo para as Ações Ordinárias se desenvolverá, nem que, após a Oferta, as Ações Ordinárias serão negociadas, no mercado, por um preço igual ou superior ao Preço por Ação estabelecido para esta Oferta. A Companhia solicitou o registro para que as Ações fossem listadas para negociação no Novo Mercado sob o símbolo “SATI3”.

A Companhia celebrou um “Contrato de Participação no Novo Mercado” com a BOVESPA, cuja eficácia somente terá início no dia seguinte à data da publicação do Anúncio de Início, pelo qual a Companhia comprometeu-se a observar todas as exigências relativas a práticas de governança corporativa diferenciadas estabelecidas pela BOVESPA, com o objetivo de atender os requisitos necessários para a listagem das Ações no segmento Novo Mercado. As Ações Ordinárias serão negociadas na BOVESPA sob o ISIN nº BRSATIACNOR0.

NEGOCIAÇÃO NA BOVESPA

Em maio de 2000, a BOVESPA foi reorganizada por meio da assinatura de memorandos de entendimentos entre as bolsas de valores brasileiras. Essa organização teve por objetivo fortalecer a liquidez e aumentar a competitividade do mercado acionário nacional, bem como reduzir os custos das bolsas de valores regionais. De acordo com estes memorandos, a BOVESPA passou a concentrar toda a negociação com valores mobiliários, referentes à renda variável.

A BOVESPA é uma associação civil sem fins lucrativos com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo que seu capital é de titularidade das corretoras-membro. A negociação na BOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. As negociações ocorrem das 10:00h às 17:00h, ou entre 11:00h e 18:00h em algumas ocasiões durante o período de horário de verão dos Estados Unidos, em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. A BOVESPA também permite negociações das 17:45h às 19:00h, ou entre 18:45h e 19:30h durante o período de horário de verão no Brasil, por um sistema online denominado “after market”, que consiste na sessão noturna de negociação eletrônica conectado a corretoras tradicionais e a corretoras que operam pela internet. As negociações no after market estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelas corretoras que operam pela internet.

Quando investidores negociam ações na BOVESPA, a liquidação física e financeira acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à CBLC na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio das instalações da CBLC.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice BOVESPA, a BOVESPA adotou um sistema “circuit breaker” de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

Em 28 de agosto de 2007, a Companhia celebrou um Contrato Participação no Novo Mercado, com a BOVESPA, por meio do qual se tornou uma companhia listada no Novo Mercado da BOVESPA, cuja eficácia somente terá início no dia seguinte à data da publicação do Anúncio de Início.

REGULAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Compete à CVM regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais brasileiro, nos termos da Lei de Mercado de Capitais e da Lei das Sociedades por Ações. Compete ao CMN e ao Banco Central regular e fiscalizar as atividades da CVM, conceder autorização para constituição e funcionamento de corretoras de títulos e valores mobiliários, e regular os investimentos estrangeiros e as operações de câmbio, conforme disposto na Lei do Mercado de Capitais e na Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Estas leis em conjunto com outras normas e regulamentos, entre outros, determinam os requisitos de divulgação de informações aplicáveis a emissoras de valores mobiliários publicamente negociados, as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço, a proteção de acionistas minoritários, os procedimentos para o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores brasileiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta (e listada) ou fechada (e não listada). Todas as companhias listadas estão registradas na CVM e ficam sujeitas a obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer fatos relevantes. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na BOVESPA ou no mercado de balcão brasileiro. Ações de companhias listadas na BOVESPA não podem ser negociadas simultaneamente no mercado de balcão brasileiro. A operação no mercado de balcão consiste em negociações entre pessoas, fora da bolsa de valores, com a intermediação de instituição financeira autorizada pela CVM. Nenhuma licença especial, além de registro na CVM (e, no caso de mercados de balcão organizados, no mercado de balcão pertinente), é necessária para que os valores mobiliários de companhia aberta possam ser negociados no mercado de balcão. Para ser listada na BOVESPA, uma companhia deve requerer o registro à BOVESPA e à CVM.

A negociação de valores mobiliários na BOVESPA pode ser interrompida mediante solicitação de uma companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BOVESPA ou da CVM, com base em ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela BOVESPA.

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, e deve ser analisada conjuntamente com as Seções “Descrição do Capital Social”, “Administração” e “Informação sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos”.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

O Novo Mercado é um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

A BOVESPA possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível I, Nível II, e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. Dentre os referidos níveis, o Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa a serem adotadas pela sociedade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo 5 membros, dos quais, no mínimo, 20% deverão ser conselheiros independentes, eleitos pela Assembléia Geral. Todos os novos membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do referido Termo de Anuência, os Administradores da Companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ter, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral de acionistas com mandato unificado de um exercício anual, considerando-se exercício anual o período compreendido entre duas Assembléias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por acionistas da Companhia reunidos em Assembléia Geral. Na Assembléia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição do Conselho de Administração, tendo em vista o término de seu mandato, os acionistas deverão fixar o número efetivo de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato. Ver “Administração – Conselho de Administração” e “Descrição do Capital Social – Conselho de Administração”, respectivamente nas páginas 120 e 139 deste Prospecto.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal, por meio do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado, responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas titulares de quantidade suficiente de ações. Atualmente, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado. Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal que não tenham sido membros da sua composição após no período subsequente à última Assembléia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 5 dias de antecedência em relação à data Assembléia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

DISPERSÃO ACIONÁRIA EM DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a Companhia deverá envidar melhores esforços com o fim de alcançar dispersão acionária, com adoção de procedimentos especiais, como, por exemplo, garantia de acesso a todos os investidores interessados ou a distribuição a pessoas físicas ou investidores não institucionais de, no mínimo, 10% do total a ser distribuído.

PERCENTUAL MÍNIMO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO APÓS AUMENTO DE CAPITAL

O Regulamento do Novo Mercado estabelece que na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista controlador obrigará o acionista controlador a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, de 25% das ações do capital social da Companhia nos seis meses subseqüentes à homologação da subscrição.

ALIENAÇÃO DO CONTROLE

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar uma oferta pública de aquisição aos outros acionistas da Companhia, observando os termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de controle da Companhia.

Esta oferta ainda será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, em que venha resultar na alienação do controle da Companhia, e em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentos que comprovem esse valor.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o poder de controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública no modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subseqüentes à aquisição do controle.

NEGOCIAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS E SEUS DERIVADOS POR ACIONISTAS CONTROLADORES

O acionista controlador fica obrigado a comunicar à BOVESPA, imediatamente após a aquisição do poder de controle, acerca da quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Ainda segundo as regras do Novo Mercado, qualquer negociação efetuada com esses valores mobiliários deverá ser comunicada à BOVESPA no prazo de 10 dias após o término do mês em que se verificar a negociação. Ver “Descrição do Capital Social – Restrições à realização de determinadas operações por acionistas controladores, conselheiros e diretores” na página 144 deste Prospecto.

CANCELAMENTO DE REGISTRO DA COMPANHIA

Conforme as regras do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia, o cancelamento do registro de companhia aberta exigirá a elaboração de laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada e satisfazendo os requisitos da lei, de suas ações pelo valor econômico. Esta empresa especializada será escolhida em Assembléia Geral, tendo seus custos suportados pelo ofertante.

O valor econômico das ações, apontados no laudo de avaliação, será o preço mínimo a ser ofertado na oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta. No demais, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente e pelas normas editadas pela CVM, respeitados os preceitos contidos no Regulamento do Novo Mercado. Ver “Descrição do Capital Social - Cancelamento de Registro de Companhia Aberta” na página 145 deste Prospecto.

SAÍDA DO NOVO MERCADO

É permitido à Companhia sair a qualquer tempo do Novo Mercado, desde que a saída seja aprovada em Assembléia Geral, e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 dias. Esta saída não implica a perda da condição de companhia aberta registrada na BOVESPA.

Quando a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer para que os valores mobiliários emitidos pela Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo elaborado por instituição ou empresa especializada de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado, respeitadas as normas legais e regulamentares.

Quando a saída do Novo Mercado ocorrer (i) para que as ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em razão da reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado de acordo com os requisitos previstos acima.

Caso o controle da Companhia seja alienado nos 12 meses subsequentes à saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o adquirente do controle deverão, conjunta e solidariamente, oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço e condições obtidas pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado. Ademais, se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada, o acionista controlador alienante e o adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública.

Após a saída do Novo Mercado, os valores mobiliários da Companhia não poderão retornar a ser listados no Novo Mercado por um período mínimo de dois anos contados da data em que tiver sido formalizado o desligamento, salvo se a Companhia tiver o seu controle acionário alienado após a formalização de sua saída do Novo Mercado.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO

A Companhia possui ainda, conforme a Instrução CVM nº 358/02, uma Política de Divulgação de Informações do Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado no jornal, etc.).

A Companhia prevê algumas hipóteses de exceção à imediata divulgação de informação relevante, dentre elas, se a revelação de referida informação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Todas as pessoas vinculadas (os acionistas controladores da Companhia, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e outros colaboradores da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Informações do Mercado, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da

aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

INFORMAÇÕES PERIÓDICAS

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem, obrigatoriamente, incluir, demonstrações de fluxos de caixa a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Ver “Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas”, na página 147 deste Prospecto.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado a Companhia deverá começar a apresentar essas informações no prazo máximo de seis meses contados da data da obtenção da autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado.

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Novo Mercado que após o encerramento de cada exercício social a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, quando aplicável, de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, em reais ou em dólares americanos, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício social segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS). Ver “Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas” na página 147 deste Prospecto.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado a adoção destes critérios deve ocorrer, no máximo, a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção, pela Companhia, de autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado.

Informações Trimestrais em Inglês ou elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais

A Companhia deverá apresentar a íntegra das Informações Trimestrais (ITR) traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, quando aplicável, de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, mencionados acima. Ver “Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais” na página 148 deste Prospecto.

Esta apresentação de informações deverá ser acompanhada de parecer ou de relatório de revisão especial dos Auditores Independentes e deverá ocorrer a partir da divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais US GAAP ou IFRS.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

O Regulamento do Novo Mercado estipula algumas informações complementares que deverão conter no ITR. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do resultado consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detive mais de 5% do capital social da Companhia, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia

de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória. Adicionalmente, este item (vii) deve ser inserido também no DFP – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado a Companhia deverá começar a apresentar as informações referentes ao item (i) acima no prazo máximo de seis meses contados da data da obtenção da autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado.

Requisitos adicionais para as Informações Anuais - IAN

São também requisitos do Novo Mercado a inclusão dos itens (iii), (iv), e (vii) do tópico “Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais” nas Informações Anuais da Companhia no quadro “Outras Informações Consideradas Importantes Para um Melhor Entendimento da Companhia”. Ver “Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais” na página 148 deste Prospecto.

REUNIÃO PÚBLICA COM ANALISTAS

O Regulamento do Novo Mercado estipula que pelo menos uma vez ao ano, a Companhia deve realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

CALENDÁRIO ANUAL

O Novo Mercado determina que as companhias e os administradores devem enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre a Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA.

CONTRATOS COM O MESMO GRUPO

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200 mil, ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia. Ver “Operações com Partes Relacionadas” na página 127 deste Prospecto.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

GERAL

Segue abaixo sumário descritivo de algumas disposições do Estatuto Social da Companhia, da Lei das Sociedades por Ações, e das regras da CVM e do Novo Mercado referentes ao capital social da Companhia, administração, informações periódicas e eventuais, bem como de outros aspectos societários que se aplicam à Companhia.

Este sumário não é exaustivo com relação a qualquer dos assuntos aqui tratados, descrevendo em linhas gerais algumas disposições do Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, das regras da CVM e do Novo Mercado.

A partir da admissão das ações de emissão da Companhia para negociação no segmento Novo Mercado da BOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou com direito de voto restrito. Por este motivo, esta seção não abordará os direitos dos titulares de ações preferenciais.

A Companhia celebrou com a BOVESPA o Contrato de Participação no Novo Mercado, cuja eficácia somente terá início no dia seguinte à data da publicação do Anúncio de Início, pelo qual deverá cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado.

Atualmente, a Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída de acordo com as leis do Brasil, cuja sede está localizada na Rua Bartolomeu Paes, nº 136, 2º andar. Os atos societários de constituição da Companhia estão devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.154.410. Após a concessão dos registros de companhia aberta e da Oferta pela CVM, a Companhia será uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras.

CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia era de R\$116.692.628,55, dividido em 92.056.318 ações ordinárias, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 23.014.079 ações. Os acionistas da Companhia deverão aprovar em assembléia geral qualquer aumento de capital que exceda o limite autorizado. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais nem partes beneficiárias.

Histórico do Capital Social

Em 31 de dezembro de 2004 e em 30 de novembro de 2005 o capital social da Companhia era de R\$154,9 milhões.

Em 30 de abril de 2006 o capital social da Companhia passou de R\$154,9 milhões para R\$ 96,9 milhões, em função da cisão de ativos por meio da qual a Companhia deixou de ser proprietária das terras em que suas florestas estão plantadas. Para maiores detalhes sobre o contrato de arrendamento de terras ver “Atividades da Companhia – Contratos Relevantes” e “Operações com Partes Relacionadas”, respectivamente nas páginas 114 e 127 deste Prospecto.

Em 24 de novembro de 2006, a Companhia recebeu um aporte de capital de R\$70,0 milhões, dos quais aproximadamente R\$50,3 milhões foram pagos a título de ágio (destinado à constituição de reserva de capital), elevando seu capital social para R\$ 116,7 milhões. Tal aporte foi realizado por um novo acionista, o FIP – Fundo de Investimento em Participações Industrial, como parte do processo de estruturação do “funding” para o investimento na unidade de MDF. Para maiores detalhes sobre o aporte de capital pelo FIP ver “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Contas Patrimoniais”, “Atividades da Companhia – Eventos Societários Recentes” e “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores”, respectivamente nas páginas 72, 100 e 125 deste Prospecto.

Até a data deste Prospecto, o capital social da Companhia permaneceu inalterado, no valor de R\$116.692.628,55, dividido em 92.056.318 ações ordinárias, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para melhor compreensão da evolução do capital social da Companhia, apresentamos abaixo quadro descritivo dos eventos expostos acima:

Data	Evento	Valor do Capital Social (em milhões de R\$)	
		Antes do Evento	Depois do Evento
31.12.2004	N/A	R\$154,9	R\$154,9
31.12.2005	N/A	R\$154,9	R\$154,9
30.04.2006	AGE	R\$154,9	R\$ 96,9
24.11.2006	AGE	R\$ 96,9	R\$ 116,7
30.12.2006	N/A	R\$ 116,7	R\$ 116,7
31.06.2007	N/A	R\$ 116,7	R\$ 116,7

OBJETO SOCIAL

O objeto social da Companhia consiste na indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, em quaisquer de suas formas e finalidades, e produtos e subprodutos correlatos ou afins; na indústria extrativa de transformação e beneficiamento de madeira; no florestamento e reflorestamento em terras próprias ou de terceiros; e na participação em outras empresas, como quotista ou acionista.

DIREITOS DAS AÇÕES ORDINÁRIAS

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembléias gerais ordinárias e extraordinárias. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações sem direito a voto ou com direito de voto restrito. Além disso, de acordo com o Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações ordinárias direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações ordinárias, na proporção de suas participações no capital social. No caso de liquidação da Companhia, os acionistas têm o direito de receber os montantes relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Titulares de ações ordinárias têm o direito de participar de futuros aumentos de capital na Companhia, na proporção de suas participações no capital social, mas não estão obrigados a subscrever ações nestes aumentos de capital.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social e tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas da Companhia em Assembléias Gerais, podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- direito a participar na distribuição dos lucros;
- direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas na seção “Direito de Preferência”;
- direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; e
- direito de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito na seção “Direito de Recesso e Resgate”.

ASSEMBLÉIAS GERAIS

Nas assembléias gerais regularmente convocadas e instaladas, os acionistas da Companhia estão autorizados a deliberar sobre as matérias de sua competência, conforme previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social. Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia aprovar, na assembléia geral ordinária, as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são em regra eleitos em assembléias gerais ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em assembléia geral extraordinária. Membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por acionistas titulares de quantidade suficiente de ações representativas do capital social, podem ser eleitos em qualquer assembléia geral.

Uma assembléia geral extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo em que a assembléia geral ordinária. Compete aos acionistas da Companhia decidir, exclusivamente em assembléias gerais, as seguintes matérias dentre outras:

- reformar o Estatuto Social;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações
- aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- deliberar sobre a transformação, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação e aprovar o relatório dos atos e operações, e as contas finais, preparados pelo liquidante;
- aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado, bem como a abertura ou fechamento de capital da Companhia; e
- escolher empresa especializada para elaboração do laudo nos casos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a assembléia geral é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a aprovação de acionistas representando, no mínimo, a maioria das ações com direito a voto dos acionistas que compareceram pessoalmente ou por meio de procurador a uma assembléia geral, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que os votos em branco e as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária, todavia, para a adoção das seguintes matérias, entre outras:

- redução do dividendo obrigatório;
- mudança do objeto social;
- fusão da Companhia ou incorporação da Companhia em outra sociedade;
- cisão;
- participação em um grupo de sociedades;
- cessação do estado de liquidação; e
- dissolução.

A CVM pode autorizar a redução do percentual de votos necessários à aprovação das matérias acima mencionadas no caso de a companhia aberta com ações dispersas no mercado e cujas três últimas Assembléias tenham sido realizadas com a presença de acionistas representando menos de metade das ações com direito a voto.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as assembléias gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado em que esteja situada a sede da Companhia, e em outro jornal de grande circulação. As publicações da Companhia são atualmente realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como no jornal Valor Econômico, sendo a primeira publicação, no mínimo, quinze dias antes da assembléia, em primeira convocação, e com oito dias de antecedência, em segunda convocação. A Assembléia Geral que tiver por objeto deliberar sobre a saída da Companhia

do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 dias de antecedência. A CVM poderá, em determinadas circunstâncias, e a pedido de qualquer acionista, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais de acionistas seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação da Assembleia Geral Extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à Assembleia. O edital de convocação de Assembleia Geral deverá conter, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

Local da Realização de Assembleia Geral

As assembleias gerais da Companhia são realizadas em sua sede, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Lei das Sociedades por Ações permite que as assembleias gerais sejam realizadas fora da sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na cidade de São Paulo e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a assembleia geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembleias Gerais

Compete, normalmente, a qualquer dos membros do Conselho de Administração da Companhia convocar as assembleias gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária;
- acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, caso os administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembleia solicitada através de pedido de convocação que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembleia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e
- o Conselho Fiscal, caso os órgãos da administração retardarem por mais de um mês a convocação da assembleia geral ordinária, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

Legitimação e Representação

As pessoas presentes à assembleia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação as quais pretendem exercer o direito de voto, devendo apresentar, com no mínimo 48 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Os acionistas podem ser representados na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista da Companhia, administrador da Companhia ou por advogado, ou ainda, em companhias abertas, por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, sendo que destes, no mínimo 20% devem ser conselheiros independentes. O número dos membros do Conselho de Administração será definido nas assembleias gerais de acionistas pelo voto majoritário dos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% do capital votante da Companhia e com titularidade ininterrupta por três meses, sendo assegurado aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, pelo menos 10% de ações ordinárias de emissão da Companhia, o direito de indicar, em votação em separado, um conselheiro. Em não sendo solicitada a adoção do voto múltiplo, os conselheiros são eleitos pelo voto majoritário de acionistas titulares de ações ordinárias, presentes ou representados por procurador. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são eleitos pelos acionistas da Companhia reunidos em assembleia geral ordinária para um mandato unificado de um exercício anual, permitida a reeleição.

Segundo a Instrução da CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social, variando entre 5% e 10%. Considerando o atual valor do capital social da Companhia, acionistas representando 5% do capital votante poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros ao Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de emissão da Companhia. Os membros do Conselho de Administração não estão sujeitos à aposentadoria obrigatória por idade.

Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho de Administração que não sejam membros em sua composição mais recente, de acordo com o Estatuto Social, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com cinco dias de antecedência em relação à data da Assembléia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos. Ver “Administração – Conselho de Administração” na página 120 deste Prospecto, para informações adicionais sobre o Conselho de Administração.

Operações de Interesse para os Conselheiros

A Lei das Sociedades por Ações proíbe um conselheiro de:

- praticar qualquer ato de liberalidade às custas da companhia, salvo por atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a companhia, tendo em vista suas responsabilidades sociais, os quais poderão ser autorizados pelo conselho;
- receber de terceiros, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de assembléia geral;
- sem prévia autorização da assembléia geral ou do conselho de administração, tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, ou usar, em proveito próprio, de terceiros ou de sociedade em que tenha interesse, os seus bens, serviços ou crédito;
- intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia
- usar em benefício próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para a companhia, oportunidades comerciais de que tenha conhecimento devido ao exercício do seu cargo;
- omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da companhia; e
- adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tencione adquirir.

A remuneração dos conselheiros é fixada pelos acionistas.

Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada assembléia geral ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por acionistas da Companhia. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da companhia.

O Estatuto Social da Companhia prevê que uma quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme reduzido pelas destinações à reserva legal e à reserva para contingências (se houver), e conforme acrescido mediante a reversão de valores da reserva de contingências formada em exercícios anteriores (se houver) e dos lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio, em qualquer ano. Esta quantia representa o dividendo obrigatório. Os cálculos do lucro líquido e alocações para reservas relativas a qualquer exercício social, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base nas

demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com a legislação societária. Veja “Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio”, na página 141 deste Prospecto.

RESERVAS

As reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, a reserva estatutária e a reserva de retenção de lucros.

Reserva legal. A Companhia está obrigada a manter reserva legal, à qual deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20% do capital integralizado. Não obstante, a Companhia não está obrigada a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30% do capital social da Companhia. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores da reserva legal devem ser aprovados em assembleia geral ordinária de acionistas e podem ser utilizados para aumentar o capital social, não estando, porém, disponíveis para pagamento de dividendos. Em 30 de junho de 2007, a Companhia possuía reserva legal constituída de R\$164.615,69.

Reserva de lucros a realizar. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores (i) o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. Em 30 de junho de 2007, a Companhia não registrou reserva de lucros a realizar.

Reserva para contingências. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Qualquer valor assim destinado em exercício anterior deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada, não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. Em 30 de junho de 2007, a Companhia não registrou reserva para contingências.

Reserva estatutária. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o estatuto social poderá criar reserva estatutária de lucros desde que indique, de modo preciso e completo: (i) a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e (iii) estabeleça o limite máximo da reserva. A alocação dos recursos para reservas estatutárias não poderá ocorrer em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório. A Companhia, em 30 de junho de 2007, não possuía reserva estatutária de lucros.

Reserva de retenção de lucros. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital. A destinação de parte do lucro líquido para a reserva de retenção de lucros não pode ocorrer em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório. Em 30 de junho de 2007, a Companhia não possuía reserva de retenção de lucros constituídas em exercícios anteriores.

O saldo das reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar o valor do capital social da Companhia. Uma vez atingido esse limite máximo, os acionistas da Companhia poderão deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social da Companhia, ou na distribuição de dividendos.

Reserva de capital. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital consiste em ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias, alienação de bônus de subscrição, prêmio na emissão de debêntures, incentivos fiscais e doações e subvenções para investimentos. Com a adesão da Companhia ao Novo Mercado, a mesma não poderá emitir partes beneficiárias. O saldo existente na reserva de capital somente poderá ser utilizado para, no caso de companhias listadas no Novo Mercado, incorporação ao capital social, absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; ou resgate, reembolso ou compra de ações. A reserva de capital da Companhia consiste de reserva de ágio, incentivos fiscais e subvenções para investimentos. As quantias destinadas à reserva de capital da Companhia não são consideradas para efeito da determinação do dividendo obrigatório. Em 30 de junho de 2007, a Companhia possuía reserva de capital no valor de R\$50.347.264,88.

PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Estatuto Social de uma companhia brasileira deve especificar um percentual mínimo do lucro disponível para distribuição que deve ser pago aos acionistas a título de dividendo obrigatório, ainda que ele possa ser pago sob a forma de juros sobre o

capital próprio. Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo obrigatório fixado no Estatuto Social da Companhia equivale a um percentual não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento do dividendo obrigatório, todavia, poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como lucros a realizar (veja “Reservas - Reserva de Lucros a Realizar”, na página 140 deste Prospecto). O cálculo do lucro líquido da Companhia, bem como sua destinação para as reservas de lucro e de capital, é feito com base nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A participação dos administradores no lucro líquido da Companhia não pode exceder a remuneração anual dos administradores nem um décimo dos lucros, o que for menor.

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a Assembléia Geral aprove a recomendação dos órgãos da administração no sentido de que a distribuição seria desaconselhável em vista da condição financeira da companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da administração. Nessa hipótese, a administração da Companhia deverá apresentar justificativa à CVM para a suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subseqüentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita.

Dividendos

A Companhia está obrigada pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social a realizar Assembléia Geral Ordinária até o quarto mês subseqüente ao encerramento de cada exercício social na qual, entre outras coisas, os acionistas terão que deliberar sobre a distribuição de dividendo anual. O pagamento de dividendos anuais toma por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento que, em qualquer hipótese, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo tenha sido declarado.

Para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre capital próprio) referentes às suas ações, os acionistas têm prazo de três anos, contados da data em que os dividendos ou juros sobre capital próprio tenham sido postos a sua disposição, após o qual o valor dos dividendos ou juros sobre capital próprio não reclamados reverterá em favor da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia pode declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros apurados em balanço trimestral. Adicionalmente, o Conselho de Administração pode determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores a seis meses e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados em tais balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital previstas no parágrafo 1º do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração poderá, ainda, pagar dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os pagamentos de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio constituem antecipação do valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos, ressalvada a hipótese de não haver dividendos obrigatórios.

A remuneração dos acionistas efetuadas pela Companhia em 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 está indicada no quadro abaixo.

(R\$ mil)	2002	2003	2004	2005	2006
	ON	ON	ON	ON	ON
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(36.074)	(10.823)	17.110	23.322	(2.215)
Constituição da reserva legal (5%)	-	-	-	165	-
Base de cálculo	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-
Distribuição de Lucros Acumulados	-	-	-	-	3.128
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos					
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	-	-	-	-	-
Saldo dos dividendos	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-
I.R.R.F. dos juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
Dividendos / juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por lote de 1000 ações (em R\$ 1,00):					

No primeiro semestre de 2007, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$11,1 milhões e juros sobre o capital próprio no valor de R\$5,1 milhões, referente ao presente exercício, bem como distribuiu o saldo total da conta de lucros acumulados e

dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$7,0 milhões. Em 30 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$10,0 milhões, cujo pagamento foi realizado em 25 de julho de 2007.

Juros sobre o capital próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio limitados a titulares de participações acionárias e considerar tais pagamentos dedutíveis para efeito do imposto de renda de pessoa jurídica e, desde 1998, também para efeito da contribuição social sobre o lucro líquido. A dedução fica limitada ao que for maior entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado, e (ii) 50% de lucros acumulados. O pagamento de juros sobre o capital próprio é realizado como forma alternativa de pagamento de dividendos. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP. O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, a Companhia é obrigada a pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do imposto retido na fonte, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo obrigatório.

DIREITO DE RECESSO E RESGATE

Direito de Recesso

Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se da mesma, mediante o reembolso do valor de suas ações com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de recesso poderá ser exercido, nos seguintes eventos:

- cisão da companhia;
- redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos acionistas;
- mudança de objeto social;
- fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações;
- incorporação de ações na qual a companhia esteja envolvida, nos termos do Artigo 252 Lei das Sociedades por Ações;
- transformação societária; e
- aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos na Lei das Sociedades por Ações.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, que a cisão somente ensejará direito de recesso nos casos em que ela ocasionar:

- a mudança do objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da Companhia.
- a redução do dividendo obrigatório da Companhia; ou
- a participação da Companhia em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

Nos casos de (i) fusão ou incorporação da Companhia, (ii) na participação em grupo de sociedades; (iii) participação em incorporação de ações nos termos do Artigo 252 Lei das Sociedades por Ações; ou (iv) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não terão direito de recesso caso suas ações (i) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) tenham dispersão, de forma que o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos da metade das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada.

O direito de recesso deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da assembléia geral que deliberar a matéria que der ensejo a tal direito. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de recesso nos 10 dias subseqüentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a sua estabilidade financeira.

No caso do exercício do direito de recesso, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado pela assembléia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial levantado em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas, e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da assembléia geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas da Companhia em assembléia geral extraordinária, devendo ser aprovado por acionistas que representem, no mínimo, a metade das ações atingidas.

REGISTRO DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA

As ações ordinárias de emissão da Companhia são mantidas sob a forma escritural junto ao Banco Bradesco S.A. A transferência de ações é realizada por meio de um lançamento pelo escriturador em seus sistemas de registro a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

DIREITO DE PREFERÊNCIA

Exceto conforme descrito abaixo, os acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária à época do referido aumento de capital. Os acionistas da Companhia também possuem direito de preferência na subscrição de debêntures conversíveis e em qualquer oferta de ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, contudo a conversão de debêntures em ações, a aquisição de ações mediante o exercício do bônus de subscrição e a oferta de opção de compra de ações e seu exercício não estão sujeitos a direito de preferência. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contado da publicação de aviso aos acionistas referente ao aumento de capital mediante emissão de ações, a emissão de debêntures conversíveis em ações ou a emissão de bônus de subscrição, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista. Nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência dos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

RESTRICÕES À REALIZAÇÃO DE DETERMINADAS OPERAÇÕES POR ACIONISTA CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, a Companhia, o Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração, os diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, os membros dos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, bem como qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, são proibidos de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da Companhia, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia.

Esta restrição também é aplicável:

- aos membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos;

- em caso de existência de intenção de promover operações de fusão, incorporação, cisão total ou parcial, ou reorganização societária envolvendo a Companhia;
- à Companhia, caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM; e
- ao Acionista Controlador, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia ou por qualquer controlada, coligada ou outra companhia sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

ARBITRAGEM

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento do Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem instituído pela BOVESPA, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o controlador ou a própria Companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, sendo observados os seguintes requisitos:

- que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida em lei; e
- que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública, sendo que, para esse fim específico, considera-se ações em circulação apenas aquelas ações cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou tiverem se habilitado para o leilão de oferta pública.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral, por maioria absoluta de votos, a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o registro de companhia aberta para negociação de ações no mercado de bolsa somente poderá ser cancelado se a Companhia ou seus acionistas controladores formularem oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações de emissão da Companhia no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM. É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10% das ações em circulação no mercado requererem aos administradores da Companhia que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão ressarcir a Companhia pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor.

REALIZAÇÃO, PELA COMPANHIA, DE OPERAÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DE EMISSÃO PRÓPRIA

O Estatuto Social autoriza o Conselho de Administração a aprovar a compra, pela Companhia, de ações de sua própria emissão. A decisão de comprar ações de emissão própria para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

- resultar na redução do capital social;
- fazer com que seja necessária a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, reserva de lucros a realizar, reserva de reavaliação e reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído, constantes do último balanço;
- criar, direta ou indiretamente, qualquer demanda, oferta ou condição do preço por ação artificial, ou utilizar-se de qualquer prática injusta, como consequência de uma ação ou omissão da Companhia;
- ser utilizada para a compra de ações detidas pelo acionista controlador da Companhia; ou
- ocorrer enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia decidir sobre comprar ações de emissão da Companhia, especificando (i) o objetivo da operação, (ii) a quantidade de ações a serem adquiridas, (iii) o prazo máximo para a realização das operações autorizadas, que não poderá exceder a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, (iv) a quantidade de ações em circulação no mercado, e (v) nome e endereço das instituições financeiras que atuarão como intermediárias.

A Companhia não pode manter em tesouraria mais do que 10% de suas ações em circulação no mercado, incluindo as ações detidas por suas controladas e coligadas.

Qualquer compra de ações de emissão própria pela Companhia deve ser realizada em bolsa, exceto se as ações somente estiverem admitidas à negociação em mercado de balcão, e não pode ser feita por meio de operações privadas exceto se previamente aprovada pela CVM. A Companhia pode também comprar ações de emissão própria, na hipótese em que a Companhia deixe de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, a Companhia pode comprar ou emitir opções de compra ou de venda relacionadas às ações de emissão da Companhia.

MECANISMO DE PROTEÇÃO À DISPERSÃO ACIONÁRIA

Nosso Estatuto Social contém disposição que tem o efeito de evitar a concentração de nossas ações nas mãos de um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa. A disposição neste sentido exige que qualquer acionista que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia (“Participação Relevante”) deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para aquisição das ações detidas pelos demais acionistas da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da Bovespa e os termos deste Artigo. O acionista adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior à Participação Relevante.

A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na Bovespa, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o parágrafo imediatamente abaixo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) o valor econômico dos ativos da Companhia, apurado em laudo de avaliação, o qual deverá incluir todos os ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, inclusive as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, o valor do imobilizado industrial pelo valor de reposição de plantas industriais novas com mesma capacidade e o imobilizado florestal ao preço de madeira de serraria ou laminação; (iii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que antecederem a data em que se tornar obrigatória a realização da Oferta Pública de Aquisição de ações nos termos deste Artigo, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iv) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da Oferta Pública de Aquisição de ações, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; (v) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo

acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da Oferta Pública de Aquisição de ações nos termos deste Artigo; e (vi) o montante equivalente a 12 (doze) vezes o EBITDA da Companhia relativamente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do último balanço trimestral divulgado pela Companhia. Para o fim disposto neste parágrafo, entende-se por EBITDA o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, da reclassificação da CPMF e dos tributos incidentes sobre receitas financeiras, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido e do resultado não operacional da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à Oferta Pública de Aquisição de ações prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da Oferta Pública de Aquisição de ações prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

A realização da OPA mencionada não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma Oferta Pública de Aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

O acionista adquirente deverá atender a eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Na hipótese de o acionista adquirente não cumprir com as obrigações impostas pelo Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da Oferta Pública de Aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o acionista adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do acionista adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas pelo Estatuto Social.

A obrigação de realizar uma Oferta Pública de Aquisição de ações nos termos aqui descritos não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior à Participação Relevante em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Para fins do cálculo do percentual da Participação Relevante, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da Oferta Pública de Aquisição de ações prevista no Estatuto Social ou sua exclusão obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA.

Adicionalmente, qualquer acionista adquirente que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do número total de Ações da Companhia e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, estará obrigado a, previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito à Companhia e ao diretor de pregão da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"), através da sociedade corretora pela qual pretenda adquirir as ações, sua intenção de adquirir as ações de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, de tal modo que o diretor possa previamente convocar um leilão de compra a ser realizado em pregão da BOVESPA do qual possam participar terceiros interferentes e/ou eventualmente a própria Companhia, observados sempre os termos da legislação vigente e da regulamentação da BOVESPA aplicáveis.

Na hipótese do acionista adquirente não cumprir com as obrigações descritas no parágrafo imediatamente acima, o Conselho de Administração da Companhia convocará assembléia geral extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente que não cumpriu com a obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

REQUISITOS PARA DIVULGAÇÃO

Tão logo a Companhia se torne uma companhia aberta, deverá atender às exigências relativas à divulgação previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem da Companhia no Novo Mercado, a Companhia deverá também seguir as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Divulgação de informações eventuais e periódicas

A Lei de Mercado de Capitais estabelece que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Esta legislação prevê também a obrigação de arquivar junto à CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de assembléias gerais, bem como as cópias das atas destas assembléias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, a Companhia deve observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, deve apresentar demonstrações financeiras da Companhia e demonstrações consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa, a qual deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos;
- no máximo a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício social após a obtenção de autorização para listar as ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, deve, no máximo quatro meses após o encerramento do exercício social: (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil bem como a proposta da destinação do resultado e parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e
- a partir da data de divulgação das primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as disposições previstas acima, no máximo quinze dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, deve: (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, de acordo com as disposições acima, acompanhadas de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Após a obtenção da autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, a Companhia deverá incluir em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, as seguintes informações:

- balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social;
- informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5% do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física;
- informe da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;
- informe da evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores;

- a demonstração de fluxo de caixa, que deverá ser incluída nas notas explicativas; e
- informe da quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas.
- Informe sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de Arbitragem.

Adicionalmente, a informação e vinculação à Cláusula Compromissória deve ser informada também no DFP- Demonstrações Financeiras Padronizadas.

As informações relativas à participação superior a 5% do nosso capital social, à quantidade e características das ações da companhia direta ou indiretamente detidas pelos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a evolução do volume de ações detidas por estas pessoas dentro dos 12 meses imediatamente anteriores, e a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória devem também estar incluídas nas Informações Anuais - IAN da companhia, no quadro “Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia”.

Divulgação de negociações com ações realizadas por acionista controlador, conselheiro, diretor ou membro do conselho fiscal

De acordo com as regras da CVM e o regulamento do Novo Mercado, os diretores, o acionista controlador, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposições estatutárias, ficam obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à BOVESPA, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou de emissão de suas controladas ou controladores que sejam companhias abertas, inclusive seus Derivativos, de que sejam titulares, bem com as alterações em suas posições. Quando se tratar de pessoa física, as informações deverão incluir os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge, companheiro ou dependente incluído em sua declaração de imposto de renda e de sociedade controlada direta ou indiretamente por quaisquer dessas pessoas. A comunicação deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e
- forma, preço e data das transações.

Essas informações devem ser enviadas imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação do pedido de registro da companhia como aberta, e no prazo de dez dias a contar do final do mês em que se verificar alteração das posições detidas.

Sempre que os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegem membros do nosso Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como de qualquer pessoa, física ou jurídica, ou grupo de pessoas atuando em conjunto ou representando um mesmo interesse, atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% ou mais das nossas ações, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações:

- nome e qualificação do adquirente das ações;
- objetivo da participação e quantidade visada;
- número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e
- indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

Tal comunicação também é obrigatória para a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior a 5% das nossas ações, sempre que tal participação se eleve ou reduza em 5%.

Divulgação de ato ou fato relevante

De acordo com a Lei do Mercado de Capitais, a Companhia deve informar à CVM e à BOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos seus negócios. Deve também publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se tiver o efeito de influenciar o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, a decisão de

investidores de negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Em circunstâncias especiais, a Companhia pode submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante.

NEGOCIAÇÃO EM BOLSAS DE VALORES

As ações ordinárias de emissão da Companhia serão negociadas no segmento Novo Mercado da BOVESPA, uma entidade sem fins lucrativos, de propriedade das corretoras que dela são membros. As negociações na BOVESPA são realizadas pelas suas corretoras.

A CVM e a BOVESPA possuem autoridade para, discricionariamente, suspender as negociações das ações de emissão de uma companhia aberta específica em determinadas circunstâncias.

Negociações com valores mobiliários de Companhias listadas na BOVESPA, incluindo o Novo Mercado e os Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, podem, em algumas circunstâncias, ser afetadas pelas operações realizadas no mercado de balcão não organizado.

A liquidação das operações realizadas na BOVESPA ocorre três dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por intermédio de câmara de compensação independente. A câmara de compensação da BOVESPA é gerenciada pela CBLC. A CBLC é a contraparte central garantidora das operações realizadas na BOVESPA, realizando a compensação multilateral, tanto para as obrigações financeiras, quanto para as movimentações de títulos. Segundo o regulamento da CBLC, a liquidação financeira é realizada através do Sistema de Transferência de Reservas do BACEN. A movimentação de títulos é realizada no sistema de custódia da CBLC. Tanto as entregas quanto os pagamentos têm caráter final e irrevogável.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC, objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando a (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade; sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, a Companhia adota:

- emissão exclusiva de ações ordinárias;
- política "uma ação igual a um voto";
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando sua independência;
- estatuto social claro quanto à/ao (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da Administração;
- convocações de assembléia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica "outros assuntos" e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- previsão estatutária de abstenção de voto de acionistas em caso de conflito de interesses;
- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- dispersão de ações (*free float*), visando a liquidez dos títulos;

- existência de um comitê, sendo no caso da Companhia o Comitê de Auditoria;
- composição do Conselho de Administração com ao menos 20% de membros independentes (ausente de vínculos com a Companhia e com o acionista controlador);
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração; e
- previsão estatutária de vedação ao acesso de informações e de direito de voto de conselheiros em situações de conflito de interesse.

3. ANEXOS

[página intencionalmente deixa em branco]

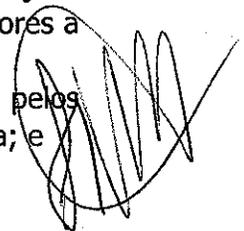
Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto

[página intencionalmente deixa em branco]

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

SATPEL INDUSTRIAL S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bartolomeu Paes, 136, 2º andar, Vila Anastácio, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 97.837.181/0001-47, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de Ações Ordinárias de emissão da SATPEL INDUSTRIAL S.A., as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco UBS Pactual S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse", e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade de Helio Seibel, Salo Davi Seibel, Fundo de Investimento em Participações Industrial e Companhia Ligna de Investimentos ("Acionistas Vendedores"), a Companhia declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em junho de 2007 (a "Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (o "Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (o "Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e



(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

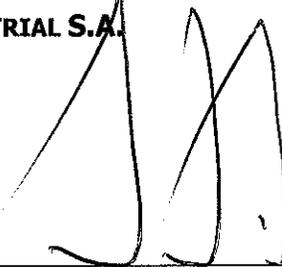
- (i) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterà, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A.



Nome: Salo Davi Seibel
Cargo: Diretor Presidente



Nome: Laércio Kitosato de Souza Lessa
Cargo: Dir. Vice-Presidente Adm.e Financ.



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BANCO UBS PACTUAL S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 9º e 10º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representado na forma de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder"), da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Satipel Industrial S.A. ("Oferta" e "Companhia", respectivamente), sendo que as ações da distribuição secundária pertencem aos acionistas Companhia Ligna de Investimentos, Salo Davi Scibel, Hclio Scibel e Fundo de Investimento em Participações Industrial (em conjunto os "Acionistas Vendedores"), vem, pela presente, para tal fim e feito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"):

DECLARAÇÃO

Considerando que:

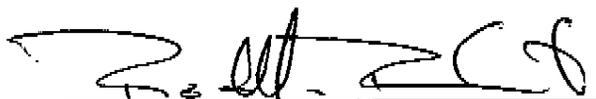
- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em Junho de 2007, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram terem disponibilizado; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram terem disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Coordenador Líder declara que:

- (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no prospecto preliminar da Oferta (“Prospecto Preliminar”) e, as informações a serem prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, bem como (b) todas e quaisquer informações fornecidas ao mercado durante a distribuição das Ações; são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (b) o Prospecto Preliminar contém o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.

BANCO UBS PACTUAL S.A.



Nome:

Cargo:

Rodolfo Riechert
Diretor



Nome:

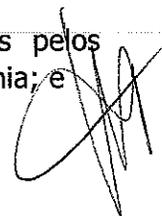
Cargo:

Alexandre D. M. Bettencio Guimarães
Diretor Executivo

DECLARAÇÃO

HELIO SEIBEL, empresário, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bartolomeu Paes, nº. 136, 2º andar, portador do RG nº 5.296.474–SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 533.792.848-15, ("Helio Seibel"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de Ações Ordinárias de emissão da SATIPEL INDUSTRIAL S.A. ("Companhia"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco UBS Pactual S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse", e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade de Helio Seibel, Salo Davi Seibel, Fundo de Investimento em Participações Industrial e Companhia Ligna de Investimentos ("Acionistas Vendedores"), Helio Seibel declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em junho de 2007 (a "Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (o "Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (o "Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e



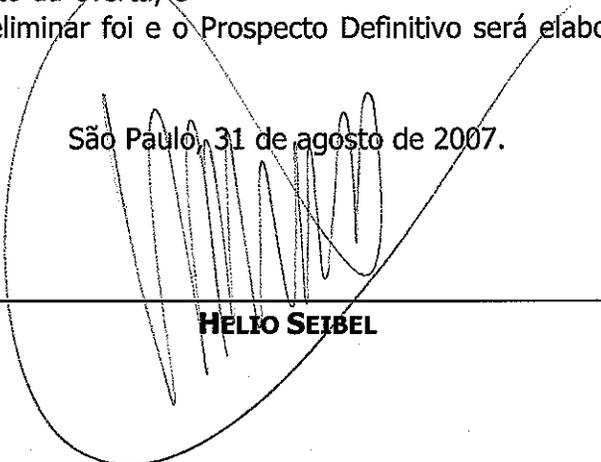
(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

Adicionalmente, Helio Seibel declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterà, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.

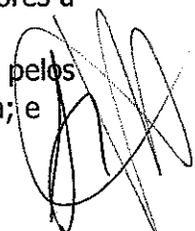


HELIO SEIBEL

DECLARAÇÃO

COMPANHIA LIGNA DE INVESTIMENTOS, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 52.947.108/0001-90, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bartolomeu Paes, nº. 136, térreo, ("Cia. Ligna"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de Ações Ordinárias de emissão da SATIPEL INDUSTRIAL S.A. ("Companhia"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco UBS Pactual S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse", e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade de Helio Seibel, Salo Davi Seibel, Fundo de Investimento em Participações Industrial e Cia. Ligna ("Acionistas Vendedores"), a Cia. Ligna declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em junho de 2007 (a "Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (o "Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (o "Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e



(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

Adicionalmente, a Cia. Ligna declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterà, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.

COMPANHIA LIGNA DE INVESTIMENTOS



Nome: Salo Davi Seibel
Cargo: Diretor Geral



Nome: Helio Seibel
Cargo: Diretor Superintendente

DECLARAÇÃO

SALO DAVI SEIBEL, empresário, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Bartolomeu Paes, nº. 136, 2º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador do RG nº 3.287.579-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 047.345.997-34, ("Salo Seibel"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de Ações Ordinárias de emissão da SATIPEL INDUSTRIAL S.A. ("Companhia"), às quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco UBS Pactual S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse", e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade de Helio Seibel, Salo Seibel, Fundo de Investimento em Participações Industrial e Companhia Ligna de Investimentos ("Acionistas Vendedores"), Salo Seibel declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em junho de 2007 (a "Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (o "Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (o "Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e



(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

Adicionalmente, Salo Seibel declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.



SALO DAVI SEIBEL

DECLARAÇÃO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAL, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.08.307.853/0001-82, ("FIP"), na sede da **UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteiras, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, na qualidade de Instituição administradora do Fundo, no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de Ações Ordinárias de emissão da SATIPEL INDUSTRIAL S.A. ("Companhia"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco UBS Pactual S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse", e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, Inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade de Companhia Ligna de Investimentos, Hélio Seibel, Salo David Seibel e FIP ("Acionistas Vendedores"), FIP declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

- (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em junho de 2007 (a "Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (o "Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (o "Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;



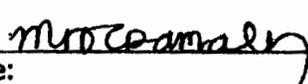
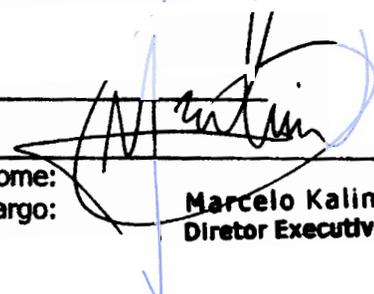
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

Adicionalmente, FIP declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

- (i) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAL

	
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Mariana Botelho Ramalho Cardoso Diretora Executiva	Marcelo Kalim Diretor Executivo



Estatuto Social

[página intencionalmente deixa em branco]

SATIPEL INDUSTRIAL S/A. ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SATIPEL INDUSTRIAL S/A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bartolomeu Paes, n.º 136, 2.º andar.

Parágrafo Único – A Companhia poderá instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto: (i) a indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, em quaisquer de suas formas e finalidades, e produtos e subprodutos correlatos ou afins; (ii) a indústria extrativa, de transformação e beneficiamento de madeira; (iii) o florestamento e reflorestamento em terras próprias ou de terceiros; (iv) a participação em outras empresas, como quotista ou acionista.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$116.692.628,55 (cento e dezesseis milhões, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos), dividido em 92.056.318 (noventa e dois milhões, cinquenta e seis mil, trezentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas Assembléias Gerais.

Artigo 6º - Todas as ações da Companhia são nominativas e, a partir da abertura do capital social da Companhia, passarão a ser escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto a instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e indicada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais da Companhia poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no respectivo contrato de custódia, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 7º - A Assembléia Geral deliberará, por proposta do Conselho de Administração, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social da Companhia.

Artigo 8º - A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social mediante a emissão de até 23.014.080 (vinte e três milhões, quatorze mil e oitenta) novas ações ordinárias.

Parágrafo 1º - Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização das ações.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, desde que em acordo com os programas aprovados pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 9º - Nas emissões de ações, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em ações pela Companhia, que sejam destinados à subscrição pública ou particular, o Conselho de Administração, mediante aviso publicado nos periódicos utilizados pela Companhia, comunicará aos acionistas a deliberação de aumentar o capital social, no limite do capital autorizado, informando todas as características e condições da emissão e, observado o disposto no artigo 10, o prazo para o exercício do direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Caso os acionistas não exerçam seu direito de preferência na subscrição de novas ações ou valores mobiliários emitidos pela Companhia, de forma expressa ou tácita, o Conselho de Administração poderá oferecer a terceiros os valores mobiliários não subscritos.

Artigo 10 - Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o prazo para exercício do direito de preferência, pelos acionistas, das emissões de ações, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em ações pela Companhia, desde que: (i) tal colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou por subscrição pública; ou (ii) tal colocação seja feita mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 11 - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 12 - A Assembléia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Artigo 13 - A Assembléia Geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 131 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei 6.404/76”); e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem, desde que convocada nos termos da Lei 6.404/76 ou deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pela maioria dos seus membros, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. Não se realizando a Assembléia Geral em primeira convocação, será realizada nova convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Parágrafo 2º - Para participar e votar na Assembléia Geral, os acionistas deverão exhibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações emitido pela instituição depositária.

Parágrafo 3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembléias Gerais por procurador, constituído na forma do artigo 126, §1º da Lei 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - Salvo se de outra forma estabelecida em Lei e neste Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo 5º - O acionista que tenha interesse conflitante com o interesse da Companhia na votação de determinada matéria deve abster-se de votar em tal deliberação.

Artigo 14 - A Assembléia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei.

Parágrafo 1º - Todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados e/ou discutidos pela Assembléia Geral serão, a partir da data da publicação do edital de primeira convocação ou anúncios publicados na forma do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia e na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), neste último caso observado o Artigo 56 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Os acionistas poderão enviar à Companhia, aos cuidados do Presidente do Conselho de Administração, no interesse da Companhia, matérias a serem incluídas na ordem do dia da primeira Assembléia Geral a ser realizada depois desse envio. A Companhia poderá rejeitar tal inclusão desde que tal recusa seja devidamente justificada por escrito e arquivada na sede social, juntamente com a respectiva solicitação.

Artigo 15 - A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por qualquer dos membros do órgão, ou, na ausência de todos os membros, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas presentes à Assembléia Geral. O Presidente da Assembléia Geral indicará um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e lavrar a ata da Assembléia Geral.

Artigo 16 - Compete à Assembléia Geral, além das atribuições previstas em Lei:

- I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- II. Fixar a remuneração global anual dos membros da administração da Companhia, inclusive a do Conselho Fiscal;
- III. Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos ou desdobramentos de ações;
- IV. Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, observado o parágrafo 2º do art. 8º;
- V. Deliberar, com base em proposta apresentada pela administração, a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VI. Deliberar sobre a alienação, transferência, licença ou oneração, de qualquer forma, de qualquer marca, patente ou desenho industrial detido ou sob uso da Companhia, direta ou indiretamente;
- VII. Deliberar sobre a venda de todos ou da maioria dos ativos da Companhia, inclusive a cessão de uso, alienação, transferência, licenciamento, fora do curso normal dos negócios da Companhia, de qualquer tipo de propriedade industrial ou intelectual que pertença à Companhia;
- VIII. Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação;
- IX. Deliberar o cancelamento de registro de companhia aberta, bem como a saída do segmento de listagem Novo Mercado ("Novo Mercado") da BOVESPA; e
- X. Escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VI deste Estatuto Social, dentre as empresas a serem indicadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - O Presidente da Assembléia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos Acordos de Acionistas arquivados na sede social, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO
Sub-seção I – Disposições Gerais

Artigo 17 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria sujeitam-se aos termos das políticas de divulgação de informações relevantes e de negociação de valores mobiliários, quando editadas pela Companhia, mediante assinatura dos respectivos termos de adesão.

Parágrafo 3º - A partir da adesão pela Companhia ao Novo Mercado da BOVESPA, a posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado. Os administradores deverão comunicar à Companhia, e, se for o caso, à CVM e à BOVESPA, a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da lei e da regulamentação em vigor.

Parágrafo 4º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 5º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou empregado da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o administrador, procurador ou empregado infrator ao disposto neste Parágrafo.

Artigo 18 - A Assembléia Geral fixará uma verba global anual para remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como do Conselho Fiscal, se instalado, e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição desta verba individualmente entre os membros de tais órgãos da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei 6.404/76.

Artigo 19 - As convocações para as reuniões dos órgãos de administração da Companhia serão realizadas por escrito, mediante correspondência, telegrama, fax, e-mail ou por qualquer outro meio que permita a comprovação do recebimento, e as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, a menos que de outra forma expressamente disposta neste Estatuto Social.

Parágrafo Único - Fica dispensada a convocação prévia da reunião, como condição de sua validade, quando todos os membros do órgão da administração estiverem presentes. Nesse caso, serão admitidos os votos proferidos por delegação conferida a outro membro ou manifestados por escrito.

Artigo 20 - Os membros da administração da Companhia observarão as disposições dos Acordos de Acionistas, arquivados na sede social, e não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos da administração que violarem o disposto em tais Acordos de Acionistas.

Sub-Seção II – Do Conselho de Administração

Artigo 21 - O Conselho de Administração terá as competências e atribuições cometidas por Lei ou pelo presente Estatuto Social, e será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, sendo um deles o Presidente do Conselho de Administração. Todos os membros deverão ser acionistas, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária e destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Para os fins deste Parágrafo, considera-se o prazo de 1 (um) ano aquele compreendido entre a realização de 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas da Companhia.

Parágrafo 2º - Na Assembléia Geral Ordinária que deliberar a eleição de membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão, também, deliberar sobre o número efetivo de membros do Conselho de Administração para aquele exercício.

Parágrafo 3º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado). Também serão considerados Conselheiros Independentes, os membros eleitos mediante a faculdade prevista nos artigos 141, §4º e §5º, da Lei 6.404/76. Quando, em decorrência da observância do percentual referido neste Parágrafo, resultar número fracionário de membros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5, ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 4º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, conhecimentos técnicos de finanças, de administração e contabilidade, e/ou reconhecida experiência na área. Não poderá ser eleito, salvo dispensa expressa da Assembléia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 5º - Na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembléia Geral, os conselheiros elegerão o Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 6º - Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto. Em caso de empate, caberá ao Presidente de Conselho de Administração o voto de qualidade. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento dispostos no Parágrafo 4º acima.

Parágrafo 7º - É vedado, na forma do artigo 115, § 1º da Lei 6.404/76, o exercício do direito de voto, por parte dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

Parágrafo 8º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 9º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas.

Artigo 22 - Em caso de impedimento ou vacância permanente no cargo de um membro do Conselho de Administração, caberá ao Presidente do Conselho de Administração convocar imediatamente uma Assembléia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho de Administração, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante.

Artigo 23 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração serão feitas pelo Presidente do órgão ou pela maioria de seus membros, com antecedência mínima de 72 horas. Tal convocação deverá ser formalizada por escrito, mediante correspondência, telegrama, fax, e-mail ou por qualquer outro meio que permita a comprovação do recebimento.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração são instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número de conselheiros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e autenticadas pela mesa.

Parágrafo 4º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Artigo 24 - Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto Social ou na Lei:

- I. Determinar a orientação geral dos negócios da Companhia; aprovar a participação em outras companhias ou a associação da Companhia, sob qualquer outra forma, com outras empresas;
- II. Eleger e destituir Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o que, a respeito, dispuser este Estatuto;
- III. Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- IV. Convocar a Assembléia Geral de Acionistas quando julgar conveniente ou no caso do Artigo 132, da Lei 6404/76;
- V. Dar parecer sobre o Relatório Anual da Administração e das Contas da Diretoria e propor distribuição de resultados;
- VI. Autorizar o pagamento de dividendos, com base em balanço intermediário ou anual, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício;
- VII. Autorizar a alienação ou oneração de bens imóveis, outorga de aval em benefício de terceiros e a constituição de garantias reais;
- VIII. Escolher e destituir auditores independentes da Companhia e convocá-los para comparecer as Assembléias Gerais;
- IX. Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

- X. Aprovar a criação e encerramento de comitês e/ou grupos de trabalho da Companhia, visando a auxiliar o Conselho de Administração, definindo, ainda, a sua composição, regimento, remuneração e escopo de trabalho;
- XI. Autorizar a emissão de ações, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em ações pela Companhia, nos limites do capital autorizado no Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores por subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em Lei;
- XII. Salvo as contratações que sejam de competência privativa de Assembléia Geral, estabelecer as condições para contratação de quaisquer captações públicas de recursos no mercado de capitais e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, sejam "*bonds*", "*notes*", "*commercial papers*", e outros de uso comum no mercado de capitais, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate;
- XIII. Deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- XIV. Outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos dos programas a serem aprovados pela Assembléia Geral;
- XV. Apresentar proposta à Assembléia acerca do valor da participação nos lucros dos Diretores, gerentes e empregados da Companhia, se aplicável;
- XVI. Distribuir, entre os administradores da Companhia, a remuneração global anual estabelecida pela Assembléia Geral;
- XVII. Aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja igual ou superior ao valor de alçada da diretoria definido pelo Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia;
- XVIII. Aprovar a aquisição, a alienação e/ou a oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir;
- XIX. Aprovar o orçamento anual da Companhia e suas subsidiárias e suas respectivas alterações;
- XX. Aprovar investimentos e endividamento que não estejam previstos no orçamento anual, cujo valor seja superior ao valor de alçada estabelecido nos termos do Parágrafo Único abaixo; e
- XXI. Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou a saída do Novo Mercado.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração poderá estabelecer alçadas para a Diretoria praticar quaisquer dos atos referidos nos itens XVII, XVIII e XIX, observados limites de valor por ato ou série de atos.

Sub-Seção III – Da Diretoria

Artigo 25 - A Diretoria da Companhia será composta por 4 (quatro) a 8 (oito) Diretores, os quais serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os cargos da Diretoria serão os seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente de Operações; (iii) Diretor Vice-Presidente Comercial; (iv) Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro; (v) Diretor de Recursos Humanos; e (vi) Diretor sem designação específica, ressalvado que um dos diretores deverá exercer a função de Relações com Investidores, que poderá ou não ser exercida cumulativamente a outras atribuições executivas, sendo qualquer diretor poderá acumular até 2 (duas) funções.

Parágrafo 2º - A eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na mesma data da realização da Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo 3º - Em caso de ausência ou vacância temporária de qualquer dos membros da Diretoria, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo e assumir interinamente as funções do Diretor temporariamente ausente, desde que tal fato não implique na cumulação de mais de 2 (duas) funções pelo Diretor Presidente, caso em que caberá ao Diretor Presidente indicar dentre os demais Diretores quem assumirá interinamente a função. Em caso de ausência ou vacância temporária do próprio Diretor Presidente, este deverá previamente indicar, dentre os Vice-Presidentes, aquele que o substituirá ou, caso não o faça, caberá ao Presidente do Conselho de Administração fazer tal indicação, desde que tal fato não implique na cumulação de mais de 2 (duas) funções.

Parágrafo 4º - Na hipótese de impedimento ou vacância permanente de um Diretor, caberá ao Diretor Presidente indicar, dentre os Diretores eleitos, um Diretor substituto que cumulará as atribuições de seu cargo com as do Diretor substituído, devendo ser realizada, dentro de no máximo 30 (trinta) dias, reunião do Conselho de Administração para eleição de um Diretor substituto efetivo, que completará o mandato do Diretor substituído. Em caso de ausência do Diretor Presidente, deverá ser imediatamente convocada uma reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo vago.

Artigo 26 – A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem, e cada diretor terá direito a 1 (um) voto, ressalvado os casos em que um diretor cumular 2 (duas) funções, quando então terá direito a 2 (dois) votos. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões da Diretoria serão feitas pelo Diretor Presidente ou pela maioria dos membros da Diretoria, com antecedência mínima de 24 horas. Tal convocação deverá ser formalizada por escrito, mediante correspondência, telegrama, fax, e-mail ou por qualquer outro meio que permita a comprovação do recebimento.

Parágrafo 2º - Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas, lavradas de forma sumária, no respectivo livro de Atas de Reuniões da Diretoria e autenticadas pela mesa.

Parágrafo 3º - Nas reuniões da Diretoria são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro Diretor, o voto escrito antecipado e o voto manifestado por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Artigo 27 - A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, inclusive para alienar e onerar bens do ativo permanente, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações e/ou restrições estabelecidas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração. Compete à Diretoria da Companhia administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;
- II. Elaborar e submeter anualmente ao Conselho de Administração o plano estratégico e o orçamento anual da Companhia, cuidando ainda das respectivas execuções;
- III. Decidir, até o limite de alçada estabelecido pelo Conselho de Administração, sobre a aquisição, a alienação e/ou a oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir;
- IV. Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- V. Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, o plano plurianual da Companhia e suas eventuais revisões; e
- VI. Apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas, acompanhado, semestralmente, de proposta de destinação do lucro apurado no semestre imediatamente anterior, se aplicável.

Artigo 28 - Compete ao Diretor Presidente: (i) dirigir, presidir e coordenar as atividades da Companhia cumprindo e fazendo cumprir a lei, este Estatuto e as decisões do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembléia Geral; (ii) supervisionar as atividades dos demais Diretores; (iii) presidir as Reuniões de Diretoria; e (iv) determinar as políticas de comercialização, de marketing e de recursos humanos para a Companhia; (v) determinar as políticas de gestão financeira e administrativa; (vi) determinar as políticas de gestão florestal; (vii) determinar as políticas de gestão industrial.

Artigo 29 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) coordenar as atividades industrial, florestal e tecnológica da Companhia; e (ii) colaborar com o Diretor Presidente na concepção de cumprir e fazer cumprir a Lei, este Estatuto Social e as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais.

Artigo 30 - Compete ao Diretor Vice-Presidente Comercial: (i) coordenar os programas de comercialização e participar efetivamente dos negócios da empresa, recomendando estratégias mercadológicas e (ii) colaborar com o Diretor Presidente na concepção de cumprir e fazer cumprir a Lei, este Estatuto Social e as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais.

Artigo 31 - Compete ao Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro (i) coordenar as atividades administrativas, financeiras e de tecnologia da informação da Companhia; e (ii) colaborar com o Diretor Presidente na concepção de cumprir e fazer cumprir a Lei, este Estatuto Social e as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais.

Artigo 32 - Compete ao Diretor de Recursos Humanos: (i) coordenar a execução da política de recursos humanos da Companhia; e (ii) colaborar com o Diretor Presidente nas eventuais necessidades, bem como na concepção de cumprir e fazer cumprir a Lei, este Estatuto Social e as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais.

Artigo 33 - Compete ao Diretor que exercer a função de Relações com Investidores: (i) prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada; (ii) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas; e (iii) colaborar com o Diretor Presidente nas eventuais necessidades, bem como na concepção de cumprir e fazer cumprir a Lei, este Estatuto Social e as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais.

Artigo 34 - Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subseqüentes, a Companhia é representada (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

Parágrafo 1º - Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração só poderão ser praticados quando preenchida tal condição.

Parágrafo 2º - A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, agindo isoladamente: (i) em atos perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, secretarias e suas delegacias e inspetorias, agências e postos fiscais, empresas públicas de economia mistas, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil e suas carteiras e departamentos, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, estradas de ferro, Infraero e empresas de transporte aéreo e empresas de telefonia e comunicações que não impliquem criação de obrigações ou renúncia a direitos; (ii) na quitação por pagamentos feitos à Companhia em cheque a favor desta; (iii) na nomeação de preposto na Justiça, inclusive na Justiça do Trabalho; (iv) na emissão de duplicatas, de endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia e do endosso a instituições financeiras de duplicata, letras de câmbio, e outros títulos de crédito, e depósito do produto na conta da Companhia.

Parágrafo 3º - Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: (i) todas as procurações serão outorgadas por 2 (dois) Diretores; (ii) as procurações deverão estabelecer expressamente os poderes por elas conferidos e se o mandato deve ser exercido em conjunto com 1 (um) Diretor ou outro procurador da Companhia, ou isoladamente, nos casos previstos no Parágrafo 2º acima; (iii) os atos quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto; e (iv) e não poderão ter prazo de validade superior a 1 (um) ano, ressalvado no que se refere às procurações outorgadas à advogados, com finalidade “*ad judicia*” ou para a defesa em procedimentos administrativos, que poderão ter prazo indeterminado de duração.

Sub-seção IV - Do Conselho Fiscal

Artigo 35 - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 2º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro Fiscal empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 3º - A partir da adesão pela Companhia ao Novo Mercado da BOVESPA, a posse dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

CAPÍTULO V DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Artigo 36 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as demonstrações financeiras requeridas em Lei e no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º - Poderão ser levantados balanços intermediários ao final de cada trimestre, bem como declarados dividendos correspondentes na forma da lei, a serem propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei 6.404/76.

Parágrafo 4º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (b) pagamento do dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 37 abaixo;
- (c) constituição de reserva de lucros, distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios e/ou outra destinação nas condições da Lei, observadas as disposições de acordo de acionistas arquivados na sede social.

Artigo 37 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- I. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- II. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.

- III. sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembléia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76).

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este Artigo.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos por conta de reservas de lucros pré-existentes ou de lucros acumulados de exercícios anteriores, assim mantidos por força de deliberação da Assembléia Geral, depois de atribuído em cada exercício, aos acionistas, o dividendo obrigatório a que se refere este Artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual, observados os termos da Lei.

Parágrafo 4º - O Conselho de Administração poderá determinar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei n.º 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, cujos valores totais poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo 5º - Os dividendos declarados e não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

Artigo 38 - A Assembléia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas instituídas em balanços semestrais ou intermediários.

CAPÍTULO VI DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CONTROLE DIFUSO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 39 - A alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 40 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

- I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou
- II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 41 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle da mesma, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- I. efetivar a oferta pública referida no Artigo 39 deste Estatuto Social; e
- II. ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento.

Artigo 42 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação referido no Artigo 44 deste Estatuto Social.

Artigo 43 - Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, (i) de modo que suas ações passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em virtude de reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 44 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 44 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 42 e 43 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo de referida Lei.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Parágrafo 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Parágrafo 3º - Para fins deste Artigo, consideram-se ações em circulação, todas as ações representativas do capital social da Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado), por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

Artigo 45 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, a que alude o Regulamento do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionista que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto seus signatários não subscreverem o referido Termo de Anuência dos Controladores.

Artigo 46 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VI, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 47 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista nesse Capítulo VI, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Parágrafo Único: Caso a aplicação das disposições dos Artigos 46, 47 e 48 deste Estatuto Social tragam prejuízo aos destinatários das ofertas ali indicadas, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições destes artigos.

CAPÍTULO VII DA OBRIGATORIEDADE DE OFERTA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Artigo 48 - Qualquer acionista que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia (“Participação Relevante”) deverá efetivar uma OPA para aquisição das ações detidas pelos demais acionistas da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos deste Artigo. O acionista adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior à Participação Relevante.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) o valor econômico dos ativos da Companhia, apurado em laudo de avaliação, o qual deverá incluir todos os ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, inclusive as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, o valor do imobilizado industrial pelo valor de reposição de plantas industriais novas com mesma capacidade e o imobilizado florestal ao preço de madeira de serraria ou laminação; (iii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que antecederem a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo, devidamente atualizado pelo

IPCA até o momento do pagamento; (iv) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; (v) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo; e (vi) o montante equivalente a 12 (doze) vezes o EBITDA da Companhia relativamente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do último balanço trimestral divulgado pela Companhia. Para o fim disposto neste parágrafo, entende-se por EBITDA o lucro líquido adicionado das despesas financeiras e demais custos financeiros, do imposto de renda e contribuição social, da depreciação, amortização e exaustão, das provisões técnicas e da reclassificação da CPMF e dos tributos incidentes sobre receitas financeiras e deduzidas do resultado não operacional da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo 3º - A realização da OPA mencionada no “caput” deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - O acionista adquirente deverá atender a eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - Na hipótese de o acionista adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o acionista adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do acionista adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo 6º - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior à Participação Relevante em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia e, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo 7º - Para fins do cálculo do percentual da Participação Relevante, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 8º - Os laudos de avaliação de que tratam os Parágrafos 2º e 6º acima deverão ser elaborados nos termos do *caput* do Artigo 44 deste Estatuto Social.

Artigo 49 - Qualquer acionista adquirente que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do número total de Ações da Companhia e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, estará obrigado a, previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito à Companhia e ao diretor de pregão da BOVESPA, através da sociedade corretora pela qual pretenda adquirir as ações, sua intenção de adquirir as ações de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, de tal modo que o diretor possa previamente convocar um leilão de compra a ser realizado em pregão da BOVESPA do qual possam participar terceiros interferentes e/ou eventualmente a própria Companhia, observados sempre os termos da legislação vigente e da regulamentação da BOVESPA aplicáveis.

Parágrafo Único - Na hipótese do acionista adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará assembléia geral extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente que não cumpriu com a obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VIII DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 50 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 51 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei, cabendo à Assembléia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 52 - A Companhia observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede social, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa da Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia acatar declaração de voto de qualquer acionista ou administrador vinculado a Acordo de Acionistas arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com as disposições do respectivo Acordo de Acionistas, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em Acordo de Acionistas.

Artigo 53 - As publicações ordenadas pela Lei 6.404/76 serão realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Valor Econômico.

Artigo 54 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei 6.404/76.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 55 – Ao(s) Acionista(s) que, na data da aprovação deste Estatuto Social, já detinham Participação Relevante – na forma prescrita no artigo 48 - não se aplicarão as disposições constantes do Capítulo VII acima. Esta disposição se aplica aos sucessores legais do (s) Acionista (s) que, na data da aprovação deste Estatuto Social, já detinha(m) Participação Relevante.

Artigo 56 - As disposições contidas no artigo 14, §1º, artigo 16, IX e X, artigo 17, § 3º, art. 24, XXI, artigo 35, §3º, artigo 39 ao artigo 47 e no artigo 50 deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações da Companhia, referente ao pedido de registro da distribuição pública, protocolado na CVM sob o nº RJ/2007-09090, em 24 de julho de 2007.

**ESTATUTO SOCIAL APROVADO, CONFORME DELIBERAÇÕES APROVADAS NAS
ATAS DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS, REALIZADAS NOS DIAS
23/07/2007, 14/08/2007 E 30/08/2007**

Ata da Reunião do Conselho de Administração da
Companhia, realizada em 31 de agosto de 2007, aprovando a
Oferta Primária

[página intencionalmente deixa em branco]

SATIPEL INDUSTRIAL S/A.

CNPJ/MF nº 97.837.181/0001-47

NIRE 35.300.154.410

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 31/08/2007

LOCAL E HORA: Rua Bartolomeu Paes n.º 136 – 2.º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, às 9h.

MESA: Salo Davi Seibel - Presidente
Laércio Kitosato de Souza Lessa - Secretário

QUORUM: Totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:

(i) a autorização para a realização de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Oferta" e quando considerada somente a distribuição primária, "Distribuição Primária"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na *Rule 144A* e na *Regulation S*, ambas do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América;

(ii) a autorização para o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, nos termos do seu Estatuto Social, mediante emissão de ações ordinárias, a serem objeto da Distribuição Primária, sendo que tais ações objeto da Distribuição Primária farão jus ao recebimento integral de dividendos que forem declarados pela Companhia a partir da data de sua subscrição e a todos os demais benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do Estatuto Social da Companhia;

(iii) a emissão e alienação de 30.606.832 (trinta milhões, seiscentos e seis mil, oitocentos e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações"), mediante a Distribuição Primária, sob coordenação do Banco UBS Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse", e quando em conjunto com o Coordenador Líder,

“Coordenadores”), com as seguintes características: (a) duas ofertas distintas, quais sejam, a oferta de varejo (“Oferta de Varejo”) e a oferta institucional (“Oferta Institucional”), destacando-se que a primeira será realizada junto a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no Brasil que não sejam considerados Investidores Institucionais (conforme definidos abaixo), bem como clubes de investimentos registrados na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (“BOVESPA”), que decidirem participar da Oferta de Varejo (“Investidores Não-Institucionais”) e a Oferta Institucional será realizada junto a pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento, cujos valores de investimento excedam o limite máximo estabelecido para Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil, segundo as normas da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, da CVM (“Investidores Institucionais”). Serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule 144A do Securities Act* e, nos demais países (exceto nos Estados Unidos da América), em conformidade com a *Regulation S do Securities Act* por UBS Securities LLC e Credit Suisse Securities (USA) LLC (“Agentes de Colocação Internacional”); (b) a quantidade total de Ações poderá ser acrescida de lote suplementar de até 4.591.025 (quatro milhões, quinhentos e noventa e um mil e vinte cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações do Lote Suplementar”), equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores, a ser exercida pelo Coordenador Líder, em decisão conjunta com o Coordenador, para a subscrição das Ações do Lote Suplementar (“Opção de Ações do Lote Suplementar”), dentro de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado pelos Coordenadores no decorrer da Oferta e serão adquiridas nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas; (c) sem prejuízo do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, ser aumentada em 20% do total das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”), conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400; (d) será concedido aos Investidores Não-Institucionais um prazo de 7 (sete) dias úteis, iniciado em 10 de setembro de 2007 e encerrado em 18 de setembro de 2007, inclusive (“Período de Reserva”), para a realização de reservas destinadas à aquisição de Ações, mediante o preenchimento de pedido de reserva; (e) os Investidores Não-Institucionais que sejam: (i) administradores da Companhia ou de suas subsidiárias; (ii) controladores ou administradores das instituições participantes da Distribuição Primária;

(iii) outras pessoas vinculadas à Distribuição Primária; bem como (iv) os cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau das pessoas identificadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima (“Pessoas Vinculadas”), deverão realizar os seus Pedidos de Reserva, no dia 10 de setembro de 2007 (“Período de Reserva para Pessoas Vinculadas”), sendo que caso haja excesso de demanda superior a um terço das Ações efetivamente distribuídas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, será vedada a distribuição de Ações a Pessoas Vinculadas, exceto àquelas que tenham realizado o respectivo pedido de reserva dentro do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas; (f) a quantidade de até 10% das Ações efetivamente distribuídas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, serão destinadas, prioritariamente, à distribuição junto a Investidores Não-Institucionais (“Ações Objeto da Oferta de Varejo”); (g) a fixação dos limites mínimo e máximo de aplicação para Investidores Não-Institucionais que serão de R\$3.000,00 (três mil reais) e de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional, respectivamente; (h) caso o total dos pedidos de reserva de Ações dos Investidores Não-Institucionais seja superior ao montante total das Ações Objeto da Oferta de Varejo, será realizado o rateio entre tais Investidores Não-Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo, para a aquisição de Ações, desconsiderando-se as frações de Ações; (i) as Ações não destinadas à Oferta de Varejo, serão distribuídas junto a Investidores Institucionais contatados pelos Coordenadores, não sendo admitidas, para os Investidores Institucionais, reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento;

(iv) o preço por ação (“Preço por Ação”) deverá ser fixado após (a) a efetivação dos pedidos de reserva; e (b) a finalização do procedimento de *Bookbuilding*, a ser realizado pelos Coordenadores, conforme o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400;

(v) a realização pelo Coordenador Líder, por intermédio do UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na BOVESPA, de acordo com os termos do contrato de estabilização a ser aprovado pela CVM e pela BOVESPA no âmbito da Oferta;

(vi) a confecção e impressão do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Offering Memorandum* e a realização de *Roadshow* relativo ao esforço de colocação das Ações, no Brasil e no exterior, de acordo com o calendário a ser definido pelos Coordenadores;

(vii) a adesão da Companhia às regras e ao Regulamento do Novo Mercado da BOVESPA e a respectiva listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da BOVESPA;

(viii) a autorização para os membros da Diretoria tomarem todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução do aumento de capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como negociarem e assinarem, em nome e por conta da Companhia, todos os documentos e contratos necessários à realização da Distribuição Primária, incluindo o Contrato de Distribuição, o Contrato de Estabilização e o *Placement Facilitation Agreement*, além de tomarem todas as medidas necessárias para a consecução da Distribuição Primária;

(ix) aprovação da exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172 da Lei nº 6.404/76; e,

(x) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Distribuição Primária.

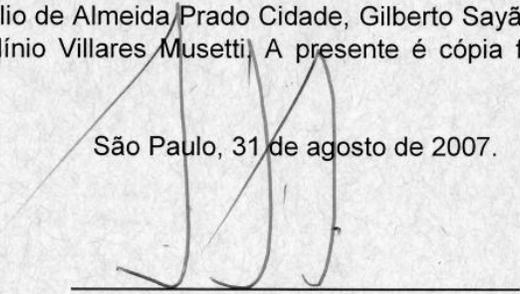
São Paulo, 31 de agosto de 2007.

(aa) Salo Davi Seibel – Presidente

(aa) Laércio Kitosato de Souza Lessa – Secretário

Conselheiros: (aa) Salo Davi Seibel, Helio Seibel, Adalberto Calil, Alessandro Monteiro Morgado Horta, Aurélio de Almeida Prado Cidade, Gilberto Sayão da Silva, Oscar de Paula Bernardes Neto e Plínio Villares Musetti. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.



Laércio Kitosato de Souza Lessa
Secretário

Ata de reunião do órgão societário competente da
Companhia Ligna de Investimentos, realizada em 31 de
agosto de 2007, aprovando a Oferta Secundária

[página intencionalmente deixa em branco]

COMPANHIA LIGNA DE INVESTIMENTOS

CNPJ N.º 52.947.108/0001-90

NIRE 35.300.120.051

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DE DIRETORIA, REALIZADA NO DIA 31/08/2007

LOCAL E HORA: Rua Bartolomeu Paes n.º 136 - térreo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, às 10h.

MESA: Salo Davi Seibel - Presidente
Laércio Kitosato de Souza Lessa- Secretário

QUORUM: Totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES:

(i) a autorização para a realização de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Satipel Industrial S.A. ("Companhia", "Oferta" e quando considerada somente a distribuição secundária, "Distribuição Secundária"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na *Rule 144A* e na *Regulation S*, ambas do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América;

(ii) a alienação de 30.606.832 (trinta milhões, seiscentos e seis mil, oitocentos e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações"), mediante a Distribuição Secundária, sob coordenação do Banco UBS Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse", e quando em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), com as seguintes características: (a) duas ofertas distintas, quais sejam, a oferta de varejo ("Oferta de Varejo") e a oferta institucional ("Oferta Institucional"), destacando-se que a primeira será realizada junto a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no Brasil que não sejam considerados Investidores Institucionais (conforme definidos abaixo), bem como clubes de investimentos registrados na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA ("BOVESPA"), que decidirem participar da Oferta de Varejo ("Investidores Não-Institucionais") e a Oferta Institucional será realizada junto a pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento, cujos valores de investimento excedam o limite máximo estabelecido para Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou BOVESPA,

seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil, segundo as normas da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, da CVM (“Investidores Institucionais”). Serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule 144A* do *Securities Act* e, nos demais países (exceto nos Estados Unidos da América), em conformidade com a *Regulation S* do *Securities Act* por UBS Securities LLC e Credit Suisse Securities (USA) LLC (“Agentes de Colocação Internacional”); (b) a quantidade total de Ações poderá ser acrescida de lote suplementar de até 4.591.025 (quatro milhões, quinhentos e noventa e um mil e vinte cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações do Lote Suplementar”), equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores, a ser exercida pelo Coordenador Líder, em decisão conjunta com o Coordenador, para a subscrição das Ações do Lote Suplementar (“Opção de Ações do Lote Suplementar”), dentro de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado pelos Coordenadores no decorrer da Oferta e serão adquiridas nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas; (c) sem prejuízo do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, ser aumentada em até 20% do total das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”), conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400; (d) será concedido aos Investidores Não-Institucionais um prazo de 7 (sete) dias úteis, iniciado em 10 de setembro de 2007 e encerrado em 18 de setembro de 2007, inclusive (“Período de Reserva”), para a realização de reservas destinadas à aquisição de Ações, mediante o preenchimento de pedido de reserva; (e) os Investidores Não-Institucionais que sejam: (i) administradores da Companhia ou de suas subsidiárias; (ii) controladores ou administradores das instituições participantes da Distribuição Secundária; (iii) outras pessoas vinculadas à Distribuição Secundária; bem como (iv) os cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau das pessoas identificadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima (“Pessoas Vinculadas”), deverão realizar os seus Pedidos de Reserva, no dia 10 de setembro de 2007 (“Período de Reserva para Pessoas Vinculadas”), sendo que caso haja excesso de demanda superior a um terço das Ações efetivamente distribuídas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, será vedada a distribuição de Ações a Pessoas Vinculadas, exceto àquelas que tenham realizado o respectivo pedido de reserva dentro do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas; (f) a quantidade de até 10% das Ações efetivamente distribuídas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, serão destinadas prioritariamente à distribuição junto a Investidores Não-Institucionais (“Ações Objeto da Oferta de Varejo”); (g) a fixação dos limites mínimo e máximo de aplicação para Investidores Não-Institucionais que serão de R\$3.000,00 (três mil reais) e de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional, respectivamente; (h) caso o total dos pedidos de reserva de Ações dos Investidores Não-

Institucionais seja superior ao montante total das Ações Objeto da Oferta de Varejo, será realizado o rateio entre tais Investidores Não-Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo, para a aquisição de Ações, desconsiderando-se as frações de Ações; (i) as Ações não destinadas a Oferta de Varejo, serão distribuídas junto a Investidores Institucionais contatados pelos Coordenadores, não sendo admitidas, para os Investidores Institucionais, reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento;

(iii) o preço por ação ("Preço por Ação") deverá ser fixado após (a) a efetivação dos pedidos de reserva; e (b) a finalização do procedimento de *bookbuilding*, a ser realizado pelos Coordenadores, conforme o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400;

(iv) a realização pelo Coordenador Líder, por intermédio do UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na BOVESPA, de acordo com os termos do contrato de estabilização a ser aprovado pela CVM e pela BOVESPA no âmbito da Oferta;

(v) a confecção e impressão do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Offering Memorandum* e a realização de *roadshow* relativo ao esforço de colocação das Ações, no Brasil e no exterior, de acordo com o calendário a ser definido pelos Coordenadores.

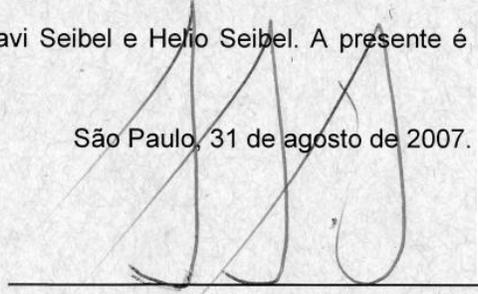
São Paulo, 31 de agosto de 2007.

(aa) Salo Davi Seibel – Presidente

(aa) Laércio Kitosato de Souza Lessa - Secretário

Diretores: (aa) Salo Davi Seibel e Heio Seibel. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.



Laércio Kitosato de Souza Lessa
Secretário

[página intencionalmente deixa em branco]

Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, somente as informações não constantes do Prospecto

[página intencionalmente deixa em branco]

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 999999	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97837181000147
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL SATIPEL		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE 35300154410		
7 - SITE www.satipel.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Bartolomeu Paes, 136 2º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Anastacio	
3 - CEP 05092-000	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3646-4600	8 - TELEFONE 3646-4615	9 - TELEFONE 3646-4614
10 - TELEX			
11 - DDD 11	12 - FAX 3646-4625	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL sac@satipel.com.br			

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME LAERCIO KITOSATO DE SOUZA LESSA			
2 - CARGO Vice-Pres. Adm Fin. e Dir. Rel com Inv.			
3 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Bartolomeu Paes, 136 2º Andar		4 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Anastacio	
5 - CEP 05092-000	6 - MUNICÍPIO Sao Paulo		7 - UF SP
8 - DDD 11	9 - TELEFONE 3646-4600	10 - TELEFONE 3646-4615	11 - TELEFONE 3646-4614
12 - TELEX			
13 - DDD 11	14 - FAX 3646-4625	15 - FAX 3646-4653	16 - FAX -
17 - E-MAIL ri@satipel.com.br			

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Banco Bradesco S.A.			
19 - CONTATO Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira			
20 - ENDEREÇO COMPLETO Cidade de Deus - Prédio Amarelo, 2º andar		21 - BAIRRO OU DISTRITO Cidade de Deus	
22 - CEP 06029-900	23 - MUNICÍPIO Osasco		24 - UF SP
25 - DDD 11	26 - TELEFONE 3684-4522	27 - TELEFONE 3684-3749	28 - TELEFONE -
29 - TELEX			
30 - DDD 11	31 - FAX 3684-2714	32 - FAX -	33 - FAX -
34 - E-MAIL 4010.acoes@bradesco.com.br			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME LAERCIO KITOSATO DE SOUZA LESSA					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Bartolomeu Paes, 136 - 2º Andar				3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Anastacio	
4 - CEP 05092-000		5 - MUNICÍPIO São Paulo			6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3646-4615	9 - TELEFONE 3646-4614	10 - TELEFONE 3646-4644	11 - TELEX	
12 - DDD 11	13 - FAX 3646-4625	14 - FAX 3646-4653	15 - FAX -		
16 - E-MAIL laercio.lessa@satipel.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM		18 - CPF 034.983.988-30	18 - PASSAPORTE		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2006		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2006	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2007		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2007	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes			6 - CÓDIGO CVM 00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Edimar Facco			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 012.937.208-01

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST	
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1110 - Construção Civil, Mat. Constr. e Decoração					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Fabricação de painéis de madeira				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES	
				NÃO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO
<input type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 26/06/2007
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 25/04/2007

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial do Estado de SP	SP
02	Valor Econômico	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 23/07/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	SALO DAVI SEIBEL	047.345.997-34	30/04/2007	1 ano	3	SIM	30	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
02	HELIO SEIBEL	533.792.848-15	30/04/2007	1 ano	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
03	ADALBERTO CALIL	277.518.138-49	30/04/2007	1 ano	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO	037.057.307-20	30/04/2007	1 ano	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	PLINIO VILLARES MIUSETTI	954.833.578-68	30/04/2007	1 ano	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	MAURO PINI FRANÇA	021.611.738-04	30/04/2006	2 anos	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
07	ROBERTO SZACHNOWICZ	084.344.198-40	30/04/2006	2 anos	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
08	LAERCIO KITOSATO DE SOUZA LESSA	034.983.988-30	30/04/2006	2 anos	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
09	ANDRÉA SEIBEL C. FERREIRA	140.725.018-32	30/04/2006	2 anos	1		19	Diretora de Recursos Humanos
10	ALESSANDRO MONTEIRO MORGADO HORTA	005.153.267-04	30/04/2007	1 ano	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
11	AURÉLIO DE ALMEIDA PRADO CIDADE	533.107.728-53	30/04/2007	1 ano	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
12	GILBERTO SAYÃO DA SILVA	016.792.777-90	30/04/2007	1 ano	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE AGE	2 - DATA DO EVENTO 30/08/2007	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 12	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 0	5 - ACORDO DE ACIONISTAS SIM	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS 24/11/2006
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO						

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NÃO	10 - QUANTIDADE (Unidade) 0	11 - PERCENTUAL 0,00	12 - QUANTIDADE (Unidade) 0	13 - PERCENTUAL 0,00	14 - QUANTIDADE (Unidade) 0	15 - PERCENTUAL 0,00
--	--------------------------------	-------------------------	--------------------------------	-------------------------	--------------------------------	-------------------------

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL
------------	--------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOMIEIRAÇÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	15/3 - % PREFERENCIAIS					
001	CIA LIGNA DE INVESTIMENTOS	52.947.108-0001/90	BRASILEIRA	SP			
	68.263.484	74,16	0	0,00	68.263.484	74,16	24/11/2006
002	FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTIC. INDL.	08.307.853-0001/82	BRASILEIRA	RJ			
	9.205.630	10,00	0	0,00	9.205.630	10,00	24/11/2006
003	ANDRÉA SEIBEL C. FERREIRA	140.725.018-32	BRASILEIRA	SP			
	5.250.000	5,70	0	0,00	5.250.000	5,70	
004	ALEX LASERNA SEIBEL	356.849.588-00	BRASILEIRA	SP			
	5.250.000	5,70	0	0,00	5.250.000	5,70	
997	AÇÕES EM TESOURARIA						
	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
998	OUTROS						
	4.087.204	4,44	0	0,00	4.087.204	4,44	
999	TOTAL						
	92.056.318	100,00	0	0,00	92.056.318	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
02	20/12/2002	154.875	17.247	Subscrição Particular em Dinheiro	6.122.710	2,8168897210
03	30/04/2006	96.927	(57.948)	Cisão	0	0,0000000000
04	24/11/2006	116.693	19.766	Subscrição Particular em Dinheiro	9.205.632	7,6040406564

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Unidades)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
23.014.079	0	24/11/2006

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Unidades)
01	ORDINÁRIAS		23.014.079

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/06/2007	31/12/2007	21.192	0,0559000059	ORDINÁRIA		5.146	28/06/2007
02	DIVIDENDO	RCA	27/06/2007	31/12/2007	21.192	0,1204526212	ORDINÁRIA		11.088	28/06/2007
03	DIVIDENDO	RCA	30/06/2007	31/12/2007	21.192	0,1086291546	ORDINÁRIA		10.000	25/07/2007
04	DIVIDENDO	AGE	31/08/2006	31/12/2006	3.128	0,0377510225	ORDINÁRIA		3.128	29/09/2006
05	OUTROS	RCA	29/03/2007	31/12/2007	7.042	0,0271572887	ORDINÁRIA		2.500	30/03/2007
06	OUTROS	RCA	27/06/2007	31/12/2007	7.042	0,0493353045	ORDINÁRIA		4.542	28/06/2007

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATEPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

06.02 - DIVIDENDOS RETIDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DT. APROVAÇÃO DA RETENÇÃO DO DIVIDENDO	3 - EVENTO	4 - MONTANTE RETIDO (Reais Mil)	5 - MONTANTE JÁ PAGO (Reais Mil)	6 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	30/04/2006	AGO	3.128	3.128	29/09/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERTÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	100,00		
			0,00	0,00000					

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO 30/04/2007	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO) 25,00
--	---

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATEPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO SIM	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil) 2.150	3 - PERIODICIDADE ANUAL
--	--	----------------------------

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	1.189	1.414
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	50	41
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	1.046	260	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	23.322	17.110
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	2.215	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL
13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	(Unidades)	
01	SATIPEL FLORESTAL LTDA	02.337.290/0001-99	FECHADA CONTROLADA	99,99	99,99
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2006	31/12/2006	47.839.760	47.839.760
01/01/2005	31/12/2005	01/01/2004	31/12/2004	134.309.987	134.309.987

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		MDP - Mercado Interno	
001	001	Região Sudeste	49,87
001	002	Região Sul	44,75
001	003	Outras Regiões	1,06
002		MDP - Mercado Externo	
002	001	Exportações	4,31

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL SATIPEL INDUSTRIAL S.A.	3 - CNPJ 97.837.181/0001-47
---------------------------	---	--------------------------------

10.04 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais MI)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais MI)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERC. (Reais MI)
01	Arvolpac MDP	142.981	192.271	113.555
02	Arvolpac FF	127.618	220.911	133.041
03	Arvolpac BP	100.086	134.764	74.353
04	Multiform e Outros	19.584	61.522	14.379
99	TOTAL	390.269	609.468	335.328

[página intencionalmente deixa em branco]

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[página intencionalmente deixa em branco]

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos
exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004,
2005 e 2006 e respectivos pareceres dos auditores
independentes

[página intencionalmente deixa em branco]

Satipel Industrial S.A. e Controlada

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2005 e de 2004 e
Parecer dos Auditores Independentes*

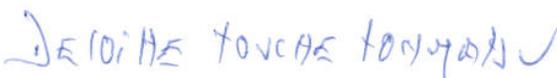
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Satipel Industrial S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) da Satipel Industrial S.A. e controlada, levantados em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Satipel Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foram por nós auditadas e o nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2005 contém ressalva quanto ao não-reconhecimento de créditos tributários sobre reserva de reavaliação. Assim, o lucro líquido da controladora e do consolidado referente ao exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$3.403 mil. Em 2005, os efeitos mencionados foram corrigidos e para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2004, com a nova reavaliação efetuada naquela data, os saldos da reserva de reavaliação e os seus respectivos créditos tributários estão devidamente apresentados, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
CIRCULANTE								
Caixa e bancos	9.615	3.244	17.773	4.832	48.591	44.737	48.591	44.737
Aplicações financeiras	19.643	43.127	36.412	50.885	29.961	23.716	30.018	24.992
Contas a receber	40.844	30.069	44.198	32.119	4.679	3.195	4.986	3.409
Provisão para devedores duvidosos	(5.840)	(8.668)	(5.983)	(8.812)	6.434	4.902	7.579	5.969
Estoques	34.358	27.073	35.097	27.639	3.030	3.218	3.118	4.941
Dividendos a receber	-	5.062	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	6.977	3.984	7.337	3.999	92.695	79.768	94.292	84.048
Total do circulante	105.597	103.891	134.834	110.662	184.150	187.219	184.150	187.219
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO								
Estoques	1.886	1.886	1.886	1.886	-	12.300	-	-
Partes relacionadas	15.444	17.590	10.866	17.590	34.633	37.908	57.820	65.167
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	2.160	1.673	2.270	1.694	5.621	4.413	5.711	4.531
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.226	34.691	28.314	35.133	813	855	813	855
Fomento florestal	2.231	1.707	2.231	1.707	-	-	-	-
Outras contas a receber	2.571	3.517	2.704	3.537	225.217	242.695	248.494	257.772
Total do realizável a longo prazo	52.518	61.064	48.271	61.547	-	-	56.911	54.366
PERMANENTE								
Investimentos	259.670	248.412	93	486	154.875	154.875	154.875	154.875
Imobilizado	317.702	300.398	634.074	614.793	113	113	113	113
Diferido	14.055	17.006	14.055	17.006	273.349	280.262	273.349	280.262
Total do permanente	591.427	565.816	648.222	632.285	165	-	165	-
					3.128	(26.942)	3.128	(26.942)
TOTAL DO ATIVO	749.542	730.771	831.327	804.494	431.630	408.308	431.630	408.308
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
					749.542	730.771	831.327	804.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
RECEITA BRUTA DE VENDAS	387.390	123.524	423.356	395.644
Impostos e outras deduções de vendas	(108.853)	(38.393)	(116.850)	(112.692)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	278.537	85.131	306.506	282.952
Custo dos produtos vendidos	(188.023)	(65.983)	(202.169)	(182.349)
LUCRO BRUTO	90.514	19.148	104.337	100.603
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas	(29.801)	(13.492)	(30.538)	(34.400)
Gerais e administrativas	(13.856)	(7.024)	(16.942)	(14.040)
Depreciação, amortização e exaustão	(4.472)	(313)	(4.573)	(4.173)
Equivalência patrimonial	11.610	26.684	-	-
Outras receitas e despesas operacionais - líquidas	(501)	(1.406)	950	(1.544)
	(37.020)	4.449	(51.103)	(54.157)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	53.494	23.597	53.234	46.446
Resultado financeiro, líquido	(19.348)	(12.198)	(17.904)	(22.179)
Variações cambiais, líquidas	3.242	2.326	3.242	2.467
RESULTADO OPERACIONAL APÓS OS EFEITOS FINANCEIROS	37.388	13.725	38.572	26.734
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(227)	81	(197)	515
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	37.161	13.806	38.375	27.249
Participação dos empregados	(1.172)	(716)	(1.239)	(1.455)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35.989	13.090	37.136	25.794
Imposto de renda e contribuição social - do exercício	(9.477)	-	(11.796)	(6.746)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.190)	4.020	527	(85)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	23.322	17.110	25.867	18.963
Participação minoritária	-	-	(2.545)	(1.853)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.322	17.110	23.322	17.110
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$	286	219		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação		Reserva de lucros Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			De ativos próprios	De ativos de controladas			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	154.875	113	-	117.734	-	(50.291)	222.431
Reserva de reavaliação - líquida dos efeitos tributários	-	-	55.456	113.311	-	-	168.767
Realização da reserva de reavaliação - anterior a 31 de dezembro de 2004	-	-	-	(6.239)	-	6.239	-
Transferência de ativos de controlada para ativos próprios - incorporação da Satipel Minas	-	-	38.245	(38.245)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.110	17.110
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	154.875	113	93.701	186.561	-	(26.942)	408.308
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(5.867)	(1.046)	-	6.913	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	23.322	23.322
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	165	(165)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	154.875	113	87.834	185.515	165	3.128	431.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações sociais:				
Lucro líquido do exercício	23.322	17.110	23.322	17.110
Participação minoritária	-	-	2.545	1.853
Despesas (Receitas) que não afetam o capital circulante:				
Valor residual do ativo permanente baixado	572	83	601	131
Depreciação, amortização e exaustão	23.276	3.214	37.151	25.178
Encargos financeiros de longo prazo, líquidos	10.496	7.702	10.496	14.822
Amortização de ágio	10	96	10	96
Equivalência patrimonial	(11.610)	(26.684)	-	-
Provisão para contingências	682	356	654	1.010
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.190	(4.020)	(527)	85
Total das operações sociais	49.938	(2.143)	74.252	60.285
Recursos aplicados nas operações sociais	-	2.143	-	-
De terceiros e acionistas:				
Aumento do exigível a longo prazo	8.990	-	21.290	-
Redução do realizável a longo prazo	8.099	16.942	8.118	2.982
Dividendos recebidos	-	5.062	-	-
Transferência do ativo imobilizado para o circulante	6	19	6	19
Total das origens	67.033	22.023	103.666	63.286
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Nas operações sociais	-	2.143	-	-
No realizável a longo prazo	6.018	2.335	1.662	5.076
No ativo permanente	37.865	6.167	53.705	18.328
Redução do exigível a longo prazo	-	4.003	-	20.837
Transferência do exigível a longo prazo para o passivo circulante	34.371	3.345	34.371	4.338
Capital circulante líquido - incorporado	-	1.843	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	1.110
Participação minoritária	-	-	-	1.531
Total das aplicações	78.254	19.836	89.738	51.220
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE	(11.221)	2.187	13.928	12.066
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE				
Ativo circulante:				
No fim do exercício	105.597	103.891	134.834	110.662
No início do exercício	103.891	42.634	110.662	85.126
	1.706	61.257	24.172	25.536
Passivo circulante:				
No fim do exercício	92.695	79.768	94.292	84.048
No início do exercício	79.768	20.698	84.048	70.578
	12.927	59.070	10.244	13.470
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE	(11.221)	2.187	13.928	12.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por atividade preponderante a fabricação e o comércio de madeira aglomerada, simples ou revestida, exportação e importação e a prestação de serviços em negócios correlatos. A Companhia é controladora da Satipel Florestal Ltda. (anteriormente denominada Nova Monte Carmelo S.A. Reflorestamento e Agropecuária), que se dedica a projetos de florestamento e reflorestamento.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2004 foi deliberada a incorporação do acervo líquido da ex-controlada Satipel Minas Industrial Ltda. com base em avaliação contábil suportada por laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Tal incorporação não alterou as atividades descritas anteriormente.

O montante e os componentes do acervo líquido incorporado pela Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 5.

Considerando que o resultado das operações da controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 inclui também o resultado das operações da ex-controlada Satipel Minas Industrial Ltda., o resultado das operações da controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 não é comparável com o auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2005 devido à incorporação ocorrida em 31 de dezembro de 2004. Os resultados consolidados, por sua vez, são comparáveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, ao prazo de amortização do diferido e de realização dos créditos tributários diferidos, às provisões necessárias para créditos de realização duvidosa e contingências e à determinação de provisões para tributos e outras similares; os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber e créditos de liquidação duvidosa

As duplicatas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando aplicável, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor estimado pela Administração da Companhia, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou de produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas.

e) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas com base em alíquotas e lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro apurado para fins de tributação são reconhecidos como créditos ou débitos tributários diferidos e, posteriormente, no resultado do exercício com base em sua realização, de acordo com a NPC nº 25 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

g) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

h) Permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em empresas controladas avaliada pelo método de equivalência patrimonial, mais o ágio a amortizar. Demais investimentos demonstrados ao custo, deduzido da provisão para perdas.

- Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens.
- Exaustão de reflorestamento pelo método de volume de madeira extraída em relação ao volume total esperado de extração.
- Reavaliação do imobilizado, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.
- Amortização do diferido, representado, substancialmente, por despesas incorridas na implantação do seu novo parque industrial em Uberaba - MG, pelo prazo de dez anos, a partir da ocasião em que os benefícios começaram a ser gerados.

i) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Passivo exigível a longo prazo - empréstimos e financiamentos

Demonstrado a valor presente na data do balanço, considerando o prazo de pagamento a longo prazo, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.(a).

k) Provisão para contingências

A provisão para contingências é registrada com base em uma estimativa das prováveis perdas nos processos judiciais, preparada pelos consultores jurídicos da Companhia.

l) Critérios de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as transações entre as empresas consolidadas decorrentes das participações de uma empresa em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas. A participação dos acionistas minoritários nas empresas controladas é destacada nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as empresas controladas mencionadas na nota explicativa nº 5.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Remuneração - CDI</u>		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fundos exclusivos de investimentos	103%	-	1.004	-	14.382	-
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	98,8% a 100%	98,8% a 101,6%	15.336	35.108	17.357	39.815
Fundos de investimento financeiro	-	100%	-	6.501	-	6.501
Debêntures - Bradesco Leasing S.A.	100%	100%	3.303	1.518	4.673	4.569
			<u>19.643</u>	<u>43.127</u>	<u>36.412</u>	<u>50.885</u>

4. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Matérias-primas	14.213	15.014	14.491	15.414
Produtos acabados	16.418	8.016	16.418	8.016
Materiais de manutenção e consumo	4.006	3.696	4.395	3.862
Outros	818	1.376	890	1.376
Provisões para perdas	<u>(1.097)</u>	<u>(1.029)</u>	<u>(1.097)</u>	<u>(1.029)</u>
	<u>34.358</u>	<u>27.073</u>	<u>35.097</u>	<u>27.639</u>
Matérias-primas - longo prazo	<u>1.886</u>	<u>1.886</u>	<u>1.886</u>	<u>1.886</u>
	<u>1.886</u>	<u>1.886</u>	<u>1.886</u>	<u>1.886</u>

5. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre as empresas controladas

	<u>Satipel</u>	<u>Sociedades em conta de participação</u>		
	<u>Florestal Ltda.</u>	<u>Projeto 10</u>	<u>Projeto 11</u>	<u>Projeto 15</u>
Quantidade de cotas ou ações possuídas:				
Em 31 de dezembro de 2005 - cotas	134.309.987	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2004 - ações	19.600.586	-	-	-
Participação no capital social:				
Em 31 de dezembro de 2005	82,01%	0,50%	0,50%	0,50%
Em 31 de dezembro de 2004	82,01%	-	-	-
Patrimônio líquido contábil:				
Em 31 de dezembro de 2005	316.403	4.085	3.319	3.840
Em 31 de dezembro de 2004	302.253	-	-	-
Lucro do exercício findo:				
Em 31 de dezembro de 2005	14.150	-	46	890
Em 31 de dezembro de 2004	8.241	-	-	-

b) Movimentação dos investimentos

	<u>2005</u>				<u>2004</u>			
	<u>Satipel</u>	<u>Sociedades em conta de participação</u>			<u>Satipel Minas</u>	<u>Satipel</u>	<u>Total</u>	
	<u>Florestal</u>	<u>Projeto 10</u>	<u>Projeto 11</u>	<u>Projeto 15</u>	<u>Industrial</u>	<u>Florestal</u>		
	<u>Ltda.</u>				<u>Ltda.</u>	<u>Ltda.</u>		
No início do exercício	247.926	-	-	-	247.926	61.901	133.014	194.915
Amortização de ágio	(10)	-	-	-	(10)	-	(96)	(96)
Aquisição de cotas	-	-	-	-	-	1.531	-	1.531
Integralização de capital	-	20	16	15	51	-	-	-
Equivalência patrimonial	11.605	-	1	4	11.610	19.925	6.759	26.684
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(5.062)	(5.062)
Reavaliação dos bens do imobilizado	-	-	-	-	-	20.741	113.311	134.052
Acervo líquido incorporado	-	-	-	-	-	(104.098)	-	(104.098)
No fim do exercício	<u>259.521</u>	<u>20</u>	<u>17</u>	<u>19</u>	<u>259.577</u>	<u>-</u>	<u>247.926</u>	<u>247.926</u>

c) Composição do saldo de investimentos

	2005			2004		
	Investimentos societários	Ágio a amortizar	Total	Investimentos societários	Ágio a amortizar	Total
Satipel Florestal Ltda	259.492	29	259.521	247.887	39	247.926
Sociedades em conta de participação	56	-	56	-	-	-
Outros investimentos avaliados ao custo	93	-	93	486	-	486
	<u>259.641</u>	<u>29</u>	<u>259.670</u>	<u>259.670</u>	<u>259.670</u>	<u>248.412</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2004 a Companhia incorporou o acervo líquido da ex-controlada Satipel Minas Industrial Ltda., cujo montante e componentes estão demonstrados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Valor contábil em 31.12.04</u>
Ativo circulante	50.422
Realizável a longo prazo	19.906
Permanente	<u>228.535</u>
	<u>298.863</u>
Passivo circulante	52.265
Exigível a longo prazo	<u>142.500</u>
	<u>194.765</u>
Acervo líquido	<u>104.098</u>

Na contabilização dos ajustes da incorporação do acervo líquido foram consideradas as eliminações dos saldos a pagar e a receber existentes entre a controlada e a Companhia, bem como os investimentos societários de acordo com o requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante o exercício de 2005 a controlada Satipel Florestal Ltda. constituiu três Sociedades em Conta de Participação - SCPs com o propósito específico de captar recursos financeiros para projetos de reflorestamento. A controlada, na qualidade de sócia ostensiva, contribuiu com ativos florestais, compostos basicamente por florestas e terras, através da concessão de uso e os demais sócios investidores contribuíram em espécie para as referidas SCPs.

6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora				Consolidado			
		Custo reavaliado	Depreciação e exaustão acumulada	Líquido	Líquido	Custo reavaliado	Depreciação e exaustão acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	45.426	-	45.426	45.426	255.982	-	255.982	255.982
Edificações	2,5 a 20	65.816	2.519	63.297	65.157	67.402	2.624	64.778	66.687
Máquinas e equipamentos	2 a 50	184.722	16.171	168.551	174.319	184.850	16.236	168.614	174.365
Imobilizações em curso	-	32.381	-	32.381	9.616	54.598	-	54.598	21.561
Projeto de reflorestamento	-	-	-	-	-	90.552	9.640	80.912	89.762
Outros	10 e 20	<u>15.255</u>	<u>7.208</u>	<u>8.047</u>	<u>5.880</u>	<u>17.481</u>	<u>8.291</u>	<u>9.190</u>	<u>6.436</u>
		<u>343.600</u>	<u>25.898</u>	<u>317.702</u>	<u>300.398</u>	<u>670.865</u>	<u>36.791</u>	<u>634.074</u>	<u>614.793</u>

Até 31 de dezembro de 2004 a controladora e suas controladas mantiveram em seus ativos imobilizados reserva de reavaliação de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e projetos de reflorestamento, aprovada e contabilizada em dezembro de 2000. Na ocasião, foram modificadas as taxas de depreciação de acordo com a nova vida útil estimada dos bens.

No quarto trimestre de 2004, obedecendo ao procedimento emanado pelo IBRACON, a controladora e as controladas novamente reavaliaram os bens de seus ativos imobilizados abrangendo as mesmas classes de ativos reavaliados em 2000, não tendo sido reavaliados os itens relativos a móveis e utensílios, veículos e computadores e periféricos.

Os laudos de avaliação foram preparados pela Setape Avaliação e Engenharia tendo como data-base 31 de dezembro de 2004 e foram contabilizados na mesma data, cujos valores estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Laudo de avaliação	Valor residual do custo original de aquisição	Reavaliação	Laudo de avaliação	Valor residual do custo original de aquisição	Reavaliação
Terrenos	45.413	5.421	39.992	255.969	8.964	247.005
Edificações	65.110	31.006	34.104	66.640	31.683	34.957
Projetos de reflorestamento	-	-	-	101.699	22.377	79.322
Máquinas e equipamentos	<u>174.310</u>	<u>97.040</u>	<u>77.270</u>	<u>174.310</u>	<u>97.040</u>	<u>77.270</u>
	<u>284.833</u>	<u>133.467</u>	151.366	<u>598.618</u>	<u>160.064</u>	438.554
Efeitos tributários (*)			(37.908)			(65.167)
Reavaliação - líquida dos efeitos tributários			113.458			373.387
Reavaliação anterior a 31 de dezembro de 2004 - capitalizada em 2001			(58.002)			(179.770)
Participação minoritária na reavaliação			-			(24.850)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			<u>55.456</u>			<u>168.767</u>

(*) Excluído o valor dos terrenos da base de cálculo e incluído o valor de R\$120 referente às matas reavaliadas em 2000.

Com a contabilização da reavaliação em 31 de dezembro de 2004 a controladora e as controladas também recompuseram os efeitos tributários até então não reconhecidos decorrentes da reavaliação contabilizada no ano 2000, os quais montavam a R\$3.603 na controladora e R\$34.904 no consolidado.

7. DIFERIDO

	Controladora e consolidado			
	2005		2004	
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas pré-operacionais	54.716	40.661	14.055	17.006

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora e consolidado	
		2005	2004
Moeda nacional:			
Capital de giro (a)	30% do IGP-M	35.375	20.821
Capital de giro	100% do CDI + 6,16% a.a	-	1.726
Aquisição de máquinas e plantio	IGP-M + 3,5% a 6,0% a.a	39.119	33.570
FINAME	TJLP + 5,5% a.a.	1.313	683
BNDES	TJLP + 4,5% a.a.	20.295	37.352
“Compror” (fornecedor)	1,45% a.m	4.650	-
Moeda estrangeira:			
“International Finance Corporation - IFC” (b)	Libor + 4,5% a.a.	26.806	84.280
ABN AMRO (b)	Libor + 2,5% a.a.	48.283	-
Aquisição de máquinas	Euribor + 0,60% a.a.	2.082	798
Aquisição de máquinas (b)	Libor + 0,625% a.a.	<u>54.818</u>	<u>52.726</u>
		232.741	231.956
Passivo circulante		<u>(48.591)</u>	<u>(44.737)</u>
Exigível a longo prazo		<u>184.150</u>	<u>187.219</u>

- (a) A Companhia mantém um financiamento de 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS devido e recolhido mensalmente, referente às vendas e transferências de produção própria da unidade de Uberaba - MG. O prazo de utilização desse financiamento é de 120 meses e vai até 1º de maio de 2010. Cada parcela mensal liberada terá uma carência de 120 meses, contados da data da respectiva liberação, e será paga de uma só vez. A Companhia interpreta essa operação como um incentivo fiscal à produção e considera esse ajuste financeiro na composição do preço de venda do produto no intuito de contrapor os respectivos custos de produção e venda. O ajuste financeiro está sendo calculado mediante a aplicação do desconto a valor presente nas parcelas de longo prazo do financiamento, considerando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, projetada pelo BACEN.
- (b) A Companhia contratou operação de assunção recíproca de obrigações mediante troca de posições financeiras (“swaps”), alterando a remuneração de seus passivos lastreados à variação de moeda estrangeira pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI com deságio de 2% e 4,5% ao ano, em montante mencionado na nota explicativa nº 19.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos hipotecas de bens, aval das controladoras e dos acionistas, caução de títulos, notas promissórias e contratos de seguro.

Os montantes dos financiamentos em moeda estrangeira equivalem, em 31 de dezembro de 2005, a US\$55.499 mil e €752 mil (US\$64.126 mil e €220 mil em 2004).

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora e consolidado	
	2005	2004
2006	-	36.475
2007	39.372	43.013
2008	27.383	21.068
2009	26.923	22.508
2010 em diante	<u>90.472</u>	<u>64.155</u>
	<u>184.150</u>	<u>187.219</u>

9. PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Realizável a longo prazo:				
Formiplac Agro Florestal Ltda. (mútuos)	-	5.404	-	5.404
Satipel Florestal Ltda. (mútuos)	4.567	-	-	-
Companhia Ligna de Investimentos (mútuos)	<u>10.877</u>	<u>12.186</u>	<u>10.866</u>	<u>12.186</u>
	<u>15.444</u>	<u>17.590</u>	<u>10.866</u>	<u>17.590</u>
Exigível a longo prazo-				
Satipel Florestal Ltda. (mútuos)	<u>-</u>	<u>12.300</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros saldos e operações:				
Passivo circulante - fornecedores	648	220		
Passivo circulante - outras contas a pagar	1.531	1.531		
Compras	9.667	7.232		

As transações com partes relacionadas envolvem a compra de matérias-primas como madeira, que foi eliminada nas demonstrações financeiras para fins de consolidação.

Sobre os contratos de mútuo (empréstimos), sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

- Ativo

Em 31 de dezembro de 2005, a controladora possui prejuízos fiscais, base de cálculo negativa de contribuição social e despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável nos montantes de R\$43.887 (R\$56.181 em 2004), R\$44.896 (R\$55.976 em 2004) e R\$38.863 (R\$48.846 em 2004) e no consolidado R\$43.887 (R\$56.181 em 2004), R\$44.896 (R\$55.976 em 2004) e R\$39.121 (R\$50.146 em 2004), respectivamente. Com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, foram reconhecidos contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no montante de R\$28.226 (R\$34.691 em 2004) na controladora e R\$28.314 (R\$35.133 em 2004) no consolidado.

- Passivo

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia mantinha registrado contabilmente o imposto de renda e a contribuição social nos montantes de R\$34.633 e R\$57.820 (R\$37.908 e R\$65.167 em 2004), respectivamente, na controladora e no consolidado, referentes à reserva de reavaliação.

b) Imposto de renda e contribuição social do exercício (consolidado)

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação fiscal específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as Companhias mantêm provisão para contingências em montantes que consideram suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nos processos administrativos ou judiciais, como a seguir indicado:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Tributários	4.591	4.043	4.591	4.043
Trabalhistas	450	277	532	277
Judiciais e administrativos	418	21	426	139
Cíveis	<u>162</u>	<u>72</u>	<u>162</u>	<u>72</u>
	<u>5.621</u>	<u>4.413</u>	<u>5.711</u>	<u>4.531</u>

Adicionalmente, existem outras reclamações trabalhistas, processos cíveis e tributários contra a Companhia e sua controlada nos montantes de R\$2.378 na controladora e R\$5.785 no consolidado em 31 de dezembro de 2005 (R\$5.891 e R\$7.886, respectivamente, em 2004) para os quais os consultores jurídicos das Companhias classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas e processos cíveis e tributários.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Está representado por 82.850.686 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 72.350.686 ações ordinárias e 10.500.000 ações preferenciais, sem direito a voto.

b) Dividendos

Do lucro líquido de cada exercício, após a constituição da reserva legal, 5% serão destinados aos acionistas possuidores de ações preferenciais. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembléia Geral.

13. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS

A controladora e sua controlada concedem participação nos lucros e resultados a seus empregados, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 2005, foram registrados no resultado, a título de participação nos lucros, os montantes de R\$1.172 e R\$1.239, respectivamente, na controladora e no consolidado (R\$716 e R\$1.455, respectivamente, na controladora e no consolidado em 2004).

14. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e sua controlada participam do custeio do Plano Gerador de Benefício Livre (contribuição definida) contratado em outubro de 2005 com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano coletivo de previdência privada foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos empregados e executivos das Companhias, cujas contribuições em 2005 totalizaram R\$260 pela Companhia e R\$13 pela sua controlada (R\$273 no consolidado). As contribuições são realizadas pela Companhia e pelos participantes seguindo percentuais preestabelecidos de acordo com faixas progressivas de contribuição.

As contribuições voluntárias podem ser realizadas pelos empregados em bases mensais ou anuais até o limite de 12% de sua renda bruta anual. A Companhia não é obrigada a efetuar a contrapartida sobre as contribuições feitas pelos empregados e está limitada às contribuições mensais realizadas. O contrato firmado com prazo indeterminado pode ser rescindido a qualquer momento, mediante aviso prévio de 60 dias.

15. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.619	2.795	7.045	4.529
Juros recebidos	561	419	639	858
Ajuste a valor presente de financiamentos	2.800	-	2.800	7.941
Outras	<u>1.729</u>	<u>1.120</u>	<u>1.686</u>	<u>1.475</u>
	<u>9.709</u>	<u>4.334</u>	<u>12.170</u>	<u>14.803</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.081)	(7.846)	(5.081)	(13.918)
Provisão para perdas com contratos de "hedge"	(12.272)	(4.276)	(12.272)	(8.434)
Variações monetárias passivas	(1.602)	(888)	(1.602)	(6.251)
CPMF	(2.344)	(649)	(3.201)	(1.938)
Outras	<u>(7.758)</u>	<u>(2.873)</u>	<u>(7.918)</u>	<u>(6.441)</u>
	<u>(29.057)</u>	<u>(16.532)</u>	<u>(30.074)</u>	<u>(36.982)</u>
	<u>(19.348)</u>	<u>(12.198)</u>	<u>(17.904)</u>	<u>(22.179)</u>

16. AVAIS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 os avais e garantias oferecidos pela Companhia a instituições financeiras montavam a R\$13.292 e R\$17.266, respectivamente, referentes a operações de financiamento de vendas - “vendedor”.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada mantêm cobertura de seguros para os bens integrantes do ativo permanente e estoques em montante considerado suficiente pela sua Administração para cobrir os riscos de eventuais sinistros.

18. DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO - LAJIDA (GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL - EBITDA)

Visa conciliar a LAJIDA (EBITDA) com as informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Resultado operacional após os efeitos financeiros	38.572	26.734
Resultado financeiro - líquido (deduzido das variações cambiais - líquidas)	14.662	19.712
Depreciação, amortização e exaustão	37.151	25.178
Amortização do ágio	<u>10</u>	<u>96</u>
LAJIDA	<u>90.395</u>	<u>71.720</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A controladora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros com o propósito de proteger a sua posição de passivos sujeitos à variação cambial, cujos valores provisionados de R\$40.611 (R\$32.287 em 2004) estão registrados na rubrica “Empréstimos e financiamentos”. As demais transações financeiras são pertinentes às suas atividades econômicas e de caráter operacional. Esses instrumentos, em virtude de sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

[página intencionalmente deixa em branco]

Satipel Industrial S.A. e Controlada

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2006 e de 2005 e
Parecer dos Auditores Independentes*

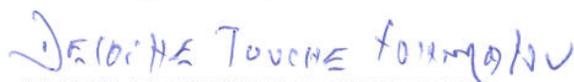
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Satipel Industrial S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Satipel Industrial S.A. e controlada (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de sua controlada. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Satipel Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia e sua controlada, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de março de 2007


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005		2006	2005	2006	2005
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Disponibilidades	4	116.811	29.258	117.265	54.185		31.537	29.961	31.888	30.018
Contas a receber	5	49.990	40.844	51.694	44.198	11	65.417	48.591	67.205	48.591
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.037)	(5.840)	(7.180)	(5.983)		4.799	4.679	5.070	4.986
Estoques	6	25.752	34.358	26.521	35.097		6.292	6.434	6.746	7.095
Impostos a recuperar	7	3.288	1.909	3.288	1.909		-	-	211	484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	9.613	7.905	9.693	7.993	12	21.677	-	-	-
Distribuição de lucros de controlada a receber	8.a	16.973	-	-	-		2.519	3.030	2.574	3.118
Outros ativos		4.035	5.068	4.375	5.428		132.241	92.695	113.694	94.292
Total do ativo circulante		219.425	113.502	205.656	142.827					
NÃO CIRCULANTE										
Realizável a longo prazo:										
Estoques	6	-	1.886	-	1.886	11	191.924	184.150	195.257	184.150
Partes relacionadas	12	-	15.444	-	10.866	13.a	31.267	34.633	51.147	57.820
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	11.880	20.321	11.880	20.321	14	4.094	4.282	4.077	4.262
Impostos a recuperar	7	1.794	-	1.794	-		599	813	599	813
Empréstimos compulsórios		744	821	744	821	8.a	-	-	15.151	-
Fomento florestal		2.300	2.231	2.300	2.231		227.884	223.878	266.231	247.045
Contas a receber	5	1.282	-	1.282	-		-	-	-	-
Outros ativos		1.828	2.571	1.828	2.704		-	-	-	-
Investimentos:										
Outros investimentos	8.a	117	93	117	93		-	-	-	-
Investimentos em controladas e coligadas	8.a	71.620	259.577	-	-	15.a	116.693	154.875	116.693	154.875
Imobilizado	9.a	283.972	315.156	389.093	631.477	15.b	50.347	113	50.347	113
Intangível		1.545	2.546	1.613	2.597	15.d	73.242	273.349	73.242	273.349
Diferido	10	11.106	14.055	11.106	14.055		165	165	165	165
Total do ativo não circulante		388.188	634.701	421.757	687.051		247.488	431.630	247.488	431.630
TOTAL DO ATIVO		607.613	748.203	627.413	829.878		607.613	748.203	627.413	829.878
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA										
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social										
Reservas de capital										
Reserva de reavaliação										
Reserva de lucros										
Lucros acumulados										
Total do patrimônio líquido										
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
RECEITA BRUTA DE VENDAS		430.926	387.390	466.064	423.356
Impostos e outras deduções de vendas		(118.022)	(108.853)	(125.688)	(116.850)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		312.904	278.537	340.376	306.506
Custo dos produtos vendidos		(231.631)	(188.023)	(244.361)	(202.169)
LUCRO BRUTO		81.273	90.514	96.015	104.337
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas		(39.515)	(29.801)	(39.909)	(30.538)
Gerais e administrativas		(12.105)	(12.531)	(12.913)	(15.617)
Remuneração dos administradores		(1.845)	(1.325)	(1.845)	(1.325)
Depreciação, amortização e exaustão		(4.724)	(4.472)	(4.891)	(4.573)
Equivalência patrimonial	8.a	15.690	11.610	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	1.075	(501)	1.110	950
		(41.424)	(37.020)	(58.448)	(51.103)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		39.849	53.494	37.567	53.234
Receitas financeiras	19	5.205	9.709	7.793	12.170
Despesas financeiras	19	(40.687)	(26.588)	(40.849)	(26.604)
CPMF, IOF e outras despesas tributárias		(2.574)	(2.469)	(3.099)	(3.470)
Variação cambial, líquida	20	2.252	3.242	2.252	3.242
Despesas com o processo de abertura de capital		(1.906)	-	(1.907)	-
LUCRO OPERACIONAL		2.139	37.388	1.757	38.572
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS		83	(227)	189	(197)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES		2.222	37.161	1.946	38.375
Participação dos colaboradores	16	-	(1.172)	-	(1.239)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.222	35.989	1.946	37.136
Imposto de renda e contribuição social - correntes	13.b	(1.070)	(9.477)	(3.346)	(11.796)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13.b	(3.367)	(3.190)	(66)	527
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA		(2.215)	23.322	(1.466)	25.867
Participação minoritária		-	-	(749)	(2.545)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.215)	23.322	(2.215)	23.322
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(24)	286		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATPEL INDUSTRIAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital						Total
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ágio na emissão de ações	Reserva de reavaliação De ativos próprios	Reserva de lucros Legal	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004		154.875	113	-	93.701	-	408.308
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(5.867)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.322
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	165	(165)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		154.875	113	-	87.834	165	431.630
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(5.840)	-	-
Cisão parcial de ativos (terras) - AGE de 30 de abril	1	(57.948)	-	-	(25.894)	-	(248.799)
Dividendos distribuídos (R\$37,75 por lote de mil ações)	15.c	-	-	-	-	-	(3.128)
Aumento de capital - AGE de 24 de novembro	15.a	19.766	-	50.234	-	-	70.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(2.215)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		116.693	113	50.234	56.100	165	247.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS					
Das operações sociais:					
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(2.215)	23.322	(2.215)	23.322
Participação minoritária		-	-	749	2.545
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:					
Valor residual do ativo permanente baixado	8 e 9	206	572	161	601
Depreciação, amortização e exaustão	9 e 10	26.019	23.276	37.513	37.151
Encargos financeiros de longo prazo, líquidos		21.114	10.496	21.267	10.496
Amortização de ágio	8.a	10	10	10	10
Equivalência patrimonial	8.a	-	(11.610)	-	-
Provisão para contingências		1.462	682	1.465	654
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	3.367	3.190	66	(527)
Total das operações sociais		49.963	49.938	59.016	74.252
De terceiros e acionistas:					
Aumento do exigível a longo prazo		42.451	8.990	47.422	21.290
Liquidação de contas a receber com partes relacionadas	12	15.444	-	10.866	-
Redução do realizável a longo prazo		3.643	8.099	3.652	8.118
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante		1.708	7.905	1.823	7.993
Recebimento de lucros distribuídos (líquido da equivalência patrimonial)	8.a	19.849	-	-	-
Deságio na aquisição de investimento (resultado de exercícios futuros)	8.a	-	-	15.151	-
Integralização de capital	15.a	70.000	-	70.000	-
Transferência do ativo imobilizado para o circulante		214	6	214	6
Total de terceiros e acionistas		153.309	25.000	149.128	37.407
Total das origens		203.272	74.938	208.144	111.659
APLICAÇÕES DE RECURSOS					
No realizável a longo prazo		4.456	6.018	4.456	1.662
No ativo permanente	8, 9 e 10	72.030	37.865	40.404	53.705
Transferências do exigível a longo prazo para o circulante		57.281	34.371	59.069	34.371
Distribuição de dividendos	15.c	3.128	-	3.128	-
Redução da participação minoritária		-	-	57.660	-
Total das aplicações		136.895	78.254	164.717	89.738
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE		66.377	(3.316)	43.427	21.921
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE					
Ativo circulante:					
No fim do exercício		219.425	113.502	205.656	142.827
No início do exercício		113.502	103.891	142.827	110.662
		105.923	9.611	62.829	32.165
Passivo circulante:					
No fim do exercício		132.241	92.695	113.694	94.292
No início do exercício		92.695	79.768	94.292	84.048
		39.546	12.927	19.402	10.244
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE		66.377	(3.316)	43.427	21.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por atividade preponderante a fabricação e o comércio de painéis de madeira reconstituída, em especial das classes MDP (“Medium Density Particleboard”) e aglomerada, simples ou revestida, e também de componentes semi-acabados para móveis. A Companhia é controladora da Satipel Florestal Ltda., que se dedica a projetos de florestamento e reflorestamento.

Em 30 de abril de 2006, a Companhia e sua controlada Satipel Florestal Ltda. transferiram todos os terrenos de sua propriedade, através de cisões parciais de seus ativos, com exceção daqueles onde se encontram suas instalações industriais, nos montantes de R\$38.242 e R\$210.556, respectivamente, totalizando R\$248.799. Os bens foram transferidos para a empresa relacionada Alanda Participações Ltda., que em etapa posterior foi incorporada pela Companhia Ligna de Investimentos, controladora da Companhia.

Em decorrência dessa cisão parcial, a Companhia registrou uma redução de R\$257.504 no patrimônio líquido, efetuada contra as contas “Capital social” e “Reserva de reavaliação”, nos montantes de R\$57.948 e R\$190.851, respectivamente, e a baixa da parcela correspondente a imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$8.706, em virtude da perda parcial do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social, em decorrência da cisão dos ativos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelos normativos contábeis: Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 27, “Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras”, e nº 22, “Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas”, ambos emitidos pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las aos normativos contábeis mencionados e permitir aos usuários a comparação com o exercício corrente. As principais alterações resultantes da aplicação desses normativos foram quanto à denominação do grupo “Não circulante” no ativo e no passivo e à abertura dos depósitos judiciais como redutor da conta “Provisão para contingências”.

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a) Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios, sendo a receita de venda de produtos reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o cliente.

b) Aplicações financeiras

Representadas por investimentos temporários de alta liquidez que serão mantidos até as suas datas de vencimento e estão registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, exceto pelas ações que compõem os fundos exclusivos de investimento, que estão registradas a valor de mercado.

c) Contas a receber e créditos de liquidação duvidosa

As duplicatas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor estimado pela Administração da Companhia, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Estoques

Demonstrados ao custo médio das compras ou de produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas.

e) Ativos circulante e não circulante (realizável a longo prazo)

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas com base em alíquotas e lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro apurado para fins de tributação são reconhecidos como créditos ou débitos tributários diferidos e, posteriormente, no resultado do exercício com base em sua realização.

Os impostos diferidos estão registrados pelos valores prováveis de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 13.

g) Ativo não circulante (investimentos em controladas, imobilizado, intangível e diferido)

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Investimentos em empresas controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mais o ágio e deságio a amortizar. Os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido da provisão para perdas.
- Depreciação de bens do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 9, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens.
- Exaustão de reflorestamento pelo método de volume de madeira extraída em relação ao volume total esperado de extração.
- Reavaliação do imobilizado, realizada na data-base 31 de dezembro de 2004, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes.
- Amortização do intangível calculada pelo método linear, às taxas anuais de 20%.
- Amortização do diferido representada, substancialmente, por despesas incorridas na implantação do seu novo parque industrial em Uberaba - MG, pelo prazo de dez anos, a partir da ocasião em que os benefícios começaram a ser gerados.

h) Passivos circulante e não circulante (exigível a longo prazo)

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

i) Passivo não circulante - empréstimos e financiamentos

Demonstrado a valor presente na data do balanço, considerando o prazo de pagamento a longo prazo, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

j) Provisão para contingências

Registrada com base em uma estimativa das prováveis perdas nos processos judiciais, preparada pelos consultores jurídicos da Companhia. Em atendimento à NPC nº 22 do IBRACON, os saldos das provisões para contingências estão sendo apresentados líquidos dos respectivos depósitos judiciais, nos casos aplicáveis.

k) Instrumentos financeiros derivativos

As operações de “hedge” e “swap” estão demonstradas pelo regime de competência dos exercícios, por meio do resultado líquido da operação de acordo com condições contratuais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

l) Valores em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. As diferenças decorrentes da conversão da moeda foram reconhecidas nas demonstrações do resultado.

m) Lucro ou prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações nas datas de encerramento do período/exercício.

n) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. Assim, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, ao prazo de amortização do diferido e de realização dos créditos tributários diferidos, às provisões necessárias para créditos de realização duvidosa e contingências e à determinação de provisões para tributos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

o) Informações suplementares

Com o objetivo de permitir análises adicionais acerca da geração de caixa, a Companhia está apresentando como informação suplementar as demonstrações do Lucro Antes dos Juros, Imposto de renda, Depreciação e Amortização - LAJIDA - ajustado e dos Fluxos de Caixa.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, conforme a seguir:

	Participação - %	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Participação direta-		
Satipel Florestal Ltda.	99,99	82,01
Participação indireta (Sociedades em Conta de Participação - SCPs):		
Projeto de Reflorestamento 10	-	0,50
Projeto de Reflorestamento 11	-	0,50
Projeto de Reflorestamento 15	-	0,50

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas nas mesmas datas-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2. Foram eliminados as transações entre as empresas consolidadas decorrentes das participações de uma empresa em outra na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas. A participação dos cotistas minoritários nas empresas controladas foi devidamente destacada.

4. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Caixa e bancos	7.358	9.615	7.547	17.773
Aplicações financeiras:				
Fundos exclusivos de investimentos	84.611	1.004	84.611	14.382
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	20.322	15.336	20.587	17.357
Debêntures (Bradesco Leasing S.A. e Unibanco)	<u>4.520</u>	<u>3.303</u>	<u>4.520</u>	<u>4.673</u>
	<u>116.811</u>	<u>29.258</u>	<u>117.265</u>	<u>54.185</u>

Em 31 de dezembro de 2006, os CDBs na controladora e no consolidado são remunerados por taxas entre 100% e 100,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As debêntures são remuneradas por taxas entre 100% e 100,5% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2006, as parcelas da carteira dos fundos exclusivos de investimentos relativos à renda variável e renda fixa eram compostas pelos seguintes títulos:

	Participação - %	
	Controladora e consolidado	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Renda variável (carteira de ações):		
Instituições financeiras	14,73	9,38
Companhias de telecomunicações	2,40	1,51
Companhias energéticas	5,23	-
Companhias de varejo	0,92	0,74
Outras	<u>9,47</u>	<u>12,36</u>
	<u>32,75</u>	<u>23,99</u>
Renda fixa:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30,13	61,26
Letras do Tesouro Nacional - LTN	32,12	12,77
Notas do Tesouro Nacional - NTN	<u>5,00</u>	<u>1,98</u>
	<u>67,25</u>	<u>76,01</u>

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Clientes mercado interno	47.720	40.607	49.424	43.961
Clientes mercado externo	<u>2.270</u>	<u>237</u>	<u>2.270</u>	<u>237</u>
	<u>49.990</u>	<u>40.844</u>	<u>51.694</u>	<u>44.198</u>
Clientes mercado interno - longo prazo	<u>1.282</u>	-	<u>1.282</u>	-
	<u>1.282</u>	-	<u>1.282</u>	-

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Produtos acabados	7.560	16.418	7.560	16.418
Matérias-primas	13.850	14.213	14.166	14.491
Materiais de manutenção e consumo	4.211	4.006	4.640	4.395
Outros	1.994	818	2.018	890
Provisões para perdas	<u>(1.863)</u>	<u>(1.097)</u>	<u>(1.863)</u>	<u>(1.097)</u>
	<u>25.752</u>	<u>34.358</u>	<u>26.521</u>	<u>35.097</u>
Matérias-primas - longo prazo	-	1.886	-	1.886
	-	<u>1.886</u>	-	<u>1.886</u>

Em 31 de dezembro de 2005, as matérias-primas registradas no realizável a longo prazo referiam-se a madeiras adquiridas de terceiros, tendo sido reclassificadas para o circulante em 31 de dezembro de 2006 devido à mudança na expectativa de corte.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e consolidado	
	2006	2005
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a compensar	634	502
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	586	1.393
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a compensar	3.851	-
Outros	<u>11</u>	<u>14</u>
	<u>5.082</u>	<u>1.909</u>
Parcela de longo prazo	(1.794)	-
Parcela de curto prazo	3.288	1.909

8. INVESTIMENTOS

a) Composição e movimentação dos saldos de investimentos

	2006						2005								
	Satipel Florestal Ltda.			SCPs			Satipel Florestal Ltda.			SCPs					
	Projeto	Projeto	Projeto	Outros	Total	Projeto	Projeto	Projeto	Outros	Total	Projeto	Projeto	Projeto	Outros	Total
10	11	15				10	11	15			10	11	15		
No início do exercício	20	17	19	93	259.670	-	-	-	-	-	-	-	-	486	248.412
Amortização de ágio	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Aquisição de cotas	-	-	-	-	57.660	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deságio na aquisição de cotas	-	-	-	-	(15.151)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão parcial de 30 de abril de 2006	-	-	-	-	(210.556)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimento de dividendos/lucros	(21)	-	(15)	-	(35.539)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-	20	16	15	-	-	-	-	-	-	51
Liquidação dos projetos	(20)	(17)	(14)	-	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(263)	(263)
Provisão para perdas	-	-	-	24	24	-	-	-	-	-	-	-	-	(130)	(130)
Equivalência patrimonial	21	-	10	-	15.690	-	-	-	-	-	1	4	-	-	11.610
No fim do exercício	<u>71.620</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>117</u>	<u>71.737</u>	<u>20</u>	<u>17</u>	<u>19</u>	<u>117</u>	<u>259.521</u>	<u>20</u>	<u>17</u>	<u>19</u>	<u>93</u>	<u>259.670</u>

b) Informações sobre as empresas controladas

	2006				2005			
	Satipel	SCPs			Satipel	SCP		
	Florestal Ltda.	Projeto 10	Projeto 11	Projeto 15	Florestal Ltda.	Projeto 10	Projeto 11	Projeto 15
Quantidade de cotas possuídas	47.839.759	-	-	-	134.309.987	-	-	-
Participação no capital social - %	99,99	-	-	-	82,01	0,50	0,50	0,50
Patrimônio líquido contábil	86.752	-	-	-	316.403	4.085	3.319	3.840
Lucro (prejuízo) do exercício	16.409	4.247	(43)	2.044	14.150	-	46	890

Durante o exercício de 2005, a controlada Satipel Florestal Ltda. constituiu três Sociedades em Conta de Participação - SCPs com o propósito específico de captar recursos financeiros para projetos de reflorestamento, que na qualidade de sócia ostensiva contribuiu através da concessão de uso de florestas e terras, e os demais sócios investidores contribuíram em espécie. Durante o exercício de 2006, a controlada promoveu a liquidação dessas SCPs.

Nos meses de março e abril de 2006 a Companhia adquiriu de empresas ligadas 29.456.513 cotas da controlada Satipel Florestal Ltda. avaliadas a valor contábil no montante de R\$57.660. Tais aquisições geram um deságio total de R\$15.151, registrado na controladora como "Deságio a amortizar" no grupo de investimentos, tendo sido reclassificado para "Resultados de exercícios futuros" para fins de consolidação, para o qual nenhum fundamento econômico foi atribuído.

9. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado reavaliado

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora				Consolidado			
		2006		2005		2006		2005	
		Custo corrigido/ reavaliado	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido	Líquido	Custo corrigido/ reavaliado	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido	Líquido
Terrenos	-	7.184	-	7.184	45.426	7.184	-	7.184	255.982
Edificações	3,74	67.896	5.056	62.840	63.297	69.489	5.268	64.221	64.778
Máquinas e equipamentos	8,35	221.729	34.679	187.050	168.551	221.746	34.679	187.067	168.614
Imobilizações em curso	-	21.749	-	21.749	32.381	54.639	-	54.639	54.598
Projeto de reflorestamento	-	-	-	-	-	84.651	14.861	69.790	80.912
Outros	9,17	<u>10.159</u>	<u>5.010</u>	<u>5.149</u>	<u>5.501</u>	<u>12.521</u>	<u>6.329</u>	<u>6.192</u>	<u>6.593</u>
		<u>328.717</u>	<u>44.745</u>	<u>283.972</u>	<u>315.156</u>	<u>450.230</u>	<u>61.137</u>	<u>389.093</u>	<u>631.477</u>

b) Composição da reavaliação

	Controladora				Consolidado			
	2006		2005		2006		2005	
	Reavaliação	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido	Líquido	Reavaliação	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido	Líquido
Terrenos	6.078	-	6.078	39.992	6.078	-	6.078	247.005
Edificações	34.104	2.716	31.388	32.751	34.958	2.827	32.130	33.549
Máquinas e equipamentos	77.116	16.777	60.340	68.852	77.116	16.777	60.340	68.852
Projeto de reflorestamento	-	-	-	-	70.814	13.090	57.724	67.400
Outros	90	-	90	119	90	-	90	119
	<u>117.388</u>	<u>19.493</u>	<u>97.896</u>	<u>141.714</u>	<u>189.056</u>	<u>32.694</u>	<u>156.362</u>	<u>416.925</u>

c) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Saldo no início do exercício	315.156	300.075	631.477	614.449
Adições:				
Edificações	2.080	639	2.087	695
Máquinas e equipamentos	4.945	10.542	4.945	10.542
Projetos de reflorestamento	-	-	-	4.744
Imobilizações em curso	21.534	22.765	32.207	33.045
Outros	643	700	813	1.472
Total	29.202	34.646	40.052	50.498
(-) Baixas líquidas	(154)	(178)	(161)	(208)
(-) Depreciação e exaustão	(21.990)	(19.387)	(33.476)	(33.262)
(-) Cisão parcial de 30 de abril de 2006	(38.242)	-	(248.799)	-
Saldo no fim do exercício	<u>283.972</u>	<u>315.156</u>	<u>389.093</u>	<u>631.477</u>

10. DIFERIDO

	Controladora e consolidado			
	2006		2005	
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas pré-operacionais	54.718	43.612	11.106	14.055

A redução registrada no saldo líquido entre 2005 e 2006 é representada pela amortização do exercício de 2006, no montante de R\$2.951, compensada pelas adições do exercício, no montante de R\$2.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
				2006	2005	2006	2005
Moeda nacional:							
Capital de giro - "comprar"	1,04% a.m. a 1,17% a.m.	01/2007 a 03/2007	Aval da controladora	8.228	4.650	8.228	4.650
Capital de giro - outros	100% do CDI + 0,68% a.a.	09/2007	Aval da controladora	5.561	-	5.561	-
Nota de Crédito Industrial	TR (*) + 13,2% a.a. + TJLP + 2,5% a.a.	03/2007 a 06/2008	Aval da controladora	7.323	-	12.444	-
CCB - giro longo	100% do CDI + 1,24% a.a.	06/2009 a 12/2010	Hipoteca de ativos no valor de R\$33.393	35.894	-	35.894	-
BNDES - direto	TJLP + 4,5% a.a.	07/2007 a 07/2015	Hipoteca de ativos no valor de R\$26.760	12.734	20.295	12.734	20.295
BNDES - agente	TJLP + 5,5% a.a.	03/2009 a 05/2009	Aval da controladora	993	1.313	993	1.313
BDMG - capital de giro (a)	30% do IGP-M a.m.	12/2016	Fiança da controladora	54.380	35.375	54.380	35.375
BDMG - investimentos e plantio	IPCA (**) + 3,5% a 6% a.a. e IGP-M + 4% a.a.	05/2007 a 01/2018	Fiança da controlada e da controladora e hipoteca de ativos no valor de R\$64.567	39.046	39.119	39.046	39.119
Moeda estrangeira:							
Repasse de linha IIC/BID (b)	Libor + 2,5% a.a.	01/2011	Aval da controladora, caução de títulos e hipoteca de ativos no valor de R\$32.500	47.167	48.283	47.167	48.283
"International Finance Corporation - IFC" (b)	Libor + 4,5% a.a.	01/2011	Hipoteca de ativos no valor de R\$47.149	-	26.806	-	26.806
Aquisição de máquinas - euro	Euribor + 0,6% a.a.	08/2010 a 05/2011	-	1.944	2.082	1.944	2.082
Aquisição de máquinas - dólar (b)	Libor + 0,5% a 0,625% a.a.	05/2009 a 03/2012	58% do saldo correspondendo a aval da controladora e caução de títulos no valor de R\$14.824	44.071	54.818	44.071	54.818
Passivo circulante				257.341	232.741	262.462	232.741
Exigível a longo prazo				(65.417)	(48.591)	(67.205)	(48.591)
				<u>191.924</u>	<u>184.150</u>	<u>195.257</u>	<u>184.150</u>

(*) TR - Taxa Referencial

(**) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

- (a) A Companhia mantém um financiamento no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG de 70% do ICMS devido e recolhido mensalmente, referente às vendas e transferências de produção própria da unidade de Uberaba - MG. O prazo de utilização desse financiamento termina em 1º de maio de 2010. Cada parcela mensal liberada terá carência de 120 meses, contados da data da respectiva liberação, e será paga de uma só vez. A Companhia interpreta essa operação como um incentivo fiscal, registrando, dessa forma, a dívida pelo seu valor presente, e os efeitos desse ajuste são contabilizados no resultado financeiro. O ajuste financeiro é calculado considerando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, projetada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, cujos efeitos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 estão registrados nas rubricas "Despesas financeiras" e "Receitas financeiras", totalizando os montantes demonstrados a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2006	2005
Novas captações, líquidas da recomposição do valor original	5.861	7.617
Ajustes de taxas	(6.992)	(4.817)
	<u>(1.131)</u>	<u>2.800</u>

Para a obtenção desse financiamento o único compromisso assumido pela Companhia foi a construção da unidade industrial na cidade de Uberaba - MG, o que foi cumprido no terceiro trimestre de 2000, e a manutenção das operações da unidade.

- (b) A Companhia contratou operação de assunção recíproca de obrigações mediante troca de posições financeiras ("swaps"), alterando a remuneração de seus passivos lastreados à variação de moeda estrangeira pela variação do CDI com deságio de 2% e 4,5% ao ano, em montante mencionado na nota explicativa nº 23.

Em 2006 a Companhia efetuou o pré-pagamento do contrato de financiamento com o IFC. Um dos subcréditos do referido contrato possuía parte de sua remuneração atrelada a uma participação nos lucros futuros. Dessa forma, ao pré-pagar a dívida, a Companhia absorveu em um único exercício a antecipação da participação nos lucros estimados de exercícios futuros, no montante de R\$7.885 (nota explicativa nº 19), representando esse desembolso um gasto extraordinário não recorrente. O pré-pagamento do financiamento foi considerado vantajoso pela Administração da Companhia, tendo em vista a forte apreciação do real em relação ao dólar norte-americano.

Os montantes dos financiamentos em moeda estrangeira equivalem, em 31 de dezembro de 2006, a US\$42.674 mil e €689 mil (US\$55.499 mil e €752 mil em 31 de dezembro de 2005).

Os vencimentos do exigível a longo prazo estão demonstrados como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
2007	-	39.372	-	39.372
2008	34.760	27.383	38.093	27.383
2009	40.821	26.923	40.821	26.923
2010	33.389	26.244	33.389	26.244
2011 em diante	<u>82.954</u>	<u>64.228</u>	<u>82.954</u>	<u>64.228</u>
	<u>191.924</u>	<u>184.150</u>	<u>195.257</u>	<u>184.150</u>

12. PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas são demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Realizável a longo prazo:				
Satipel Florestal Ltda. (a)	-	4.567	-	-
Companhia Ligna de Investimentos (a)	<u>-</u>	<u>10.877</u>	<u>-</u>	<u>10.866</u>
	<u>-</u>	<u>15.444</u>	<u>-</u>	<u>10.866</u>
Passivo circulante-				
Satipel Florestal Ltda. (a)	<u>21.677</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>21.677</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros saldos e operações:				
Passivo circulante - fornecedores (b)	748	648		
Passivo circulante - outras contas a pagar (c)	-	1.531		
Compras - Satipel Florestal Ltda.	8.863	9.667		

- (a) Referem-se a contratos de mútuo, sem vencimento predeterminado e sem incidência de encargos financeiros.
- (b) Refere-se aos valores a pagar pelas compras de madeira da Satipel Florestal Ltda., as quais são realizadas em condições normais de mercado.
- (c) Em 31 de dezembro de 2005 referia-se ao saldo a pagar pela compra de cotas da ex-controlada Satipel Minas Industrial Ltda.

Adicionalmente, em julho de 2006 a Companhia e sua controlada Satipel Florestal Ltda. firmaram contrato de arrendamento rural dos terrenos objeto da cisão parcial de ativos ocorrida em 30 de abril de 2006, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, junto a Companhia Ligna de Investimentos. Tal contrato possui vencimento para julho de 2036, podendo ser renovado por mais 15 anos. Os desembolsos referentes a esse arrendamento ocorrerão a partir de janeiro de 2007.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	5.825	15.012	5.825	15.012
Variações cambiais não liquidadas - regime de caixa	14.321	12.870	14.321	12.870
Ajuste a valor presente do financiamento	(5.287)	(5.672)	(5.287)	(5.672)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.393	1.985	2.442	2.034
Outras	2.528	2.321	2.559	2.360
Ágio amortizado	<u>1.713</u>	<u>1.710</u>	<u>1.713</u>	<u>1.710</u>
	21.493	28.226	21.573	28.314
Parcela do ativo circulante	<u>(9.613)</u>	<u>(7.905)</u>	<u>(9.693)</u>	<u>(7.993)</u>
Realizável a longo prazo	<u>11.880</u>	<u>20.321</u>	<u>11.880</u>	<u>20.321</u>
Passivo exigível a longo prazo-				
Reserva de reavaliação	<u>31.267</u>	<u>34.633</u>	<u>51.147</u>	<u>57.820</u>

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social na controladora e no consolidado. Esses créditos são mantidos no circulante e no realizável a longo prazo, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% para compensação anual, de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme legislação fiscal vigente.

A Administração, com base em projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados sejam integralmente realizados em até cinco exercícios. Os valores registrados no realizável a longo prazo possuem prazos estimados de realização conforme demonstrado a seguir:

	2006	2005
2007	-	11.189
2008	3.415	5.510
2009	3.074	1.876
2010	2.765	976
2011	<u>2.626</u>	<u>770</u>
	<u>11.880</u>	<u>20.321</u>

A redução registrada nos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social na controladora e no consolidado é substancialmente explicada pelos efeitos da cisão parcial dos ativos da controladora, cujo impacto no imposto de renda diferido foi de R\$8.706.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.222	35.989	1.946	37.136
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	755	12.236	662	12.626
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(5.335)	(3.947)	-	-
Realização da reserva de reavaliação de controlada (lucro presumido)	-	-	(3.308)	(3.718)
Baixa de imposto de renda e contribuição social diferidos - cisão parcial de 30 de abril de 2006 (*)	8.706	-	8.706	-
Outras adições, líquidas	<u>311</u>	<u>4.378</u>	<u>3.896</u>	<u>8.415</u>
Subtotal	<u>4.437</u>	<u>12.667</u>	<u>9.956</u>	<u>17.323</u>
Efeito tributário - lucro presumido das controladas	-	-	(6.544)	(6.054)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>4.437</u>	<u>12.667</u>	<u>3.412</u>	<u>11.269</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, essa baixa decorre exclusivamente da perda parcial do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social, não representando, portanto, uma despesa recorrente de imposto de renda e contribuição social.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa e em trâmite na esfera judicial.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Administração da Companhia e da controlada mantém provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Tributárias	4.959	4.591	4.959	4.591
Trabalhistas	170	450	263	532
Judiciais e administrativas	411	418	411	426
Cíveis	<u>62</u>	<u>162</u>	<u>62</u>	<u>162</u>
	5.602	5.621	5.695	5.711
Depósitos judiciais	(1.508)	(1.339)	(1.618)	(1.449)
	<u>4.094</u>	<u>4.282</u>	<u>4.077</u>	<u>4.262</u>

As principais contingências são descritas a seguir:

Tributárias

Referem-se substancialmente à medida liminar questionando a tomada de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre aquisições de insumos e matérias-primas tributadas à alíquota zero. Em 31 de dezembro de 2006 o montante atualizado monetariamente é de R\$4.959 (R\$4.450 em 31 de dezembro de 2005).

Trabalhistas

Referem-se a diversas reclamações trabalhistas, que foram provisionadas pela Companhia e sua controlada com base em uma estimativa de perda preparada pelos seus assessores legais.

Judiciais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 referem-se substancialmente à provisão para pagamento de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre prestação de serviços de terceiros (responsabilidade solidária) no montante de aproximadamente R\$400.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2006 existem outras reclamações trabalhistas e processos cíveis e tributários contra a Companhia e sua controlada nos montantes de R\$4.341 na controladora e R\$6.271 no consolidado (R\$2.380 e R\$5.790, respectivamente, em 31 de dezembro de 2005), para os quais os assessores legais das companhias classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas e processos cíveis e tributários.

A movimentação dos saldos da provisão para contingências está substancialmente representada pela atualização monetária referente à medida liminar questionando a tomada de créditos de IPI sobre aquisições de insumos e matérias-primas tributadas à alíquota zero, no montante de aproximadamente R\$505, e pela liquidação de processos trabalhistas, no montante de aproximadamente R\$280.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2005 era representado por 82.850.686 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de novembro de 2006, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$19.766, mediante emissão de 9.205.632 novas ações ordinárias. Em virtude do aumento, o capital social passou a ser representado por 92.056.318 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de capital (ágio na emissão de ações)

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 9.205.632 ações ordinárias conforme mencionado anteriormente.

c) Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembléia Geral.

O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários.

Em 31 de agosto de 2006 foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária - AGE a distribuição de dividendos no montante de R\$3.128, referente aos lucros acumulados até o exercício de 31 de dezembro de 2005. Tais dividendos foram pagos no mês de setembro de 2006.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, em virtude de o assunto ainda estar em discussão, a Administração propôs que os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2006 no montante de R\$7.041 fossem mantidos como tal, cuja destinação será definida em Assembléia Geral Ordinária que apreciará as contas do exercício.

d) Reserva de reavaliação

Constitui-se da mais-valia dos bens do ativo imobilizado, líquida dos efeitos tributários, determinada com base em laudos de avaliação emitidos por peritos independentes.

16. PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES

A controladora e sua controlada concedem participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

Para o exercício de 2006, devido ao não-alcance das metas, não foi destacada no resultado a participação nos lucros. Em 2005, foram registrados no resultado os montantes de R\$1.172 e R\$1.239, respectivamente, na controladora e no consolidado. Desses montantes, a parcela destinada aos administradores em 31 de dezembro de 2005 totaliza R\$57.

17. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e sua controlada participam do custeio do Plano Gerador de Benefício Livre (contribuição definida) contratado no Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano coletivo de previdência privada foi contratado em outubro de 2005 com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos, cujas contribuições em 2006 totalizaram R\$1.046 e R\$1.064, respectivamente, na controladora e no consolidado (R\$260 e R\$273, respectivamente, na controladora e no consolidado em 2005). As contribuições são realizadas pelas empresas e pelos participantes seguindo percentuais preestabelecidos de acordo com faixas progressivas de contribuição.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Referem-se substancialmente a receitas auferidas com venda de matérias-primas e resíduos de madeira, cujos montantes registrados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram de R\$1.085 e R\$1.120, respectivamente, na controladora e no consolidado (despesa de R\$491 e receita de R\$960, respectivamente, na controladora e no consolidado), registradas durante o exercício de 31 de dezembro de 2005).

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.239	4.619	6.687	7.045
Juros recebidos	265	561	448	639
Ajuste a valor presente de financiamentos	-	2.800	-	2.800
Outras	<u>701</u>	<u>1.729</u>	<u>658</u>	<u>1.686</u>
	5.205	9.709	7.793	12.170
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.781)	(5.081)	(13.846)	(5.081)
Provisão para perdas com contratos de "hedge"	(7.459)	(12.272)	(7.459)	(12.272)
Variações monetárias passivas	(2.376)	(1.602)	(2.495)	(1.602)
Despesas com operações de "comprar" e "vender"	(4.394)	(4.096)	(4.394)	(4.096)
Despesas com pré-pagamento do IFC (nota explicativa nº 11)	(7.885)	-	(7.885)	-
Outras	<u>(4.792)</u>	<u>(3.537)</u>	<u>(4.770)</u>	<u>(3.553)</u>
	<u>(40.687)</u>	<u>(26.588)</u>	<u>(40.849)</u>	<u>(26.604)</u>

20. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

A composição da variação cambial líquida é como segue:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Variação cambial ativa sobre contas a receber	114	544
Variação cambial ativa sobre empréstimos e financiamentos	2.258	2.884
Variação cambial passiva sobre contas a pagar	<u>(120)</u>	<u>(186)</u>
Total	<u>2.252</u>	<u>3.242</u>

21. AVAIS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 os avais e as garantias oferecidos pela Companhia a instituições financeiras montavam a R\$14.813 e R\$13.292, respectivamente, referentes a operações de financiamento de vendas - “vendedor”.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada mantêm cobertura de seguros para os bens integrantes do ativo permanente e estoques em montante considerado suficiente pela sua Administração para cobrir os riscos de eventuais sinistros.

<u>Itens</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas, equipamentos e estoques	246.540
Lucros cessantes	Não-realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	81.444
Florestas	Incêndio, inclusive decorrente de tumulto, raio e explosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos, fumaça, atos dolosos, despesas fixas e geadas	12.600
Transporte - venda	Danos causados ao bem, inclusive roubo nos mercados interno e externo	1.500
Transporte - importação	Danos causados ao bem, inclusive roubo	1.100
Responsabilidade civil	Danos ocasionados a terceiros em razão da atividade- -fim, danos morais e defeito do produto fabricado	6.800
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto para 72 veículos	2.365

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A Companhia e sua controlada participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remunerações efetivamente negociadas, visto que as Companhias têm o objetivo de manter tais investimentos até o momento de seu efetivo resgate. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços.

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros e demais encargos financeiros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

b) Risco da taxa de câmbio e da taxa de juros

A controladora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros com o propósito de proteger a sua posição de passivos sujeitos à variação cambial, cujos valores de R\$41.843 em 31 de dezembro de 2006 (R\$40.611 em 31 de dezembro de 2005) estão registrados na rubrica “Empréstimos e financiamentos”, através da fixação dos referidos encargos à variação do CDI conforme nota explicativa nº 11, o que reflete o valor de mercado.

A controladora está exposta a flutuações decorrentes de contratos de financiamentos firmados, sendo a TJLP com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e as taxas Libor e Euribor com o Banco Santander e HVB Corporate e Markets e Libor com o Banco ABN Amro Real.

c) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, os valores de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras, devido à natureza de curto prazo destes.

A seguir estão demonstrados os valores dos empréstimos e financiamentos considerando os valores contábeis e de mercado:

	Controladora		Consolidado	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Empréstimos e financiamentos	257.341	253.690	262.462	258.811

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e vencimentos remanescentes similares.

24. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de subprodutos de madeira, vigente até 31 de dezembro de 2009, devendo ser adquiridos insumos de acordo com as especificações técnicas até um limite mensal de 10.000 metros cúbicos sólidos de madeira. O valor presente do compromisso futuro com esse contrato, considerando a aquisição até o limite máximo de 10.000 metros cúbicos de subprodutos de madeira, soma em 31 de dezembro de 2006 o montante de aproximadamente R\$9.932 (R\$13.243 em 31 de dezembro de 2005).

Também possui um contrato de fornecimento de resina utilizada no processo produtivo, vigente até 1º de abril de 2009. Tal contrato não prevê compromissos de compra mínima de resina, entretanto define que a Companhia deverá única e exclusivamente adquirir tal insumo do fornecedor contratado. Adicionalmente, o contrato define os preços de fornecimento das resinas especificadas e as condições de reajuste de preço.

Satipel Industrial S.A. e Controlada

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Satipel Florestal Ltda. possuem compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos, cujos desembolsos estão previstos para ocorrerem a partir de janeiro de 2007. Vide detalhes na nota explicativa nº 12.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.215)	23.322	(2.215)	23.322
Itens que não afetam o caixa:				
Valor residual do ativo permanente baixado	206	572	161	601
Depreciação, amortização e exaustão	26.019	23.276	37.513	37.151
Encargos financeiros, líquidos	21.953	11.047	22.106	11.047
Amortização de ágio	10	10	10	10
Equivalência patrimonial	(15.690)	(11.610)	-	-
Provisão para devedores duvidosos	1.197	(2.828)	1.197	(2.829)
Provisão para perdas nos estoques	766	68	766	68
Provisão para contingências	26	1.208	31	1.180
Participação minoritária	-	-	749	2.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.367	3.190	66	(528)
	35.639	48.255	60.384	72.567
(Aumento) redução de ativos:				
Contas a receber de clientes	(10.428)	(10.775)	(8.778)	(12.079)
Estoques	9.726	(7.353)	9.696	(7.526)
Recebimentos de lucros	18.566	-	-	-
Outros ativos	(1.389)	2.004	(1.236)	(3.605)
Subtotal	16.475	(16.124)	(318)	(23.210)
Aumento (redução) de passivos:				
Fornecedores	1.576	6.245	1.870	5.026
Obrigações trabalhistas	120	1.484	84	1.577
Obrigações tributárias	(142)	1.532	(622)	1.610
Outros passivos	(725)	(230)	(758)	(1.865)
Subtotal	829	9.031	574	6.348
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	52.943	41.162	60.640	55.705
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições de ativo permanente	(48.899)	(27.386)	(59.793)	(43.226)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(48.899)	(27.386)	(59.793)	(43.226)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(9.607)	(20.735)	(4.639)	(20.735)
Liquidação de empréstimos - partes relacionadas	-	(12.300)	-	-
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas	26.244	2.146	-	6.724
Integralização de capital	70.000	-	70.000	-
Pagamentos de dividendos	(3.128)	-	(3.128)	-
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	83.509	(30.889)	62.233	(14.011)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	87.553	(17.113)	63.080	(1.532)
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	29.258	46.371	54.185	55.717
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	116.811	29.258	117.265	54.185
	87.553	(17.113)	63.080	(1.532)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	1.399	10.254	3.398	12.052
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	8.641	10.152	8.683	10.152
Pagamento de operações com derivativos	10.654	12.096	10.654	12.096

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA (CONSOLIDADO)

DEMONSTRAÇÕES DO LUCRO ANTES DOS JUROS, IMPOSTO DE RENDA, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO - LAJIDA AJUSTADO (GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL - EBITDA) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (NÃO AUDITADAS)
(Em milhares de reais)

Essas demonstrações visam conciliar o LAJIDA ajustado (EBITDA) com as informações contidas nas demonstrações consolidadas da Companhia:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.215)	23.322
Resultado financeiro, líquido (deduzido das variações cambiais, líquidas)	35.810	14.662
Depreciação, amortização e exaustão	37.513	37.151
Impostos de renda e contribuição social	3.412	11.269
Participação minoritária, dos empregados e resultado não operacional	560	3.981
Amortização do ágio	10	10
LAJIDA AJUSTADO (EBITDA)	<u><u>75.090</u></u>	<u><u>90.395</u></u>

O LAJIDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os exercícios apresentados. Também não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O LAJIDA não tem um significado padronizado e nossa definição de LAJIDA, eventualmente, pode não ser comparável ao LAJIDA ou EBITDA ajustado definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Companhia. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o LAJIDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

[página intencionalmente deixa em branco]

Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2007 e revisadas na extensão dos procedimentos definidos pela NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria n.o 04 – Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras para o semestre encerrado em 30 de junho de 2006

[página intencionalmente deixa em branco]

Satipel Industrial S.A. e Controlada

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2007 e
Parecer dos Auditores Independentes*

(Reapresentação)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Satipel Industrial S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Satipel Industrial S.A. e controlada (controladora e consolidado), levantados em 30 de junho de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao período de seis meses findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de sua controlada. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Satipel Industrial S.A. em 30 de junho de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2007, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia e sua controlada, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2007, tomadas em conjunto.

5. Anteriormente, examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e revisamos as demonstrações do resultado, das origens e aplicações de recursos e dos fluxos de caixa referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, apresentadas para fins de comparação, sobre os quais emitimos parecer e relatório de revisão limitada, sem ressalvas, datados de 2 de março de 2007 e 4 de agosto de 2006, respectivamente.

São Paulo, 20 de julho de 2007, exceto pela nota explicativa nº 15.c), cuja data é 24 de agosto de 2007


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		06/2007	12/2006	06/2007	12/2006		06/2007	12/2006	06/2007	12/2006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Disponibilidades	4	124.637	116.811	125.418	117.265		28.573	31.537	29.704	31.888
Contas a receber	5	51.884	49.990	54.703	51.694	11	64.284	65.417	68.736	67.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.710)	(7.037)	(6.853)	(7.180)		6.366	4.799	6.753	5.070
Estoques	6	23.695	25.752	24.395	26.521		9.116	6.292	10.330	6.957
Impostos a recuperar	7	3.105	3.288	3.105	3.288	15.c)	10.000	-	10.000	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a)	5.953	9.613	6.252	9.693	12	7.856	21.677	-	-
Distribuição de lucros de controlada a receber	8.a)	-	16.973	-	-		2.167	2.519	2.827	2.574
Outros ativos		3.964	4.035	4.082	4.375		128.362	132.241	128.350	113.694
Total do ativo circulante		206.528	219.425	211.102	205.656					
NÃO CIRCULANTE										
Realizável a longo prazo:										
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a)	11.307	11.880	11.307	11.880	11	215.029	191.924	215.863	195.257
Impostos a recuperar	7	2.505	1.794	2.505	1.794	13.a)	29.199	31.267	47.048	51.147
Fomento florestal		2.300	2.300	2.300	2.300	14	4.163	4.094	4.165	4.077
Contas a receber	5	1.330	1.282	1.330	1.282		558	599	558	599
Outros ativos		1.861	2.572	1.861	2.572	8.b)	-	-	15.151	15.151
Investimentos:							248.949	227.884	282.785	266.231
Outros investimentos	8.a)	139	117	139	117					
Investimento em controlada	8.a)	74.022	71.620	-	-	15.a)	116.693	116.693	116.693	116.693
Imobilizado	9	300.833	283.972	404.043	389.093		50.347	50.347	50.347	50.347
Intangível		1.403	1.545	1.465	1.613	15.d)	68.152	73.242	68.152	73.242
Diferido	10	10.487	11.106	10.487	11.106		165	165	165	165
Total do ativo não circulante		406.187	388.188	435.437	421.757		47	7.041	47	7.041
TOTAL DO ATIVO		612.715	607.613	646.539	627.413		612.715	607.613	646.539	627.413
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Fornecedores		28.573	31.537	29.704	31.888					
Empréstimos e financiamentos		64.284	65.417	68.736	67.205					
Salários, provisões e contribuições sociais		6.366	4.799	6.753	5.070					
Impostos a recolher		9.116	6.292	10.330	6.957					
Dividendos a pagar		10.000	-	10.000	-					
Partes relacionadas		7.856	21.677	-	-					
Outras obrigações		2.167	2.519	2.827	2.574					
Total do passivo circulante		128.362	132.241	128.350	113.694					
PASSIVO NÃO CIRCULANTE										
Exigível a longo prazo:										
Empréstimos e financiamentos		215.029	191.924	215.863	195.257					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29.199	31.267	47.048	51.147					
Provisão para contingências		4.163	4.094	4.165	4.077					
Outras obrigações		558	599	558	599					
Resultado de exercícios futuros		-	-	15.151	15.151					
Total do passivo não circulante		248.949	227.884	282.785	266.231					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social		116.693	116.693	116.693	116.693					
Reserva de capital		50.347	50.347	50.347	50.347					
Reservas de reavaliação		68.152	73.242	68.152	73.242					
Reservas de lucros - legal		165	165	165	165					
Lucros acumulados		47	7.041	47	7.041					
Total do patrimônio líquido		235.404	247.488	235.404	247.488					
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		612.715	607.613	646.539	627.413					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		06/2007	06/2006	06/2007	06/2006
RECEITA BRUTA DE VENDAS		253.594	201.700	269.884	221.475
Impostos e outras deduções de vendas		(69.411)	(55.624)	(73.069)	(59.896)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		184.183	146.076	196.815	161.579
Custo dos produtos vendidos		(122.715)	(108.533)	(130.446)	(115.286)
LUCRO BRUTO		61.468	37.543	66.369	46.293
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas		(19.088)	(18.969)	(19.322)	(19.160)
Gerais e administrativas		(5.985)	(5.444)	(6.451)	(5.853)
Remuneração dos administradores		(1.220)	(657)	(1.220)	(657)
Depreciação e amortização		(2.114)	(2.360)	(2.200)	(2.443)
Equivalência patrimonial	8.a)	2.407	8.840	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	957	281	(1.921)	312
		(25.043)	(18.309)	(31.114)	(27.801)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		36.425	19.234	35.255	18.492
Receitas financeiras	19	9.744	4.390	9.775	5.675
Despesas financeiras	19	(14.328)	(17.463)	(14.568)	(17.524)
CPMF, IOF e outras despesas tributárias		(1.328)	(1.002)	(1.397)	(1.276)
Variação cambial, líquida	20	1.362	2.554	1.362	2.554
Despesas com o processo de abertura de capital		(89)	(373)	(166)	(374)
LUCRO OPERACIONAL		31.786	7.340	30.261	7.547
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	21	(2.390)	(19)	(2.396)	156
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES		29.396	7.321	27.865	7.703
Participação dos colaboradores	16	(943)	(785)	(1.009)	(906)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		28.453	6.536	26.856	6.797
Imposto de renda e contribuição social - correntes	13.b)	(5.096)	(644)	(5.747)	(1.828)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13.b)	(2.165)	(7.352)	83	(5.679)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		21.192	(1.460)	21.192	(710)
Participação de minoritários no prejuízo líquido do período/exercício		-	-	-	(750)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO/EXERCÍCIO		21.192	(1.460)	21.192	(1.460)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		230	(18)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
 PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2007 E O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital			Reserva de reavaliação		Reserva de lucros Legal	Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Ágio na emissão de ações	De ativos próprios	De ativos de controladas				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		154.875	113	-	87.834	185.515	165	3.128	431.630	
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(5.840)	(3.416)	-	9.256	-	
Cisão parcial de ativos (terras) - AGE de 30 de abril de 2006		(57.948)	-	-	(25.894)	(164.957)	-	-	(248.799)	
Distribuição de dividendos (R\$37,75 por lote de mil ações)	15.c)	-	-	-	-	-	-	(3.128)	(3.128)	
Aumento de capital - AGE de 24 de novembro de 2006	15.a) e 15.b)	19.766	-	50.234	-	-	-	-	70.000	
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(2.215)	(2.215)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		116.693	113	50.234	56.100	17.142	165	7.041	247.488	
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(3.702)	(1.388)	-	5.090	-	
Distribuição de dividendos (R\$27,16 por lote de mil ações)	15.c)	-	-	-	-	-	-	(2.500)	(2.500)	
Distribuição de juros sobre o capital próprio (R\$55,90 por lote de mil ações)	15.c)	-	-	-	-	-	-	(5.146)	(5.146)	
Distribuição de dividendos (R\$49,34 por lote de mil ações)	15.c)	-	-	-	-	-	-	(4.542)	(4.542)	
Dividendos antecipados (R\$120,45 por lote de mil ações)	15.c)	-	-	-	-	-	-	(11.088)	(11.088)	
Dividendos antecipados (R\$108,63 por lote de mil ações)	15.c)	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	21.192	21.192	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007		116.693	113	50.234	52.398	15.754	165	47	235.404	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		06/2007	06/2006	06/2007	06/2006
ORIGENS DE RECURSOS					
Das operações sociais:					
Lucro (prejuízo) líquido do período		21.192	(1.460)	21.192	(1.460)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:					
Valor residual do ativo permanente baixado	9	2.412	59	2.418	59
Depreciação, amortização e exaustão		13.913	12.397	20.989	18.206
Encargos financeiros de longo prazo, líquidos		8.341	6.199	8.570	6.199
Amortização de ágio	8.a)	5	5	5	5
Equivalência patrimonial	8.b)	(2.407)	(8.840)	-	-
Provisão para contingências	14	350	-	369	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.165	7.352	(83)	5.679
Total das operações sociais		45.971	15.712	53.460	28.688
De terceiros:					
Aumento do exigível a longo prazo		44.577	37.934	44.590	37.934
Liquidação de contas a receber com partes relacionadas		-	14.597	-	9.196
Redução do realizável a longo prazo		339	2.658	339	3.491
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante		-	50	-	166
Deságio na aquisição de investimento (resultado de exercícios futuros)	8.b)	-	-	-	15.151
Transferência do ativo imobilizado para o circulante		42	-	42	-
Total de terceiros		44.958	55.239	44.971	65.938
Total das origens		90.929	70.951	98.431	94.626
APLICAÇÕES DE RECURSOS					
No realizável a longo prazo		4.418	4.995	4.199	5.817
No ativo permanente		32.489	56.685	37.659	19.074
Transferências do exigível a longo prazo para o circulante		29.764	15.125	32.507	15.125
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	15.c)	33.276	-	33.276	-
Redução da participação minoritária		-	-	-	56.911
Total das aplicações		99.947	76.805	107.641	96.927
DIMINUIÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE		(9.018)	(5.854)	(9.210)	(2.301)
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE					
Ativo circulante:					
No fim do período		206.528	144.379	211.102	166.397
No início do período		219.425	113.502	205.656	142.827
		(12.897)	30.877	5.446	23.570
Passivo circulante:					
No fim do período		128.362	129.426	128.350	120.163
No início do período		132.241	92.695	113.694	94.292
		(3.879)	36.731	14.656	25.871
DIMINUIÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE		(9.018)	(5.854)	(9.210)	(2.301)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por atividade preponderante a fabricação e o comércio de painéis de madeira reconstituída, em especial das classes MDP (“Medium Density Particleboard”) e aglomerada, simples ou revestida, e também de componentes semi-acabados para móveis. A Companhia é controladora da Satipel Florestal Ltda., que se dedica a projetos de florestamento e reflorestamento.

Em 30 de abril de 2006, a Companhia e sua controlada Satipel Florestal Ltda. transferiram todos os terrenos de sua propriedade, através de cisões parciais de seus ativos, com exceção daqueles onde se encontram suas instalações industriais, nos montantes de R\$38.242 e R\$210.557, respectivamente, totalizando R\$248.799, para a empresa relacionada Alanda Participações Ltda., que em etapa posterior foi incorporada pela Companhia Ligna de Investimentos, controladora da Companhia.

Em decorrência dessa cisão parcial, a Companhia registrou uma redução de R\$257.504 no patrimônio líquido, efetuada contra as contas “Capital social” e “Reserva de reavaliação”, nos montantes de R\$57.948 e R\$190.851, respectivamente, e a baixa da parcela correspondente a imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$8.705, em virtude da perda parcial do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social, em decorrência da cisão dos ativos.

A Companhia iniciou, no primeiro semestre de 2007, os investimentos para a instalação de uma fábrica de MDF (“Medium Density Fiberboard”) na unidade industrial de Uberaba - MG, adicionando, assim, um novo tipo de painel em sua carteira de produtos. O início da produção está previsto para o primeiro semestre de 2008.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelos normativos contábeis: Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 27, “Apresentação e Divulgações”, e nº 22, “Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas”, ambos emitidos pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

A preparação dessas demonstrações financeiras interinas tem como propósito a solicitação do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM em conexão com o processo de distribuição pública das ações da Companhia.

Em virtude do processo de distribuição pública de ações da Companhia, solicitado perante a CVM, a Administração da Companhia reemitiu suas demonstrações financeiras a fim de aprimorar exclusivamente a divulgação da nota explicativa nº 15.c), relativa à distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. As informações sobre os saldos, a disposição das contas e a estrutura dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, das demonstrações das mutações do patrimônio líquido, das demonstrações das origens e aplicações de recursos e das demonstrações dos fluxos de caixa, incluídos nas demonstrações financeiras, não diferem daquelas anteriormente divulgadas pela Companhia.

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a) Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios, sendo a receita de venda de produtos reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o cliente.

b) Aplicações financeiras

Representadas por investimentos temporários de alta liquidez que serão mantidos até as suas datas de vencimento e estão registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, exceto pelas ações que compõem os fundos de investimento, que estão registradas a valor de mercado.

c) Contas a receber e créditos de liquidação duvidosa

As duplicatas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor estimado pela Administração da Companhia e de sua controlada, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Estoques

Demonstrados ao custo médio das compras ou de produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas.

e) Ativos circulante e não circulante (realizável a longo prazo)

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas com base em alíquotas e lucros tributáveis ajustados conforme legislação específica.

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro apurado para fins de tributação são reconhecidos como créditos ou débitos tributários diferidos e, posteriormente, no resultado do exercício com base em sua realização.

Os impostos diferidos estão registrados pelos valores prováveis de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 13.

g) Ativo não circulante (investimento em controlada, imobilizado, intangível e diferido)

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial, mais o ágio e deságio a amortizar. Os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido da provisão para perdas.
- Juros capitalizados ao imobilizado durante o período de construção dos bens, quando aplicável.
- Depreciação de bens do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 9, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens.
- Exaustão dos projetos de reflorestamento pelo método de volume de madeira extraída em relação ao volume total esperado de extração.
- Reavaliação do imobilizado, realizada na data-base 31 de dezembro de 2004, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes.
- Amortização do intangível calculada pelo método linear, às taxas anuais de 20%.
- Amortização do diferido pelo prazo de dez anos, a partir da ocasião em que os respectivos benefícios começaram a ser gerados.

h) Passivo circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

i) Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante)

Demonstrado a valor presente na data do balanço, considerando o prazo de pagamento a longo prazo, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

j) Provisão para contingências

Registrada com base em uma estimativa das prováveis perdas nos processos judiciais, preparada pelos consultores jurídicos da Companhia. Em atendimento à NPC nº 22 do IBRACON, os saldos das provisões para contingências estão sendo apresentados líquidos dos respectivos depósitos judiciais, nos casos aplicáveis.

k) Instrumentos financeiros derivativos

As operações de “hedge” e “swap” estão demonstradas pelo regime de competência dos exercícios, por meio do resultado líquido da operação de acordo com condições contratuais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

l) Valores em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. As diferenças decorrentes da conversão da moeda foram reconhecidas nas demonstrações do resultado.

m) Lucro ou prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações nas datas de encerramento do período.

n) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. Assim, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, ao prazo de amortização do diferido e de realização dos créditos tributários diferidos, às provisões necessárias para créditos de realização duvidosa e contingências e à determinação de provisões para tributos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

o) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados na demonstração do resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido do período e incluídos como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

p) Informações suplementares

Com o objetivo de permitir análises adicionais acerca da geração de caixa, a Companhia está apresentando como informação suplementar as demonstrações dos fluxos de caixa.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2007 e exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada direta, Satipel Florestal Ltda., da qual a Companhia detém 99,99% de participação.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas nas mesmas datas-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2. Foram eliminados os efeitos das transações entre as empresas consolidadas decorrentes das participações de uma empresa em outra na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e no resultado da controlada, bem como os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas. A parcela relativa à participação dos cotistas minoritários no resultado da controlada referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 foi devidamente destacada.

4. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	06/2007	12/2006	06/2007	12/2006
Caixa e bancos	4.630	7.358	5.411	7.547
Aplicações financeiras:				
Fundos de investimentos	82.208	84.611	82.208	84.611
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	26.902	20.322	26.902	20.587
Debêntures (Bradesco Leasing S.A. e Unibanco)	<u>10.897</u>	<u>4.520</u>	<u>10.897</u>	<u>4.520</u>
	<u>124.637</u>	<u>116.811</u>	<u>125.418</u>	<u>117.265</u>

Em 30 de junho de 2007, os CDBs na controladora e no consolidado são remunerados por taxas entre 100% e 100,2% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100% e 100,6% em 31 de dezembro de 2006). As debêntures são remuneradas por taxas entre 100% e 101% do CDI (100% e 100,5% em 31 de dezembro de 2006).

Em 30 de junho de 2007, os fundos de investimentos eram remunerados por taxas médias de 136,4% da variação do CDI. A composição dos fundos possui a seguinte carteira:

	Participação - %	
	Controladora e consolidado	
	06/2007	12/2006
Multimercado (a)	59,26	43,52
Multimercado - "long short" (b)	15,96	13,16
Renda fixa	21,22	43,32
Renda variável	<u>3,56</u>	<u>-</u>
	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

(a) Composto por títulos públicos e privados, cupom cambial, cupom de inflação e títulos de dívida externa.

(b) Composto por ações de diversas companhias, com operações simultâneas de compra e venda de papéis.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>
Clientes mercado interno	49.420	47.720	52.239	49.424
Clientes mercado externo	<u>2.464</u>	<u>2.270</u>	<u>2.464</u>	<u>2.270</u>
	<u>51.884</u>	<u>49.990</u>	<u>54.703</u>	<u>51.694</u>
Clientes mercado interno - não circulante	<u>1.330</u>	<u>1.282</u>	<u>1.330</u>	<u>1.282</u>
	<u>1.330</u>	<u>1.282</u>	<u>1.330</u>	<u>1.282</u>

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>
A vencer	44.252	42.171	46.928	43.732
Vencidos até 30 dias	509	346	509	346
Vencidos de 31 a 60 dias	75	112	75	112
Vencidos de 61 a 90 dias	87	208	87	208
Vencidos há mais de 90 dias (*)	<u>8.291</u>	<u>8.435</u>	<u>8.434</u>	<u>8.578</u>
	<u>53.214</u>	<u>51.272</u>	<u>56.033</u>	<u>52.976</u>

(*) Nessa classificação estão incluídos substancialmente títulos vencidos há mais de um ano, para os quais foram constituídas provisões para liquidação duvidosa.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>
Produtos acabados	5.488	7.560	5.488	7.560
Matérias-primas	13.205	13.850	13.435	14.166
Materiais de manutenção e consumo	4.010	4.211	4.456	4.640
Outros	2.888	1.994	2.912	2.018
Provisões para perdas	<u>(1.896)</u>	<u>(1.863)</u>	<u>(1.896)</u>	<u>(1.863)</u>
	<u>23.695</u>	<u>25.752</u>	<u>24.395</u>	<u>26.521</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e consolidado	
	06/2007	12/2006
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a compensar	4.645	3.851
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a compensar	794	634
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	160	586
Outros	<u>11</u>	<u>11</u>
	<u>5.610</u>	<u>5.082</u>
Parcela do ativo circulante	(3.105)	(3.288)
Parcela do ativo não circulante	2.505	1.794

8. INVESTIMENTOS

a) Composição e movimentação dos saldos de investimentos

	06/2007			12/2006					
	Satipel Florestal		Total	Satipel Florestal		SCPs			Total
	Ltda.	Outros		Ltda.	Projeto 10	Projeto 11	Projeto 15	Outros	
No início do período/exercício	71.620	117	71.737	259.521	20	17	19	93	259.670
Amortização de ágio	(5)	-	(5)	(10)	-	-	-	-	(10)
Aquisição de cotas	-	-	-	57.660	-	-	-	-	57.660
Deságio na aquisição de cotas	-	-	-	(15.151)	-	-	-	-	(15.151)
Cisão parcial de 30 de abril de 2006	-	-	-	(210.556)	-	-	-	-	(210.556)
Distribuição de lucros (*)	-	-	-	(35.503)	(21)	-	(15)	-	(35.539)
Liquidação dos projetos	-	-	-	-	(20)	(17)	(14)	-	(51)
Reversão da provisão para perdas	-	22	22	-	-	-	-	24	24
Equivalência patrimonial	<u>2.407</u>	<u>-</u>	<u>2.407</u>	<u>15.659</u>	<u>21</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>15.690</u>
No fim do período/exercício	<u>74.022</u>	<u>139</u>	<u>74.161</u>	<u>71.620</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>117</u>	<u>71.737</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2006, do montante total declarado, o saldo de R\$16.973 encontrava-se pendente de recebimento.

b) Informações sobre as empresas controladas

	06/2007		12/2006		
	Satipel Florestal	Total	Satipel Florestal		SCP
	Ltda.		Ltda.	Projeto 10	Projeto 11
Quantidade de cotas possuídas	47.839.759	47.839.759	-	-	-
Participação no capital social - %	99,99	99,99	-	-	-
Patrimônio líquido contábil	89.160	86.753	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período/exercício	2.407	16.409	4.247	(43)	2.044

Durante o exercício de 2005, a controlada Satipel Florestal Ltda. constituiu três Sociedades em Conta de Participação - SCPs com o propósito específico de captar recursos financeiros para projetos de reflorestamento, que na qualidade de sócia ostensiva contribuiu através da concessão de uso de florestas e terras, e os demais sócios investidores contribuíram em espécie. Durante o exercício de 2006, a controlada promoveu a liquidação dessas SCPs.

Nos meses de março e abril de 2006 a Companhia adquiriu de empresas ligadas 29.456.513 cotas da controlada Satipel Florestal Ltda. avaliadas a valor contábil no montante de R\$57.660. Tais aquisições geraram um deságio total de R\$15.151, registrado na controladora como "Deságio a amortizar" no grupo de investimentos, tendo sido reclassificado para "Resultados de exercícios futuros" para fins de consolidação, para o qual nenhum fundamento econômico foi atribuído.

9. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora

	Taxa média anual de depreciação - %	06/2007			12/2006		
		Custo corrigido/reavaliado	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido	Custo corrigido/reavaliado	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido
Terrenos	-	7.184	-	7.184	7.184	-	7.184
Edificações	3,73	70.043	6.364	63.679	67.896	5.056	62.840
Máquinas e equipamentos	9,34	221.822	43.383	178.439	221.729	34.679	187.050
Imobilizações em curso	-	45.861	-	45.861	21.749	-	21.749
Outros	9,17	<u>11.188</u>	<u>5.518</u>	<u>5.670</u>	<u>10.159</u>	<u>5.010</u>	<u>5.149</u>
		<u>356.098</u>	<u>55.265</u>	<u>300.833</u>	<u>328.717</u>	<u>44.745</u>	<u>283.972</u>

Consolidado

	Taxa média anual de depreciação - %	06/2007			12/2006		
		Custo corrigido/reavaliado	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido	Custo corrigido/reavaliado	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido
Terrenos	-	7.184	-	7.184	7.184	-	7.184
Edificações	3,73	71.636	6.629	65.007	69.489	5.268	64.221
Máquinas e equipamentos	9,34	221.990	43.468	178.522	221.746	34.679	187.067
Imobilizações em curso	-	47.514	-	47.514	22.293	-	22.293
Florestas formadas	-	84.651	21.748	62.903	84.651	14.861	69.790
Florestas em formação	-	36.392	-	36.392	32.346	-	32.346
Outros	9,17	<u>13.392</u>	<u>6.871</u>	<u>6.521</u>	<u>12.521</u>	<u>6.329</u>	<u>6.192</u>
		<u>482.759</u>	<u>78.716</u>	<u>404.043</u>	<u>450.230</u>	<u>61.137</u>	<u>389.093</u>

b) Composição da reavaliação

Até 31 de dezembro de 2004 a controladora e sua controlada mantiveram em seus ativos imobilizados reserva de reavaliação de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e projetos de reflorestamento, aprovada e contabilizada em dezembro de 2000. Na ocasião, foram modificadas as taxas de depreciação de acordo com a nova vida útil estimada dos bens.

No quarto trimestre de 2004, obedecendo ao procedimento emanado pelo IBRACON, a controladora e as controladas novamente reavaliaram os bens de seus ativos imobilizados abrangendo as mesmas classes de ativos reavaliados em 2000, não tendo sido reavaliados os itens relativos a móveis e utensílios, veículos e computadores e periféricos, os quais estão mantidos ao custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente quando aplicável.

Os laudos de avaliação foram preparados por empresa especializada tendo como data-base 31 de dezembro de 2004 e foram aprovados e contabilizados na mesma data. Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, os bens reavaliados apresentavam os seguintes saldos de reavaliação:

	Controladora				Consolidado			
	06/2007		12/2006		06/2007		12/2006	
	Reavaliação	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido	Líquido	Reavaliação	Depreciação e exaustão acumuladas	Líquido	Líquido
Terrenos	6.078	-	6.078	6.078	6.078	-	6.078	6.078
Edificações	34.104	3.395	30.709	31.388	34.957	3.534	31.423	32.130
Máquinas e equipamentos	74.769	19.832	54.937	60.340	74.769	19.832	54.937	60.340
Projeto de reflorestamento	-	-	-	-	70.814	19.031	51.783	57.724
Outros	87	-	87	90	87	-	87	90
	<u>115.038</u>	<u>23.227</u>	<u>91.811</u>	<u>97.896</u>	<u>186.705</u>	<u>42.397</u>	<u>144.308</u>	<u>156.362</u>

c) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	06/2007	12/2006	06/2007	12/2006
Saldo no início do período/exercício	<u>283.972</u>	<u>315.156</u>	<u>389.093</u>	<u>631.477</u>
Adições:				
Edificações	2.146	2.080	2.146	2.087
Máquinas e equipamentos	4.165	4.945	4.176	4.945
Projetos de reflorestamento	-	-	4.046	10.303
Imobilizações em curso	24.112	21.534	25.221	21.904
Outros	<u>1.034</u>	<u>643</u>	<u>1.034</u>	<u>813</u>
Total	31.457	29.202	36.623	40.052
(-) Baixas líquidas	(2.412)	(154)	(2.418)	(161)
(-) Depreciação e exaustão	(12.184)	(21.990)	(19.255)	(33.476)
(-) Cisão parcial de 30 de abril de 2006	-	<u>(38.242)</u>	-	<u>(248.799)</u>
Saldo no fim do período/exercício	<u>300.833</u>	<u>283.972</u>	<u>404.043</u>	<u>389.093</u>

As adições registradas no período findo em 30 de junho de 2007 incluem juros capitalizados de financiamentos destinados à construção da nova fábrica de "Medium Density Fiberboard - MDF", no montante de R\$23.

Adicionalmente, existem determinados bens do ativo imobilizado que estão sendo oferecidos como garantia de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

10. DIFERIDO

	Controladora e consolidado					
	06/2007			12/2006		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido
Despesas pré-operacionais:						
Fábrica de MDP	54.716	45.088	9.628	54.716	43.612	11.104
Fábrica de MDF	859	-	859	2	-	2
	<u>55.575</u>	<u>45.088</u>	<u>10.487</u>	<u>54.718</u>	<u>43.612</u>	<u>11.106</u>

A redução registrada no saldo líquido entre dezembro de 2006 e junho de 2007 é representada pela amortização do período de seis meses findo em 30 de junho de 2007, no montante de R\$1.476, compensada pelas adições do período, no montante de R\$857, relativas às despesas pré-operacionais da nova fábrica de MDF.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
				06/2007	12/2006	06/2007	12/2006
Moeda nacional:							
Capital de giro - "comprar"	0,99% a.m. a 1,08% a.m.	07/2007 a 09/2007	Aval da controladora	11.871	8.228	11.871	8.228
Capital de giro - outros	100% do CDI + 0,68% a.a.	09/2007	Aval da controladora	5.915	5.561	5.915	5.561
Nota de Crédito Industrial	TR (*) + 13,2% a.a. + TJLP + 2,5% a.a.	07/2007 a 06/2008	Aval da controladora	7.319	7.323	12.605	12.444
CCB - giro longo	100% do CDI + 1,24% a.a. + 100% do CDI + 1,20% a.a.	06/2009 a 12/2011	Hipoteca de ativos no valor de R\$33.393	38.569	35.894	38.569	35.894
BNDES - direto	TJLP + 3,4% a.a. a 4,5% a.a. + UMBNDES (***) + 2,90% a.a.	07/2007 a 01/2016	Hipoteca de ativos no valor de R\$26.760 e fiança da controladora	26.922	12.734	26.922	12.734
BNDES - agente	TJLP + 5,5% a.a.	03/2009 a 02/2012	Aval da controladora	903	993	903	993
BDMG - capital de giro (a)	30% do IGP-M a.m.	06/2017	Fiança da controladora	65.186	54.380	65.186	54.380
BDMG - investimentos e plantio	IPCA (**)+ 3,5% a 6% a.a. e IGP-M + 4% a.a.	07/2007 a 01/2018	Fiança da controladora e da hipoteca de ativos no valor de R\$64.567	36.983	39.046	36.983	39.046
Moeda estrangeira:							
Repasse de linha IIC/BID (b)	Libor + 2,5% a.a.	01/2011	Aval da controladora, caução de títulos e hipoteca de ativos no valor de R\$32.500	42.535	47.167	42.535	47.167
Aquisição de máquinas - euro	Euribor + 0,6% a.a.	08/2010 a 05/2011	Sem garantia	1.578	1.944	1.578	1.944
Aquisição de máquinas - dólar (b)	Libor + 0,5% a 0,625% a.a.	05/2009 a 03/2012	58% do saldo correspondendo a aval da controladora e caução de títulos no valor de R\$14.824	41.532	44.071	41.532	44.071
				<u>279.313</u>	<u>257.341</u>	<u>284.599</u>	<u>262.462</u>
Passivo circulante				<u>(64.284)</u>	<u>(65.417)</u>	<u>(68.736)</u>	<u>(67.205)</u>
Passivo não circulante				<u>215.029</u>	<u>191.924</u>	<u>215.863</u>	<u>195.257</u>

(*) TR - Taxa Referencial

(**) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(***) UMBNDES - Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(a) A Companhia mantém um financiamento no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG de 70% do ICMS devido e recolhido mensalmente, referente às vendas e transferências de produção própria da unidade de Uberaba - MG. O prazo de utilização desse financiamento é de 120 meses e vai até 1º de maio de 2010. Cada parcela mensal liberada terá carência de 120 meses, contados

Satipel Industrial S.A. e Controlada

da data da respectiva liberação, e será paga de uma só vez. O saldo financiado é atualizado mensalmente por 30% da variação mensal do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. A Companhia interpreta essa operação como um incentivo fiscal, dessa forma registrando a dívida pelo seu valor presente, e os efeitos desse ajuste são contabilizados no resultado financeiro. O ajuste financeiro é calculado considerando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, projetada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Os efeitos desse ajuste financeiro em 30 de junho de 2007 e de 2006, registrados na rubrica "Receitas financeiras", totalizavam os montantes demonstrados a seguir:

	Controladora e consolidado	
	06/2007	06/2006
Novas captações, líquidas da recomposição do valor original	2.631	2.884
Ajustes de taxas	(2.615)	(982)
	<u>16</u>	<u>1.902</u>

Para a obtenção desse financiamento o único compromisso assumido pela Companhia foi a construção da unidade industrial na cidade de Uberaba - MG, o que foi cumprido no terceiro trimestre de 2000, e a manutenção das operações da unidade.

- (b) A Companhia contratou operação de assunção recíproca de obrigações mediante troca de posições financeiras ("swaps"), alterando a remuneração de seus passivos lastreados à variação de moeda estrangeira pela variação do CDI com deságio de 2% e 4,5% ao ano, em montante mencionado na nota explicativa nº 24.

Em 2006 a Companhia efetuou o pré-pagamento do contrato de financiamento com o International Financial Corporation - IFC. Um dos subcréditos do referido contrato possuía parte de sua remuneração atrelada a uma participação nos lucros futuros. Dessa forma, ao pré-pagar a dívida, a Companhia absorveu em um único exercício a antecipação da participação nos lucros estimados de exercícios futuros, no montante de R\$7.885, representando esse desembolso um gasto extraordinário não recorrente. O pré-pagamento do financiamento, na época, foi considerado vantajoso pela Administração da Companhia, tendo em vista a forte apreciação do real em relação ao dólar norte-americano.

Os montantes dos financiamentos em moeda estrangeira equivalem, em 30 de junho de 2007, a US\$43.644 mil e €605 mil (US\$42.674 mil e €689 mil em 31 de dezembro de 2006).

Os vencimentos do exigível a longo prazo estão demonstrados como segue:

<u>Ano</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>
2008	19.272	34.760	20.106	38.093
2009	44.701	40.821	44.701	40.821
2010	40.116	33.389	40.116	33.389
2011	19.758	15.699	19.758	15.699
2012 em diante	<u>91.182</u>	<u>67.255</u>	<u>91.182</u>	<u>67.255</u>
	<u>215.029</u>	<u>191.924</u>	<u>215.863</u>	<u>195.257</u>

12. PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>
Passivo circulante-				
Satipel Florestal Ltda. (a)	<u>7.856</u>	<u>21.677</u>	-	-
	<u>7.856</u>	<u>21.677</u>	-	-
Outros saldos:				
Ativo circulante - distribuição de lucros a receber	-	16.973	-	-
Passivo circulante - fornecedores (b)	1.207	748	-	-
Passivo circulante - dividendos a pagar	10.000	-	10.000	-

As transações com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2007</u>	<u>06/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>06/2006</u>
Compras - Satipel Florestal Ltda.	4.822	3.640	-	-
Custos com arrendamento rural (c)	157	-	3.042	-

- (a) Referem-se a contratos de mútuo, sem vencimento predeterminado e sem incidência de encargos financeiros. A Administração das empresas mantém essa operação com o objetivo principal de maximizar a rentabilidade das aplicações financeiras mantidas conjuntamente pelo Grupo.
- (b) Refere-se aos valores a pagar pelas compras de madeira da controlada Satipel Florestal Ltda., as quais são realizadas em condições normais de mercado. Os saldos a pagar vencem até o fim do mês de julho de 2007.
- (c) Referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela Companhia e sua controlada Satipel Florestal Ltda. com a Companhia Ligna de Investimentos, controladora da Companhia, relativos aos terrenos objeto da cisão parcial de ativos ocorrida em 30 de abril de 2006, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$27 para a Companhia e R\$480 para a controlada Satipel Florestal Ltda. (R\$507 no consolidado). Tal contrato possui vencimento para julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e será reajustado anualmente pela variação do preço médio praticado pela Companhia na venda de painéis de MDP.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	3.619	5.825	3.619	5.825
Variações cambiais não liquidadas - regime de caixa	11.955	14.321	11.955	14.321
Ajuste a valor presente do financiamento	(5.293)	(5.287)	(5.293)	(5.287)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.281	2.393	2.330	2.442
Provisão para perdas nos estoques	645	633	645	633
Provisão para participação nos resultados	321	-	343	-
Ágio amortizado	1.715	1.713	1.715	1.713
Outras	<u>2.017</u>	<u>1.895</u>	<u>2.245</u>	<u>1.926</u>
	17.260	21.493	17.559	21.573
Parcela do ativo circulante	<u>(5.953)</u>	<u>(9.613)</u>	<u>(6.252)</u>	<u>(9.693)</u>
Parcela do ativo não circulante	<u>11.307</u>	<u>11.880</u>	<u>11.307</u>	<u>11.880</u>
Passivo não circulante-				
Reserva de reavaliação	<u>29.199</u>	<u>31.267</u>	<u>47.048</u>	<u>51.147</u>

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social na controladora e no consolidado. Esses créditos são mantidos no circulante e no realizável a longo prazo, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% para compensação anual, de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme legislação fiscal vigente.

A Administração, com base em projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados sejam integralmente realizados em até cinco exercícios. Os valores registrados no realizável a longo prazo possuem prazos estimados de realização conforme demonstrado a seguir:

	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>
2008	4.666	3.415
2009	2.970	3.074
2010	1.416	2.765
2011	302	2.626
2012	<u>1.953</u>	<u>-</u>
	<u>11.307</u>	<u>11.880</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	06/2007	06/2006	06/2007	06/2006
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.453	6.536	26.856	6.797
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	9.674	2.222	9.131	2.311
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(818)	(3.006)	-	-
Realização da reserva de reavaliação de controlada (lucro presumido)	-	-	(2.029)	(1.673)
Baixa de imposto de renda e contribuição social diferidos - cisão parcial de 30 de abril de 2006 (*)	-	8.705	-	8.705
Benefício fiscal sobre juros sobre o capital próprio	(1.750)	-	(1.750)	-
Outras adições, líquidas	<u>155</u>	<u>75</u>	<u>2.174</u>	<u>1.711</u>
	(2.413)	7.996	(1.605)	11.054
Efeito tributário - lucro presumido da controlada	-	-	(1.862)	(3.547)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>7.261</u>	<u>7.996</u>	<u>5.664</u>	<u>7.507</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, essa baixa decorre exclusivamente da perda parcial do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social, não representando, portanto, uma despesa recorrente de imposto de renda e contribuição social.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa e em trâmite na esfera judicial.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Administração da Companhia e da controlada mantém provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>12/2006</u>
Tributárias	5.166	4.959	5.166	4.959
Cíveis	137	62	137	62
Trabalhistas e outras	<u>422</u>	<u>581</u>	<u>534</u>	<u>674</u>
	5.725	5.602	5.837	5.695
Depósitos judiciais	<u>(1.562)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>(1.672)</u>	<u>(1.618)</u>
	<u>4.163</u>	<u>4.094</u>	<u>4.165</u>	<u>4.077</u>

As principais contingências são descritas a seguir:

Tributárias

Referem-se à medida liminar pleiteando a tomada de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre aquisições de insumos e matérias-primas tributadas à alíquota zero.

Trabalhistas

Referem-se a diversas reclamações trabalhistas, que foram provisionadas pela Companhia e sua controlada com base em uma estimativa de perda preparada pelos seus assessores legais.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2007 existem outras reclamações trabalhistas e processos cíveis e tributários contra a Companhia e sua controlada nos montantes de R\$1.660 na controladora e R\$2.090 no consolidado (R\$4.341 e R\$6.271, respectivamente, em 31 de dezembro de 2006), para os quais os assessores legais das companhias classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas e processos cíveis e tributários.

A movimentação da provisão para contingências (consolidado) entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e o período findo em 30 de junho de 2007 é demonstrada como segue:

	<u>Tributária</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>4.959</u>	<u>62</u>	<u>674</u>	<u>5.695</u>
Complemento de provisões, líquido das reversões efetuadas	-	75	294	369
Atualização monetária	207	-	-	207
Reclassificações	-	-	(400)	(400)
Pagamentos	-	-	<u>(34)</u>	<u>(34)</u>
Saldos em 30 de junho de 2007	<u>5.166</u>	<u>137</u>	<u>534</u>	<u>5.837</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2005 era representado por 82.850.686 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de novembro de 2006, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$19.766, mediante emissão de 9.205.632 novas ações ordinárias. Em virtude do aumento, o capital social passou a ser representado por 92.056.318 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, composição existente em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

b) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 9.205.632 ações ordinárias conforme mencionado no item a) anterior.

c) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembléia Geral.

O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários.

Durante o primeiro semestre de 2007 foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração, “ad referendum” à Assembléia Geral Ordinária - AGO, distribuições de dividendos no montante de R\$28.130, sendo R\$7.041 referentes à parcela dos lucros acumulados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e R\$21.089 referentes à antecipação da distribuição dos lucros do exercício de 2007.

Adicionalmente, em junho de 2007 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, “ad referendum” à AGO, o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$5.146 (R\$4.374, líquidos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), o qual está sendo imputado ao dividendo obrigatório referente ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2007.

Tais distribuições foram realizadas com base nos artigos 201 e 204, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como no parágrafo 1º do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. Além disso, na data das referidas distribuições, o montante total das reservas de capital e legal excedia 30% do capital social da Companhia.

Em 30 de junho de 2007, do montante total de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pela Administração da Companhia, R\$10.000 ainda estão pendentes de pagamento.

d) Reserva de reavaliação

Constitui-se da mais-valia dos bens do ativo imobilizado, líquida dos efeitos tributários, determinada com base em laudos de avaliação emitidos por peritos independentes.

16. PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES

A controladora e sua controlada concedem participação a seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas em termos de resultado operacional, estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício.

Foram registrados no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2007 os montantes de R\$943 e R\$1.009 (R\$785 e R\$906 em 30 de junho de 2006), respectivamente, na controladora e no consolidado. Desses montantes, a parcela destinada aos administradores totaliza R\$48 (R\$42 em 30 de junho de 2006) na controladora e no consolidado.

17. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e sua controlada participam do custeio do Plano Gerador de Benefício Livre (contribuição definida) contratado no Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano coletivo de previdência privada foi contratado em outubro de 2005 com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos, cujas contribuições no período de seis meses findo em 30 de junho de 2007 totalizaram R\$603 e R\$613 (R\$675 e R\$684 em 30 de junho de 2006), respectivamente, na controladora e no consolidado. As contribuições são realizadas pelas empresas e pelos participantes seguindo percentuais preestabelecidos de acordo com faixas progressivas de contribuição.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2007</u>	<u>06/2006</u>	<u>06/2007</u>	<u>06/2006</u>
Outras receitas operacionais-				
Venda de resíduos de madeira e outras	<u>1.119</u>	<u>286</u>	<u>1.126</u>	<u>317</u>
	1.119	286	1.126	317
Outras despesas operacionais:				
Amortização de ágio	(5)	(5)	(5)	(5)
Encargos do arrendamento rural (nota explicativa nº 12.(c))	<u>(157)</u>	<u>-</u>	<u>(3.042)</u>	<u>-</u>
	(162)	(5)	(3.047)	(5)
	<u><u>957</u></u>	<u><u>281</u></u>	<u><u>(1.921)</u></u>	<u><u>312</u></u>

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	06/2007	06/2006	06/2007	06/2006
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	8.511	1.870	8.517	3.020
Juros recebidos	80	174	99	273
Ajuste a valor presente de financiamentos (nota explicativa nº 11)	16	1.902	16	1.902
Outras	<u>1.137</u>	<u>444</u>	<u>1.143</u>	<u>480</u>
	<u>9.744</u>	<u>4.390</u>	<u>9.775</u>	<u>5.675</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.686)	(7.934)	(7.752)	(7.954)
Provisão para perdas com contratos de “hedge”	(2.085)	(4.280)	(2.085)	(4.280)
Variações monetárias passivas	(1.240)	(1.236)	(1.404)	(1.236)
Despesas com operações de “comprar” e “vender”	(1.764)	(789)	(1.764)	(789)
Outras	<u>(1.553)</u>	<u>(3.224)</u>	<u>(1.563)</u>	<u>(3.265)</u>
	<u>(14.328)</u>	<u>(17.463)</u>	<u>(14.568)</u>	<u>(17.524)</u>

20. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

A composição da variação cambial líquida é como segue:

	Controladora e consolidado	
	06/2007	06/2006
Variação cambial ativa sobre contas a receber	-	983
Variação cambial ativa sobre contas a pagar	44	-
Variação cambial ativa sobre empréstimos e financiamentos	1.492	2.813
Variação cambial passiva sobre contas a receber	(174)	-
Variação cambial passiva sobre contas a pagar	-	(1.242)
Total	<u>1.362</u>	<u>2.554</u>

21. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As despesas não operacionais líquidas, registradas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2007, referem-se substancialmente ao custo de máquina produtiva pertencente à unidade de Uberaba - MG que foi vendida em decorrência de sua obsolescência.

22. AVAIS E GARANTIAS

Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, em adição aos divulgados na nota explicativa nº 11, os avais e as garantias oferecidos pela Companhia a instituições financeiras montavam a R\$19.303 e R\$14.813, respectivamente, referentes a operações de financiamento de vendas - “vender”.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada mantêm cobertura de seguros para os bens integrantes do ativo permanente e estoques em montante considerado suficiente pela sua Administração para cobrir os riscos de eventuais sinistros.

<u>Itens</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas, equipamentos e estoques	368.000
Lucros cessantes	Não-realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	169.000
Transportes - importação e exportação	Danos causados aos bens, inclusive roubo	3.852
Responsabilidade civil	Danos ocasionados a terceiros em razão da atividade- -fim, danos morais e defeito do produto fabricado	3.800
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto para 77 veículos	2.584

Adicionalmente, a Companhia contrata seguros para as operações de transporte das vendas de seus produtos, com cobertura por embarque individual, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais danos causados aos produtos e roubos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A Companhia e sua controlada participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remunerações efetivamente negociadas, visto que as Companhias têm o objetivo de manter tais investimentos até o momento de seu efetivo resgate. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços.

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros e demais encargos financeiros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

b) Risco da taxa de câmbio e da taxa de juros

A controladora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros com o propósito de proteger a sua posição de passivos sujeitos à variação cambial, cujos efeitos líquidos a pagar de R\$39.940 em 30 de junho de 2007 (R\$41.843 em 31 de dezembro de 2006) estão registrados na rubrica “Empréstimos e financiamentos”, através da fixação dos referidos encargos à variação do CDI conforme nota explicativa nº 11, o que reflete o valor de mercado.

A controladora está exposta a flutuações decorrentes de contratos de financiamentos firmados, sendo a TJLP com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e as taxas Libor e Euribor com o Banco Santander e HVB Corporate e Markets e Libor com o Banco ABN Amro Real e Itaú BBA.

c) Valores de mercado

Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, os valores de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras, devido à natureza de curto prazo destes.

A seguir estão demonstrados os valores dos empréstimos e financiamentos considerando os valores contábeis e de mercado em 30 de junho de 2007:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Empréstimos e financiamentos	279.313	277.512	284.599	282.798

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e vencimentos remanescentes similares.

25. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de subprodutos de madeira, vigente até 31 de dezembro de 2009, devendo ser adquiridos insumos de acordo com as especificações técnicas até um limite mensal de 10.000 metros cúbicos sólidos de madeira. O valor presente do compromisso futuro com esse contrato, considerando a aquisição até o limite máximo de 10.000 metros cúbicos de subprodutos de madeira, soma em 30 de junho de 2007 o montante de aproximadamente R\$8.277 (R\$9.932 em 31 de dezembro de 2006).

Também possui um contrato de fornecimento de resina utilizada no processo produtivo, vigente até 1º de abril de 2009. Tal contrato não prevê compromissos de compra mínima de resina, entretanto define que a Companhia deverá única e exclusivamente adquirir tal insumo do fornecedor contratado. Adicionalmente, o contrato define os preços de fornecimento das resinas especificadas e as condições de reajuste de preço.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Satipel Florestal Ltda. possuem compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos. Vide detalhes na nota explicativa nº 12.(c).

SATIPEL INDUSTRIAL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	06/2007	06/2006	06/2007	06/2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) líquido do período	21.192	(1.460)	21.192	(1.460)
Itens que não afetam o caixa:				
Valor residual do ativo permanente baixado	2.412	59	2.418	59
Depreciação, amortização e exaustão	13.913	12.397	20.989	18.206
Encargos financeiros, líquidos	9.757	7.216	9.984	7.216
Amortização de ágio	5	5	5	5
Equivalência patrimonial	(2.407)	(8.840)	-	-
Provisão para devedores duvidosos	(327)	1.098	(327)	1.098
Provisão para perdas nos estoques	33	560	33	560
Provisão para contingências	350	-	369	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.165	7.352	(83)	5.679
	47.093	18.387	54.580	31.363
(Aumento) redução de ativos:				
Contas a receber de clientes	(1.942)	(3.916)	(3.057)	(3.436)
Estoques	2.024	2.017	2.093	1.837
Recebimentos de lucros	16.973	-	-	-
Outros ativos	(146)	(209)	76	(62)
Subtotal	16.909	(2.108)	(888)	(1.661)
Aumento (redução) de passivos:				
Fornecedores	(2.964)	4.458	(2.184)	4.596
Obrigações trabalhistas	1.567	488	1.683	528
Obrigações tributárias	2.824	(1.134)	3.373	(1.147)
Outros passivos	(481)	(875)	124	(921)
Subtotal	946	2.937	2.996	3.056
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	64.948	19.216	56.688	32.758
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições de ativo permanente	(26.533)	(30.492)	(31.703)	(34.641)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(26.533)	(30.492)	(31.703)	(34.641)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(57.585)	(31.900)	(57.649)	(31.900)
Captação de empréstimos e financiamentos	64.093	62.809	64.093	62.809
Pagamentos de mútuo - partes relacionadas	(13.821)	-	-	(2.990)
Recebimento de mútuo - partes relacionadas	-	13.391	-	-
Pagamentos de dividendos	(23.276)	-	(23.276)	-
CAIXA (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(30.589)	44.300	(16.832)	27.919
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	7.826	33.024	8.153	26.036
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	116.811	29.258	117.265	54.185
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	124.637	62.282	125.418	80.221
	7.826	33.024	8.153	26.036
INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	3.836	648	4.694	1.774
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	6.639	3.702	6.705	3.702
Pagamento de operações com derivativos	7.487	3.610	7.487	3.610